

Novembro de 2014

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigração](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Helga Silveira

### Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago  
Massomba Dominique  
e Venancio Dombele

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1 ONG´s contestam discurso do ministro da agricultura	1
1.2 Angola na cauda dos “Rankings”	2
1.3 "Angola precisa melhorar na boa governação"	4
1.4 Beneficiários do cartão kikuia reclamam direito de escolha nas compras	4
1.5 Nós não fazemos compras	6
1.6 País cai cinco posições	7
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>8</b>
2.1 Mulheres processadoras de pescado “irritadas” com atraso do microcrédito	8
2.2 Angola deve fazer muito mais para melhorar ambiente de negocios	9
2.3 BUE	11
2.4 Um quarto da populacao tem conta bancaria	11
2.5 Apenas 28,6% das contas bancárias pertencem a mulheres	12
2.6 Mulheres são apenas titulares de 28,6% das contas bancárias	12
2.7 Programa "Angola Investe" regista avanços	13
2.8 Obstáculos burocráticos são ultrapassados	14
2.9 Micro-crédito acelera combate à pobreza	15
2.10 Micro-crédito A Conquista Do Sol	15
2.11 Executivo corta juros sobre empréstimo	16
2.12 Crédito agrícola ganha mais incentivo	17
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>18</b>
3.1 Meliantes assaltam kinguilas na zona Camama em Luanda	18
3.2 Melhoría do rendimento das famílias aumenta com o nível de literacia financeira	18
3.3 Kupapatas em formação sobre código de estrada	19
3.4 Vendedores do Joao Almeida tem novo espaço	19
3.5 Vende-se curas, crenças e sonhos	20
<b>4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>23</b>
4.1 Gastos com a Educacao e a saude aumentam e ultrapassam a defesa	23
4.2 Orcamento Geral do Estado ai a debate na quinta-feira	24
4.3 Os riscos sabre a manobra orcamental do Governo permanecerao ate 2019	25
4.4 Valeram as criticas ao nosso OGE	27
4.5 Deputados votam hoje orçamento do próximo ano	27
4.6 Contribuições nunca são incorporadas na versão final do OGE	28
4.7 Défice orçamental bate recorde do pós-guerra	29
4.8 Deputados disputam OGE	30
4.9 Deputados disputam OGE	33
4.10 Economist Diz que Previsão De Crescimento De 9,7% Em Angola é só Promoção Externa	34
4.11 OGE 2015: economia deverá crescer 9,7%	35
4.12 OGE 2015 reforça sector social e prevê quebra de receitas	36
4.13 OGE aprovado no parlamento	37
4.14 Orçamento de 2014 vai acabar ano praticamente equilibrado	37
4.15 Peso de Luanda no PIP cai pela terceira vez em três anos	37

4.16	Porque tanta caixinha com o OGE	38
4.17	Alguma Vez O Governo Cumpriu O OGE?	39
4.18	OGE/Dos Santos Aprovado	41
4.19	OGE” 2015 obrigará Estado a endividar-se como nunca	42
4.20	Um debate participativo e inclusivo no Parlamento	43
4.21	As notas públicas do fundamento do OGE continuam a ser pouco claras	45
4.22	Fantasma à vista	47
4.23	Parceiros sociais e partidos políticos com dúvidas sobre OGE	48
4.24	Garantidos subsídios para as autoridades tradicionais	50
4.25	Deputados suspendem debates para analisar OGE 2015	51
4.26	OGE 2015 destapa velhas e novas carecas	52

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 54

5.1	Samakuva procura liceos sobre autarquias em cabo verde	54
5.2	Estudo pede inicio da descentralização autárquicas	54
5.3	Como foram (mal) tratados os fundos políticos	55
5.4	Sobas do Bengo denunciam à cidade alta exploração anárquica de inertes	57

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 59

6.1	Plano director aberto a contribuentes	59
6.2	Mercado imobiliário regista período de expansão	59
6.3	Cidades Modernas	61
6.4	Novas urbanizações diminuem défice habitacional em Angola	61
6.5	Milhares de casas sao postas a venda	62
6.6	Residencias Do Condominio Vila Vitoria De 60 A 150 Mil Usd Sem Agua E Luz Electrica	63
6.7	Aldeia rural de Canaulo recebe primeiras casas	64
6.8	Realcadas conquistas da Independencia Nacional	64
6.9	Existem projectos sem estudos ambientais	65
6.10	2014 É o pior ano	65
6.11	Funcionários da sonip burlam mais de 2 milhões de dólares na venda de casas	67
6.12	Mau estado das vias provoca transtornos á população	68
6.13	Grupo empresarial investe nos móveis	69
6.14	Casas sociais em construção	70
6.15	Requalificação dos arruamentos no Bairro Popular	70
6.16	A espinhosa missão de urbanizar Luanda	71
6.17	Compradores continuam à espera das suas habitações ma centralidade do Kilamba	73
6.18	Banco concede crédito para imobiliária	73
6.19	Mercado ganha mais residências	74
6.20	Futura cidade Praia de Santiago	74

## 7. TERRA 77

7.1	Formacao e trabalhos no terreno arrancam em breve	77
7.2	Associação NGWAMI MAKKA e Fiscalizacao do Governo Provincial de Luanda em braço de ferro	77
7.3	Milhares de casas em construcao na provincial	78
7.4	O reacender dos conflitos de terra	78
7.5	Famílias expulsas das salinas do lobito para darem lugar a projecto imobiliário	79
7.6	Terreno em litígio na zona do Benfica	80
7.7	Administração entrega lotes para a autoconstrução	81
7.8	Agricultura, ocupação de terrenos prejudica cintura verde de Luanda	82
7.9	Obras estruturantes melhoram tráfego	86
7.10	Construções anárquicas desencorajadas na cidade	86

7.11	Província acolhe o lançamento do projecto de gestão de terras	87
------	---	----

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 88

8.1	Projectos de distribuição de água potável são viáveis	88
8.2	Angola prevê reduzir mortes por malária	88
8.3	Defice de agua e luz preocupa municipes	89
8.4	Populacao aconselhada a evitar consumir agua de rios	90
8.5	Uso dos recursos hídricos feito com plano estratégico	91
8.6	Funcionamento autonomo para os sistemas de agua .	92
8.7	Mais água potável nos bairros do Soyo	92
8.8	Cazenga tem o saneamento básico melhorado	93
8.9	Lixo no centro de polémica em Cabinda	93
8.10	Novo sistema de captação de água potável entregue á população do cunje	95
8.11	Instalação de urinóis públicos foi mal projectada	95
8.12	Moradores do povoado gritam por socorro	96
8.13	Buracos da EPAL	97
8.14	Maioria da população tem água potável	97
8.15	Lixo inquieta moradores	98
8.16	Ponte molhada arrasada pelas chuvas	98
8.17	Surto de doenças à espreita no Zango	99
8.18	Construção de latrinas reduz doenças no cuanza sul	101
8.19	Obras estruturantes melhoram tráfego	102
8.20	Várias operadoras sem experiência para trabalhar	103
8.21	Chafarizes do Bairro Ndala Muleba estao secos	103

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 104

9.1	Índice de criminalidade cria graves transtornos no bairro popular	104
9.2	Meliantes assaltam kinguilas na zona Camama em Luanda	104
9.3	Governo diz que ha avancos FEM diz que nao	105
9.4	Comerciantes na rota dos assaltos	106
9.5	Delinquência Juvenil em Alta nas escolas do Kilamba	107
9.6	Veneno a mesa de Isaac dos Anjos?	109

## 10. AMBIENTE 111

10.1	Angola preve reduzir mortes por malaria	111
10.2	Famílias afectadas pela seca receberam bens alimentares	111
10.3	Existem projectos sem estudos ambientais	112
10.4	Angola na lideranca do processo Kimberley	112
10.5	Processo Kimberley valorize sector mineiro	113
10.6	Producao de catoca atinge o pico	115
10.7	Moradores do povoado gritam por socorro	116
10.8	Grupo empresarial investe nos móveis	116
10.9	Chuva cria caos no trânsito automóvel	117
10.10	Centenas de famílias desalojadas no Zaire	117
10.11	Erosao faz perder milhoes de toneladas de solos	118
10.12	Fortes chuvas provocam danos materiais e humanos	119
10.13	Huambo: a 'cortina' verde da cidade ja era	119
10.14	PND 2013-2017. Sector mineiro será o maior empregador do país	120

## 11. IMIGRAÇÃO 123

11.1	Nacionais acusados de facilitar imigrações ilegais	123
11.2	Estrangeiros ilegais expulsos	123
11.3	Antigos refugiados na RDC regressam voluntariamente	124
11.4	Mulheres da RDC querem o regresso dos maridos angolanos	124
11.5	Condições criadas para receber angolanos	125
11.6	Sobas facilitam estrangeiro a obterem registos nacionais	125
11.7	Estrangeiros são expulsos Por permanência ilegal	126
11.8	Portugueses procuram emprego	126

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 ONG's contestam discurso do ministro da agricultura

*Semanário Agora*

*07 De Novembro de 2014*

*Texto: Ereneu Maquina*

Em Angola, o número de pessoas com numa situação de insegurança alimentar reduziu, tendo passado de 6 milhões e 800 mil até 1992, para milhões e 900 mil em 2014, o que equivale a cerca de 18% da população. Este valor é inferior à média de África, que é de 22,3%, e isto significa, em termos relativos, uma diminuição em aproximadamente 73% da população desnutrida, o que faz do nosso país um caso de sucesso, pois ultrapassou, substancialmente, a meta dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, antes do final de 2015, estabelecido com meta.

Estes dados foram divulgados pelo ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga, quando interveio na abertura da conferência realizada em Luanda sobre agricultura Familiar e o seu Contributo para a Segurança Alimentar Sustentável, em que foi dado particular destaque às acções de combate à pobreza.

Para o titular desta pasta, "as explorações agrícolas familiares, com um universo de 2,5 milhões de famílias, são responsáveis por mais de 80% da produção das culturas básicas alimentares (cereais, raízes e leguminosas) e detêm os maiores efectivos de gado".

Este subsector, disse ainda Afonso Pedro Canga, tem forte relação com a economia, em particular com a agrária, por empregar milhares de pessoas e por ser um elemento incontornável no processo de diversificação da nossa economia. E acrescentou, em contrapartida, que as medidas de política e os objectivos a avançar estão plasmadas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2014.

Para que se atingissem estes resultados, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural assegurou que, "anualmente, o Executivo disponibiliza recursos financeiros devidamente inscritos no OGE, para diferentes projectos e acções direccionados para as

famílias camponesas, tais como: operações das campanhas agrícolas (fertilizantes, sementes, preparação de terras, instrumentos de trabalho), assistência técnica, crédito agrícola, comercialização de produtos agrícolas, vacinação de gado" e várias outras.

Sustentou este esforço do Executivo com a execução, no meio rural, de "muitos programas e projectos, nos domínios da saúde, educação, habitação social, energia e água, requalificação das aldeias, protecção social, indústria, rede viária, transportes, tecnologias de informação, comunicação, etc.", Pedro Canga garantiu que "as famílias do meio rural são as principais beneficiárias destas intervenções" e que as nossas políticas do Executivo visam criar condições para se viver no meio rural com dignidade.

**CONTESTAÇÃO DE OUTROS ACTORES DA SOCIEDADE.** As afirmações de Afonso Pedro Canga soaram mal aos ouvidos de alguns representantes de organizações da sociedade civil que exigem estatísticas concretas da redução da fome.

António Paulo Nunes, da organização não-governamental 'OSARA', cujo objecto é o de elaborar estudos sobre a população vulnerável, não acredita que o ministro tenha feito referências com base nas estatísticas de todo o país.

De acordo com António Nunes, a pobreza não se refere apenas à falta de alimentos, embora seja ela a base sobre a qual assentam outras necessidades, como de habitação, vestuário e transporte.

"Estamos a falar de quantos angolanos vivem hoje sem energia eléctrica, sem infra-estruturas de saúde nas proximidades das suas residências e sem possibilidade de mandarem os seus filhos para as escolas, por falta de emprego e, conseqüentemente, de dinheiro", defendeu o activista, acrescentando que a pobreza envolve outros elementos, dos quais o Executivo não deve demitir-se.

O activista fez saber ainda que o combate à pobreza envolve também a erradicação do analfabetismo, a criação e apoio de pequenos empregos, havendo casos em que a intervenção

do Executivo é indispensável, "Estou a falar, concretamente, daquelas pessoas que tinham por sustento as lavras que hoje estão a virar centralidades, sem que, para isso, tenham sido indemnizadas, pois, como disse certo político, a fome não espera".

"Basta deslocar-se para fora de Luanda, aqui mesmo na província do Bengo, para se poder concluir que 0

país ainda tem muito que fazer em relação a pobreza", concluiu o activista.

**CONSERVAÇÃO FLORESTAL** Em contrapartida, outro elemento tornado público durante a conferência pelo secretário de Estado para os Recursos Florestais, Andre Mota, da conta que a maioria dos angolanos ainda usa a lenha como principal fonte de energia doméstica, Andre Mota declarou que a lenha e o carvão representam cerca de 57% da energia consumida nos lares de quase todo o país, constituindo, por este facto, a primeira fonte de energia para fins domésticos.

Estes dados, segundo o secretário de Estado, foram recolhidos no quadro da elaboração de um Inventário Florestal que o Ministério da Agricultura está a fazer, cujos resultados, na sua opinião, permitirão reavaliar o estado de conservação dos recursos florestais.

"O país apresenta uma extensão florestal de, aproximadamente, 53 milhões hectares, o que corresponde a 43.3% da sua superfície territorial bastante diferenciada e inclui, entre outras, a floresta densa húmida de alta produtividade, que diz respeito a cerca de 2% da área florestal", disse.

Andre Mota realçou, igualmente, que, no que diz respeito às plantações florestais exóticas, tais como eucaliptos e pinhos, Angola tem demarcada uma área aproximada de 148 mil hectares, da qual cerca de 70 mil se encontra coberta com plantações.

Na matriz energética do país, continuou, o consumo de energia de lenha e carvão predomina sobre as restantes fontes de energia, representando 56,8% do consumo total, contra 41,7% do petróleo iluminante, 1,45% da electricidade e 0,1 do gás natural, sublinhando ainda que, na luta contra a pobreza, o Governo reconhece a importância do sector florestal no processo de desenvolvimento socioeconómico e, em particular, do rural integrado, dada a sua característica multidisciplinar.

## 1.2 Angola na cauda dos “Rankings”

*Novo Jornal*

*14 De Novembro de 2014*

*Texto : Leo Mendes*

É dado adquirido que após 27 anos de guerra civil e decorridos 11 de paz, Angola cresceu a todos os níveis, mas nitidamente com maior destaque para a área económica, sobretudo em alturas em que o seu maior recurso, o petróleo, esteve em alta.

O processo de transformação do país, segundo os analistas compreende essencialmente, uma reestruturação económica. A tão falada diversificação para permitir não só o crescimento, mas também o desenvolvimento do país em diferentes níveis e sectores.

A propósito dos avanços alcançados nos últimos 11 anos, no passado mês de Outubro, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, sublinhava no seu discurso anual

sobre o estado da nação, alguns números que suscitaram várias leituras, nomeadamente, a redução da taxa de pobreza absoluta que passou de 92% em 2000 para 54% em 2014. Fez referência ao índice de Desenvolvimento Humano com uma média de crescimento anual de

dois por cento. A média em 14 anos difere, obviamente se a média for calculada num período de seis anos (2007 a 2013). Ai. Verifica-se que o país apenas conseguiu subir um lugar e não dois.

Até aqui tudo bem, não fosse o período em análise compreender dois anos de guerra e neste caso, é natural que o pós-guerra registre evolução. Por outro lado, permitir uma leitura cabal dos mesmos números, isto se o discurso não fosse todo ele também marcadamente

político, assinalaria a evolução, mas também o actual estado da sociedade angolana em que 56% da população continua a viver ao nível de pobreza absoluta, ou seja com menos de um dólar/ dia.

### DESENVOLVIMENTO HUMANO: BAIXO

2013 -149°

2012 -148°

2011-148°

Fonte: Índice de desenvolvimento

Humano da Organização das Nações

Unidas compreende 187 países

Se a lógica dos números prevalecesse e de parte ficassem as considerações políticas, restaria a análise recorrentemente divulgada de vários economistas e consultoras que se dizem independentes, mas que convergem num mesmo pensamento: A maior causa do fraco desempenho do país no que concerne à subida de posições nos diferentes 'rankings' (lista ordenada segundo determinados critérios) está



intimamente relacionada com as políticas implementadas e com alguma falta de estratégia que compreenda o comportamento da principal fonte de receita [petróleo] e o vital ajuste às necessidades do país tendo em mente o seu desenvolvimento como um todo.

"Com efeito, depois de 2002 o nosso país, no conjunto de 187 países analisados, é a terceira taxa mais elevada de crescimento anual do Índice de Desenvolvimento Humano com dois por cento. Apesar de termos ainda um longo e árduo caminho pela frente, o país dispõe de condições para ascender daqui a duas décadas ao grupo de países com Desenvolvimento Humano Elevado", discursou o PR. De nada adianta destacar apenas alguns resultados em detrimento de outros ou despejar percentagens sempre em alta ou alimentar parangonas em que Angola está sempre no topo do mundo se no computo geral, o quadro é o mesmo e o país

permanece entre os últimos e faz parte de uma lista de países que a muito custo figurará entre os primeiros.

De acordo com o que se conclui dos relatórios internacionais, o grande desafio que se coloca é o do desenvolvimento. Muito embora no seu discurso anual, José Eduardo dos Santos tenha direccionado o foco para "um crescimento sustentado por vários anos, a reabilitação, modernização, e desenvolvimento das infra-estruturas económicas e sociais, a promoção e realização do investimento público e privado e a formação, qualificação e gestão adequada dos recursos humanos".

Sustentando a sua oratória, JES evocou estudos independentes e referiu a evolução animadora no que concerne à educação. "Neste momento, a taxa de alfabetização de adultos atingiu 73 por cento, quando há dez anos não chegava sequer aos 50 por cento.

No último ano, tivemos 636 mil alunos em programas de alfabetização. No Ensino Especial tivemos quase 27 mil alunos e no Ensino Pré-Escolar estamos a atingir os 600 mil alunos; no Ensino Primário já ultrapassámos os 5 milhões de alunos, com uma taxa bruta de escolaridade

de 140 por cento, que quase triplica a verificada no ano 2000".

Segundo o Presidente, há mais de um milhão de alunos no Ensino Secundário e 217 mil a frequentar o Ensino Superior, uma taxa bruta de escolaridade que quase quadruplicou comparativamente ao ano de

2000. Contudo, JES também admitiu na mesma ocasião que, apesar da "revolução quantitativa", é preciso uma revolução quantitativa "com prioridades do nosso desenvolvimento".

"Precisamos de mais e melhores professores, de melhorar os métodos de ensino e de avaliação mais rigorosa e objectiva nos cursos de ensino médio e profissional, em particular, e no Ensino Superior, de modo a não formarmos jovens que não consigam emprego por falta de competências ou que acabem por aceitar o sub emprego", referiu, constatando que há milhares de crianças fora do sistema de ensino, devido à falta de salas de aula, condições precárias e de professores com boa formação. Esses dados constam dos relatórios internacionais e em termos evolutivos nos últimos anos a apreciação tem sido negativa.

#### ACESSO À EDUCAÇÃO

Admitindo que a actual conjuntura económica é difícil e incerta, dadas as oscilações em baixa do preço do barril de petróleo, JES condiciona o desenvolvimento dos programas previstos para esta área apontando um novo período de concretização muito mais alargado.

Com isso alongou também o prazo em que Angola vai permanecer entre os menos desenvolvidos nos 'rankings' internacionais que focam este sector.

Entretanto, contrariando esta tendência, o Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2015, aprovado ontem, desde a apresentação da proposta, há uma semana, que anuncia uma previsão de aumento de custos para os sectores sociais que no próximo ano arrecadam 34% do orçamento, neste caso a Educação 9% e a Saúde 5,6 por cento.

Com um aumento que não vai além dos 47,4 (Educação) a 28,35% (Saúde) respectivamente, quando comparado com o OGE deste ano, é bem provável que também não se registem mudanças significativas quanto ao posicionamento de Angola nos próximos 'rankings'. No entanto, à luz dos relatórios divulgados, destacou-se que em 2000, a esperança de vida à nascença era somente de 45,2 anos e, em 2013, passou a ser de 51,9 anos.

Segundo os dados realçados pelo governo, a taxa de mortalidade infantil actual é inferior a 100 em mil nados vivos quando em 2000 era de 170 em 1000. Crianças com menos de cinco anos, em 2000, morriam 300 em cada mil e neste momento, 120 em cada mil crianças com essa idade.

### I.3 "Ançola precisa melhorar na boa governação"

*Novo Jornal*

14 De Novembro de 2014

Texto: António Nogueira

O ECONOMISTA Alves da Rocha considera que, a nível do ranking Doing Business", Angola tem conseguido resultados dignos de realce em alguns segmentos de avaliação. Mas alerta que, de um modo geral, o país precisa melhorar no domínio da boa governação e da transparência para obter avaliações positivas.

Como avalia o posicionamento que Angola tem conseguido nos mais distintos 'rankings' internacionais, nomeadamente Doing Business, Índice de Desenvolvimento Humano, Prémio Mo Ibrahim, entre outros, nos últimos dois anos?

Qualquer um desses indicadores tem uma metodologia própria de elaboração internacionalmente consagrada e compõem-se de diferentes itens. Ora, se Angola

continua a aparecer mal posicionado em todos eles é porque não passa no teste dos diferentes itens. E não se pode dizer que os mesmos estão viciados para prejudicar o país. No item "estabilidade macroeconómica", do Doing Business, Angola regista progressos e creio aparecer agora entre os 60 melhores países. Ou seja, quando nos diferentes itens não se registam melhorias os índices não podem senão reflecti-lo. Ainda bem que esses Índices existem, porque sem eles estaríamos num completa escuridão, valendo apenas as verdades absolutas do Governo.

Há aspectos em que Angola tem registado melhorias ou não?

Já o referi anteriormente. Claro que há aspectos onde se registam melhorias, mas que aparentemente não são sustentáveis. Voltemos ao Doing Business. No item "infra-estruturas em quantidade" os registos são positivos, mas quando o item refere a qualidade das mesmas já a classificação de Angola é das piores, porque sabe-se que a construção pública é uma das vias da corrupção e do tráfico de influência, diminuindo, consequentemente, a qualidade dessas obras.

Que caminhos, o país deverá seguir para melhorar a sua performance nos referidos 'rankings'?

Para isso, Angola precisa de melhorar essencialmente no aspecto da boa governação, da

transparência e no da eliminação do tráfico de influências. Os instrumentos jurídicos para isso existem. Falta vontade política para os aplicar.

### I.4 Beneficiários do cartão kikuia reclamam direito de escolha nas compras

*Jornal O País*

14 De Novembro de 2014

Texto: Alberto Bambi

Beneficiários do cartão Kikuia, que moram nos bairros Mabuia, Banza Quitel e Honga Zanga, município de Icolo e Bengo, em Luanda, queixaram-se, Terça feira, li, de não poderem escolher alimentos e outros produtos do seu desejo e sobre a quantidade do quite dado pelos lojistas, o qual alegaram não compensar os 10 mil Kwanzas prometidos, em Outubro último, na ocasião do lançamento da política que visa combater a fome e a pobreza.

Para demonstrarem que suas alegações não constituíam mero palavreado, as senhoras exibiram, imediatamente, facturas referentes às compras efectuadas no mês de Outubro, onde, sem muito esforço, se podia verificar uma totalidade de compras avaliadas, algumas em menos de quatro mil e outras, em cerca de sete mil e 500 Kwanzas.

Sandra José Adão de 32 anos de idade, que disse ser uma das três primeiras residentes de Banza Quitel a beneficiar do cartão Kikuia desabafou, questionando quais eram as razões que faziam as mulheres do seu bairro serem penalizadas desse jeito.

"O que eu queria entender, são os motivos que nos fizeram levantar uma despesa de menos de quatro mil Kwanzas, quando nós sabemos que as senhoras de outras áreas da vila de Catete tiveram compras a mais", disse Sandra Adão, indicando, com o dedo em riste, na factura, o valor de três mil e 720 Kwanzas, registado às 08h:49 do dia 23 de Outubro de 2014.

A queixosa manifestou-se disponível em compreender alegações sobre uma estratégia de compensação, para os meses subsequentes, apresentada por alguns funcionários da loja

Kikuia, mas preferiu mostrar-se um tanto duvidosa em relação ao efeito positivo dessa intenção, porquanto o recibo em sua posse faz referência a uma diferença de dois mil e 560 Kwanzas.

De acordo com o marido, que acompanhava atentamente as queixas da mulher, mesmo que houvesse intenção de devolver a diferença, não corresponderia a uma quantia de compensação aos dez mil, por isso o interlocutor, que falava sob anonimato, apelou aos órgãos de direito para resolverem o caso das senhoras, a fim de impedir outros problemas do género no futuro.

Apesar de ter as mesmas preocupações Maria Domingos, a vizinha do casal, informou também sobre a qualidade dos produtos, alegando ter recebido um tipo de chouriço de porco já em mau estado de conservação.

Questionada se a embalagem do derivado da carne de porco tinha registada a data de caducidade, ela assegurou ter verificado os registos, tendo garantido que, de acordo com a data, o produto ainda se encontrava em prazo de validade aceitável.

Em relação às compras de contas a receber, Maria Domingos espera que na próxima ocasião em que se dirigir a loja Kikuia lhe sejam atribuídos produtos no valor da diferença registada, no mês passado.

"Eu tenho aqui as facturas bem guardadas, por isso, nas compras deste mês, quero ver outras coisas no valor de 2.635, porque só me tinham dado produtos de sete mil e 365 mil Kwanzas", referiu a descontente, demonstrando a sua preocupação pelo controlo dos cálculos que já andam memorizados.

Além de dez mil

Não se sabe ao certo se se trata de uma compensação para os habitantes da Mabuia, mas o que faz sentido é o facto de a maioria dos portadores de recibos, cujo valor total de compra de Novembro ultrapassou os li mil, terem recebido, no mês anterior, um quite de alimentos orçado em sete mil e 365 mil Kwanzas.

Julieta NGunza, uma das clientes nesta situação, fez saber que ainda não se sente feliz com o custo da compra deste mês.

"Não posso ficar contente por ter na minha factura mais de li mil Kwanzas, porque o que me devem é mais de dois mil" , reclamou Julieta NGunza, que quer ver no seu conjunto incluídos mosquiteiros, panelas e lençóis.

Na Mabuia, todas as mulheres foram chamadas para tratar o cartão Kikuia, mas algumas ignoraram o processo, soube O PAÍS da sua entrevistada, que constata um sentido de arrependimento no seio desta

classe, que sempre lhe perguntam como devem fazer para verem a sua situação resolvida.

A esposa do coordenador -cessante do bairro Mabuia espera que os responsáveis do processo tolerem a atitude das vizinhas, de forma a beneficiarem também de uma cesta básica mensal para suas famílias.

As velhas Maria Margarida e Domingas Lopes Fernando de 72 e 74 anos de idade encontraram sortes diferentes. Enquanto a primeira foi contemplada com o cartão da Loja Kikuia, a segunda não teve a igual satisfação, razão pela qual clamou pelo regresso dos serviços.

"Eles têm de voltar, porque nenhum processo deste se faz num só dia, há pessoas que estavam nas lavras, outras tinham saído do bairro e eu por, exemplo, estava em Luanda, a tratar da minha saúde" , informou alegando que o seu caso constituía uma prioridade.

Sua amiga de longa data, Maria margarida, reclamou sobre a primeira compra, que não satisfez o preço prometido, mas ficou contente por saber que a da semana que antecedeu a esta reportagem já teve conta a mais.

"Em Outubro, veio pouca despesa, mas neste mês, por causa das reclamações, já começaram a mudar e estou feliz por isso", realçou Mariazinha, como é, carinhosamente, tratada por seus netos e filhos.

Sem precisar a quantidade de cada produto, a anciã recorda ter recebido, óleo vegetal, arroz, leite e sala, bem como sardinha, massa alimentar, além de manteiga e sabão. Mariazinha quer ver açúcar incluído na sua despesa, segundo ela, por ser um produto que faz falta a muitas necessidades dos netos.

Por seu turno, Elizabeth dos Santos, a filha da idosa Maria Margarida, que requisita a sua e a despesa da mãe, contou que, na primeira ocasião da beneficência, depois de aturar a fila, entrou na loja com intuito de levar daí um quite equivalente a dez mil Kwanzas.

Seu espanto surgiu quando lhe foram dados dois quites que, de acordo com os cálculos feitos por si na hora, não ultrapassavam 15 mil.

"Eu ainda reclamei, mas os agentes da loja me disseram que era mesmo assim" , revelou Elizabeth, revelando terem contado essa insatisfação ao coordenador do bairro, a quem responsabilizaram pedir satisfação aos responsáveis da Loja Kikuia.

Mais de 300 beneficiados em Honga zanga

O coordenador do bairro Honga Zanga, Feijó Francisco, disse que na sua área de jurisdição, 305 pessoas já beneficiam das compras mensais do cartão Kikuia.

Entre os beneficiados, segundo coordenador, estão apenas dois homens, porque a maior parte desta classe julgou que os serviços eram somente para as mulheres.

Feijó Francisco não desconhece a insatisfação da sua comunidade, em relação aos produtos oferecidos e aos preços inadequados ao do programa. Daí que, por duas vezes, procurou os dirigentes da loja a fim de pedir esclarecimento, tendo estes aconselhado o coordenador do Honga Zanga a esperar por orientações superiores.

## 1.5 Nós não fazemos compras

*Jornal O País*

*14 De Novembro de 2014*

Embora reconheçam a oferta como uma medida de superação económica, conforme fizeram questão de referir Maria Francisco e Margarida José, respectivamente de 52 e 54 anos de idade, as senhoras de Honga Zanga gostariam que fossem elas a escolher os produtos na loja.

"Sabemos que o Governo nos deu este dinheiro, mas devíamos ser nós a escolher os produtos que queremos "levar para casa, o importante é que as contas sejam de 10 mil Kwanzas", reagiu Maria Francisco, alegando que uma mãe do campo precisava mais de óleo, sabão, sal e açúcar, sendo que o resto se podia reverter na aquisição de utensílios para os trabalhos domésticos, bem como para lençóis, panos e roupa.

Maria Francisco lembrou que não estava a falar de ofertas fora do alcance da loja, pois tinha visto algumas mulheres levarem o que referenciou, algo que lhe despertou a curiosidade em saber quais eram os critérios para ser beneficiária desta categoria, embora sem sucesso.

Por ter registado duas crianças, inicialmente, a entrevistada julgou que estava a ser penalizada em alguns capítulos do quite, entretanto, soube mais tarde, que até vizinhas, cujo registo não constou nenhuma criança, recebiam uma cesta maior do que a sua.

Como se trata de um projecto de ajuda, a entrevistada recomendou que os lojistas não dificultassem a distribuição. A mesma fez alusão à cesta básica publicitada, onde continha carne, azeitona, azeite doce, catana, machado, enxada, elementos que ela não viu nos quites.

Para agravar a sua situação, o seu cartão teve problemas durante o processamento, por isso teve de ficar retido na loja. As suas próximas aquisições serão feitas através de um pequeno papel, onde os funcionários da loja rubricaram o seu nome e o número do cartão.

"Eles me disseram que o cartão não está em condições e assim me receberam e só me vão dar dia 20 de Novembro, quando voltar a receber as compras", explicou Maria Francisco, tendo acrescentado que só lhe deram o quite alimentar de sete mil Kwanzas para que não voltasse à casa de mãos a abanarem.

No mês passado, recebeu uma lata de chouriço, dois quilogramas de feijão, quatro de açúcar e cinco latas de sardinha, bem como cinco latas de Salsichas, contou a interlocutora, que garantiu ter visto muita coisa diferente, como são os casos de leite, sabão, sal e massa alimentar.

A diferença na atribuição dos produtos preocupa ainda Margarida José e outros beneficiários, ao ponto de terem implorado para não se registar mais tal fenómeno.

"Há grupos que vão lá primeiro recebem boas coisas e outros que recebem coisas normais", denunciou, referindo-se a materiais como baldes, esfregonas, mosquiteiros, bem como vassouras de pau, panos e utensílio que ela e suas companheiras ainda não receberam, apesar de constantes solicitações.

"Se a loja é única e nós todos temos mesmo cartão, como é que fazem essa separação, uns recebem boas coisas e outros não", questionou a seguir.

Em relação às vizinhas que ainda não têm o cartão, disse que algumas não tinham estado presentes no dia do processo, enquanto outras haviam mesmo tratado, mas ainda não lhes tinham sido dado o cartão Kikuia.

No acto da emissão dos cartões, os proprietários tiveram de apresentar cópias de Bilhete de Identidade e dados referentes ao número do agregado de casa, principalmente dos filhos, informaram outras moradoras do Honga Zanga, que alegaram não terem nenhum documento pessoal.

Finalmente, Margarida José considerou que, para o ritmo de consumo da sua família, o cartão Kikuiua veio dar um impulso maior, já que metade do dinheiro que gastava para ter comida em casa, podia ser gasto na aquisição de outras necessidades.

## I.6 País cai cinco posições

*Novo Jornal*

*14 De Novembro de 2014*

A GOVERNAÇÃO também tem passado pelo crivo internacional; é o caso do Índice Mo Ibrahim que avalia a governação africana. E Angola, contrariando a tendência dos últimos anos, em que vinha melhorando a sua performance desceu cinco posições este ano, ficando na posição 44 entre os 52 países em análise.

Como causas dos retrocessos, a Fundação Mo Ibrahim aponta recuos nas áreas da igualdade entre sexos, participação cívica, direitos humanos e ambiente económico. O relatório deste ano aponta melhorias em termos de segurança nacional, acesso à educação e saúde e funcionamento administração pública.

No relatório deste ano da Fundação Mo Ibrahim Cabo Verde aparece como o melhor país entre os falantes de português ocupando a segunda posição geral. O Arquipélago teve uma óptima avaliação em termos de segurança e funcionamento da lei e justiça, bem como na área da participação cívica e direitos humanos e no bem-estar, nomeadamente no acesso à segurança social. Entretanto, recebeu notas menos positivas na avaliação às infra-estruturas, administração pública, segurança pessoal e condições oferecidas às empresas privadas.

Já no ranking da transparência e olhando para Índice de Percepções de Corrupção o relatório de 2013 da Transparência Internacional revela que entre os países de língua portuguesa apenas Angola conseguiu ter mais um ponto que no ano passado, passando de 22 para 23, numa escala de 0 a 100, "em que 0 significa que o país é percebido como altamente corrupto, e 100 que um país é muito limpo", segundo as notas explicativas que acompanham a divulgação do relatório.

Este ponto vale a Angola uma melhoria de quatro posições, para o lugar número 153 do ranking que ordena os 175 países em função da corrupção percebida pelos peritos que trabalham mais de perto com o sector público.

Em 2012 Angola obteve 22 pontos ficando em 157 de um total de 174. A Dinamarca liderou e a Somália foi a última classificada.

### Fazer Negócios É Difícil

O Doing Business 2015, que mede a facilidade com que se fazem os negócios nos países, colocou Angola entre os piores dez países do mundo para se realizar um negócio, entre os 189 analisados.

De acordo como relatório do Banco Mundial-(BM), Angola ficou na posição 181, baixando um lugar em relação ao ano passado onde ocupou a posição 180.0 estudo que se baseia em 11 áreas do ciclo de vida de uma empresa incluiu dez itens na avaliação deste ano que passam

pela abertura de empresas, a obtenção de alvarás de construção, obtenção de electricidade, o registo de propriedades, a obtenção de crédito, protecção de investidores minoritários, pagamento de Impostos, e outros. Uma situação que de acordo com Doing Business deste ano, em vez de melhorar, degradou-se, contrariamente ao que se esperava. De acordo com o mesmo relatório, para iniciar um negócio em Angola são necessários 66 dias, o país está

abaixo da média dos países da África Austral.

O score final do ano passado também confirma que Angola está abaixo dos países da região, ou seja, ficou com 41.9 pontos contra os 52 dos vizinhos, superado pela África do Sul, Botsuana, Namíbia, Moçambique e Nigéria. O estudo do BM deste ano atesta ainda que na região subsahariana cinco de um total dez países, melhoraram em relação a 2014.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Mulheres processadoras de pescado “irritadas” com atraso do microcrédito

*Semanário Agora*

*07 De Novembro de 2014*

*Texto :Júlio Gomes*

Em Agosto de 2013, perto de 120 mulheres das povoações do Buraco e do Cabo Ledo, a SuI de Luanda, beneficiaram de dinheiro 'fresco' para impulsionar a sua actividade, visando, fundamentalmente, a comercialização de peixe em condições higiénicas mais saudáveis.

Organizadas em grupos de cinco a seis, cada uma beneficiou de um montante global de 53 mil Kwanzas, incluindo juro. Até Novembro do mesmo ano, o microcrédito, na ordem do equivalente a 60 mil dólares, já tinha sido devolvido.

Após a devolução do valor cedido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA), do Ministério das Pescas, as beneficiárias aguardavam por uma nova tranche que lhes permitisse ir mais ao longe na sua actividade.

Ledo engana!

"Devolvemos o dinheiro num período de apenas três meses", referem as mulheres que tem, no processamento e seca de peixe, o ganha-pão. "o valor foi recolhido pelo IPA, e a caminho de um ano, nunca mais nos disseram nada, enquanto gostaríamos de que o programa continuasse, para voltar a beneficiar estas e outras mulheres que se tem revelado como boas gestoras".

Com o microcrédito, muitas senhoras aumentaram a renda, adquiriram equipamentos e criaram melhores condições de trabalho. Por isso, entendem que, com mais apoio, os rendimentos serão maiores e os benefícios também.

Como o programa paralisou, consideram que há, no meio disso, um gato escondido, pois "só assim se entende que, depois de um ano, esteja tudo na estaca zero".

No Buraco, as trinta e cinco beneficiárias reembolsaram na totalidade o crédito, a mesmo ocorre no Cabo Ledo, povoação que apresenta maior

número de mulheres alvos do programa, onde aproximadamente 85% do microcrédito foi devolvido. Em virtude do atraso, elas, que se gabam por ter rentabilizado o dinheiro, endereçaram uma carta ao Ministério das Pescas, solicitando a sua intervenção para a aprovação de uma nova linha de microcrédito', através da qual pensam em potenciar a produção, "Estamos a organizar o nosso trabalho; estamos a comprar caixas para aumentar a produção de peixe seco; estamos a adquirir caixas de papelão, criar a nossa marca e pretendemos fornecer peixe de boa qualidade ao mercado nacional, com o nosso rotulo", defendem as 'mamãs' do Buraco e do Cabo Ledo que, em contrapartida, não querem ficar apenas pelo peixe seco: "Queremos aprender a fazer outros produtos, como, por exemplo, filetes ou mesmo farinha de peixe".

As mais cépticas dizem que, se um dia as autoridades voltarem a promover cursos de aperfeiçoamento em processamento de peixe, já não vão participar. "Porque tenho de participar num curso se depois não me dão dinheiro para começar o negocio?", resmunga uma senhora que apenas se identificou como MV.

"NAO EST AMOS A DORMIR". Instado pelo Agora sobre a problemática do microcrédito em causa, o director-geral do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal disse tratar-se de um projecto que tinha sido concebido para dar resposta ao PNUD, que tinha dinheiro em mãos, mas não havia identificado o alvo para a sua aplicação.

Nkosi Luyeye fez saber que o valor era de 400 mil dólares, que sobraram de outros projectos, e o PNUD não sabia onde e como gastá-los. "Fomos contactados e apresentamos o plano a este organismo das Nações Unidas e foi aprovado. Constituímos, inicialmente, 97 mulheres, na sua maioria do Cabo Ledo, que receberam formação de um mês e meio.

Depois, juntaram-se, conforme os seus interesses económicos, em grupos de cinco a seis e receberam cada 50 mil Kwanzas".

De acordo com o responsável, 75% do microcrédito já foi devolvido. O valor reembolsado não voltou a ser cedido, por ter sido utilizado noutros projectos de formação, como disse Nkosi Luyeye.

"Nós não dormimos e, em breve, as mulheres processadoras de peixe beneficiarão de novas tranches do microcrédito, a luz do Fundo de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (FADEPA)", garantiu o director.

A exemplo do Cuanza-Sul, onde os fundos do FADEPA beneficiaram, recentemente, 176 mulheres (cada uma recebeu 100 mil Kwanzas); outras de Luanda (Ilha, Cabo Ledo e Buraco), de Cabinda, Soyo e Zaire também serão contempladas.

A IPA não tem apenas a incumbência de aplicar e de fiscalizar a aplicação do microcrédito. Como disse o seu director, a instituição cabem múltiplas tarefas, incluindo a formação no interior do país. "Nós lidamos com a pesca continental e marítima, mas temos pouco dinheiro para uma série de tarefas", notou, reiterando que "não há conflitos com as senhoras processadoras de peixe", na medida em que "elas cumprem com as suas obrigações".

"A bola está do nosso lado, porque nós é que controlamos o retorno do dinheiro", atira Nkosi Luyeye, garantindo que as processadoras podem ficar descansadas, pois as suas inquietações serão ultrapassadas, não a olhar para o PNUD, mas para a acção do Governo, por meio do Ministério das Pescas que, praticamente, já encontrou uma solução para garantir a continuidade do microcrédito, concebido no âmbito da estratégia governamental de combate a fome e a pobreza nas comunidades.

## 2.2 Angola deve fazer muito mais para melhorar ambiente de negócios

*Jornal Expansão*

*07 De Novembro De 2014*

*Texto: Francisco De Andrade*

Não foi desta que Angola conseguiu fazer avanços significativos que o permitissem melhorar a sua

posição no relatório anual "Doing Business" do Banco Mundial, que analisa regulamentos que afectam as empresas nacionais em 189 economias do mundo, publicado na passada semana.

Depois de no relatório anterior o País ter estado na 180.ª posição, aparece agora na 181.ª do estudo que classifica as economias eleitas em dez áreas diferentes. Apesar de ver melhorada a sua avaliação na comparação dos pontos de partida e de chegada, definidos como DAF, na classificação geral

Angola desceu. No relatório de 2014 o País obteve 41,7 pontos e este ano somou 41,9 pontos. Nesta categoria Angola continua abaixo da África do Sul, Botswana, Namíbia, Moçambique e Nigéria que

registaram 71,08, 64,87, 62,81, 59,92 e 47,33, respectivamente.

O DB revela que a média registada entre os países da África Austral e a em 51,87, exactamente 10,02 pontos acima do score atribuído a Angola. O facto de o número de reformas realizadas por Angola terem sido suplantadas por outras economias pesou na posição que o País ocupa no ranking do "Doing Business 2015" (CDB).

De acordo com dados recolhidos pelo DB, iniciar um negócio em Angola requer oito procedimentos, 66 dias, 123,5% da renda per capita e a integralização de um capital mínimo de 20% da renda per

capita. Nesta categoria, o País ocupa a 174.ª posição no ranking.

Embora reconheça que a emissão de alvarás de construção deve ser um processo rigoroso, no sentido de se proteger a população, o Banco Mundial defende que o mesmo precisa de ser eficiente, para evitar as excessivas restrições sobre um sector que desempenha um papel importante na economia.

Segundo avança, para a obtenção de um alvará o empresário em Angola tem hoje que observar dez passos, esperar 203 dias e aplicar 0,5% da sua renda per capita. Isto, precisa o relatório, faz com que no total das 189 economias avaliadas.

Iniciar um negócio em Angola requer oito procedimentos e 66 dias. Angola ocupa a posição 67, a melhor dos dez indicadores analisados.

Para se ter energia eléctrica, elemento vital para o desempenho das empresas, são necessários sete passos, 145 dias, sendo que o custo atinge os 660% da renda per capita, numa categoria em que o País aparece na 157.ª posição do grupo de economias reportadas. Enquanto isso, os dados recolhidos atestam que para se concluir um registo de imóveis se tem de esperar 190 dias, depois de se ter cumprido os sete passos exigidos e o custo para tal ronda os 3% do valor do imóvel.

No que a obtenção de crédito diz respeito, das 189 economias abrangidas pelo relatório do Banco Mundial, Angola é a 180.ª. Já no que se refere à protecção de investidores, o País recebeu 5,2 pontos, o que lhe valeu a posição 94 do ranking.

O relatório da conta que as empresas em Angola fazem pagamento de impostos em média 30 vezes por ano e que perdem no global 282 horas. Os impostos pagos, de acordo com o "Doing Business" chegam a atingir 52% do lucro da empresa, o que na

facilidade do cumprimento desta obrigação coloca o País em 1440 lugar do quadro da classificação.

A pesquisa do Banco Mundial mostra que os exportadores dos países em desenvolvimento chegam a perder mais de 10% nas tarifas aplicadas aos produtos em mercados globais. De acordo com dados recolhidos pelo DB, a exportação de um contentor padrão de bens requer dez documentos, leva 40 dias e custa 2.060 USD. Importando o mesmo contentor requer nove documentos, espera-se 43 dias e o custo sobe para 2.725USD.

Em termos de facilidade de comércio externo (comércio entre fronteiras), Angola está em 1670 no ranking. Já na execução de contratos a posição do País é mais crítica (187). Para tal contribui os 1.296 dias que se tem de esperar, os 46 passos para que tal se concretize e um custo de 44,4% do valor do crédito,

Mas a pior classificação do País está mesmo na resolução de insolvência, que a par do registo de propriedade, comércio entre fronteiras e execução de contratos não registou qualquer alteração quando comparado com o último ano. A nível das economias mundiais avaliadas, Angola ocupa, neste indicador, a 'desprestigante' última posição (189).

Entretanto, os resultados do bf DB 2015 são até certo modo contestados pelas autoridades governativas, que em defesa da "sua dama", alegam não terem sido considerados avanços registados no período estudado, onde destacam a reforma fiscal e a criação de pr, mais centros de registos de empresas.

De recordar que, em Março de 2013, a Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros aprovou, em reunião, um calendário com acções a implementar ao longo do ano, visando reduzir a burocratização do processo de constituição e licenciamento de empresas, com o propósito de melhorar a posição do País no relatório "Doing Business".

#### Mudanças na avaliação

Na análise comparativa entre 189 países o relatório analisa indicadores que têm que ver com a facilidade de "Abertura de Empresa", obtenção de Alvarás de Construção", "Obtenção de Electricidade", "Registo de Propriedade", "Obtenção de Crédito", "Proteção de Investidores", "Pagamentos de Imposto", "Comércio entre Fronteiras", "Execução de Contratos" e "Resolução de Insolvência".

O "Doing Business (DB) 2015" introduziu três mudanças na sua avaliação. A primeira está relacionada com a cobertura de uma segunda cidade em onze economias com população acima dos 100 milhões de habitantes, concretamente na do Bangladesh, Brasil, China, Índia, Indonésia, Japão, México, Nigéria, Paquistão, Federação Russa e Estados Unidos da América. A segunda mudança prende-se com o facto de o relatório deste ano expandir o escopo dos indicadores "Resolução de Insolvência", "Proteção de Investidores Minoritários" e "Obtenção de Crédito". Os indicadores de resolução de insolvência que desde então mediam apenas o custo e resultado de um processo de insolvência de uma empresa de estudo de caso e a taxa de recuperação para os credores garantidos. Assim, indica o Banco Mundial, os indicadores que até então se centravam principalmente na eficiência do sistema de tribunal de falências, estendem-se neste relatório a medição explícita da força do regime jurídico de insolvência, Indicadores de obtenção de crédito. Por sua vez, os indicadores de obtenção de crédito foram ampliados para cobrir mais as boas práticas. A força do índice direitos legais foi ampliada de 10 para 12 pontos, com novos aspectos seleccionados de acordo com, entre outros, o Guia Legislativo sobre Transacções Garantidas. Um dos novos pontos é concedido a economias que tiveram um sistema de transacções seguras e integradas, enquanto outros são concedidos para registos de garantias que funcionem bem definidos por várias características.

Já a terceira novidade está relacionada com o ranking agregado com base na distância até a fronteira (DAF), medida que mostra quão perto cada economia está das melhores práticas globais em regulamentação de negócios. Uma maior pontuação indica um ambiente de negócios mais eficiente e instituições jurídicas mais fortes, sendo que a distância para a pontuação fronteira capta a lacuna entre o desempenho de uma economia em regulamentação de negócios e uma medida de melhores e práticas em 31 indicadores dos dez tópicos do DB. o indicador é calibrado com uma escala de 0 a 100, E com 0 representando o pior desempenho e 100 representando o melhor.

"Por exemplo, uma pontuação de 75 no DB 2014 significa que uma economia foi esta 25 pontos percentuais de distância da fronteira, que é construída a partir dos melhores desempenhos em todas as economias e ao longo do tempo. Uma pontuação de 80 no DB 2015 indica que a economia está melhorando. I.e.seno relatório.



Desta forma, acrescentamos autores do estudo, a medida distancia a ate a fronteira complementa a classificacao na facilidade de negocios, e permitindo economias a fazerem comparacoes intertemporais.

A posicao que Angola vem ocupando em varios rankings mundiais, em particular no da competitividade e no "Doing Business", decorrem de uma grelha de itens que possui requisitos pertinentes a classificacao macro dos paises, em funcao da realidade de cada um, nao sendo por isso premeditada, afirmou ao Expansão o vice-presidente da Associacao Industrial de Angola (AIA), Morais Bernardo, em entrevista feita por e-mail.

De acordo com o responsavel, os factores que conduzem a estas classificacoes tem sido devidamente identificados, apontando exactamente os avaliados pelo Banco Mundial no seu relatorio sobre a facilidade de se fazer negocios no mundo tempo de estabelecimento duma empresa, processo de obtencao de licenca e alvaras, registo de propriedades, o tempo de importacao de mercadorias, processo de autenticacao de documentos, protecao do Investidor, execucao de contratos, obtencao de credito.

No ponto de vista de Morais Bernardo, nestes indicadores, verifica-se que aquelas a que chamou "medidas encorajadoras tomadas pelo Executivo" nao estao a surtir os efeitos desejados.

"Neste contexto, cabe-nos dar conta de como vao as coisas internamente e procurar ir corrigindo algumas incongruencias que precisam de ser ultrapassadas no funcionamento das nossas instituicoes. Em parte e bem-vindo este instrumento de avaliacao de como vai a nossa economia em todas as suas vertentes, isto e, dentro dum ambiente macro", frisou.

Para o segundo homem da AIA, embora os indicadores macroeconomicos estarem ainda longe do desejado, a economia angolana ja e, ate certo ponto, competitiva. O que falta, acrescentou, e fazer-se uma incursao naquilo que e o tecido economico actual, identificando e apoiando as Micro, Pequenas e Medias Empresas, no sentido destas virem a contribuir substancialmente neste processo evitando-se as assimetrias "assustadoras" entre as empresas nacionais e o que falta e fazer-se uma incursao naquilo que e o tecido economico actual, apoiando as empresas estrangeiras numa persecucao de parcerias tecnicas e financeiras, assim como melhorar-se os servicos para se atender a procura interna e futuramente externa.

## 2.3 BUE

*Jornal Manchete*

*07 De Novembro de 2014*

O Balcao Unico do Empreendedor com a denominacao "Bue" e um servico publico, cuja finalidade e simplificar o processo de constituicao, licenciamento de empresas, regularizacao de empreendedores que se encontram no mercado informal e de actos anexo. Todo o processo iniciado no "BUE" deve ser concluido no mesmo local. Normalmente, apos 5 dias uteis, o BUE confirma o registo da empresa,

remete o inicio de actividade as financas, Inspeccao do Trabalho, Cadastro Comercial e Seguranca Social, assim como finalizacao do registo na Conservatoria do Registo Comercial. Aqui e onde o porco torce o rabo, porque os cidadaos que procuraram os servicos prestados nos estabelecimentos do BUE, particularmente da Samba, estao ha mais de 8 meses sem ver as suas empresas reconhecidas por alegada falta de sistema. Assim veio facilitar ou dificultar? Quem ira se responsabilizar pelos danos causados pela demora, se tivermos em conta que muitas destas empresas estariam ja hoje a funcionar e que ja tiveram garantias de financiamento?

## 2.4 Um quarto da populacao tem conta bancaria

*Jornal de Angola*

*08 De Novembro de 2014*

*Texto: Natacha Roberto*

O governador do Banco Nacional de Angola (BNA) revelou que o sistema bancario tem cerca de seis milhoes de contas a ordem em moeda nacional 25 por cento da populacao e 1.450 balcoes.

Jose de Lima Massano, que fez a revelacao no laneamento do servico "Correspondente Bancario", da Empresa Nacional de Correios e Telegrafos de Angola, disse que a rede de balcoes esta centrada nos centros urbanos e que apenas em Luanda estao 52 por cento.

O BNA, com base em dados anteriores ao censo da populacao, anunciou em Abril que, apos um crescimento de 32 por cento nos ultimos tres anos, se esperava que as contas ordenado abrangessem 65 por cento da populacao adulta.

## Expansão da distribuição

o governador definiu o "Correspondente Bancário" como um facilitador da oferta de serviços financeiros que torna mais rápida a expansão dos canais de distribuição.

Lima Massano referiu estar previsto que a nova fase de desenvolvimento do sistema financeiro angolano alargue a rede bancária e permita a instalação de pequenos estabelecimentos comerciais. o governador salientou a importância da função do correspondente "como instrumento da rápida expansão dos serviços bancários e inclusão financeira", incluído no programa de registo de adultos coordenado pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Apesar do engenho dos operadores bancários no desenvolvimento de soluções alternativas de identificação dos clientes, prosseguiu, a ausência do título reconhecidamente válido, o Bilhete de Identidade, constitui uma das limitações a abertura de contas ordenado que importa superar.

o acesso e o uso generalizado do "Correspondente Bancário", acentuou, proporciona melhorias ao bem-estar da população, com a realização de poupanças, pagamentos, transferências e remessa de valores e empréstimo de forma segura a partir das estações dos Correios.

A Empresa de Correios e telegráficos de Angola já dispõe de um serviço expresso de distribuição de documentos e encomendas a nível nacional e internacional, designado Express Mail Service (EMS).

## 2.5 Apenas 28,6% das contas bancárias pertencem a mulheres

*Jornal O País*

*14 De Novembro de 2014*

o governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José de Lima Massano, disse em Benguela, que o acesso das mulheres aos serviços financeiros é ainda limitado no nosso país. Elas são titulares de apenas 28,6% das contas bancárias activas e detêm 22,71% dos cartões de pagamentos emitidos. Ao falar no III Fórum Internacional sobre Inclusão Financeira, referiu que apesar de se estimar que cerca de 50% da população adulta angolana tenha conta bancária e que 52% da população sejam mulheres, elas são titulares de apenas 28,6% das contas bancárias activas na banca e detêm 22,71% dos cartões de pagamento emitidos.

Quanto ao crédito, as mulheres representam apenas 21,26% do total concedido. Queremos encontrar caminhos que possam intensificar a inclusão financeira dos cidadãos e das mulheres angolanas, em particular. Como podemos constatar ao longo deste fórum, pese embora os ganhos já realizados, os esforços no sentido de incrementar o acesso da população a serviços financeiros, devem prosseguir à bem de um desenvolvimento economicamente sustentável e socialmente inclusivo, disse na ocasião.

## 2.6 Mulheres são apenas titulares de 28,6% das contas bancárias

*Jornal O País*

*14 De Novembro de 2014*

*Texto: Hermenegildo Tchিপilica*

Ao falar no III Fórum Internacional sobre Inclusão Financeira, referiu que apesar de se estimar que cerca de 50% da população adulta angolana tenha conta bancária e que 52% da população sejam mulheres, elas são titulares de apenas 28,6% das contas bancárias activas na banca e detêm 22,71% dos cartões de pagamento emitidos. Quanto ao crédito, as mulheres representam apenas 21,26 % do total concedido. Queremos encontrar caminhos que possam intensificar a inclusão financeira dos cidadãos e das mulheres angolanas, em particular. Como podemos constatar ao longo deste fórum, pese embora os ganhos já realizados, os esforços no sentido de incrementar o acesso da população a serviços financeiros, devem prosseguir à bem de um desenvolvimento economicamente sustentável e socialmente inclusivo, disse na ocasião.

O Governador do banco central destacou também que essas iniciativas visam a criação de condições para o aumento de ofertas de serviços financeiros à população de modo seguro e eficiente, enfatizando que o lançamento em 2011, em parceria com 10 bancos comerciais, da campanha de educação financeira, visou o acesso ao sistema financeiro da população de baixa renda. Esta campanha incluiu o lançamento de dois produtos principais: o Depósito Bankita, que permite a abertura de conta com o montante mínimo de kz 100 e máximo de Kz 100.000 e a Poupança Bankita a Crescer, uma conta a prazo que pode ser constituída com o montante mínimo de Kz 1.000', disse. Ainda no âmbito desta campanha e para os referidos produtos, foi excluída a obrigatoriedade da apresentação do Bilhete de Identidade para abertura de conta, sendo permitida a utilização de qualquer outro documento de

identificação reconhecido como válido pelas próprias instituições financeiras bancárias, sublinhou.

'Bankita' em movimento ascendente

'As contas 'Bankita' têm registado um movimento ascendente. Muitos são os cidadãos que passaram a deter uma conta bancária e muitos são os que transitaram já das contas 'Bankitas' para clientes regulares da banca, revelou, José de Lima Massano, que revelou que em 31 de Agosto de 2014, estas contas de acesso a serviços bancários básicos totalizavam cerca de 288 mil, adiantou.

Disse igualmente, que o fórum procurou abordar a situação actual da inclusão financeira no país e particularmente da mulher, dado o papel preponderante que as mulheres exercem na segurança económica das famílias angolanas.

Referiu que, na actualidade, é reconhecida cada vez mais, a importância do papel e a contribuição que o acesso e o uso generalizados dos serviços financeiros têm no estímulo à poupança financeira, financiamento à economia e, conseqüentemente, à redução das desigualdades sociais e melhoria do bem-estar da população em geral. Apraz-nos reconhecer que o crescimento económico dos últimos anos teve um impacto positivo sobre o crescimento

do sector bancário angolano. O total de activos da banca corresponde hoje cerca de 60% do Produto Interno Bruto, referiu.

Para o responsável máximo do banco emissor, é necessário que esse crescimento possa exercer, continuamente, uma influência positiva na vida das famílias angolanas. Uma adequada expansão da inclusão financeira permite maior mobilização de poupanças para suporte ao investimento e alarga a base de acesso ao capital financeiro, tão necessário para o desenvolvimento económico e social.

José de Lima Massano chamou a atenção para a criação de um quadro regulamentar próprio para as sociedades de Micro-crédito e para as cooperativas de crédito. Adicionalmente, foi regulamentada a prestação de serviço por correspondentes bancários e mais recentemente os serviços de pagamento móveis, permitindo que por telemóvel possam ser realizadas operações bancárias, acentuou.

## 2.7 Programa "Angola Investe" regista avanços

*Jornal de Angola*

*15 De Novembro de 2014*

*Texto: Garrido Frago*

O Conselho Nacional de Concertação Social avaliou ontem em Luanda o relatório de balanço do Programa Angola Investe (PDMPME) e "Meu Negócio, Minha Vida", que evidencia os principais avanços obtidos nos últimos meses deste ano sobre o acesso ao financiamento às micro, pequenas e médias empresas, incluindo os benefícios fiscais concedidos aos operadores económicos.

Um comunicado de imprensa tornado público no final do encontro, orientado pelo Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, diz que o valor dos projectos aprovados para o programa é de 78 mil milhões de kwanzas, tendo sido disponibilizados até à data 49 mil milhões de kwanzas para a criação de 54.301 empregos directos e indirectos.

O documento indica que até Outubro foram certificadas 9.255 empresas e realizadas 911 acções de formação, abrangendo 37.112 pessoas.

"Angola Investe" é um programa promovido pelo Ministério da Economia, com o intuito de promover a concessão de financiamentos de projectos às micro, pequenas e médias empresas.

Avaliado OGE2015

No encontro de ontem, o Conselho apreciou o projecto do Orçamento Geral do Estado para 2015, elaborado com base no actual contexto económico e financeiro internacional, caracterizado pela baixa significativa do preço do petróleo. O projecto de OGE para o próximo ano mantém a afectação de recursos significativos para o sector social, para o qual estão destinados 34 por cento do total do orçamento e neste âmbito prevê-se o reforço das dotações orçamentais para os programas de assistência social, destacando-se o aumento das dotações financeiras destinadas à saúde e educação.

Em declarações à imprensa, no final do encontro, que decorreu na Cidade Alta, o secretário geral da UNTA-CS, Manuel Viage, afirmou que as "medidas restritivas" preconizadas pelo Executivo, no âmbito do Orçamento Geral do Estado para 2015, não vão afectar as relações de trabalho entre o Estado e os funcionários. "Podemos ficar tranquilos porque as medidas restritivas que o Executivo preconiza para

2015 não vão afectar as relações de trabalho que o Estado tem para com os cidadãos", indicou o sindicalista. Manuel Viage lembrou que o OGE para 2015 está condicionado nas suas receitas pelo facto da sua principal fonte de financiamento, o petróleo, estar a conhecer quedas no seu valor. O sindicalista garantiu ainda que pelas medidas preconizadas na execução do OGE-2015, os trabalhadores não correm qualquer risco de perder os empregos, salientando que o poder de compra dos salários é mantido, com ajustamentos pontuais dos mesmos de acordo com a taxa de inflação esperada. Os sectores da saúde e educação há novas admissões para fazerem face aos novos equipamentos sociais a serem construídos. Os membros do Conselho foram informados sobre a estratégia do Executivo para a expansão da rede comercial de Angola até 2017, a qual engloba um conjunto de mecanismos, instrumentos e acções que visam criar as condições para que, com o envolvimento do sector privado, se possa expandir e modernizar a rede comercial, nos seus diferentes segmentos, em todo o território nacional.

No domínio da formação de quadros, os parceiros sociais do Governo apreciaram um memorando sobre a aplicação do Plano Nacional de Formação de Quadros, documento que retrata as acções que o executivo pretende realizar para promover o desenvolvimento do potencial humano de Angola e dar resposta às exigências e necessidades do desenvolvimento sustentável do país, diversificar a economia, aumentar o emprego, reduzir as assimetrias regionais, elevar o nível de qualificação técnica e profissional da mão-de-obra nacional e melhorar substancialmente o nível de vida de todos os angolanos.

O quadro das iniciativas para a melhoria do Ensino Superior, os membros do Conselho avaliaram um relatório sobre o Processo de Auscultação Pública dos Ante-Projectos de Diplomas Legais do Subsistema de Ensino Superior, documento que reflecte as opiniões das diversas entidades envolvidas nesta actividade, resultante dos encontros realizados em todas as províncias de 7 a 11 de Julho deste ano.

## 2.8 Obstáculos burocráticos são ultrapassados

*Jornal de Angola*

*18 De Novembro de 2014*

*Texto: Domingos Dos Santos*

O ministro da Economia garantiu, no Cuanza Norte que os constrangimentos burocráticos no processo de financiamento de projectos de investimentos estão a ser ultrapassados com aprovação de vários diplomas que permitem acesso mais fácil dos empresários aos créditos.

Abraão Gourgel falava no final de uma visita a projectos de investimentos financiados ao abrigo do programa Angola Investe no Cuanza Norte, momentos depois de ter reunido com empresários locais que apresentaram os constrangimentos verificados no processo de investimento privado, principalmente os relacionados com a concessão de vistos de trabalho a pessoal especializado e o tempo de reembolso do crédito recebido.

O encontro com o ministro, os empresários disseram que a demora na renovação dos vistos de trabalho põe em causa a manutenção do funcionamento de alguns projectos. "Este é um assunto que de facto temos de resolver ou, pelos menos, ajudar", disse o ministro.

O período entre a aprovação do projecto pelo banco financiador e o de reembolso do valor concedido foi outra das preocupações apresentadas pelos empresários.

Abraão Gourgel esclareceu que a situação se deve primeiro, a alguns procedimentos administrativos do próprio banco, segundo, aos investidores não concederem às instituições bancárias os dados exigidos para o financiamento e, por último, terem atingido o plafond para aquele período e aguardar pela renovação.

"Os constrangimentos levantados podem ser ultrapassados com relativa facilidade em conjunto com o Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Fundo de Garantia de Crédito e com os líderes das iniciativas de bonificação de juros", afirmou.

Estes processos burocráticos, prosseguiu, estão a ser igualmente simplificados com a aprovação de vários diplomas, um deles, já aprovado, o da redução dos custos de constituição de empresas, e outro, em vias

de aprovação pelo Parlamento, o da simplificação da criação de sociedades comerciais.

"São questões reais que o empresariado enfrenta e que Executivo está a resolver", disse.

Projectos aprovados

O Cuanza Norte já tem mais de dez projectos de investimentos aprovados para serem financiados pelo programa Angola Investe. "Este número satisfaz-nos", disse Abraão Gourgel, que no Cuanza Norte visitou as fábricas de produção de água mineral e leite, bem como uma padaria e pastelaria que abastece vários municípios e comunas "São projectos importantes

para a substituição de importações, diversificação da economia e criação empregos na província", sublinhou. O ministro encorajou todos os empresários a prepararem projectos e a investirem em áreas prioritárias definidas pelo Plano de Desenvolvimento Provincial. Aos jovens, exortou-os a desenvolverem pequenas iniciativas empresariais.

Abraão Gourgel também visitou o Balcão Único do Empreendedor, que tem concede financiamentos a promotores de micro investimentos por intermédio do Banco de Comércio e Indústria.

Neste momento, referiu, o balcão funciona com muitos procedimentos manuais que vão ser substituídos por uma aplicação informática que permite a integração automática dos vários serviços.

## 2.9 Micro-crédito acelera combate à pobreza

*Jornal de Angola*

*21 De Novembro de 2014*

*Texto: Graciete Mayer*

O programa de micro-crédito, lançado há 15 anos, acelera o combate à pobreza e a inclusão social de milhares de angolanos e retirou mais de 500 mil famílias, na maioria das zonas rurais, da condição da pobreza extrema.

A chefe de departamento de apoio à Família do Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) declarou que o micro crédito permitiu a criação de e pequenas iniciativas de negócios na agricultura, pecuária, comércio e artesanato, no quadro do programa governamental de 1- combate à fome e à pobreza.

Santa Ernesto, disse ao Jornal de Angola que estes financiamentos têm melhorado "bastante as condições de vida das famílias, a julgar pelos testemunhos prestados pelas beneficiárias de micro crédito" e confirmadas nas visitas às localidades.

Desde que foi lançado o programa de Micro-crédito em 1999 pela Primeira-Dama, Ana Paula dos Santos, afirmou, muitas famílias que viviam em condições de extrema pobreza melhoram as condições e hoje tem pequenos rendimentos provenientes dos negócios que desenvolvem.

O papel do MINFAMU neste programa do Executivo, disse, é de facilitar o acesso das interessadas ao micro crédito, cujo objectivo é reduzir a pobreza extrema e promover a inclusão social.

Com objectivo de analisar a evolução do programa de micro crédito, o Ministério da Família e Promoção da Mulher realiza nos dias 24 e 25, o VI Fórum Nacional de Micro Finanças, no qual devem, participar mais de cem representantes de instituições governamentais, bancárias e do sector empresarial público e privado.

No encontro, subordinado ao tema "O Contributo da Micro finança para a Inclusão Social e Económica das Famílias e Mulheres Rurais" são discutidos, entre outros, os temas, "Os desafios da "Micro Finança na Remoção dos Factores de Vulnerabilidade e Exclusão das Mulheres no Meio Rural", "Perspectiva da Contribuição do Micro Credito para o Alcance da Meta do Programa Nacional de Desenvolvimento 2015-2017" e "O Papel do Micro Crédito na Promoção da Agricultura Familiar Virada para o Mercado".

## 2.10 Micro-crédito A Conquista Do Sol

*Jornal a Capital*

*22 De Novembro de 2014*

*Texto: Antónia Gualter Filho*

Foi uma iniciativa enaltecida pelos presentes ao certame. "A política de micro-crédito traçada pelo Executivo angolano está a contribuir para alcançar as metas internacionais relacionadas com a redução da pobreza. É um importante instrumento de inclusão económica e social no país, pelo contributo que tem prestado, sobretudo na redução de assimetrias entre regiões", reconheceu a vice-governadora de Luanda para área social, Juvelina Imperial, uma das várias figuras convidadas ao evento.

Ficou claramente demonstrado que Banco Sol continua comprometido com aquilo que sempre se revelou ser a sua matriz fundadora: o micro-crédito como base para o combate à pobreza, à fome e ao desemprego. Trata-se, na verdade, de um compromisso social constante do seu portfólio. "O micro-crédito e o empreendedorismo merecem, cada vez mais, uma atenção especial para um banco moderno", reflectiu o Presidente do Conselho de Administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel.

É, como se costuma dizer, uma marca registada de uma instituição bancária que, por obra própria, se encontra posicionada entre os oito maiores bancos no mercado angolano, de acordo com o último relatório do estudo da banca angolana (Banca em Análise), uma iniciativa da Deloitte em colaboração com a Associação Angolana de Bancos (ABANC).

O impacto do micro-crédito vem reflectido na vida dos beneficiários e suas famílias. "O micro-crédito possibilita o auto-emprego e conseqüentemente o aumento do capital individual, o que em muitos casos se traduz na restituição da cidadania e acima de tudo da dignidade", defende Coutinho obre Miguel.

Aliás, os números apresentados pelo seu PCA durante o fórum são, para além de animadores, elucidativos, facto que orgulha o sistema bancário nacional para uma instituição que, como se sabe, nasceu com um capital mínimo de quatro milhões de dólares, mas que hoje se apresenta com indicadores de crescimento altamente confortados dos resultados líquidos, racionalidade, rendibilidade dos activos, rácio-deficiência e robustez das suas previsões.

Actualmente, o banco conta 154 balcões espalhados por todo o país, com um rácio na casa de 14 por cento, garantido, por via disso, mais de 1400 empregos directos. Daí que se conclui, e isto foi manifestado pelo seu PCA, que se está diante de uma instituição financeira que vê crescer diariamente o seu activo de clientes, tendo já atingido a cifra de 182 mil milhões de kwanzas. "É uma obra de sucesso e, ao mesmo tempo, sinal de empreendedorismo e visão estratégica dos seus accionistas", considerou Coutinho Nobre Miguel.

"Estaremos sempre na vanguarda em apoiar as micro, pequenas e médias empresas, para, cada vez mais, garantirmos maior número de postos de trabalho e contribuir na melhoria das condições das populações e torna-las donas de seus próprios negócios", perspectivou o gestor bancário.

Em 13 anos de existência, conta pelo menos 700 mil clientes e um crédito vivo acima de 75 mil milhões de kwanzas, considerando o homem como seu verdadeiro activo. E tal é facilitado mediante a formação técnica e académica, capacitação contínua e actualização dos seus quadros, garantes de um serviço de qualidade aos clientes.

## 2.11 Executivo corta juros sobre empréstimo

*Jornal de Angola*

*21 De Novembro de 2014*

*Texto: Graciete Mayer*

O Executivo reduziu de cinco para dois por cento o juro do Crédito Agrícola de Campanha (CAC), passando a onerar apenas 70 por cento do valor destes empréstimos, anunciou ontem em Luanda ministro da Economia.

Na abertura do VI Fórum Nacional de Micro Finanças, Abraão Gourgel declarou que o objectivo desta medida é fomentar o crédito e promover a atractividade do sector agrícola com mecanismos de financiamento do processo produtivo.

O ministro revelou que desde Junho de 2010, altura que estes empréstimos foram instituídos, os bancos comerciais disponibilizaram para os clientes 34,5 mil milhões de kwanzas, que foram absorvidos em 45 por cento pelo crédito de campanha para camponeses associados e em 55 por cento pelo Crédito de Investimento Agrícola por pequenos e médios produtores agro-pecuários.

Estão envolvidos nesse programa de financiamento o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o Banco de Comércio e Indústria (BCI), o Banco Sol e o Banco Angolano de Investimentos (BAI).

Com objectivo de reforçar o CAC, o Executivo acaba de injectar ainda no sistema bancário mais 12 mil milhões de kwanzas, segundo anunciou recentemente o ministro das Finanças Armando Manuel explicou que o Executivo optou por essa medida para estimular a actividade agrícola no país, não obstante as consequências da seca, que reduziu o poder de reembolso de grande parte dos beneficiários do crédito.

No conjunto de iniciativas de fomento do crédito agrícola, o ministro da Economia anunciou ainda a Criação do seguro agrícola, a partir do próximo ano, como instrumento complementar do crédito, para ajudar a aliviar os riscos nas colheitas agrícolas e

contribuir para melhorar o ambiente de negócios no sector.

Alem disso, Abraão Gourgel anunciou a elaboração de um quadro regulamentar para promover o desenvolvimento de produtos de seguros e favorecer a Criação de urna base de partilha de riscos seguráveis com viabilidade comercial. Nesta perspectiva, esta em curso urna parceria entre o Executivo e as Seguradoras para o estabelecimento do segura agrícola como política publica para o sector agrícola.

O Executivo aprovou ainda um plano de potenciação de crédito, coordenado pelo Ministério da Economia, para promover o acesso ao crédito e aos seguros através da remoção das barreiras a procura, dinamização da oferta e um quadro institucional facilitador.

O ministro lembrou que o sector agrícola, apesar de ser estratégico para a diversificação da economia nacional, ainda não dispõe de produtos financeiros, nomeadamente, linhas de crédito e seguros suficientes, para aumentar o rendimento das famílias camponesas.

O Fórum Nacional de Micro Finanças, promovido pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINF AMI), encerra hoje com uma mesa redonda sobre a "Experiência, Sucessos, Constrangimentos e Desafios dos Bancos Operadores", que tem como convidados o subdirector do BPC para Área de Credito, Afonso José, o coordenador do BAI Micro Finanças, Valdemiro Gourgel, e a directora de Crédito do BCI, Isabel Santos.

## 2.12 Crédito agrícola ganha mais incentivo

*Jornal: Economia e Finanças*  
28 De Novembro de 2014

O sector agrícola nacional vai ganhar mais um incentivo com a redução da taxa de juro dos beneficiários do crédito agrícola de campanha com o objectivo de acelerar o processo de diversificação em curso no país.

Segundo Abraão Gourgel, ministro da Economia, que falava na abertura do VI fórum nacional sobre Micro-Finanças, o objectivo destas medidas e promover a criação de mecanismos e instrumentos de fomento ao credito agrícola que garantam a sua atractividade para os beneficiários e os bancos, dirigido a todas as etapas da cadeia de valor.

No conjunto de iniciativas que visam fomentar o crédito no sector agrícola, disse, esta também prevista a dinamização do seguro agrícola como instrumento de complemento ao crédito, na medida em que ajuda a mitigar os riscos da colheita dos negócios no sector; ao mesmo tempo será criado um quadro regulamentar que potencie o desenvolvimento de produtos dirigidos e favoreça a criação de uma base de mutualização de riscos seguráveis com viabilidade comercial.

Nesta perspectiva, aclarou, esta em curso uma parceria, reunindo o sector dos seguros com instituições do Estado para o estabelecimento de um programa nacional de segura agrícola, dentro da visão das políticas públicas para o sector agrícola.

O programa de potenciação de crédito prevê igualmente a institucionalização do micro seguro, que será um mecanismo de protecção de riscos destinado a população de baixa renda ou micro empreendedores, inclusive no meio rural.

As medidas a serem implementadas visam criar condições Favoráveis aos operadores de Micro-Finanças, assim como ampliar o universo de beneficiários no meio rural.

"Como sabemos, as instituições financeiras que procuram trabalhar em áreas rurais enfrentam inúmeros constrangimentos, como infra-estruturas precárias, dispersão da procura, riscos de preço e de rendimento e limitações de garantia", disse o ministro.

O ministro ressaltou que nem to do o financiamento rural e agrícola e nem todos os financiamentos agrícolas são rurais o rural refere-se a serviços financeiros utilizados em áreas rurais por pessoas de todos os níveis de renda e o agrícola destina-se a actividades relacionadas com a agricultura, desde a produção ate ao mercado.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Meliantes assaltam kinguilas na zona Camama em Luanda

*Jornal Continente*  
07 De Novembro de 2014  
Texto: Luís Caetano

O Continente esteve no local e segundo as testemunhas os meliantes faziam-se transportar por uma viatura e uma motorizada e 'de imediato neutralizaram as, vitimas sob ameaças de norte, e em seguida levando quantias elevadas em kwanzas e dólares norte americanos..

Paula da Conceição Pimenta disse a nossa reportagem que a acção decorreu nos "arredores do Condomínio Jardim do Éden junto do Banco de Poupança e Credito (BPC).

"Foram cinco jovens, depois de se apoderarem do dinheiro das senhoras meteram-se em fuga, em alta velocidade disparando para o ar" informou Paula Pimenta.

Já a Edna de Sousa, cambista foi assaltada e os bandidos levaram 15 mil dólares e 1 milhão de kwanzas. "Nunca vi uma coisa dessas, foi tudo rápido, de repente apareceram três pessoas com pistolas e armas grandes e colocaram-me e receberam a pasta onde tinha o dinheiro" conta tristemente a senhora Edna.

Cena deste calibre aconteceu terça-feira, em que dois supostos marginais foram mortos, em Viana, Luanda Sul, em confronto direito com as forças da ordem pública, quando estes tentavam assaltar um grupo de Kinguilas, graças a pronta intervenção dos agentes da policia que impediu o assalto. A policia nacional informa que nas últimas 24 horas registou 18 crimes diversos de fórum comum, dos quais 14 já esclarecidos com destaque para um homicídio voluntário por disparos com arma de fogo, ameaças de morte, roubos de artigos diversos e valores monetários, posse e uso de drogas.

Nesta acção foram detidos preventivamente 59 supostos marginais, dos quais nove estrangeiros por permanência ilegal no país e apreendidas sete armas de fogo, uma Uzi, quatro metralhadoras do tipo Akm-47, duas pistolas e artigos diversos.

### 3.2 Melhoria do rendimento das famílias aumenta com o nível de literacia financeira

*Jornal Economia e Finanças*  
07 De Novembro de 2014

As comemorações do dia mundial da poupança, que se assinalou a 31 de Outubro, são uma ocasião para se aferir como as famílias lidam com o assunto da poupança. A reportagem do JE saiu a rua e conversou com chefes de família e outros sem este grau de responsabilidade.

Como os agregados poupam? Há condições para se fazer poupança? Por que as pessoas alegam não existir condições para se fazer poupanças? Estas e outras perguntas mereceram diferentes opiniões dos nossos entrevistados.

#### Gastar e poupar

O jurista Amílcar Bungo, por exemplo, casado e pai de sete filhos, disse que o salário que aufer e suficiente para gastar e poupar. Normalmente, prioriza as coisas essenciais (propinas, segura de saúde, etc.) e depois as necessidades básicas (alimentação, vestuário e combustível para as viaturas), porque nessa sociedade só poupando e que teremos um nível de vida aceitável.

Por sua vez, Estefânia José, funcionária pública, vive com marido e dois filhos. Ganha pouco e, normalmente, poupa somente quando sobra. Não tem nenhuma estratégia, pois o salário que aufer muitas das vezes não chega para cobrir todas as necessidades.

Já Ana Neto, secretária administrativa na área de finanças, disse que, além de pagar as propinas e satisfazer as necessidades primordiais, tem por hábito poupar para levar a família a conhecer um país novo todo o fim de ano.

#### Visão de estudante

José Bartolomeu Dala, estudante, vive apenas da mesada dos pais, mas já tem o hábito de economizar. "Primeiro, gasto a comprar aquilo de que necessito e guardo outra parte sempre para uma necessidade futura. Poupo o remanescente. Não uso cartão multicaixa, para ajudar a fazer poupança.

No caso de Isabel Marcolino, que é funcionária pública e vive somente com os dois filhos, os salários, conforme disse, geralmente, nunca chegam para



atender as preocupações. Porém, com um bom plano da sempre para racionalizar.

"O que temos no balsa nunca esta a altura das necessidades. Todos os meses, infelizmente, temos de contar com um caso eventual de doença ou morte e ate com o atraso do salário.

Como mãe de família, tenho de estar preparada para uma situação destas", disse.

Durante o inquérito, foi possível perceber que, no geral, as famílias priorizam as propinas e o plano de saúde os dados mostram, de igual modo, que apesar da perda de rendimentos, as famílias estão a poupar mais par mês Para conseguir aumentar as suas poupanças nem sempre tem de cortar nas suas despesas. Basta que tenham em atenção alguns pequenos gastos no dia-a-dia.

Todos são unânimes em admitir que as campanhas de bancarização das populações, que iniciaram com a domiciliação dos salários a partir das empresas foram fundamentais para o aumento das poupanças.

Conforme o governador do BNA, José de Lima Massano, que falava em Benguela, no acto nacional de comemoração do dia mundial da poupança, o Banco Nacional vai continuar a criar mecanismos que fortaleçam o acesso a banca de mais famílias.

A melhoria da confiança e a atractividade de bons produtos e serviços são essenciais.

Sugestões para poupança

Entre as varias recomendações e conselhos que são dados para se gerar poupança, vale ressaltar que o interessado pode fazer agendamentos automáticos, para que todos os meses quando o seu ordenado for depositado na sua conta a ordem, uma parcela fixa do salário seja transferida no início de cada para uma conta poupança, no seu banco de domicílio.

### 3.3 Kupapatas em formação sobre código de estrada

*Jornal A Republica*  
07 De Novembro de 2014

Segundo o representante da Amotrang, no municipio de Quipungo, Graciano Tultunde, o objectivo e reduzir a sinistralidade rodoviaria que vem ceifando muitas vidas, principalmente envolvendo os condutores de motorizadas".

"Os moto-taxistas tem preocupado bastante a população e a nossa organização, muitos nao respeitam o Codigo de Estrada, optam pelo excesso de velocidade, assim como falta de precaução", disse.

Esclareceu que o curso, uma promoção conjunta com a Policia de Transito, e grátis e vai terminar com um exame que habilitara os participantes a obterem a carta de condução.

### 3.4 Vendedores do Joao Almeida tem novo espaco

*Jornal de Angola*  
08 De Novembro de 2014  
Texto: Domingos Mucuta

Vendedores do Mercado Joao de Almeida, no Lubango, vao ser transferidos, ainda este mes, para novas Instalacoes com melhores condicoes de sanidade. As novas estruturas foram construidas no Rio Nangombe, arredores da comuna da Quilemba, informou o responsavel pelos mercados da Administracao do Lubango, Fernando de Oliveira.

Fernando de Oliveira disse que o processo de distribuicao dos lugares aos vendedores nas novas instalacoes cornecou com a entrega de 3.099 bancadas e acrescentou que o novo mercado tem espaco suficiente para acolher 3.600 pessoas, por isso nao ha razoes de preocupacao.

No novo mercado, referiu o responsavel, cabem todos os vendedores do antigo Mercado Joao de Almeida e outros que se mostrarem interessados e que queiram comercializar os seus produtos de forma organizada e em melhores condicoes de sanidade.

As bancadas do novo mercado estao cobertas de chapas de zinco para que os produtos e os proprios vendedores nao estejam debaixo do sol.

Construido numa extensao de 61 hectares, o mercado foi projectado para 200 armazens, lojas, agencias bancarias, parques de estacionamento, alem de dispor de um matadouro com servicos de veterinana, posta policial e gabinetes administrativos ja inaugurado pelo governador provincial' da Huila.

o mercado integra tambem centros infantis comunitarios, para garantir o ensino pre-escolar aos filhos dos vendedores.

Esta ser montado tambem o sistema solar de captacao de energia, agua e a montagem de um grupo gerador.

Fernando de Oliveira disse que o mercado dispõe de condições para que os vendedores deixem de exercer a sua actividade comercial em locais impróprios, sujeitos a contrair doenças, "Aconselhamos os vendedores a solicitarem o espaço no novo mercado para que possam desenvolver a sua actividade sem qualquer risco. Temos espaço suficiente e com condições que permitem que se faça um comércio organizado e não como anteriormente", disse o responsável pelos mercados.

No quadro de um trabalho de campo de dois dias no Lubango, o governador provincial da Huíla inaugurou os mercados rurais do desvio do KM 40 e da comuna da Huíla. João Marcelino Tyippingue inaugurou, ainda, a segunda fase do Mercado do Desvio, que agora acolhe mais de mil vendedores. O mercado rural da comuna da Huíla tem 106 bancadas.

A nova fase ainda não tem data marcada, mas nela serão construídas mais bancadas.

O governador provincial aconselhou os vendedores do desvio do KM 40 a aproveitarem bem as novas bancadas e a evitarem comercializar junto das estradas.

Construído posto de saúde

A povoação de Nondjiwe, comuna de Quilemba, município do Lubango, tem um novo Posto de Saúde, inaugurado pelo governador da Huíla, João Marcelino Tyippingue.

A unidade sanitária da povoação de Nondjiwe dispõe de serviço de consultas gerais, análises clínicas, vacinação, Iarnacia e arrecadação. Há sala de observação, serviços de puericultura e nutrição.

Os serviços são assegurados por quatro técnicos, numa região com perto de dois mil habitantes. Perto do posto médico foi construído um sistema de abastecimento de energia e água potável com capacidade de bombear cerca de dois mil metros cúbicos por hora.

"Estamos agradecidos, porque ganhamos uma infraestrutura importantíssima para a vida das populações. Agora não temos de caminhar longa distância em busca de assistência médica e medicamentosa", disse Manuel Simões, residente em Nondjiwe.

A circulação entre a comuna de Quilemba e a povoação de Nondjiwe é difícil em função do mau estado da via. De viatura ligeira e quase impossível e os que arriscam acabam por danificar o veículo. So os

todo-o-terreno conseguem vencer os obstáculos e chegar a uma ou outra localidade.

A delegação do Governo Provincial levou cerca de duas horas para percorrer 40 quilómetros, entre Quilemba e Nondjiwe.

A localidade tem falta de escolas, necessitando de pelo menos mais 200 salas para acolher cerca de cinco mil crianças que estudam em más condições. A água potável também é um problema que precisa de ser vencido. A actividade principal da população de Nondjiwe é a criação de gado e agricultura familiar.

### 3.5 Vende-se curas, crenças e sonhos

*Jornal A Capital*

*22 De Novembro de 2014*

*Texto: Osvaldo de Nascimento*

Ana Ramiro, 23 anos, moradora do bairro da Ponte Partida, em Viana, partilhou com este semanário a experiência que teve quando foi acometida por uma suposta doença tradicional denominada "faísca". Em recuperação há quase três meses, apresenta-se com o corpo marcado com manchas negras.

No princípio não acreditava que a doença existia, mas depois do que viveu, passou a acreditar que "a tradição" existe. Segundo ela, a cura de muitas doenças "tradicionais" está na praça dos Kwanzas, em Luanda.

"No início pensei que era apenas uma alergia", que, no entanto, evoluiu para furúnculos que lhe deixaram a pele toda escura.

"Pareciam queimaduras. Deixei de usar roupas curtas e frequentar locais públicos", lembrou. Os pais de Ana pertencem a uma determinada seita religiosa que os impedia de acreditar em superstição. Contudo, os insistentes conselhos da vizinhança levaram-os a se convencerem de que se tratava, sim, de uma doença, alegadamente, tradicional.

Mesmo assim, os familiares de Ana negaram recorrer aos tais tratamentos tradicionais até que, quando não podia mais com as dores, ainda por cima, em estado de gestação, "procurei uma senhora na praça dos Kwanzas".

"Ela disse que se tratava de uma doença chamada «ngonga», que se apanha por contágio humano. Quando alguém com a mesma doença é tratada, depois de tratada, deita a água na rua, quem pisar naquele molhado carrega consigo o mal", explicou.

Para o tratamento que durou um mês pediram-lhe vinho, cerveja, açúcar e óleo de palma. Hoje, passados três meses, Ana diz estar a recuperar satisfatoriamente.

A vez da curandeira

Um misto de diagnósticos de várias doenças, curas miraculosas e buscas por crenças, domina a praça dos Kwanzas. Muitos clientes vão lá ter por indicação de seus feiticeiros que os recomendam determinadas mixórdias para a realização de sonhos.

Encontrar uma terapeuta ou curandeira naqueles lados parece ser a coisa mais fácil. Basta perguntar. Foi assim que a nossa reportagem, dirigida por um jovem, chegou àquela que ele descreveu como a melhor terapeuta da praça.

Fomos recebidos num quarto, em espécie de farmácia tradicional repleto de incensos, velas e tudo quanto não se podia imaginar. Com um olhar sereno, a senhora, com aparentemente 48 anos, começou por questionar a razão da nossa presença lá. Respondemos alegando que procurávamos por alguém que pudesse curar "faísca", "mina" e dar protecção contra todos

os males. A terapeuta respondeu-nos logo que a cura da "mina" ou "jimbasu", dependia da gravidade do caso, do mesmo modo que, a maneira como se contrai a doença dependia do sangue de cada um. No entanto, acrescentou que o tratamento pode ser feito tanto em casa do paciente como na praça. "A mina é colocada para certas pessoas, mas se por acaso um inocente pisa, e se tiver sangue fraco, sofre as consequências", alertou, explicando a seguir que o tratamento do "jimbasu" custa 50 mil kwanzas, porque é mais difícil de tratar.

"O paciente toma água de ervas para desinflamar o local afectado. Num máximo de três dias, começam-se a sentir os efeitos", detalhou, acrescentando que para a cura da "faísca" a composição de remédios ronda os 30 mil kwanzas, porque "é um problema que se trata com facilidade".

"Começamos por dar banho ao doente. Dois dias depois é-lhe untado um líquido no corpo todo", adiantou. No caso de pretender uma protecção contra mau-olhado o cliente recebe um amuleto para usar no pulso, no cabelo ou no peito.

Ate delinquentes vão lá

No local, duas jovens procuram por um tipo de pó para usar na comida dos companheiros para serem, mais caseiros.

"Este pó é para ele não sair de casa", apontou a vendedeira que continua: "aquele é para colocar no sexo da mulher para ele, (o marido), não lhe esquecer".

Os meliantes também são potenciais clientes de mixórdias. De acordo com a vendedeira, boa parte de adolescentes e jovens, metidos na delinquência, frequentam a praça dos Kwanzas em busca de mixórdias para protecção. Eles procuram e nós vendemos", garantiu. Na praça há

medicamentos que bronquite, mau olhar, maus sonhos, perseguição e tantas outras inquietações. Ficamos a saber que a cura da bronquite custa 10 mil kwanzas, um conjunto de várias doses num único frasco, incluindo rato da mata moído.

Para o mau-olhado vendem-se incensos para fazer uma espécie de suador no domicílio. "Dentro de casa a família envolve-se num pano e absorve o fumo", explicou. Quando notava que, "normalmente as pessoas que sofrem de mau-olhado são aquelas que trabalham", portanto, vítimas "da inveja de vizinhos". Com cinco mil kwanzas tem-se o incenso contra o mau-olhado e a perseguição.

Os vários frascos de plástico com líquidos amarelados. Segundo a terapeuta São para tratamento de problemas de fórum sexual e coluna vertebral.

Mestrado em tratamentos espirituais

O melhor feiticeiro de Angola

Licenciado em ciências ocultas tem um mestrado em tratamentos espirituais feito no Instituto Superior da Alta Magia e da espiritualidade na cidade da Lagoa, Índia. Ninguém melhor para abordar a temática sobre crenças, curas e toda a sua envolvimento.

Encontramos Charles Bois Puaty no seu "santuário". Começou por dizer ao A Capital que trata todo tipo de doenças ligadas à espiritualidade e, ainda ajuda mulheres que não têm sorte em ter emprego, ter marido, bem como a estabelecer harmonia nos lares. Fazem igualmente parte do leque de sua especialidade, curar maus-espíritos, trabalhar contra a bruxaria, enfim. Aliás, diz possuir, inclusive, um remédio que, segundo ele, cura mais de 150 doenças.

"Pela seriedade do meu trabalho, recebo ministros, deputados, embaixadores, homens de negócios, jogadores, músicos, empresários e jornalistas", revelou, regozijado, observando que o tratamento dele "é tipicamente da Índia".

"Não preciso de galinha, porco, cabrito ou galo, porque não trabalho com sangue de animais ou de pessoas", atestou e reforça: "trabalho com um triângulo de três pontos que chamamos de porta 12.

O melhor feiticeiro de Angola avançou, por outro lado, que os tratamentos tradicionais dele ajudam, entre outros, homem e mulher que se tenham separado voltarem para a casa, dão prosperidade nos negócios, para além de devolver saúde.

"As doenças que não são tratadas nos hospitais tratamos no nosso santuário e colocamos um protector que afasta tudo ligado aos demónios, Satanás, ou ao espírito mau", explicou.

Puaty sabe como se fabrica a tristemente célebre "mina tradicional". Contou que a que é colocada nos portões de casas, empresas ou quintais é feita com duas linhas. Uma vermelha e outra preta que são atadas e colocadas numa missanga com as mesmas cores.

De seguida, adiantou, fazem-se passar as linhas, já unidas, por uma agulha nova. Depois fazem-se sete nós.

"Utiliza-se areia do cemitério, raspa-se o crânio de um morto e coloca-se na porta do visado", que, "automaticamente apanha uma doença chamada «rumba-rumba", que obstrui o sistema digestivo de tal sorte que, a pessoa atingida não consiga fazer as dejeções.

"A barriga inflama até à morte do mesmo", apontou e adianta que outras armadilhas são feitas com chaves antigas e suas vítimas são, geralmente, as crianças que brincam na rua. Pelo que, defende, "é proibido que uma criança carregue objectos do género para casa" Estará a levar um campo minado.

Todas as doenças ligadas ao demónio entram em casa. Para travar isso, assim que o pai ver a chave, deve colocar bastante sal grosso num recipiente com água e despeja no objecto para neutralizar o mal", contou.

O primeiro passo para curar uma pessoa enfeitçada, na óptica de Charles Puaty, é dar sumiço ao feitiço, segundo desmanchar e o terceiro, quebrar. "Só assim é que podemos colocar uma barreira como se fosse a

muralha da China. Daí é que se segue o tratamento", ilustrou, mas nota que, há doenças herdadas dos males que os pais de certas famílias cometeram.

"E aquilo fica para toda família. Para se protegerem, só no meu santuário é possível. Há pessoas que sonham que estão a fazer sexo com animais, vêm cara de pessoas que morrem, mas aparecem a fazer sexo. Isto só um espiritualista pode tratar", garantiu.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Gastos com a Educação e a saúde aumentam e ultrapassam a defesa

*Jornal Expansão*

*07 De Novembro de 2014*

*Texto: Carlos Rosa*

Em 2015, a educação e a saúde terão no conjunto mais dinheiro do que a defesa e segurança e ordem pública, o que sucede pela primeira vez, pelo menos, desde o fim da guerra, de acordo com a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano que deu entrada na Assembleia Nacional sexta-feira passada, 31 de Outubro.

No próximo ano, as verbas destinadas à educação disparam 47% face ao OGE de 2014, para 657,8 mil milhões Kz, equivalente a 9,1% do total das despesas incluindo activos financeiros. A fatia da saúde engorda 28,4%, para 405,5 mil milhões Kz, correspondentes a 5,4% do total.

No conjunto, as verbas destinadas à educação e saúde aumentam 39,3% entre 2014 e 2015, para 1.063,2 mil milhões Kz ou 14,7% do total. Já o orçamento da defesa e segurança leva um corte de 14,3%, para 1.023,0 mil milhões Kz, correspondentes a 14,1% do OGE.

A ser executada tal como foi entregue aos deputados, a proposta de OGE 2015 quebra a tradição de gastar mais dinheiro com a defesa, segurança e ordem pública do que a educação e saúde juntas. Pelo contrário, mantém a tradição dos últimos anos de se gastar mais com o ensino superior do que no ensino secundário. As verbas para as universidades descem 4,4%, para 95,2 mil milhões Kz, mas continuam acima das previstas para os liceus, que recuam 5,9%, para 83,8 mil milhões Kz.

Sendo certo que as escolas secundárias são em maior número e têm muito mais alunos, o Executivo continua a insistir em alocar maiores verbas para o ensino superior.

Dinheiro duplica

para escolas primárias. Melhores notícias têm as escolas primárias. Depois do corte de 33% no OGE

2014, as verbas para o ensino básico mais do que duplicam, de 211,4 mil milhões Kz para 424,5 mil milhões Kz, considerado um passo na direcção certa, já que é consensual que o principal problema do ensino em Angola está na base.

Impulsionado pelos generosos orçamentos para a educação e a saúde, a função social vê o seu envelope crescer 14,1% em 2015, para 2481,8 mil milhões Kz, o equivalente a 34,2% do total. As verbas para protecção social também contribuem para a subida com um aumento de 33,2%, para 928,1 mil milhões Kz. Os aumentos mais do que compensam os cortes de 38,2% na habitação e de 4% nas outras despesas sociais, que incluem a cultura e a protecção ambiental, entre outras.

Subsídios aos combustíveis são 'despesa social'

Mas as contas sobre a fatia destinada ao sector social precisam de ser corrigidas, porque incluem subsídios a combustíveis que beneficiam mais os mais ricos. O OGE 2015 atribui à protecção social os referidos 928,1 mil milhões Kz, dos quais 583,6 mil milhões Kz são serviços de protecção social não especificados. Nesta rubrica estão incluídos 520 mil milhões Kz de subsídios a preços, correspondentes a 7,1% do total. Cálculos sobre OGE passados indicam que cerca de 90% dos subsídios a preços destinam-se aos combustíveis.

Na repartição funcional das despesas públicas, destaque negativo também para o sector económico, que vê o seu envelope financeiro reduzir-se em 26,2%, para 1.050,7 mil milhões Kz ou 14% do total. O subsector económico agricultura, silvicultura, pesca e carvão continua um dos parentes pobres do OGE com um corte de 10%, para 53,9 mil milhões Kz.

Caminho inverso fazem as operações com a dívida pública, que dá um pulo de 54,5%, para 1,4 biliões Kz. Um pulo a que não deve ser estranha a forte derrapagem do défice orçamental no próximo ano.

As contas públicas angolanas devem ao registar em 2015 um défice global de 1 bilião Kz. A previsão de execução do OGE 2014 divulgada com a proposta de OGE 2015 aponta para um défice de quase 25 mil milhões

Kz. Ou seja, de 2014 para 2015, o buraco orçamental aumenta 40 vezes na óptica do compromisso. As contas do défice excluem as operações financeiras, como empréstimos recebidos e pagos, e são na óptica do compromisso, isto é, as despesas autorizadas no ano são contabilizadas nesse ano, mesmo que não sejam pagas nesse ano.

Receita desce, despesa sobe o defice de 1 biliao Kz e o resultado da diferenca entre receitas de 4,2 bilioes Kz e despesas de 5,2 bilioes Kz.

Os 7.251.807.630.778,00 Kz, ou 7.251,8 mil milh6es Kz ou ainda 7,3 bili6es Kz de receitas e igual valor de despesas de que falam o Governo e a comunicacao social incluem operacoes financeiras, nomeadamente os emprestimos contraidos para financiar o defice e as amortizacoes da divida publica. Dai que se diga que o orcamento esta equilibrado. Isto e, preve o mesmo valor de receitas e despesas.

Em dolares, sem operacoes financeiras, considerando uma taxa de cambio de 100 Kz por USD, as receitas deverao ascender a 42,0 mil milhoes USD e as despesas a 52,0 mil milhoes, sendo o defice correspondente de 10 mil milhoes USD. Os valores sao arredondados, pelo que as contas podem divergir em decimas, Comparando a proposta do OGE 2015 com as estimativas de execucao do OGE 2014, as

receitas baixam 200 mil milhoes Kz ou 3,9%, de 4,4 bilioes Kz este ano para os referidos 4,2 bilioes Kz, no proximo. Ja os gastos publicos dao um pulo de 835,1 mil milhoes Kz ou 19,1%, de 4,4 bilioes Kz mil para os referidos 5,2 bilioes Kz.

Reanimar a economia e a grande aposta

o resultado de menos entradas e mais saidas dos cofres do Estado e a degradacao das contas publicas, Passam de um defice de menos de 25 mil milh6es Kz para o referido defice de 1 biliao Kz, indiciando uma politica orcamental fortemente expansionista, isto e, de aposta deliberada no aumento da despesa para apoiar a economia.

"O presente Orcamento e caracterizado por politicas anticiclicas, que procuram nao permitir que a economia atinja um estagio de recessao. O pacote apresentado pelo Executivo permite assegurar a reanimacao do ambiente economico", confirmou Armando Manuel, ministro das Financas,

citado pelo site do Expansio.

Governo pede racionalidade aos agentes economicos "Certamente, isto obriga uma postura diferenciada por parte das instituicoes publicas e de todos os agentes economicos", prosseguiu o governante com a tutela do orcamento, acrescentando: "Quer isto dizer que os angolanos deverao ser mais racionais nos seus consumos. Quando um agente economico e racional no seu consumo, ele poupa recursos, e esses recursos serao dedicados para necessidades prioritarias, serao dedicados para investimentos. Logo, apelamos que as

familias e as empresas se tornem mais racionais. E a partir da racionalidade que se caminha para a eficiencia."

Armando Manuel falou em "contencao", mas os numeros do documento na posse dos deputados apontam no sentido inverso.

Analisando a despesa na optica economica, conclui-se que o seu aumento e em parte explicado pelo acrescimo do investimento, considerado "boa" despesa devido ao seu efeito reprodutivo sobre a economia ao longo de varios anos. Isto, por oposicao a "ma despesa", constituída pelas despesas correntes - sornatorio dos salarios, bens e services, juros e transferencias correntes, como subsidios e prestacoes sociais. Os efeitos das despesas correntes na economia praticamente se resumem ao ano em que sao realizadas.

o investimento publico orcamentado para o proximo ano aumenta 311,8 mil milhoes Kz ou 29,5% face it estimativa de execucao em 2014, ao passar de 1,1 bilioes Kz para 1,4 bilioes.

Se excluirmos investimento das despesas, o OGE de 2015 passa a excederitario. A diferenca entre receitas correntes e despesas correntes e de 336,5 mil milhoes Kz.

Se e verdade que o investimento aumenta, nao e menos certo que os gastos correntes, a tal "ma" despesa, tambem aumentam, mais concretamente em 524,9 mil milh6es Kz ou 15,8%, de 3,3 bilioes para 3,8 bilioes Kz.

## 4.2 Orcamento Geral do Estado ai a debate na quinta-feira

*Novo Jornal*

*07 De Novembro de 2014*

OS DEPUTADOS discutem, na proxima quinta-feira, 13 de Novembro, a proposta de Orcamento Geral de Estado (OGE) para 2015, anunciou na quarta-feira a secretaria de mesa da Assembleia Nacional, Enu1ia Carlota Dias.

"A proposta de Lei do OGE para o exercicio economico de 2015, sera apreciada na generalidade e precedida da apresentacao de declaracoes politicas, pelos grupos parlamentares", adiantou a responsavel, aos microfones da Radio Nacional o debate no plenario da seguimento ao processo iniciado no Conselho de Ministros, que aprovou o documento que agora sera discutido na Assembleia Nacional,

segundo o calendario legal. Ou seja: Depois de se debruçarem sobre o OGE, podendo sugerir alteracoes, os deputados tem de aprovar a sua versao final na primeira quinzena de Dezembro, para que possa ser implementado a 1 de Janeiro de 2015.

Na apresentacao do Relatorio de Fundamentacao do Orcamento Geral do Estado aos deputados da I e V Comissoes da Assembleia Nacional, na quarta-feira, o ministro das Financas, Armando Manuel, revelou que a area social contempla 54 programas, o sector economico 38, o institucional 29, enquanto as infraestruturas induem 17 programas.

o governante sublinhou que o sector social absorve a maior parte dos recursos, com 34,16% das verbas do OGE, cabendo aos servicos publicos 17,96% e aos servicos economicos 14,52%, destinando-se 14,12% dos rendimentos a Defesa e Seguranca.

A incidencia sugere uma mudanca na estrategia politica, habitualmente dominada pela prevalencia das despesas com a defesa e a seguranca, em detrimento do investimento na Saude e Educacao.

"Na perspectiva do MPLA, entende-se que ha sectores no dominio da area social, por exemplo, que devem ser priorizados no que refere a contratacao dos servidores publicos ou dos agents publicos, nomeadamente os sectores da educacao e saude avancou presidente da bancada parlamentar do MPLA, Virgilio de Fontes Pereira.

Inflacao de 7%

Centrando-se nos 'numeros gordos' do documento, o ministro das Financas adiantou que a taxa de inflacao no proximo ano devera situar-se em 7%, ao passo que a producao petrolifera anual esta estimada em 669 milhoes de barris.

o governante defendeu "as incertezas que se vivem hoje sao resultado da economia global", nomeadamente das turbulencias nos EUA e na Europa. "Os EUA estao a reanimar o seu crescimento, mas e muito baixo, a Europa quase que nao esta a crescer, os paises emergentes estao a crescer menos em relacao aquilo que antes verificavamos", destacou Armando Manuel.

Na sua projeccao, o titular das Financas lembrou tambem que "o sector energetico e um dos sectores dominantes" nessa conjuntura, particularmente relevante atendendo a realidade nacional, "Mesmo assim, ainda estamos a crescer e com taxas superiores ao conjunto destas economias que aqui destacamos", concluiu, antevendo urn crescimento do Produto

Interno Bruto (PIB) de 9,7%. No relatório de fundamentacao, o Executivo reitera os grandes objectivos fixados no Plano Nacional de Desenvolvimento, com destaque para a preservacao da unidade e coesao nacional, garantia dos pressupostos basicos necessarios ao desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, insercao da juventude

na vida activa, desenvolvimento do sector privado e a insercao competitiva do pais no contexto internacional.

As previsoes economicas para o proximo ano, tambem mereceram um comentario do ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, Edeltrudes Costa.

No momento da entrega do documento ao lider parlamentar, Fernando da Piedade Dias dos Santos, Edeltrudes Costa, classificou o ano de 2015, como sendo de contencao, tendo em conta a baixa do preco do petroleo que se regista no mercado internacional.

A proposta de Lei do OGE para 2015, em posse de Fernando da Piedade Dias dos Santos, desde o dia 31 de Outubro, preve receitas na ordem dos quatro trilhoes e 17 bilioes de Kwanzas e despesas aproximadas aos cinco trilhoes e 200 bilioes de Kwanzas.

### 4.3 Os riscos sobre a manobra orçamental do Governo permanecerão até 2019

*Jornal Expansao*

*07 De Novembro de 2014*

Nao e a primeira vez que o Governo se encontra numa posicao de enorme desconforto para elaborar o seu Orcamento. Em 1998, quando o preco internacional do petroleo se situou na vizinhanca de 10 USD o barril, foi dificil a configuracao do plano financeiro do Estado, tendo-se programado um defice fiscal

da ordem dos 15% do PIB. Em 2009, tambem o preco do petroleo desceu para patamares comprometedores do financiamento da actividade do Estado: 61,8 USD o barril, depois de ter registado um valor de 97,1 USD em 2008. O defice fiscal nesse ano foi de 8,1% do PIB. O valor global da actividade economica do Pais passou de 84,2 mil milhoes USD em 2008 para 75,5 mil milhoes em 2009. Foi a primeira grande quebra do PIB depois de finalizada a guerra civil.

o Orçamento Geral do Estado para 2015 foi aprovado pelo Conselho de Ministros e segue agora para a Assembleia Nacional para discussão, avaliação e validação pelos deputados. Seguramente que será aprovado sem grandes alterações, mas algumas das premissas em que assenta são discutíveis, e só o facto de ser necessário dar sinais de esperança às famílias e ao tecido económico e que justifica esse optimismo.

Uma delas é a taxa de crescimento do PIB, avaliada em 9,7% para o próximo ano. O que não se percebe bem é a diferença para as previsões do Fundo Monetário Internacional expressas no Angola 2014 Article IV Consultation de Setembro de 2014 e estimada em 5,9%. As discussões entre a Missão do FMI e as autoridades governamentais ocorreram em Agosto e seguramente que deve ter havido algum acordo quanto ao enquadramento macroeconómico para o Orçamento de Estado de 2015. O que se passou em pouco mais de dois meses que justifique uma diferença de quase 4 pontos percentuais? Olhando para a produção petrolífera, conclui-se que não terão sido fornecidas ao Fundo as informações mais realistas. Na verdade, a proposta de OGE para 2015 considera possível obter uma produção diária de 1.833.151 barris, enquanto o FMI se conteve em 1.755.000 barris.

Outra área discutível é a taxa de crescimento da produção da economia não petrolífera (oficialmente designada agora de nova economia) com um valor de 9,2%, depois de ter decrescido de 2013 para 2014, de 10,9%. Financiamento do investimento público será feito à custa de um défice fiscal estimado em cerca de 7,6% do PIS, o mais alto desde a crise de 2008/2009 para 8,2%. Parece que esta previsão se baseia em perspectivas demasiado optimistas para os sectores que lhe dão suporte: agricultura, com 12,3%, a construção, com 10,5%, e a indústria transformadora, com 11,2%.

A actividade agrícola tem apresentado enorme volatilidade no seu comportamento, devido à sua sujeição às imponderabilidades climáticas: segundo os mais recentes ajustamentos oficiais, a produção diminuiu 22,5% em 2012 e, em 2013, terá aumentado 42,3%. As actividades de transformação continuam sujeitas a uma série de estrangulamentos que as políticas públicas de incentivo não têm conseguido debelar. Daí a sua progressão incerta desde 2012, em que o seu VAS aumentou 14%, para descer para 8,6% em 2013 e 8,1% em 2014.

A construção tem vindo a perder dinâmica e influencia enquanto factor de crescimento de toda a economia. Longe estão taxas de 23,8% e de 16,1%

registadas em 2009 e 2010, respectivamente. As mais recentes informações (2013 e 2014) colocam as dinâmicas anuais em 8%.

Os investimentos públicos vão continuar a ser a segunda mola impulsora do crescimento, mas o seu financiamento vai ter de se fazer à custa de um défice fiscal estimado em cerca de 7,6%, o mais alto desde a crise internacional de 2008/2009, que teria de ser financiado com aumento da dívida pública, interna e externa. O Governo prevê passar o montante do PIP de 9 mil milhões USD previstos para 2014, para 11 mil milhões USD em 2015 (equivalente a um acréscimo nominal de 22,1%), mais ou menos em conformidade com as previsões do Fundo Monetário Internacional, que, no entanto, estabelece uma tendência decrescente dos investimentos públicos para um valor de 10 mil milhões USD em 2019.

Mas alinham-se outros riscos até 2019. A evolução do preço do barril de petróleo é talvez o maior para as finanças públicas e para a própria economia nacional. De acordo com as informações do Fundo Monetário Internacional e do Angola Oil and Gas Report 2014, a evolução do preço do petróleo angolano no mercado internacional apresenta-se tendencialmente decrescente e poderá situar-se em 90 USD o barril em 2019, numa sequência temporal expressa na figura seguinte:

Num contexto em que ainda 70% das receitas fiscais totais dependem das de origem petrolífera, percebe-se o risco que envolve o exercício da actividade do Estado para cumprir as suas funções orçamentais modernas, como a provisão de bens públicos, a garantia da estabilidade económica, e a promoção do crescimento económico e desenvolvimento social. O Fundo Monetário Internacional, no já citado Relatório de Missão de Setembro do corrente ano, atribui às receitas tributárias não petrolíferas uma participação média anual no PIB de apenas 8,7% numa média anual entre 2013 e 2019.

Outro risco é o da estabilidade da produção de petróleo, que tem estado sujeita a uma série de estrangulamentos técnicos com reflexos na respectiva taxa anual de variação: -5,1% em 2009, -3% em 2010, -5,4% em 2011, -1,1% em 2013 e -3,5% em 2014. Em termos acumulados uma perda de cerca de 10%, já descontada a variação positiva de 4,5% em 2012. Não é apenas o quantitativo de produção anual, mas principalmente o seu comportamento sinuoso até 2019, conforme a figura seguinte: Com défices fiscais sucessivos até 2019 - segundo o FMI um acumulado de 21,6% entre 2014 e 2019 - e uma taxa média anual



de crescimento do PIB entre 5% e 6% e uma acumulacao da divida publica, as notacoes de risco das agencias Internacionais podem piorar, desincentivando o investimento estrangeiro, fundamental para todo o processo de diversificacao da economia nacional.

#### 4.4 Valeram as criticas ao nosso OGE

*Jornal Expansao*  
07 De Novembro de 2014  
Texto: Francisco De Andrade

Depois de anos consecutivos de penalizacoes, o 'bolo' destinado a educacao e a saude suplantaram a verba atribuida a defesa, seguranca e ordem publica, facto que se verifica pela primeira vez, pelo menos desde 2002, altura em que se alcançou a Paz.

Na proposta de Orçamento Geral do Estado para 2015 que o Executivo acaba de colocar a apreciação dos deputados da Assembleia Nacional sugere que, no próximo ano, a verba para a educação ascenda a 657,8 mil milhões Kz, um crescimento de 47% face ao ano de 2014. Outra antiga enteada do OGE, a saúde, também vê a sua verba crescer 28,4% para 405,5 mil milhões Kz.

Contrariamente ao OGE de 2014 em que foi feito um corte de 23,6% na educação 14,5% e na saúde para o próximo ano as verbas destinadas a educação e a saúde aumentam 39,3% para 1.063,2 mil milhões Kz, enquanto a defesa e segurança sente o peso da tesoura e perde 1.023,0 mil milhões Kz, correspondendo a um corte de 14,3%.

Os 'bons ventos' estendem-se às escolas primárias, que depois de um corte de 33% no OGE 2014, veem as verbas para o ensino básico mais do que a duplicarem de 211,4 mil milhões Kz para 424,5 mil milhões Kz. Paraphraseando o meu colega Carlos Rosado de Carvalho, começa-se de facto a dar "um passo na direção certa já que é consensual que o principal problema do ensino em Angola está na base".

Como é óbvio, o crescimento da fatia do OGE 2015 destinado à educação e saúde, influenciou também o crescimento de 14,1% da verba atribuída ao sector social no geral. Embora estejamos a falar apenas de mera proposta, regozijamo-nos com o documento, neste particular, fazendo fe que a regrade poucas ou quase nenhuma alteração venha a sobressair depois

da aprovação final. E facto para dizer que "água mole em pedra dura tanto bate até que fura".

#### 4.5 Deputados votam hoje orçamento do próximo ano

*Jornal de Angola*  
13 De Novembro de 2014  
Texto: Adelina Inácio

Os deputados discutem e votam hoje, na generalidade, a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, duas semanas depois do Executivo ter feito a entrega do documento à Assembleia Nacional.

A reunião plenária de hoje é marcada por declarações políticas dos líderes dos grupos parlamentares do MPLA, UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA.

O documento integra os orçamentos dos órgãos da Administração Central do Estado, dos Institutos Públicos, dos serviços. De fundos autónomos, da Segurança Social e dos subsídios e transferências a realizar para as empresas públicas e as instituições de utilidade pública.

A principal fonte de receitas do OGE é o petróleo e o preço tido em conta é de 81 dólares por barril. Na proposta em discussão, o Executivo prevê que o sector não petrolífero cresça 9,2 por cento, o que, agregado ao crescimento de 10,7 por cento do sector petrolífero, vai permitir uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 9,7 por cento.

##### Disciplina Orçamental

De acordo com a Lei que aprova o Orçamento geral do Estado para o exercício económico de 2015, os órgãos da Administração Central e Local do Estado, incluindo os órgãos de soberania dependentes dos Orçamentos Geral do Estado, devem observar rigorosamente os critérios de gestão em vigor, para que seja assegurada cada vez mais a racional aplicação dos recursos públicos disponíveis e "permitir uma melhor satisfação das necessidades colectivas".

O presidente da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional, Manuel Nunes Júnior, garantiu empenho dos deputados para que até Dezembro o Orçamento Geral do Estado seja aprovado e comece a ser aplicado no primeiro dia de Janeiro de 2015.

O deputado garantiu que a Assembleia Nacional vai receber contribuidores de todos os sectores da sociedade para melhorar documento.

Orçamento Geral do Estado é o principal instrumento de gestão do Estado e toca em todos os segmentos da sociedade, daí a razão das comissões especializadas trabalharem no sentido de recolher todas as sugestões que possam permitir o enriquecimento do documento.

Manuel Nunes Júnior lembrou que, do ponto de vista macroeconómico, o país está estável:

"Há uma consolidação a todos os títulos da estabilidade macroeconómica do país", disse, sugerindo que se deve dar mais importância ao emprego. "Hoje, o emprego e a maior preocupação da sociedade é a melhor forma de distribuímos o rendimento nacional e fazer um combate sério e efectivo a pobreza no país", acrescentou Manuel Nunes Júnior.

Estado Social

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA defende que cada partido faça a sua avaliação do OGE, de acordo com as suas aspirações no contexto político. "A avaliação do OGE é sempre feita em função de um projecto político e o do MPLA está versado no Plano Nacional de Desenvolvimento", disse. Virgílio de Fontes Pereira afirma que o MPLA entende os sectores da Educação e da Saúde devem ser prioridade no Orçamento. "Somos um partido que se projecta para a construção de um Estado Social e privilegia a satisfação das necessidades sociais dos cidadãos, nomeadamente a promoção da justiça social", disse.

Acrescentou que o MPLA está preocupado com as questões estratégicas e a atenção que deve ser dada ao sector social.

Lindo Bernardo Tito, da CASA-CE, garantiu que a sua coligação está a prepara-se para a discussão do Orçamento Geral do Estado. O presidente do grupo parlamentar do PRS, Benedito Daniel, revelou que o seu partido está preocupado com a questão dos cidadãos que concorrem ao primeiro emprego.

## 4.6 Contribuições nunca são incorporadas na versão final do OGE

*Novo Jornal*

*14 De Novembro De 2014*

A OPOSIÇÃO parlamentar reclama que os respectivos contributos para a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) nunca são incorporados na versão final.

Reagindo à aprovação na generalidade do documento na Assembleia Nacional, o porta-voz da UNITA, Aleides Sakala, disse ao Novo Jornal que "em Angola, nos últimos anos, confirma-se que o debate sobre o OGE, apesar de importante, não passa de um exercício de retórica, na média".

"As contribuições, algumas muito valiosas, que têm sido apresentadas pela oposição e por outros segmentos da sociedade civil, nunca são incorporadas na versão final do OGE", lamentou.

Para este deputado da oposição, "os orçamentos que têm sido aprovados em Angola seguem sempre uma visão monolítica, por excluírem as contribuições das várias forças políticas e sociais do país".

Sakala concordou com as reflexões do presidente do partido, Isaiás Samakuva, que afirmou recentemente, em Lisboa, que o "OGE, em Angola, é algo de fachada, não se cumpre e não se respeita", assim como "não se sabe de onde vêm enormes somas de dinheiro apanhadas em caixas de sapatos na Europa".

"Sendo um instrumento importante que toca directamente a vida de todos os angolanos há que ter em conta, nas discussões, todas as sensibilidades e incluí-las no documento final", concluiu Sakala.

Já o PRS, na declaração política perante a câmara, considerou que "nas sociedades democráticas o OGE é a ferramenta que espelha a boa governação, traduzida na transparência e bem-estar das populações".

Segundo o partido, "na realidade angolana acontece que o Executivo continua a omitir determinados beneficiários sem justificar as reais razões".

"Quem são os destinatários do valor estimado na rubrica Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos? Porque é que os partidos políticos e outros beneficiários não aparecem discriminados", questionou o deputado do PRS Benedito Daniel, presidente do grupo parlamentar.

### Omissão Fere Princípio

De acordo com o parlamentar da oposição, "o Executivo, com a omissão de determinados beneficiários, fere o princípio orçamental e essa conduta, não recomendável, é a porta de desvio de recursos do Estado para fins inconfessos". Para o PRS, os empréstimos externos e as medidas fiscais devem ser objecto de apreciação e aprovação pelas instituições competentes, tendo em conta as implicações na vida do País e o agravamento da vida das

peças particulares e das empresas. Por sua vez, o antigo líder do grupo parlamentar da FNLA Ngola Kabangu considerou o OGE como "um instrumento político, social, económico e cultural muito importante para o desenvolvimento global do país".

"É imperioso, pois, que o mesmo seja suficientemente debatido e enriquecido com propostas, não só da oposição, mas também dos sectores mais dinâmicos da sociedade e não apenas os apoiantes do MPLA", frisou.

Defendeu que "o MPLA, que detém a maioria no parlamento, deve estar aberto ao diálogo e ao debate verdadeiramente democrático".

"O OGE não é só para os militantes e simpatizantes do MPLA, mas para todos os angolanos de Cabinda ao Cunene. É preciso acabar com as escandalosas assimetrias regionais. Em Angola, todos somos filhos, Não há enteados", argumentou.

No tocante "à verdadeira oposição democrática", disse esperar que a mesma apresente propostas concretas para enriquecer o OGE.

"A oposição deve mostrar e provar a sua vontade de participar na gestão da coisa pública", sugeriu.

a MPLA, de acordo com o líder da bancada, Virgílio de Fontes Pereira, lembrou que no sector da educação o maior aumento irá incidir no ensino primário, que duplicou as verbas, comparativamente a 2014.

No sector da saúde, referiu, o maior aumento está reservado para os serviços de saúde pública para as populações, principalmente para as de baixa renda.

### Maior Défice Desde 2002

Já o Grupo Parlamentar da UNITA disse entender que, "no próximo ano, o Estado vai gastar mais um bilião de Kz do que o que vai arrecadar", o que

perspectiva que venha a ser" o maior défice orçamental desde 2002".

A CASA-CE considerou a Proposta de Lei do OGE 2015 e a Lei que a aprova como "um atentado ao Estado de Direito, pois ofende o princípio da separação de poderes".

a Grupo Parlamentar da FNLA, por sua vez, apontou como nota positiva da Proposta do OGE 2015 conter os níveis de inflação, "que já foram assustadores há alguns anos", mas a subida vertiginosa de preços pode alimentar a tempestade de anular todo o bom resultado que seria de esperar para o exercício económico de 2015.

Recorda-se que o OGE 2015 foi aprovado, com 152 votos a favor (MPLA, PRS e FNLA), cinco contra (CASA-CE) e 26 abstenções (UNITA). O texto prevê Receitas Fiscais de cerca de KZ 4.184,9 mil milhões e Despesas Fiscais fixadas em cerca de Kz 5.215,8 mil milhões, correspondendo a 31 por cento e 38,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

A elaboração deste OGE-2015 teve em conta a conjuntura internacional, caracterizada pelas incertezas da redução do preço do petróleo que, esta quinta-feira, abriu em baixa ao cotar-se na casa dos 80,58 dólares, na abertura da sessão da Bolsa de Londres.

De acordo com a Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para exercício económico de 2015, os órgãos da Administração Central e Local do Estado, incluindo os órgãos de soberania dependentes do Orçamento Geral do Estado, devem observar rigorosamente os critérios de gestão em vigor, para que seja assegurada cada vez mais a racional aplicação dos recursos públicos disponíveis e "permitir uma melhor satisfação das necessidades colectivas".

## 4.7 Défice orçamental bate recorde do pós-guerra

*Jornal Expansão*

*14 De Novembro de 2014*

*Texto: Carlos Rosado De Carvalho*

No próximo ano, o Estado vai gastar mais 1,0 bilião Kz do que vai arrecadar, o maior défice orçamental desde 2002, ano da Paz, de acordo com cálculos do Expansão a partir de dados do Ministério das Finanças.

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2015 entregue na Assembleia Nacional prevê receitas

correntes de 4,2 biliões Kz, uma quebra de 4,9% face à previsão de execução de 2014, e despesas de 5,2 biliões Kz, um salto de 19,1%. O maior défice orçamental no período pós Paz aconteceu em 2009, ano em que as despesas excederam as receitas em 293,7 mil milhões Kz. Mas houve mais dois anos de contas públicas no vermelho: 145,4 mil milhões Kz, em 2003, e de 23,7 mil milhões Kz, no ano passado.

Considerando o saldo orçamental em percentagem do Produto Interno Bruto, um indicador que compara o tamanho do défice/superavit com a dimensão da economia e é utilizado em comparações internacionais, o recorde dos défices foi batido em 2003, ano em que o buraco orçamental foi o equivalente a 13,7% dos bens e serviços finais produzidos em Angola. Em 2015, o défice público em percentagem do PIB quedar-se pelos 7,6%.

O buraco orçamental vai obrigar

Estado a endividar-se. Em 2015, a dívida pública angolana vai aumentar "cerca de 6,3 pontos percentuais do PIB", prevê o Governo. Ou seja o próximo ano deverá encerrar como nível de endividamento público nos 35,5% do PIB, contra os 29,2% previstos para 2014. O governo não adianta valores em Kz mas considerando as projecções do Governo para o PIB, o stock da dívida pública deverá ascender a cerca de 3,7 biliões Kz no final deste ano, aumentando para perto de 4,8 biliões Kz em 2015.

E o aumento do endividamento ainda pode ser maior caso a queda do preço do petróleo nos mercados internacionais se acentue. O OGE 2015 foi elaborado com base num preço do petróleo de 81USD o barril. Neste cenário, poderá haver "contingenciamento de verbas", ou mesmo a "ampliação de linhas de crédito" para realizar o investimento público programado, mas sempre dentro dos limites "realísticos e anuíveis", para não condicionar o crescimento não petrolífero.

O Governo quer dizer é que se o petróleo continuar a cair e, por essa via, as receitas do Estado baixarem ainda mais, vai cortar na despesa para não se endividar. Mas se os cortes puserem em causa o investimento público considerado essencial para a diversificação da economia, o Executivo admite ampliar as linhas de crédito dentro de limites "realísticos".

Um caminho que desagrada ao Fundo Monetário Internacional (FMI). No relatório ao abrigo do artigo IV que prevê o acompanhamento das economias dos Estados-membros, a instituição classificou de

"complexas" as perspectivas orçamentais a médio prazo. "As receitas do petróleo em percentagem do PIB devem declinar, ao mesmo tempo em que a procura de gastos mais elevados em infra-estruturas e alívio da pobreza está em alta", reconheceu o fundo. Contudo "as projecções do corpo técnico mostram défices orçamentais persistentes e relativamente elevados a médio prazo, conduzindo a necessidades brutas de financiamento cada vez maiores e à elevação dos rácios dívida pública/PIB".

A última projecção do FMI para 2015 apontava para um défice de 590 mil milhões Kz, praticamente metade do previsto na proposta de OGE que os deputados terão aprovado ontem na generalidade.

Antes de conhecida a proposta de OGE para 2015, o Fundo considerou que a dívida pública deverá manter-se "sustentável" e que o risco de sobre endividamento é "baixo". Ainda assim, defendeu que seria importante "reverter a tendência projectada de crescimento da dívida pública, através do retorno aos excedentes orçamentais e da constituição de activos financeiros no Fundo Soberano de Angola sem recurso à acumulação de dívida, de modo a poupar parte da riqueza do petróleo para as gerações futuras".

A instituição de Washington foi mais longe e aconselhou o Executivo a iniciar os esforços para melhorar a posição das contas públicas "já em 2014", com a "moderação do crescimento da massa salarial e das despesas com bens e serviços" no segundo semestre.

## 4.8 Deputados disputam OGE

*Jornal O País*

*14 De Novembro de 2014*

*Argumentos da CASA-CE*

Ao justificar o voto contra o deputado e líder da bancada parlamentar da CASA-CE afirmou que o projecto de OGE constitui um atentado ao Estado à Constituição por não ser permitido fiscalizá-lo pela Assembleia Nacional.

No entender do deputado ("Miau", a proposta de Lei do OGE "é um autêntico atentado ao Estado de Direito" alegando que a mesma "ofende sucessivamente, o princípio constitucional da separação e interdependência de funções, dos órgãos de soberania, que são três, e não um, todos eles merecedores de respeito e consideração, com competências próprias."

No entender do parlamentar reclamou que compete à Assembleia Nacional, aprovar o Orçamento Geral do Estado, e controlar e fiscalizar a sua execução. "Entretanto, de modo subtil e silencioso, o que a proposta de lei em análise faz, é transferir as competências da Assembleia Nacional ao Presidente da República Titular do Poder Executivo, fazendo a Lei do Orçamento Geral do Estado para 2015, confundir-se a uma mera lei de concessão de autorização legislativa ao Presidente da República, tantas são as concessões feitas", disse.

A dado passo da sua declaração política, o deputado André Mendes da Carvalho disse que a sua bancada parlamentar sugere que a gestão da Reserva Financeira Estratégica Petrolífera para Infra - estruturas de Base, seja feita pelo Presidente da República, "mediante um plano aprovado pela Assembleia Nacional devendo o mesmo procedimento ser tomado sobre a Gestão do Fundo da Reserva do Tesouro Nacional, resultante da diferença do preço real do barril de petróleo e do preço orçamentado.

"Cremos que a Sonangol-EP; não tem prestado contas à Assembleia Nacional, e deverá fazê-lo, sobre os 7 por cento de retenção que beneficia, sobre a tributação das actividades petrolíferas, denunciou.

O Grupo Parlamentar da CASA-CE, segundo o seu líder, admite a criação de regimes especiais de cobertura, execução e prestação de contas das despesas especiais, afectas aos órgãos de soberania e serviços públicos que realizam funções de segurança interna e externa do Estado.

O dirigente da CASA-CE também aproveitou para levantar outros assuntos, que julgou importante levá-los ao hemiciclo, entre os quais a polémica que envolve as dívidas mal paradas do Banco Espírito Santo Angola, agora denominado Banco Económico.

" A propósito, gostaríamos de saber dos devidos senhores representantes do Executivo, qual o montante despendido pelo Estado Angolano para resgate do BESA? Dizem que é elevado, na ordem de 2,5 mil milhões de dólares. Quais as razões de um dispêndio tão elevado, a favor do Resgate de um banco praticamente estrangeiro? Como se justificou a concessão da garantia soberana de 5,7 mil milhões de dólares, que se pressupunha irrevogável, mas que afinal acabou por se dar o dito por não dito", questionou.

O dirigente partidário disse ser "inaceitável a pretensão do Senhor Presidente da República, de

cativar até 100% das dotações orçamentais de determinados projectos do Programa de Investimentos Públicos e das despesas de Apoio ao Desenvolvimento.

UNITA quer mais verbas para a Educação

Durante a leitura da sua declaração política, o chefe do grupo parlamentar da UNITA, Raul Danda, considerou que o OGE proposto prevê gastar mais de um bilhão de Kwanzas do que vai arrecadar o que, em sua opinião será o maior défice orçamental desde de 2002 e que vai obrigar o Estado "a endividar-se".

Ele disse que o endividamento poderá ser maior" caso a baixa de petróleo nos mercados internacionais se acentue".

Danda reconheceu que, pela primeira vez desde o fim da guerra, o OGE prevê mais verbas para a Educação e para a Saúde relativamente à Defesa e Ordem Pública, mas mesmo assim, afirmou ser insuficiente.

Ele insistiu em como o envelope financeiro do Ensino Superior continua a ser superior ao do Ensino Secundário e que o facto deste grau de ensino ter mais escolas do que alunos " sugere que algo está mal em termos de prioridades" .

O deputado da U ITA, acusou o Governo de ter "mais vontade de fazer escolas do que ter um ensino de qualidade".

Da mesma forma, Raul Danda diz que a "Saúde está gravemente doente" e que se o Executivo retirar para o sector, as verbas que se escapam para outros destinos, "podemos utilizar o dinheiro para o ensino de qualidade".

Ele insistiu em como as verbas alocadas para estes sectores continuam a' ser os mais baixos relativamente a outros países.

"E um executivo que não aposta nestes sectores nevrálgicos da sociedade não pode aspirar a um desenvolvimento económico que representa uma melhoria real na qualidade de vida dos seus cidadãos", defendeu.

O deputado do "Galo Negro" também questionou o destino que será dado à rubrica destinada a serviços não especificados e questionou-se das razões da baixa das verbas para a Agricultura.

"Em 2013 o Governo atribuiu à Agricultura 1 por cento das receitas, em 2014, atribuiu 2,66 e agora baixa para 0.6", observou Raul Danda para quem a presente proposta de OGE é "excessivamente

optimista e com conclusões bastante contraditórias face à realidade dos factos", Outro questionamento foi feito relativamente ao "caso Besa ", tendo perguntado ao governador do BNA se estava em condições de responder, em Portugal, a um processo relativo ao caso e para o qual foi arrolado como declarante, FNLA suspeita descaminho das verbas Por seu turno, o deputado Lucas Ngonda, da FNLA, interrogou-se sobre se as verbas anunciadas para cada sector serão para lá encaminhados, efectivamente, ' "Somos obrigados e perguntar se esses orçamentos para os diversos sectores depois de aprovados chegam, na sua execução aos verdadeiros destinatários", declarou o deputado da FNLA.

Ele socorreu-se do orçamento de 2014, que afirmou ter destinado ao sector social cerca de 33 por cento, para o equacionamento dos diversos problemas sociais, mas que tais números em muitos casos não terão correspondido a realidade vivida pelas populações e por sectores a que o orçamento se destina.

"Basta olharmos para os hospitais e cemitérios da nossa capital para compreendermos que por mais que se pintem os números orçamentais, Angola não goza de boa saúde, Uma mortalidade elevadíssima para todas as faixas etárias", disse o deputado da FNLA.

Ngonda questionou também o facto de, nas suas análises, o OGE proposto não ter destinado verbas para o apoio à mulher rural e à juventude supostamente sujeitos à uma campanha de dimensão nacional pelo Governo.

"Não encontramos estas preocupações suficientemente reflectidas neste Orçamento, enquanto factor de desenvolvimento e de combate à pobreza das famílias", disse o deputado, que apesar de outras observações menos simpáticas para com o Executivo, se manifestou regozijado com a contenção das taxas de inflação.

PRS quer publicação dos benefícios

Para o deputado Benedito Daniel, que chefia a bancada do PRS, o Executivo continua a omitir determinados beneficiários sem justificar as reais razões.

"Quem são os destinatários do valor estimado na rubrica Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos?

Porque é que, os Partidos Políticos e outros beneficiários não são discriminados?", questionou o parlamentar que entende que, com esta atitude, o

Governo está a omitir determinados beneficiários, o que, em sua opinião fere a Constituição.

"A omissão de determinadas variáveis orçamentais força-nos a concluir que, uma vez mais, na concepção do presente OGE, não houve o propósito de aderir à transparência, como virtude, na gestão da coisa pública" disse.

O político afirmou que o Executivo "não diz se este Orçamento Geral do Estado é deficitário ou superavitário".

O PRS é de opinião que os empréstimos externos e as medidas fiscais devem ser objecto de apreciação e aprovação pelas instituições competentes, tendo em conta as implicações na vida do País e o agravamento da vida das pessoas particulares e das empresas.

MPLA: Desempenho da economia é francamente animador Para o MPLA, na voz do seu chefe do grupo parlamentar, Virgílio de Fontes Pereira, os questionamentos da oposição reflectem "má fé e um populismo sem norte".

O deputado do MPLA devolveu as acusações afirmando que a tendência de crescimento da economia só não é observado e apoiado pela nossa oposição "por hipocrisia política".

Saindo em defesa do Executivo, Fontes Pereira acusou "os outros" de vaguearem por tudo sem o que a lei dispõe sobre o conteúdo das declarações políticas".

Lembrou o dirigente do partido, que detém a maioria parlamentar, que o OGE "constitui o mais importante instrumento de gestão das finanças públicas e do Estado" previsto no enquadramento constitucional do país.

Fontes Pereira contrariou a oposição afirmando que o OGE em discussão atribui uma verba "expressiva" ao sector social de cerca de 34 por cento.

"Na verdade, os maiores aumentos da despesa do OGE em 2015 em relação de 2014, irão ocorrer na Educação em cerca de 47 por cento, na Saúde em cerca de 28 por cento, Protecção Social em cerca de 33 por cento" , disse o deputado, revelando que o maior aumento irá incidir no ensino primário que duplicou as verbas em relação ano anterior.

No sector da Saúde, Fontes Pereira precisou que a área da Saúde Pública vai conhecer igualmente um maior aumento para as populações de baixa renda.

Tal como o ministro de Estado Edeltrudes Costa, o deputado Fontes Pereira também afirmou que a elaboração do presente OGE teve em conta a baixa do preço do petróleo, a principal fonte de receitas fiscais do Estado.

Depois de ressaltar a qualidade técnica que se observou na elaboração do texto do Executivo, o dirigente do MPLA referiu que, apesar dos constrangimentos gerados no mercado internacional, "a economia angolana continua a exibir taxas de crescimento global positivas fundamentalmente devido ao desempenho do sector não petrolífero caracterizado por robustas taxas de crescimento".

Ele disse que, apesar do ambiente internacional de incertezas, o desempenho global da economia angolana é "francamente" animador a julgar pelas perspectivas estabelecidas para o ano fiscal de 2015 que refere uma produção de 1. 83 Milhões de barris de petróleo dia contra os actuais 1.66.

"O Produto Interno Bruto (PIE) observará uma taxa de crescimento global de cerca de 9,7 por cento, o PIE petrolífero conhecerá um vigoroso crescimento estimado em 10,7 por cento enquanto que o não petrolífero terá um crescimento de 9,2 por cento", previu.

A fonte disse que este cenário " demonstra o empenho do Executivo em tudo fazer para assegurar que a economia angolana evolua de forma sustentável para que a estabilidade, o crescimento e o emprego sejam uma constante".

O político afirmou que Angola tem estado a diminuir os níveis de pobreza extrema revelando que o país situa-se entre os países africanos em condições de cumprir os Objectivos do Milénio, no domínio da segurança alimentar.

Pertencem ao dirigente do MPLA a revelação de que o Kwanza, a moeda nacional está a tornar-se já "num equivalente geral de troca em paridade com as demais moedas em alguns mercados externos" o que em sua opinião constitui "motivo de orgulho para o povo angolano".

## 4.9 Deputados disputam OGE

*Jornal O País*

*14 De Novembro de 2014*

Os deputados da Assembleia Nacional remeteram ontem às Comissões de Especialidade a discussão do Orçamento Geral do Estado para o

exercício económico de 2015, resultando assim aprovada a proposta com 150 votos a favor, do MPLA, PRS e FNLA, 5 contra, da CASA-CE, e 26 abstenções da UNITA.

No início das discussões, o ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Edeltrudes Costa, chamou a atenção para o facto de o OGE para 2015 ter em conta o contexto difícil que faz com que as perspectivas de crescimento real da economia angolana indiquem que o desempenho da produção nacional pode vir a reflectir os efeitos de uma queda importante da produção de petróleo. Mas ainda assim, garantiu que, apesar dos constrangimentos financeiros, o OGE mantém a política orçamental de afectação dos recursos "significativos" ao sector Social para permitir o reforço das dotações dos programas elaborados para estas áreas.

"Na verdade, em 2015 o sector Social beneficiará de 34 % do OGE, destacando-se o crescimento do sector da Educação que em 2014 teve um peso percentual de 6,2% e passa para 9 por cento, e o sector da Saúde, que em 2014 foi de 4,4 e passa em 2015 para 5,6", assegurou.

O governante que lia para a Assembleia de deputados uma mensagem do Presidente da República sobre o OGE, revelou que " as mais recentes projecções apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto (PIE) de 4,4 por cento, o que em relação à meta estabelecida no início do ano, representa uma desaceleração de 2,4 por cento."

Segundo Edeltrudes Costa, a incerteza do preço internacional do petróleo recomenda "a consideração de um preço fiscal de 81 dólares por barril e anunciou que, a este preço, a dívida pública deverá situar-se em 32,6 por cento do PIE "ligeiramente acima do nível previsto para 2014".

Durante a sua intervenção, o governante anunciou como medidas políticas visando a potenciação das receitas públicas, a implementação do projecto da Reforma Tributária, "de modo a alargar a base tributária e a reduzir a carga fiscal, para acelerar o ritmo de crescimento das receitas não petrolíferas."

Outras medidas anunciadas vão no sentido da continuidade da organização do sistema de arrecadação de receitas públicas, "visando a sua modernização e optimizando o custo da arrecadação".

O ministro de Estado deu ainda a conhecer que o Executivo pretende ainda regulamentar a actividade

de jogos de azar e fortuna, "criando uma fonte de receitas pública adicional".

Depois de insistir que o cenário interno da macroeconomia para 2015 apresenta "incertezas e riscos derivados da instável evolução do preço do petróleo, e também dos diamantes no mercado internacional", Edeltrudes Costa anunciou que estão a ser lançadas as bases para a diversificação da economia "com programas e projectos estruturantes nos domínios de energia, águas, vias de comunicações, telecomunicações para apoiar o sector da economia real."

Nas projecções do Executivo, o sector não petrolífero deverá registar um crescimento de 9 por cento, "induzido pelo reforço do investimento público dos domínios das infra-estruturas económicas e sociais que têm assegurado o relançamento da produção agrícola, fortemente afectada nos últimos anos por longos períodos de seca, da produção industrial e do alargamento significativo dos sectores dos serviços que possibilitam o aumento do emprego e a crescente substituição gradual de produtos básicos de consumo importados".

O Governo, segundo a fonte, pretende também projectar a receita petrolífera com base num preço médio de referência que seja conservador em relação ao nível de preço previsional do mercado internacional, "a fim de se assegurar a estabilidade macro fiscal e se limitar a despesa a um nível de receita previsível de menor risco, não comprometendo, assim, a sua realização."

É também intenção do Executivo, segundo a mensagem presidencial "introduzir o cadastramento e o controlo da assiduidade dos funcionários públicos, "utilizando tecnologia para leitura e registo de dados biométricos". Outras medidas anunciadas estão voltadas para a revisão do sistema de subsídio das empresas públicas prestadoras de serviços de água e electricidade, "com vista a sua redução e à promoção da eficiência das mesmas", bem como prosseguir o processo de redução "deslizante e contínuo" dos subsídios aos combustíveis".

## 4.10 Economist Diz que Previsão De Crescimento De 9,7% Em Angola é só Promoção Externa

*Jornal Manchete*

*14 De Novembro de 2014*

O crescimento de 9,7% para o próximo ano em Angola, previsto no Orçamento do Estado, "serve mais para promover a imagem externa e atrair investimento externo" do que para descrever a realidade, considera a Economist Intelligence Unit (EIU).

Num comentário aos números já conhecidos do Orçamento Geral do Estado (OGE), para o próximo ano, a que a Lusa teve acesso, os peritos da unidade de análise económica da revista britânica Economist consideram que "Angola gosta de promover a sua imagem no exterior para atrair investimentos internacionais, e habituou-se a ser associada globalmente como uma das economias de África que mais cresce", por isso "esta projecção do crescimento está provavelmente mais ligada à promoção global do que à economia real".

No comentário aos principais números já apresentados pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, como os 7,6% de défice ou os 9,7% de expansão da economia no próximo ano, acrescenta-se que "nos últimos cinco anos o Governo projectou sempre altos crescimentos do PIB e depois teve de os rever em baixa por causa da real situação económica, e prevemos que isto aconteça novamente em 2015".

O próximo ano, aliás, "deverá ser um ano difícil para Angola", avisam os analistas da EIU, lembrando a descida nos preços do petróleo, que obrigou o Governo a rever em baixa a previsão de preço médio do barril para 2015, de 98 para 81 dólares, e a diminuição da previsão de crescimento da economia global.

"Os números preliminares para o Orçamento de 2015 divulgados no final de Outubro pelo ministro das Finanças indicam que o Governo vai cortar a despesa face ao ano passado, adoptar um preço de referência do petróleo significativamente mais baixo e permitir um défice que ronda dos 10 mil milhões de dólares, mas apesar destes números sombrios e de um tom geral de precaução e pragmatismo, o Governo está ambiciosamente a prever um crescimento do PIB de 9,7%", diz a EIU, que prevê para Angola uma expansão do PIB na ordem dos 4,8%.



A diferença entre a previsão de despesas e de receitas do Estado resulta num défice que deve chegar aos 7,6% do PIB, de acordo com o ministro das Finanças, o que representa uma forte degradação das contas públicas face aos 3,8% de desequilíbrio orçamental com que o Executivo deverá chegar ao final deste ano.

"Um défice tão grande, depois de vários anos de excedentes orçamentais, levanta uma série de questões sobre o recentemente lançado Fundo Soberano de Angola, uma vez que não faz sentido para o Governo estar a poupar e a investir através deste Fundo a um ritmo mais baixo que aquele que usa para pagar as suas dívidas", escrevem os peritos da unidade de análise da revista *The Economist*.

O tom geral usado pelo ministro das Finanças "é de precaução, fazendo eco das palavras do Presidente, José Eduardo dos Santos, que usou o discurso anual sobre o Estado da Nação, em Outubro, para avisar para a necessidade de 'racionalizar' a despesa pública", mas é precisamente por causa deste pragmatismo e precaução que os analistas criticam a previsão de crescimento da economia.

"Esta precaução e nível de resposta sobre a despesa pública são ensombrados pela incrivelmente ambiciosa previsão de crescimento da economia", uma vez que "o ministro das Finanças prevê que o sector não-petrolífero cresça 9,2% e o sector petrolífero cresça 10,7%, fazendo um crescimento total de 9,7% do PIB, o que seria a mais alta taxa de crescimento desde 2007 e, dado o ambiente económico interno e o clima global, parece demasiado ambicioso".

Para a *Economist*, a produção de petróleo em Angola não deve ficar muito acima dos 1,8 milhões de barris por dia no próximo ano, sendo por isso "difícil de perceber" a previsão de 10,7% de crescimento para este sector.

Os peritos da EIU lembram que em Setembro a Agência Internacional da Energia previu que Angola iria tornar-se o maior produtor de petróleo na África subsahariana em 2016, "ultrapassando a Nigéria por causa dos roubos de petróleo e das deficiências legislativas deste país". Mas mesmo sendo este o caso, afirmam, "é improvável que a produção de Angola fique muito acima dos 1,8 milhões de barris por dia, face à média estimada de 1,78 milhões em 2014, e se os preços continuarem como estão, é difícil de ver como é que o sector vai gerar as verbas

suficientes para suportar um crescimento para valores acima de 10%".

#### 4.11 OGE 2015: economia deverá crescer 9,7%

*Jornal O País*

*14 De Novembro de 2014*

De acordo com a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015, a economia angolana deverá crescer cerca de 9,7%, mais que duplicando o previsto para o corrente ano. Espera-se que o sector petrolífero contribua com cerca de 50% no Produto Interno Bruto. Por outro lado, o sector petrolífero deverá crescer 11% e o não petrolífero 9,2%.

É de lembrar que de acordo com Fundo monetário Internacional (FMI) no relatório das Perspectivas Económicas Mundiais publicado em Outubro, a economia nacional deverá crescer 5,9%.

A divergência entre o FMI e o OGE relativamente a previsão de crescimento da economia angolana deve-se principalmente à produção petrolífera. De acordo com OGE, em 2015 estima-se que a produção petrolífera seja de cerca de 1,8 milhões de barris/dia, enquanto o FMI apresenta uma contenção na produção para os 1,7 milhões de barris/dia. Note-se que o preço do barril de petróleo tem estado a desvalorizar consideravelmente, estando o Brent (referência para o petróleo angolano) a ser cotado em 81,67 USD/barril e o WTI A 77,94 USD/barril, esperando-se que os preços continuem a cair, devido à especulação de que a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) não reduzirá a produção com objectivo de estabilizar o preço.

Relativamente à produção não petrolífera, o OGE 2015 aponta os sectores da agricultura, construção e indústria de transformação como principais fontes de receita com um crescimento de 12,3%, 10,5% e 11,2%, respectivamente. O montante do plano de Investimento Público terá um crescimento de cerca de 22,1%, equivalente a USD 11 mil milhões. Apesar do crescimento nos investimentos públicos, espera-se um défice fiscal na ordem dos 7,6%, o registo mais alto desde a crise financeira internacional de 2008/2009.

As receitas fiscais do sector petrolífero têm um peso de 70% sobre as receitas totais. Deste modo, tendo em conta o actual cenário macroeconómico, as incertezas ao nível da produção petrolífera da Opep, bem como da estabilidade dos preços do petróleo, poderão resultar no incumprimento dos objectivos

propostos pelo OGE 2015 (provisão de bens públicos, estabilidade económica e promoção do crescimento económico e desenvolvimento social). Constata-se ainda que a estabilidade da produção de petróleo tem sofrido alguns constrangimentos técnicos, o que reforça a incerteza quanto à estabilidade do preço do petróleo e consequentemente o cumprimento na íntegra do OGE 2015.

## 4.12 OGE 2015 reforça sector social e prevê quebra de receitas

*Jornal O País*

*14 De Novembro De 2015*

*Texto De: Luís Faria*

O peso da receita dos impostos petrolíferos sobre o conjunto da receita dos impostos continuará a declinar no próximo ano, prevê o Orçamento Geral de Estado para 2015, de acordo com os grandes números do OGE 2015 " apresentados pelo secretário de Estado do Orçamento, Alcides Safeca, em reunião com a imprensa.

Pelo contrário, as receitas provenientes dos impostos não petrolíferos crescerão 15,2%, aumentando no período 2013 - 2015 em 26,65%.

No entanto, no seu conjunto, a quebra estimada das receitas petrolíferas acaba por induzir uma queda de 11,8% das receitas fiscais em 2015, esperando o Estado vir a encaixar Kz 4.184,9 mil milhões, ou seja, menos Kz 559,8 mil milhões.

Daí que cresça o financiamento do Estado, tanto internamente como no exterior. O financiamento interno aumenta 21,51 %, sendo estimado em Kz 1.654,1 Mil milhões e o externo cresce 36,21%, projectando-se que atinja Kz 1.411 mil milhões.

Estes números indiciam que os efeitos diversificação da economia e da reforma tributária estão a alterar a estrutura da receita orçamental e que, por outro lado, o recurso do Estado ao financiamento se intensifica de ano para ano.

No que respeita à despesa prevista, refira-se que as despesas com salários continuam a aumentar, estimando-se que ascenda a Kz 1565,5 mil milhões, embora desacelerando o seu ritmo, havendo a salientar a redução da rubrica 'bens e serviços', que passa de Kz 1.430,7 mil milhões este ano para Kz 1.374,4 mil milhões no próximo, assim como uma significativa descida na aquisição de activos não financeiros (uma quebra de 19,62%). No plano da

despesa constata-se ainda o significativo aumento das prestações sociais, em quase 90%, passando de Kz 101,7 mil milhões este ano para Kz 184,9 no próximo.

Educação, a área que mais cresce Educação, saúde e protecção social recebem incrementos assinaláveis do OGE 2014 para o OGE 2015. A educação é (com excepção da dívida pública) a área que mais cresce quando se analisa o Orçamento de Estado do ponto de vista da despesa (47,04%), passando a sua dotação estimada de Kz 447.322,3 milhões para Kz 657.754,6 milhões. Há um reforço muito significativo das verbas a afectar ao ensino primário. A saúde aumenta 28,35% e a protecção social 33,17%. Estas três áreas sociais absorvem mais de Kz 1.156.048 milhões correspondente a 16% do total da despesa estimada. Registe-se também, no domínio da despesa orçamental, a redução estimada de gastos na defesa (menos 21,04 %) e o crescimento das operações de dívida pública.

O sector social é ainda aquele que beneficia de maior número de programas por sector, o que acentua o pendor fortemente social do OGE para o próximo ano. Após referir que a economia angolana continua sujeita a choques externos decorrentes da dependência petrolífera, tanto no que se refere a oscilações na produção como no que toca à volatilidade do preço do petróleo bruto, o secretário de Estado do Orçamento enunciou três riscos que se colocam à realização da despesa pública em 2015: o risco do preço de exportação do petróleo bruto, o risco da produção petrolífera e o risco de financiamento.

Destacou ainda algumas medidas que serão adoptadas durante a execução do OGE 2015, entre as quais o cadastramento presencial, com dados bio métricos, dos funcionários públicos, o processamento das pensões dos antigos combatentes e os subsídios às autoridades tradicionais, a limitação da contratação de novos efectivos, SIGFE, a optimização das subvenções aos preços, a revisão dos contratos de consultoria e assistência técnica, a cativação de despesas, a massificação da realização de concursos abertos para a contratação de empreitadas e de fornecimentos de bens e serviços, a realização de concursos internacionais para projectos de grande porte e complexidade técnica e a promoção e implementação de projectos de investimento privados, através da banca comercial, limitando a intervenção do Estado apenas à concessão de garantias.

### 4.13 OGE aprovado no parlamento

*Jornal De Economia*

14 De Novembro de 2014

O Orçamento Geral do Estado (aGE) para o ano económico de 2015 foi discutido e aprovado ontem, em Luanda, pelos deputados da Assembleia Nacional. A proposta passou na generalidade com 152 votos a favor, 26 abstenções e cinco contra.

Com receitas estimadas em pouco mais de 4,0 trilhões de kwanzas e 5,2 em despesas, o Executivo prevê que 4,1 trilhões de kwanzas (57,66 por cento) sejam provenientes das receitas fiscais e outros 3,0 (42,32 por cento) de financiamentos para fazer face ao défice. A preço de referência do petróleo, principal produto de exportação nacional e que suporta o orçamento, e de 81 dólares (cerca de 8,0 mil kwanzas) Na mensagem do Titular do Poder Executivo aos parlamentares, apresentada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, consta entre as preocupações o contínuo referendo do processo de reforma tributária e a diversificação da economia nacional, Edeltrudes Costa lembrou que medidas continuam a ser implementadas visando a melhoria do desempenho do funcionalismo público e do ambiente empresarial local emprego e a formação de quadros deverão, igualmente, orientar o plano de governação.

A maioria parlamentar e de opinião que se mantém actividade governativa de assegurar as conquistas macro económicas, tendo sido realçada metas como os 7,0 por cento de previsão da taxa de inflação e os 9,7 de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Para 2015, o Executivo aposta na continuidade dos programas de recuperação do tecido económico nacional. Para isso, reforçou o sector social, onde destina 34,16 por cento do total do orçamento, com primazia para a educação e a saúde. Os serviços públicos ficaram com 17,96 por cento. o sector económico com 14,52 por cento e a defesa e segurança com 14,12 seguem-se entre os principais no quadro da distribuição funcional.

### 4.14 Orçamento de 2014 vai acabar ano praticamente equilibrado

*Jornal Expansão*

14 De Novembro de 2014

A execução do Orçamento Geral do Estado 2014, na óptica do compromisso, deverá registar um défice de 23,7 mil milhões Kz em vez dos 630,3 mil milhões

Kz previstos no OGE aprovado pela Assembleia Nacional.

Já na óptica de caixa o défice de 2014 será de 472,3 mil milhões Kz, contra os mesmos 630,3 mil milhões previstos.

Na óptica de compromisso as despesas são contabilizadas no ano em que são autorizadas independentemente de serem pagas ou não nesse ano. Já as receitas são contabilizadas apenas no momento em que são efectivamente recebidas a que diz respeito o orçamento. Em Angola existe uma pequena nuance relativamente às receitas petrolíferas que seguem a regra das despesas. Isto é, também são contabilizadas no momento em que são apuradas, independentemente de serem pagas ou não nesse ano. Na óptica de caixa, quer as despesas quer as receitas só são contabilizadas no momento do pagamento e recebimento.

A diferença entre compromisso e de caixa está no pagamento de despesas de anos anteriores.

Quando apresentou o OGE 2014 o governo angolano inscreveu o mesmo défice na óptica do compromisso e de caixa, assumindo que não haveria pagamento de atrasados, o que acabou por não se verificar, como é tradição em Angola.

O défice projectado de apenas 23,7 mil milhões Kz na óptica do compromisso em vez dos 630,3 mil milhões orçamentados, deve-se, sobretudo, ao facto de o governo prever gastarem 2014 "apenas" 4,4 biliões Kz e não os 5,4 biliões orçamentados. Os maiores cortes ocorreram ao nível do investimento que não deverá ultrapassar 1,0 bilião Kz, contra os 1,7 biliões Kz previstos.

A fraca execução da despesa mais do que deverá compensar a queda das receitas. O governo previa arrecadar este ano 4,7 biliões Kz mas não deverá conseguir mais do que 4,4 biliões, devido à quebra do preço do petróleo.

### 4.15 Peso de Luanda no PIP cai pela terceira vez em três anos

*Jornal Expansão*

14 De Novembro de 2014

A fatia do Programa de Investimentos Públicos destinada a Luanda vai baixar 1,9 pontos percentuais (Pp), de 34,2% este ano para 32,3% no próximo, a terceira baixa em três anos, de acordo com cálculos do Expansão.

As contas baseiam-se na proposta de OGE 2015, que aponta para um PIP de 1.200,9 mil milhões Kz, e no OGE 2014 aprovado pela Assembleia Nacional, que previa um PIP de 1.375,0 mil milhões Kz.

Com a proposta de OGE 2015, o Executivo projectou que a execução do PIP deste ano não ultrapassará 902,2 mil milhões Kz.

Comparando o OGE 2015 com OGE 2014 o PIP recua 12,7%. Comparando o OGE 2015 com a execução prevista para 2014 o PIP aumenta 33,1 %.

Contudo, como o Governo não dá dados de execução por província, todas as comparações do Expansão que se seguem são feitas com base nos OGE de 2015 e 2014 e não no OGE 2015 e na execução de 2014.

Dos 1.200,9 mil milhões Kz inscritos no PIP 2015, 81,8% ou 982,4 mil milhões Kz vão para províncias específicas, 7,6% ou 91,8 mil milhões Kz referem-se a projectos inter-provinciais e os restantes 126,7 mil milhões Kz ou 10,6% são investimentos da estrutura central.

Dos 982,4 mil milhões Kz de projectos destinados a províncias específicas a maior fatia vai para Luanda, equivalente a 32,3% do total. Comparando com os 360,8 mil milhões Kz ou 34,2% do total que o PIP 2014 previa para a província capital, o peso de Luanda no PIP desce os referidos 1,9 pp. Os valores do PIP destinados à capital baixam 12,1 % de 2014 para 2015.

Desde 2012, a fatia da província que alberga a capital angolana no PIP caiu 12,5 pp, de 44,6% do total no OGE 2012 para 32,3% na proposta de OGE para 2015.

Esta evolução sugere, pelo menos em termos quantitativos, que a distribuição do PIP está a ter mais em conta as assimetrias regionais. Um indício que é também suportado pela análise do PIP litoral versus interior.

Em 2015, o PIP previsto para o conjunto das sete províncias do litoral (Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda, Cuanza Sul, Benguela e Namibe) ascende a 558,9 mil milhões Kz, menos 12,2% do que o orçamentado para 2014. As restantes 11 províncias do interior vêem o seu PIP aumentar, embora uns marginais 1,5%, para 423,5 mil milhões Kz. Contas feitas o peso das províncias do interior sobe 3,5 pp, de 39,6% para 43,1%, enquanto as províncias do litoral fazem o caminho inverso, com o seu peso a

descer os mesmos 3,5 pp de 60,4% em 2014 para 56,9% em 2015. C.R.C.

## 4.16 Porque tanta caixinha com o OGE

*Jornal Expansão*

*14 De Novembro De 2014*

Pelo terceiro ano consecutivo, o Expansão disponibilizou online a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE). As peças que compõem a proposta de OGE 2015 foram colocadas em [expansao.co.co](http://expansao.co.co) uma semana depois serem entregues na Assembleia Nacional (AN). Um exercício público de transparência que deveria caber ao Executivo e ao Parlamento. O objectivo é estimular o debate sobre o mais importante documento de política económica em Angola.

O Expansão não se limita a fazer para os seus leitores, com o rigor e a independência que o caracterizam, a maior e mais completa análise ao OGE. Dá aos seus leitores as matérias para que eles próprios possam fundamentar as suas opiniões.

A colocação online da proposta de OGE 2015, bem como das anteriores, não seria possível sem a colaboração das fontes do Expansão, a quem agradecemos.

Da mesma forma que agradecemos às nossas fontes a disponibilização do documento não podemos deixar de criticar veementemente o tratamento a que fomos votados pelo Ministério das Finanças (MinFin).

Na terça-feira, 28 de Outubro, dia de fecho do Expansão, a redacção questionou o assessor de imprensa do Ministério das finanças MinFin que prometeu "novidades" para o dia seguinte. Dois dias depois, já o OGE tinha sido objecto de várias notícias nos órgãos de comunicação social pública, o Expansão voltou a questionar o assessor do MinFin sobre o OGE, sem resposta. Sexta-feira, 31 de Outubro, o assessor foi contactado novamente sobre o mesmo assunto, novamente sem sucesso. Na terça-feira, 4 de Novembro, novo contacto com o mesmo resultado: nenhum.

Se fosse a contar com o MinFin, até hoje o Expansão não teria publicado nem uma linha sobre a proposta de OGE 2015. As razões pelas quais o Expansão foi votado ao ostracismo só o MinFin pode explicar.

Mas não podemos deixar de dizer aos responsáveis pelo MinFin que, com ou sem a colaboração do

ministério, não desistiremos de informar a opinião pública angolana em geral e os nossos leitores - políticos de todos os quadrantes, incluindo os que estão no governo, empresários, gestores, quadros médios e superiores, académicos, estudantes, e pessoas comuns em particular, sobre todos os assuntos que considerarmos relevantes para a sua vida pessoal e profissional, incluindo o OGE.

Entendemos que a preparação do OGE 2015 não tenha sido tarefa fácil para os responsáveis do Ministério das Finanças e os seus colaboradores. Se elaborar um orçamento nunca foi tarefa fácil, mais difícil é nos dias que correm, caracterizados pela baixa do preço do petróleo, principal fonte de receita dos cofres públicos.

De tal forma compreendemos a hercúlea tarefa que não gostaríamos de estar na pele dos que têm a obrigação de preparar e apresentar tão importante documento para os agentes económicos. Mas isso não nos impede de dizer o que pensamos, o que está bem, mas também o que está mal. Como todos os orçamentos, o OGE 2015 tem coisas boas e más.

Começando pelas boas, estamos em presença de um orçamento histórico: Pela primeira vez depois do fim da guerra fratricida que dilacerou o país durante quase trinta anos após a independência, o OGE prevê mais verbas para a educação e saúde do que para a defesa, segurança e ordem pública. A execução dirá se as previsões se confirmam. Mas vamos dar o benefício da dúvida e saudar esta alteração como um sinal de que as coisas vão mudar.

Passando às más notícias, os deputados têm nas mãos um OGE que apresenta o maior défice das contas públicas desde que foi alcançada a Paz. No próximo ano, o Estado vai gastar mais um bilião Kz do que vai arrecadar. O resultado é o aumento do endividamento. Ao analisar o documento, a proposta de OGE começou a ser elaborada com um preço do petróleo muito superior aos 81 dólares o barril que serviram de pressuposto à proposta que ontem terá sido aprovada na generalidade. Apanhado de surpresa com a queda do petróleo, o Governo decidiu baixar o preço do barril com que estava a trabalhar, mas não tirou daí as devidas consequências, pelo menos em termos de despesa, já que a receita está em linha com os 81 dólares o barril. Menos receita e a mesma despesa acabaram por determinar o défice astronómico que consta da proposta de OGE. O governo argumenta que o défice é virtuoso porque vai permitir fazer investimentos indispensáveis à diversificação da economia. O FMI contrapõe que é preciso regressar aos excedentes orçamentais para

alisar o ciclo económico em caso de queda do petróleo.

Não sei quem tem razão mas a Assembleia Nacional devia pesar muito bem os prós e contras do buraco orçamental que aí vem. Se for o caso, alterar a proposta do Governo. Sei que é um exercício difícil mas inevitável. Têm a palavra os deputados, em especial os do MPLA que põe e dispõe no Parlamento.

#### 4.17 Alguma Vez O Governo Cumpriu O OGE?

*Folha 8*

*15 De Novembro de 2014*

O orçamento Geral do Estado (OGE) para 2015 aumenta a despesa em programas sociais e corta na Administração Pública e na defesa e ordem pública, reflectindo prioridades acertadas mas de difícil concretização, considera a Economista. Ou seja, tudo vai continuar na mesma. Bons diagnósticos, péssima medicação.

Num comentário aos números já conhecidos do OGE para o próximo ano, os peritos da unidade de análise económica (Economist Intelligence Unit EIU) da revista britânica *The Economist* explicam que "o orçamento para 2015 reflecte algumas mudanças às prioridades da despesa pública", desde logo "a alocação ao sector social (educação e saúde) aumentou para 34% da despesa pública total, quando no orçamento do ano passado estava nos 29,97%, o que é urna mudança positiva se o dinheiro servir para ajudar a desenvolver o fraco sector da Educação". Se ... Na avaliação final feita pela EIU, o mais importante não são os números propriamente ditos, mas sim a capacidade institucional de Angola para dar seguimento ao orçamento, nomeadamente na implementação das novas prioridades que o orçamento revela.

O tom de "precaução e pragmatismo usado pelas autoridades", apesar da previsão de crescimento do Produto Interno Bruto de 9,7%, que é "incongruente", são elogiados pela equipa de economistas da EIU, mas o grande teste será ver a capacidade de Angola para "garantir a eficiência da despesa pública e garantir que os contratos públicos são bem executados e acrescentam valor", isto porque, para os peritos da EIU, "ainda e está para ver se o país vai fazer progressos nesta área em 2015.

o relatório, a EIU sublinha que "a falta de mão-de-obra qualificada tem impedido o crescimento de

Angola e criado uma dependência dos trabalhadores estrangeiros e do seu 'know-how', o que precisa de ser corrigido se o país quiser construir um sector privado forte e competir a nível regional e global".

Sobre os cortes na defesa e ordem pública, que caem de 16,45% para 14,2% da despesa pública total, os peritos da EIU afirmam que apesar de o valor "ainda ser alto pelos padrões regionais, a realocação de alguma dessa verba para o sector social deverá ser aplaudida pela oposição política e pelas organizações da sociedade civil, que há muito se queixam dos altos níveis da despesa militar à custa do investimento noutros sectores". Ainda assim, o mais significativo corte orçamental vai para o sector dos serviços públicos, que passam a representar apenas 17,93%, quando no ano passado valiam 33,97% do total da despesa prevista, o que merece o aplauso da EIU, uma vez que "a função pública em Angola é notoriamente exagerada e ineficiente, por isso a racionalização é um desenvolvimento positivo".

Dívida pública cresce, cresce

A dívida pública deverá atingir os 38,7 mil milhões de euros em 2015, equivalente a 35,5% do Produto Interno Bruto (PIB), quando em 2012 não chegava a 11%, indicam dados do próximo OGE.

De acordo com o documento, o "stock" da dívida pública será agravado com um défice estimado de 7,6% nas contas públicas de 2015, apesar do crescimento homólogo do PIB de 9,7%.

O OGE para 2015, no seu relatório de fundamentação, revê ainda em baixa o défice de 2014. "Os desenvolvimentos orçamentais de 2014, que se traduzem na expectativa da emergência de um défice orçamental global anual em cerca de 0,2% do PII3, reflectem uma melhoria de 4,2 pontos percentuais do PIB face ao défice inicialmente previsto", lê-se no documento.

Neste cenário, sobretudo devido às dúvidas sobre o comportamento da cotação internacional do petróleo, o défice do Estado deverá crescer 38 vezes, entre 2014 e 2015.

O documento prevê que o PIB angolano toda a riqueza produzida no país ultrapassará os 13,480 biliões de kwanzas (108.188 milhões de euros) no próximo ano. Trata-se de uma subida de 767,7 mil milhões de kwanzas (6.160 milhões de euros) face à estimativa para o ano de 2014. Contudo, o "stock" de dívida pública atingirá em 2015, na previsão do Ministério das Finanças, os 48,3 mil milhões de

dólares (38,7 mil milhões de euros), o que corresponde a 35,5% do PIB, entre dívida externa (24,5%) e dívida contraída internamente (11%).

A proposta de OGE recorda que em 2012 a dívida pública angolana era de 24,8 mil milhões de dólares (19,8 mil milhões de euros), representando então 10,9% do PIB nacional.

O défice nas contas públicas, de 7,6% do PIB, corresponderá a uma necessidade de financiamento, prevista, de 1,031 biliões de kwanzas (82 mil milhões de euros, à taxa de câmbio actual).

Entre as previsões do executivo para 2015 conta-se uma taxa de inflação de 7%, uma descida de meio ponto percentual face a 2014.

Defesa, Segurança E Ordem Publica

O Governo prevê gastar no próximo ano 825 mil milhões de euros na Defesa, Segurança e Ordem Pública, equivalente a 14,1% de toda a despesa nacional, segundo o OGE.

O documento prevê, globalmente, um défice nas contas públicas de 7,6% do PIB no próximo ano e um crescimento da economia nacional de 9,7%.

No que toca ao sector da Defesa, o resumo da despesa do OGE por função prevê um total de gastos de 531.403 milhões de kwanzas (4.283 milhões de euros), ou seja 7,33% de todas as despesas. Dentro deste sector, o documento prevê 6.833 milhões de kwanzas (55 milhões de euros) para "Serviços de Defesa não especificados", correspondente a 0,09% do total.

O sector da Segurança e Ordem Pública, o mesmo documento antevê despesas de 491.626 milhões de kwanzas (3.963 milhões de euros), equivalente a 6,7896 do total.

Além dos gastos com serviços policiais, bombeiros, tribunais, prisões e protecção civil, o grosso da verba está concentrada na rubrica "Serviços de Segurança e Ordem Publica não especificados", equivalente a 447.768 milhões de kwanzas (3.610 milhões de euros). Ou seja 6,17% das despesas totais nacionais. Globalmente, Defesa e Segurança e Ordem Pública absorvem em 2015 mais de 1,023 biliões de kwanzas (8.253 milhões de euros) dos recursos públicos nacionais, o segundo corte consecutivo. Em 2013, os gastos com estes sectores cifraram-se em 1,172 biliões de kwanzas (9.455 milhões de euros).

Num total de 7251 biliões de kwanzas (58.478 milhões de euros) de despesas em 2015, e num ano em que o défice das contas públicas dispara, a maior percentagem única (1922%) cabe às operações de dívida pública. Representa uma despesa prevista de 1,394 biliões de kwanzas (11.241 milhões de euros), dividido praticamente em partes iguais entre operações de dívida pública no mercado interno e externo. Reunindo todas as áreas sociais, entre educação, saúde ou protecção social, estas representam mais de 34% do total da despesa, com o executivo angolano a prever gastar 2,522 biliões de kwanzas (17523 milhões de euros) em 2015. O OGE para o próximo ano prevê despesas correntes - excluindo as despesas de capital de 3,848 biliões de kwanzas (31.021 milhões de euros), equivalente a 28,5% do PIB angolano.

Crescimento? Para Quem?

O badalado crescimento de 9,7% para o próximo ano em Angola, previsto no OGE "serve mais para promover a imagem externa e atrair investimento externo" do que para descrever a realidade, considera a Economist Intelligence Unit (EIU).

A propósito do OGE para o próximo ano, os peritos da unidade de análise económica da revista britânica *The Economist* consideram que "Angola gosta de promover a sua imagem no exterior para atrair investimentos internacionais, e habituou-se a ser associada globalmente como uma das economias de África que mais cresce", por isso "esta projecção do crescimento está provavelmente mais ligada à promoção global do que à economia real".

o comentário aos principais números já apresentados pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, como os 7,6% de défice ou os 9,7% de expansão da economia no próximo ano, acrescenta-se que "nos últimos cinco anos o Governo projectou sempre altos crescimentos do Produto Interno Bruto e depois teve de os rever em baixa por causa da real situação económica, e esperamos que isto aconteça novamente em 2015. No próximo ano, aliás, deverá ser um ano difícil para Angola", avisam os analistas da EIU, lembrando a descida nos preços do petróleo, que obrigou o Governo a rever em baixa a previsão de preço médio do barril para 2015, de 98 para 81 dólares, e a diminuição da previsão de crescimento da economia global.

"Os números preliminares para o Orçamento de 2015 divulgados no final de Outubro pelo ministro das Finanças indicam que o governo vai cortar a despesa

face ao ano passado, adoptar um preço de referência do petróleo significativamente mais baixo e permitir um défice que ronda dos 10 mil milhões de dólares, mas apesar destes números sombrios e de um tom geral de precaução e pragmatismo, o Governo está ambiciosamente a prever um crescimento do PIB de 9,7%", diz a EIU, que prevê para Angola um expansão do PIB na ordem dos 4,8%.

A diferença entre a previsão de despesas e de receitas do Estado resulta um défice que deve chegar aos 7,6% do PIB, de acordo com o ministro das Finanças, o que representa uma forte degradação das contas públicas face aos 3,8% de desequilíbrio orçamental com que o executivo deverá chegar ao final deste ano.

"Um défice tão grande, depois de vários anos de excedentes orçamentais, levanta uma série de questões sobre o recentemente lançado Fundo Soberano de Angola, um vez que não faz sentido para o Governo estar a poupar e a investir através deste FW1- do a um ritmo mais baixo que aquele que usa para pagar as suas dívidas", escrevem os peritos da unidade de análise da revista *The Economist*.

O tom geral usado pelo ministro das Finanças "é de precaução, fazendo eco das palavras do Presidente, José Eduardo dos Santos, que usou o discurso anual sobre o Estado da Nação, em Outubro, para avisar para a necessidade de 'racionalizar' a despesa pública", mas é precisamente por causa deste pragmatismo e precaução que os analistas criticam a previsão de crescimento da economia.

"Esta precaução e nível de resposta sobre a despesa pública são ensombrados pela incrivelmente ambiciosa previsão de crescimento da economia", uma vez que "o ministro das Finanças prevê que o sector não-petrolífero cresça 9,2% e o sector petrolífero cresça 10,7%, fazendo um crescimento total de 9,7% do PIB, o que seria a mais alta taxa de crescimento desde 2007 e, dado o ambiente económico interno e o clima global, parece demasiado ambicioso.

## 4.18 OGE/Dos Santos Aprovado

*Folha 8*

*15 De Novembro de 2014*

Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2015, como era de esperar, foi aprovado, no dia 13.11, na generalidade, com 152 votos do MPLA, PRS e

FNLA, com abstenção da UNIT A e o voto contra da CASA-CE

Para o MPLA, o OGE para o ano de 2015 atribui uma verba expressiva para o sector social segundo o seu líder de bancada na Assembleia Nacional, Virgílio de Fontes Pereira.

Esta votação favorável, já não surpreende a maioria dos angolanos, que se envergonham dos deputados que têm, principalmente, os do MPLA, por se terem auto-demitido das suas reais funções, por adesão as mordomias presidenciais. No entanto, Virgílio Fontes Pereira, jurista conceituado, prefere elogiar "o caminho tortuoso" para onde nos encaminha Eduardo dos Santos do que criticar e libertar, quer a sua consciência amordaça da, como ao povo sofrido, que nem sempre tem para comer devido as contas mal feitas de uns poucos.

Quando um deputado prescinde do poder soberano, outorgado pelo voto popular, deixa de ser actor legislativo de referência, para se converter numa marionete e, nessa condição, só pode colher o desprezo dos eleitores.

Os deputados da bancada maioritária por uma decisão partidocrata de pendor presidencial, conscientemente, violam a constituição, cujo simbolismo está jogado no lamaçal de interesses difusos e circunstanciais.

Na realidade, o normal, em qualquer parlamento do mundo democrático, por altura da discussão do Orçamento Geral de Estado, vê-se o governo esmerar-se na argumentação das suas propostas, por um lado e a independência dos deputados, por outro, exigindo explicações e contas, enquanto órgão fiscalizador da acção do executivo e que vão influenciar a vida dos cidadãos.

Em Angola, século XXI, acontece precisamente, o inverso, a Assembleia Nacional, de uns tempos a esta parte, actua como se fosse a extensão de um gabinete do titular do poder executivo, tendo como real presidente, tal como no tempo de partido único, o próprio presidente do MPLA que é, também, da República, José Eduardo dos Santos.

Os deputados não fiscalizam, nem podem interpelar o executivo, segundo um estranho acordão do Tribunal Constitucional, sob alegação de o presidente da República, segundo o art." 105.º da actual Constituição, surgir como órgão de soberania, quando nunca foi eleito, pelo soberano que é o povo. Infelizmente as "engenharias gabinetais" de certos juristas, conferem poderes constitucionais excessivos

e anormais ao presidente da República, não consagrados na própria Constituição, que define o regime, veja-se o art," 109.º, como parlamentar. É pois dentro desta "sarrabulhada" de concentração excessiva de um poder, quase monárquico, que se "descose" a Assembleia Nacional, esvaziada de qualquer poder efectivo, quando em causa está uma proposta vinda de Eduardo dos Santos. Esta, no caso, o Orçamento Geral do Estado, foi como a faca desfilir em mole manteiga, pois a bancada maioritária, com quadros competentes e capazes de vaticinarem os malefícios constantes no documento, mas temerosa e cobardemente disse sim, aprovando de cruz, secundada pelos votos, também, favoráveis do PRS e da FNLA. Tudo parece indicar a subserviência destes partidos, que se estão marimbando pela eficácia do OGE na vida dos mais desfavorecidos, desde que as mordomias presidenciais lhes faça comer caviar.

#### 4.19 OGE" 2015 obrigará Estado a endividar-se como nunca

*Jornal: semanário Angolense*

*15 De Novembro de 2014*

*Texto: N.Talapaxi.S*

Para a bancada parlamentar da segunda maior força política angolana, a UNITA, por meio do pronunciamento do chefe do grupo, o deputado Raul Danda, feito na quinta-feira, em Luanda, quando foi aprovado na generalidade o Orçamento Geral do Estado 2015, «a primeira constatação que se faz e que, no próximo ano, o Estado vai gastar mais 1 bilião Kwanzas do que vai arrecadar, no que será o maior défice ornamental desde 2002).

Na concepção do Orçamento ora genericamente aceite, para o próximo ano, as receitas correntes de 4,2 biliões kwanzas representam uma quebra de 4,9%, face a previsão de execução de 2014, e as despesas de 5,2 biliões Kwanzas, mostram um salto de 19,1%).

Convertido em percentagem, pelas contas dos «manes», o défice público de mais de um bilião de kwanzas vai fixar-se em 7,6% do PIB. Um aumento de «cerca de 6,3%. Isso quer dizer que o próximo ano devera encerrar com um estimado endividamento público na ordem dos 35,5% do PIB, contra 29,2% previstos para 2014.

Raul Danda questiona se «o país precisa de se endividar tanto», ao expor que, embora não sejam adiantados quaisquer valores pelo Governo,



«considerando as suas projecções, o estuque da dívida em causa devera ascender a cerca de 3,7 biliões de kwanzas no final deste ano, aumentando para perto de 4,8 biliões Kwanzas em 2015»).

Sabendo-se que o preço do petróleo no mercado internacional devera registar uma baixa nos próximos tempos, «o aumento do endividamento ainda pode ser maior», caso isso se concretize. Até lá, os cálculos da UNITA indicam que o défice sobe 40 vezes, tornando-se no maior saldo negativo desde o fim da guerra.

Ao fim da «revelação» desses dados, o chefe parlamentar do «Galo Negro», recordou que o maior défice orçamental ' no período pós- paz aconteceu em 2009, quando as despesas excederam as receitas em de 293,7 mil milhões Kwanzas, e que o saldo orçamental em percentagem do PIB - o «record» dos défices foi n batido em 2003, quando o buraco foi o equivalente a 13,7% dos bens e serviços produzidos em Angola.

Segundo a leitura feita pelos «maninhos», «para não variar», esta proposta de OGE «e excessivamente optimista e contem conclusões bastante contraditórias face a realidade dos factos». E que continua com despesas correntes superiores as de capital; com muitas despesas ostentadoras que deviam ser reduzidas ou mesmo eliminadas»,

«Como entender que, de um contexto tão frágil e fragilizado se possa ter um crescimento do PIB em 2015, na ordem dos 9.7%, calculado com base num crescimento do sector petrolífero de 10.7% e do sector não petrolífero de 9.2%», questiona a UNITA.

O líder da bancada parlamentar do Partido de Samakuva sustenta o seu ralho no facto de que em 2014 há registo de um desequilíbrio das contas internas e das contas externas, com as primeiras a registar um défice global de 0.2% do PIB, e as segundas a indicarem uma balança de pagamento de 2.7 mil milhões de dólares o que representa mais de metade do défice registado em 2009, altura em que ocorreu a crise económica mundial.

O outro dado em que se escora questionamento da UNITA e o das exportações petrolíferas terem caído em cerca de 4.6% do previsto em 2014 e tudo indicar que esta tendência decrescente ira manter-se ainda por muitos meses, devido ao fraco comportamento das principais economias mundiais, às tensões políticas externas e os factores operacionais negativos no país.

Além de mais, pelo que fez perceber Raul Danda, a considerar que o nível de execução do OGE de 2014, não foi para além dos 81%; que os Programas de Investimento Público foram executados em apenas 71%; que o OGE para 2015, comparativamente ao de 2014, e inferior em 6.5 mil milhões de kwanzas; e que 0 PIB de 2014, que o Executivo previa crescer em 8.8%, ao que tudo indica vai crescer menos de metade disso.

A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2015, elaborada pelo Executivo, foi aprovada na quinta-feira (13), na generalidade, pela Assembleia Nacional (AN).

MPLA, PRS e FNLA somaram 152 votos a favor, enquanto cinco foram contra (CASA-CE) e 26 posicionaram-se como abstenções (UNITA).

A proposta que vai agora á discussão na especialidade, antes da ( aprovação final tem subjacente Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 e contem a estimativa de todas as receitas a arrecadar pelo Estado. Fixa o limite de despesas autorizadas para todos os serviços centrais, institutos públicos e órgãos locais.

## 4.20 Um debate participativo e inclusivo no Parlamento

*Jornal de Angola*

*18 De Novembro de 2014*

*Texto : Adelina Inácio*

O Parlamento está empenhado num Orçamento Geral do Estado (OGE) que seja mais participativo e inclusivo. Ao intervir no encontro entre os deputados e os parceiros sociais angolanos, ontem em Luanda, o presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Manuel Nunes Júnior, defendeu que o OGE deve ser mais abrangente, de modo a levar o sector social a evoluir nos próximos tempos.

O deputado incluiu a educação, a saúde, o saneamento básico e os antigos combatentes entre os sectores em que se espera um desenvolvimento mais elevado. Ao destacar a importância do OGE para o país, o presidente da Comissão de Economia e Finanças salientou que o documento não deve ficar confinado apenas aos deputados: "E sempre bom que haja um participação da sociedade civil para que o Orçamento seja cada vez mais inclusivo a vários sectores da sociedade".

Aos parceiros sociais o deputado lembrou que depois da entrega formal do OGE pelo Executivo os deputados aprovaram já documento na generalidade e que, ao realizar o encontro com os parceiros sociais, a Assembleia Nacional dá cumprimento a um preceito regimental.

A Assembleia Nacional, acrescentou Manuel Nunes Júnior, vai auscultar as grandes preocupações e anseios dos vários parceiros sociais para que as comissões de trabalho especializadas prestem atenção especial aos problemas apresentados.

O presidente da Comissão de Economia e Finanças pediu ainda aos parceiros sociais mais abertura nas suas preocupações, para que o trabalho dos deputados seja feito com êxito e seja aprovado um bom Orçamento Geral do Estado. A deputada Exalgina Gamboa, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Comunidades no Exterior, apelou aos representantes da sociedade civil angolana para aprofundarem as suas análises com algumas estatísticas. "Ouvimos intervenções muito justas e pertinentes, mas se tivermos mais dados estatísticos, isso ajudaria a melhorar as nossas análises", disse a deputada.

#### Contribuições da sociedade

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, destacou que "a indústria angolana está dependente das importações" e defendeu a melhoria das taxas de juro e garantias bancárias. Severino pediu uma profunda reflexão para que haja uma mudança nos procedimentos e de forma, para que Angola seja "mais competitiva" ao nível da região da África Austral. Manuel Inácio, da Associação dos Professores Angolanos disse que a APA apoia a proposta de OGE para 2015 e reafirmou a disponibilidade da sua associação em contribuir para a sua total aplicação, com maior realce para o sector da Educação.

Para Manuel Inácio, "as verbas atribuídas à rubrica de acções de combate do HIV nas escolas são insuficientes", porque deve haver uma maior divulgação das acções de combate ao sida. José Silva, que representou a Juventude Ecológica de Angola, disse que a preocupação da JEA em relação ao Orçamento está ligada à educação ambiental.

"Não existe no orçamento um programa concreto em termos educação ambiental para a Província de Luanda", apesar da província continuar com uma verba alta para a limpeza pública, referiu. O ambientalista José Silva defendeu a criação de um

programa de educação ambiental em todas as províncias do país.

O representante do Observatório Político de Social (OPSA), Fernando Pacheco, perguntou aos deputados: "como é possível diversificar a economia no país reduzindo as verbas para o sector agrário?". Fernando Pacheco defendeu a municipalização dos serviços da Agricultura. Silva Lopes Etiambulo, da Associação Nacional dos Deficientes de Angola (ANDA), defendeu uma maior atenção aos antigos combatentes deficientes de guerra, viúvas de guerra e aos filhos dos ex-combatentes.

Mário Catapi, representante das autoridades tradicionais, perguntou aos deputados se fiscalizam as actividades do Ministério da Administração do Território e Madalena Bumba, do Conselho Nacional da Juventude, agradeceu ao Executivo o aumento das verbas para este sector.

Manuel de Oliveira, da União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP), anunciou que a organização vai propor que nos futuros OGE todas as instituições tenham uma verba para a compra de obras arte dos artistas angolanos. "A intenção", reforçou, "é tirar os artistas do desemprego".

Mário Rosa, do Comité Olímpico Angolano (COA), pediu um investimento no desporto que ajude a poupar a saúde e a melhorar a qualidade da educação no país. "Gostaríamos que fosse feito um bom investimento no sector da educação física e desporto", referiu Mário Rosa.

O final do encontro, Manuel Nunes Júnior considerou que as intervenções dos representantes da sociedade civil angolana foram "muito úteis do ponto de vista da gestão macroeconómica do país", sobretudo neste momento em que se assiste a uma "redução do preço do petróleo no mercado internacional".

Os deputados ouviram as preocupações de mais de 50 organizações e parceiros sociais. O debate do Orçamento Geral do Estado continua amanhã com a presença dos ministros dos sectores sociais.

## 4.21 As notas públicas do fundamento do OGE continuam a ser pouco claras

*Jornal A Capital*

21 De Novembro de 2014

Texto De: Dani Costa

O Orçamento Geral do Estado para 2015 foi aprovado na generalidade e algumas pessoas consideram-no histórico. E da mesma opinião?

Não. Só seria histórico se tivesse um conjunto de mudanças radicais muito significativas, mas não é isso que acontece. Este orçamento tem algumas mudanças, digamos no sentido positivo, mas nós no Observatório Político e Social de Angola (OPSA) pensamos que grande parte destas mudanças responde a questões que fomos vindo a levantar em relatórios anteriores. Outras instituições, analistas também têm vindo a fazer sugestões no mesmo sentido, também têm respostas neste orçamento. Mas essas mudanças não são por ai além.

O que é que mudou além do facto de a educação e a saúde terem ultrapassado em termos de prioridades a defesa, segurança e ordem pública?

Uma das mudanças no sentido positivo é a duplicação das despesas no ensino primário. o orçamento de 2014 estava fortemente penalizado e agora registamos com agrado essa duplicação das verbas. Outra é a redução das despesas com os subsídios aos combustíveis, na sequência da redução que se registou em Setembro, naturalmente que o Executivo está a pensar em manter esta tendência e continuar a reduzir o subsídio ao combustível. Nós pensamos que é uma atitude positiva na medida em que isto, apesar da redução, continua a penalizar fortemente a população mais pobre. Porque é a população mais rica que gasta o dinheiro dos combustíveis, principalmente as pessoas que têm carros de luxo consomem mais combustível. Ficam bastante favorecidas com os subsídios. Se quiserem mais uma outra alteração é a redução do peso das províncias de Luanda e de outras do litoral em geral no Programa de Investimento Público (PIP) em relação às províncias do interior. Continuamos sem perceber bem quais os critérios que são usados na atribuição das verbas para as diferentes províncias, mas este orçamento apresenta este aspecto favorável.

Não foram explicados os critérios?

Não. Não só neste caso, mas em muitos outros casos infelizmente não há explicações das opções e das decisões. Isso é, na nossa opinião, um aspecto menos positivo dos orçamentos, é que nas notas públicas de fundamento dos orçamentos continuam a ser pouco claras, no sentido das opções e aí não conseguimos entender. Não entendemos essas e outras. De um modo geral, registamos estes aspectos.

O que é que não mudou em relação ao orçamento de 2014?

Não sei se se pode dizer não mudou, porque, por exemplo, quando vemos a questão da agricultura não posso dizer não mudou. O que posso dizer é que piorou. De facto, há aqui uma diferença e o caso da agricultura piorou, confirmando uma tendência que vinha acontecendo nos últimos anos. Os três últimos anos verificamos que há estranha e inexplicavelmente uma redução do peso da agricultura e dos valores atribuídos à agricultura. De 2013 para 2014 é na ordem dos 24 por cento se não estou em erro e de 2014-2015 é menos dois por cento. Isto é uma das coisas que piora. Se se quiser em termos de manutenção, vamos dizer que uma outra situação estranha aqui é a manutenção de uma situação estranha em que as despesas com o ensino superior são superiores que as despesas com o ensino secundário. não faz sentido nenhum, é também muito estranho que isso possa acontecer, na medida em que nós sabemos que um dos males do ensino superior actual é a fraca preparação que os estudantes levam do ensino primário e do secundário. Portanto, faz todo o sentido que se gaste cada vez mais dinheiro com o ensino primário e secundário, principalmente com a preparação de professores para estes dois sistemas ou subsistemas. Mas, como disse, estranhamente o ensino superior aparece com verbas superiores ao ensino secundário. Um outro aspecto que piora e que nós consideramos que é pouco correcto é o orçamento dos tribunais. Se nós queremos uma justiça para resolver não só os problemas que já estão aí, digamos na rua, mas que nós pensamos que é preciso melhorar, não percebemos estes cortes. Principalmente quando ao longo deste ano ouvimos várias intervenções por parte do ministro da Justiça e de outras entidades alusões à melhoria do sistema de justiça. Reduzindo verbas não conseguimos perceber como é que estas melhorias vão acontecer. Há ainda outro aspecto que nos parece pouco correcto, que é a falta de transparência ou pelo menos Informação suficiente de um modo geral que se traduz por exemplo no facto de mais de cinco por cento das despesas do

Orçamento Geral do Estado se dirigirem para a aquisição de outros serviços. E esses outros serviços não são explicados, o que significa que há um volume de dinheiro muito grande que não tem definição. E a partir daí quem gere o OGE a diversos níveis pode fazer aquilo que quiser e a Assembleia que teoricamente aprova o orçamento, na prática não está a aprovar cinco por cento do orçamento, que é um valor bastante significativo. Mas há mais dois aspectos que são preocupantes: o Programa Integrado de Combate à Pobreza teve uma redução significativa das verbas de 750 milhões de dólares para 530 milhões, assim como no Programa de Habitação Social de mil milhões de dólares para 360 milhões de dólares. Às vezes pode ser por causa da forma como apresentam o documento, mas os números que estão aqui são estes, embora eles possam até dar uma outra explicação. Também no Angola Investe houve uma redução, as verbas baixaram de 300 milhões de dólares para 197 milhões.

Em relação à saúde, houve muitos acréscimos?

O sector social é saudável pelo facto de globalmente apresentar um situação melhor do que a anterior, o que não é motivo para essa exaltação do orçamento como histórico, na medida que a percentagem dada ao sector social no OGE de 2014 foi mais baixo do que 2013. Portanto, digamos que a situação melhora agora em relação a 2014. Realmente há aqui uma mudança e compreendo que é esta mudança que faz com que se diga que o orçamento é histórico. É que pela primeira vez depois de 2002, a fatia do orçamento social passa a ser em termo de percentagem superior a fatia dos órgãos de defesa, segurança e ordem interna.

Em termos práticos, este orçamento vai melhorar as condições de vida daqueles que têm menos e reduzir a assimetrias?

Não. Este orçamento não resolve este problema. Não podemos pensar que a situação pode ser alterada de um momento para o outro. A situação não era boa, já vinha de trás.

A melhoria das condições de vida e a redução das assimetrias é uma das preocupações levantadas pela OPSA em relação aos orçamentos anteriores. O OGE de 2015 apresenta bons indícios?

O indício positivo são os factos que já referi. Repito: melhoria nas despesas do ensino primário, uma redução nos subsídios dos combustíveis, redução do peso de Luanda e das províncias do litoral em relação às do interior no PIP. a nossa opinião, houve aí um

certo crescimento embora moderado do peso de algumas províncias do interior. Isso são aspectos positivos, mas só se mantiver estes factos, se repetirem e se acentuarem nos próximos anos, sim poderemos vir a pensar que vai haver uma mudança a nível das assimetrias. Antes disso não é possível, porque a situação não era boa e não se pode curar cancro com aspirinas. São precisas medidas muito mais incisivas. E a nossa preocupação, para responder concretamente a sua pergunta, é que o que acontece por exemplo no sector da agricultura é suficientemente grave para pensarmos que os aspectos positivos anteriores poderão ser reduzidos a pouco significante, porque grande parte da população que vive no sector da agricultura continuará a ser penalizada. Não vai ver a sua situação melhorada. E mais: as percentagens das verbas conferidas ao agro-negócio, a grande agricultura, estranhamente são superiores as verbas afectadas directamente à pequena agricultura; a familiar. Claro que há gastos no orçamento que são comuns a toda a actividade, quando se investe numa estrada é evidente que beneficia toda a gente, indirectamente beneficia também a população rural e os agricultores, isso é um facto. Mas, essa é uma das notas que ainda não podemos falar com propriedade, não está claro para nós como é que foi tratado neste orçamento a questão das estradas. Preocupou-nos muito facto de o Presidente da República ter dito na mensagem sobre o Estado da Nação, no dia 15 de Outubro, que o número de quilómetros de estrada que iria ser construído ou reabilitado é pouco mais de três mil quilómetros, entre primárias, secundárias e terciárias. Claro que deduzimos que a maior fatia irá para as estradas primárias, porque um quilómetro das estradas primárias é muito mais caro do que as estradas secundárias e terciárias. Repito: ainda não posso referir como este aspecto foi tratado no orçamento, mas aquele sinal dado pelo discurso do Presidente da República deixou-nos preocupados.

Como é que poderemos falar em nova economia, como se está a identificar o sector não-petrolífero, quando as pessoas se queixam de que as verbas são insignificantes?

Esse é um dos aspectos bizarros, digamos assim, deste orçamento. Nós não conseguimos entender como é que se pode pensar no aumento do papel da agricultura no PIP. Está previsto um crescimento de 12 por cento reduzindo as verbas. Em nossa opinião, deveriam aumentar as verbas, não apenas em aquilo que respeita ao investimento, o que se chama investimento público. Deveria ser também nos custos de funcionamento. Explico-me: dada a situação extremamente frágil do nosso aparelho de assistência

técnica aos pequenos agricultores, eles não têm condições para aumentarem a sua produtividade. Só aumentará se o sistema de assistência técnica melhorar. Infelizmente, o que nós constatamos é que o nosso sistema de assistência técnica actual é pior do que aquele que havia no sistema colonial. Realmente, é

um dado que nos preocupa. Assim sendo, para recuperarmos esta situação, melhorarmos e atingirmos determinados níveis de produção e de produtividade temos de aumentar os Programas de Investimentos Públicos, assim como os custos de financiamento da agricultura. Traduzindo isso em outras palavras, o sector da agricultura e os seus serviços têm que ter mais técnicos. E com este orçamento não é possível ter mais técnicos. Aliás, o orçamento é claro dizendo que não vai haver possibilidade de aumento de trabalhadores da função pública à excepção da saúde e educação. Mas a nível da agricultura, queria referir mais um aspecto importante, que é o seguinte: na estimativa que é feita para se calcular a contribuição da agricultura para o Produto Interno Bruto (PIB), o Ministério da Agricultura tem vindo a considerar nos últimos anos um número de agricultores 2,5 milhões. Estes dados foram reafirmados este mês, por ocasião da Conferência sobre Agricultura Familiar. Os dados do censo mostram que este número de agricultores não existe. Temos neste momento apenas 37 por cento da população nas áreas rurais. Ora, quem está na cidade não faz agricultura. Se não faz agricultura não pode ser contabilizado nesse número de 2,5 milhões de agricultores familiares. Isso significa que no cálculo do PIB estamos a contar com um terço a mais dos agricultores que existem, o relatório da OPSA referente ao orçamento de 2014 defendia a realização de um estudo sobre o grau de implementação dos projectos que tinham sido feitos no sector. Acha que estas estimativas do Governo sobre a agricultura terão obedecido a isso?

Não. Uma das propostas que fizemos já à 5ª Comissão da Assembleia Nacional vai no sentido de se recomendar que se façam avaliações, Mas pensamos que estas avaliações deviam ser um tanto quanto independentes sobre os gastos nestes projectos. Porque há realmente. Projectos estranhos.

Pode identifica-los?

Estamos a falar de projectos na área agrícola, mas também podemos falar da área industrial. Vamos pensar por exemplo no sector dos têxteis. Nos últimos anos foram importados equipamentos para montar três fábricas têxteis, em valores que se aproxima dos mil milhões de dólares. Nós não

produzimos algodão, possivelmente estas fábricas continuam por se montar. Suponho que já estão cá há vários anos e não são montadas. Não temos produção e tentou-se iniciar a produção de algodão no Cuanza-Sul, num projecto no qual já foi investido mais de 40 milhões de dólares. E ainda não foi semeado nenhum único hectare de algodão, não estamos a falar de alguns anos atrás, mas de vários anos. Portanto, são estes projectos que consideramos que têm que ser analisados, tem que ser dada uma satisfação do porquê que isto acontece. Não estamos a falar de valores pequenos, mas no conjunto possivelmente estaremos a falar de centenas de milhões de dólares que estão gastos e totalmente improdutivo. É neste aspecto que pensamos que deve haver uma preocupação para que se avalie as razões desta situação. Não estamos preocupados em procurar atribuir responsabilidades do tipo as pessoas ou as instituições que as desencadearam. A nossa preocupação é que se corrijam, se encontrem e se discutam os assuntos de uma forma clara de modo a encontrar-se soluções para os problemas que existem, de modo que se evitem erros deste género. Quando criticamos esta incidência nos projectos do agro-negócios, não temos nada a partida contra. O que nos parece necessário é fazer essa tal avaliação de custo-benefício para se tentar chegar à conclusões. Mas com estes exemplos que acabei de referir, se associarmos ao facto de quando estes projectos ligados ao agro-negócios com fundos públicos, são caracterizados pelo facto de as primeiras medidas serem a montagem de infra-estruturas que depois não funcionam, isso é que nos preocupa'. Nós aprendemos nos manuais que se inicia primeiro pela produção e depois é que se começa a tratar dos armazéns, dos silos, etc. Mas no nosso país fazemos isso ao contrário.

Como assim?

Encontramos muitos silos espalhados pelo país. Em várias províncias tem havido comentário às vezes anedótico dos silos que existem paralisados, aqui mesmo em Luanda, Benguela, Huíla, sem qualquer utilidade.

## 4.22 Fantasma à vista

*Novo Jornal*

*21 De Novembro de 2014*

Na semana passada, na Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas, anunciava-se a existência de alguns beneficiários fantasmas introduzidos no sistema, com a conivência dos funcionários. Além de

um profunda buraco financeiro que estas almas, afinal deste mundo, seguramente ajudaram a cavar.

Esta semana, mais fantasmas acabaram descobertos em Malanje. O levantamento aponta para urnas largas centenas de funcionários públicos, que partilham a mesma particularidade de só "estarem vivos" para arrecadar dinheiro. Uma vez mais, há um sistema desorganizado por detrás, que permite esta proliferação de assombrações que só se tomam assustadoras pelo impacto que tem nas contas dos organismos estatais.

Se, se estendessem estas fiscalizações ao nível nacional, o numero de fantasmas iria aumentar e muito. Ainda que não se tenha aberto a campanha para caçar os falsários, a verdade é que, em momento de crise e quando já se antevê a temporada de vacas magras, com o petróleo em baixa e portanto, pouco dinheiro, o melhor será mesmo limpar os cantos a casa e recuperar o muito que esta a ser indevidamente distribuído.

Orientar o princípio de distribuição de riqueza sob outra bitola que não a do compadrio ou do amiguismo será, provavelmente, o maior desafio de todos os tempos. Uma tarefa obrigatória se futuramente, a tarefa dos governantes passar por racionar o dinheiro. Em teoria, e o que se tenta fazer com a apresentação de orçamentos gerais, planos e projectos, mas sem demonstrações de resultados.

Há questões momentâneas que são colocadas, mas não existe urna procura atenta e consistente por resultados. O simples exercício do antes e depois continua muito politizado, os balances seguem mesmo caminho. Criam-se assim as condições para a disseminação de uma informalidade que começa por ser formal, chega a estar documentada em papel, preenche alguns requisitos escrupulosos, mas que resvala na aplicação e mais a frente, repete-se a mesma formula, sem olhar para efeitos ou para os resultados.

Assim sendo, continuaremos a ter fantasmas, fantasmilhas e assombrações convenientes e pesados que vão levando fatias proporcionais a sua importância política ou então correspondentes ao número de vínculos que conseguem forjar ocupando mais espaço de um orçamento de Estado cada vez mais magro.

## 4.23 Parceiros sociais e partidos políticos com dúvidas sobre OGE

*Jornal Expansão*

*21 De Novembro de 2014*

*Texto : Nelson Rodrigues E António Pedro*

A posição da ADRA Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente manifestada pelo seu director-geral, o agrónomo Belarmino Jelembi, é que fica muito difícil entender a lógica seguida pelo Executivo, que leva a estabelecer as previsões de crescimento da economia para o próximo ano.

O cenário internacional, diz Jelembi, não aponta de maneira muito certa o aumento do preço do petróleo, uma vez que, com as medidas da Arábia Saudita, dos Estados Unidos da América e até mesmo da Venezuela, "não é expectável que a procura internacional pelo petróleo suba de maneira substancial".

No prognóstico que faz sobre o cenário macroeconómico, vaticina que, ainda que se aumente os níveis de produção interna, parece haver um optimismo exagerado às taxas de crescimento estabelecidas no OGE.

A Associação Industrial Angolana (AIA) encara o cenário macroeconómico numa perspectiva de certo optimismo face ao crescimento a ritmos mais céleres.

O presidente da AIA, José Severino, diz que é fácil perceber a razão da evolução das taxas de crescimento, na medida em que, depois da queda abrupta da produção de petróleo no ano em curso, terá, em contra ciclo, o aumento da produção.

Tal aumento está atrelado à entrada em funcionamento do projecto CLOV, da Total, com uma produção de cerca de 150.000 barris de petróleo por dia. Na avaliação de Severino, na economia real, as médias da taxa de crescimento dão indicações um pouco acima da taxa real do ano em curso, à medida que surgem vários projectos de grande impacto.

Cita três grandes projectos industriais, nomeadamente as fábricas têxteis nas províncias de Benguela, Luanda e Kwanza Norte, na vila do Dondo, do município de Kambambe, a Biocom, com a produção de açúcar, etanol e energia eléctrica em Pungo Andongo, em Malanje, e o Complexo Agro-industrial da PTF na Quibala.

### OGE desfavorável à agricultura

Apesar da previsão do futuro OGE, sobre o sector não petrolífero, com estimativas a indicarem que a agricultura (ao lado dos serviços mercantis) continuará a apresentar taxas de crescimento relevantes, o director-geral da ADRA pede moderação.

Jelembe advertiu para que se tenha cuidado na análise dos números sobre a agricultura, fundamentalmente a agricultura familiar, que no OGE apresenta a tendência dos últimos anos que é um claro recuo".

A título de exemplo, lamenta que não seja possível avançar com a agricultura familiar sem mudar, radicalmente, a questão da assistência técnica e do atraso tecnológico.

Lamentou também que os poucos técnicos que asseguram a agricultura estejam a abandonar o sector, porque a remuneração é muito má e as condições de trabalho deploráveis.

Segundo Jelembe, muitos técnicos da agricultura estão a migrar para sectores como a educação e a polícia e, tal como nos anos anteriores, ainda que no discurso político se fale muito da agricultura familiar, na prática, pelos números envolvidos, "parece claro que a opção do Governo é pelos mega projectos agro-industriais".

A ADRA tem defendido que os mega projectos, para além de serem muito caros ao erário, não geram postos de trabalho de larga escala e não contribuem para a economia local.

O director da ADRA advoga que Executivo deveria prever a realização de avaliações independentes sobre estes programas, para se tirar as necessárias lições, sob pena de um dia se constatar, com surpresa, que afinal não se está no caminho certo.

"Se quiser, podemos mesmo dizer que este orçamento não é amigo da agricultura", desabafou.

### Clusters prioritários

A industrialização proposta no OGE tem de avançar para o interior do País, onde estão as matérias-primas, quer de origem agrícola, quer de origem mineral, para se ter a competitividade desejada, sugere o presidente da AIA

Segundo a proposta do Orçamento, a implementação das prioridades será com base em programas de acção fundamentais, destacando-se aqui o caso do Programa de Criação de Clusters Prioritários, que visa

desenvolver sectores que permitam criar vantagens comparativas dinâmicas, capazes de sustentar o posicionamento de Angola nos segmentos de cadeias produtivas de maior valor acrescentado.

"Não entendo isto como uma prioridade mas como um paradigma importante, pois o investimento é privado e, portanto, há questões que terão de ser aprofundadas", desafiou Severino.

Disse ainda que a filosofia de concepção dos pólos de desenvolvimento industriais se afasta de tal conceito, mas reconhece que há medidas casuísticas que leva muito tempo a serem implementadas e, caso fossem mais céleres, trariam impactos mais agressivos como seria o caso da eliminação das taxas aduaneiras e do imposto de consumo sobre matérias subsidiárias, agravando os custos de produção e retirando competitividade à produção nacional.

Dos 1.200,9 mil milhões Kz inscritos no Programa de Investimentos Públicos (PIP) do próximo Ano, 982,4 mil milhões Kz (81,8%) vão para províncias específicas, 91,8 mil milhões Kz (7,6%) referem-se a projectos inter provinciais e os restantes 126,7 mil milhões Kz (10,5%) são investimentos da estrutura central.

A oposição queixa-se da fraca capacidade de execução do PIP, um dado já admitido pelo Executivo, pois de 1.200,9 mil milhões Kz atribuídos não ultrapassará os 902,2 mil milhões Kz. Contudo, Luanda absorve cerca 32% do total (384,2 mil milhões Kz).

### PIP de Luanda preocupa Oposição

O PIP atribuído para Luanda está a incomodar os deputados da oposição, pois defendem que desta forma a proposta do OGE não combate as assimetrias regionais.

Para o deputado Raul Danda, líder da bancada parlamentar da UNITA, a proposta do Orçamento "continua a ter uma distribuição injusta e desequilibrada de verbas e a alimentar as assimetrias [regionais]".

Danda criticou o facto de o Executivo central "continuar a deter 72% das receitas globais, contra 28% para as províncias, chamando a si acções que podiam ficar para o nível local".

A posição do Partido de Renovação Social (PRS), cuja bancada é liderada por Benedito Joaquim, é crítica relativamente às despesas de 534,3 mil milhões Kz atribuídas a Luanda, que representa 7,37% do

total, só superada pela estrutura central, com 72,04% do "bolo", uma vez que Benguela, o segundo mais bem cotado, fica com 2,02%.

Na visão do PRS, ao calcular uma média fora do padrão (a conclusão é do Expansão), cada município de Luanda receberá 1,05% (76,3 mil milhões Kz) da proposta do OGE, contra 20,13% para as restantes províncias.

"Isto quer dizer que, em média, cada município das 17 províncias poderá receber apenas 0,13% (9,4 mil milhões Kz) do OGE", lê-se na declaração política dos renovadores sociais, apresentada na última semana, na Assembleia Nacional, por ocasião do debate na generalidade da proposta de OGE 2015.

Enquanto a oposição questiona assimetrias regionais na distribuição do dinheiro do Orçamento, a maior força política do País, o MPLA, concentrou a sua atenção nos assuntos económicos, sobretudo na recente baixa da produção petrolífera que levou o Presidente da República (PR) a rever em baixa a riqueza do País em 3,1%, este ano.

De acordo com o líder da bancada parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, o sector petrolífero nacional experimentou um crescimento negativo de 0,9% em 2013 e estima-se, para 2014, uma contracção de 3,5%, como resultado de uma produção inferior à estimada para os referidos anos.

"O outro factor que influenciou negativamente foi a baixa dos preços do petróleo no mercado internacional, de forma mais acentuada a partir do terceiro trimestre de 2014", reconheceu o deputado que apresentou as políticas do partido que sustenta o governo.

Apesar da "praga" do petróleo, a bancada do MPLA acredita que "a economia angolana continuou a exibir taxas de crescimento global positivas, fundamentalmente devido ao bom desempenho do sector não petrolífero, caracterizado por robustas taxas de crescimento, nomeadamente 10,9% em 2013 e 8,2% em 2014".

No entanto, a CASA-CE, na sua declaração política, critica a decisão do Executivo por este cativar 10% das dotações orçamentais de determinados projectos do Programa de Investimentos Públicos e 10% das despesas de apoio ao desenvolvimento.

"Se o Parlamento aprovou, está aprovado. Se o senhor Presidente da República pretender uma revisão do OGE, poderá solicitá-la à Assembleia Nacional", defende a coligação partidária liderada por

Abel Chivukuvuku, que, ao mesmo tempo, censura o facto de a Sonangol "não prestar contas sobre os 7% de retenção de que beneficia da tributação das actividades petrolíferas.

Recorda-se que na proposta do Orçamento Geral de Estado (OGE) para 2015, o cenário macroeconómico aponta para um crescimento da economia nacional a ritmos mais céleres que as principais economias emergentes e a média da SADC. Os indicadores apontam crescimento de 9,7% em Angola, de 1,3% na Zona Euro, de 2,7% nos BRICS, de 3,1% nos EUA, de 4,9% na SADC, e de 7,3% na Nigéria. Segundo o Relatório de Fundamentação do OGE, tal cenário deverá ocorrer como resultado da rápida recuperação económica do sector petrolífero, que deverá crescer a dois dígitos.

Outro argumento exposto é o da manutenção de um novo vigor na economia, concretamente no sector não petrolífero, a taxas acentuadas. Mas a preocupação de associações empresariais surge quando o documento adverte para um cenário macroeconómico de elevadas incertezas em 2015.

#### 4.24 Garantidos subsídios para as autoridades tradicionais

*Jornal de Angola*

*26 De Novembro de 2014*

*Texto: Adelina Inácio E Josina De Carvalho*

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, garantiu ontem em Luanda que existe no Orçamento Geral do Estado para o próximo ano dinheiro para subsídios às autoridades tradicionais.

Ao responder aos deputados Raul Danda e Manuel Saviemba, ambos da UNIT A, que questionaram os "fracos apoios dados pelo Estado" às autoridades tradicionais, Bornito de Sousa afirmou que no OGE de 2015 existe uma verba de 11 mil milhões de kwanzas, só para subsídios às autoridades tradicionais, além de outros apoios complementares.

Na reunião conjunta entre deputados, ministros e governadores provinciais para o debate do Orçamento na especialidade, o ministro falou também de verbas para grandes efemérides nacionais e outras celebrações.

O ministro das Finanças, Armando Manuel, assegurou que o Executivo não faz, no próximo



ano, restrições aos subsídios ligados à despesa de pessoal. "Os subsídios têm vindo a ser executados sem constrangimentos", disse.

Armando Manuel garantiu aos deputados que com os resultados do Censo Geral da População e Habitação, o Executivo vai evoluir mais na perspectiva de alocar recursos às províncias, realçando que na preparação do OGE a prioridade recaiu para as províncias, comparativamente aos departamentos ministeriais. "Todas as províncias registaram crescimento no seu orçamento na ordem de 50 por cento", referiu o ministro das Finanças.

Ao ministro da Saúde, os deputados questionaram as verbas para a prevenção do ébola e a inauguração do hospital de referência na província do Uíge. José Van-Dúnem afirmou que o Orçamento Geral do Estado prevê fundos para as grandes endemias, incluindo o ébola. "Estamos a criar condições para responder de maneira eficiente e minimizar as principais doenças que afectam os cidadãos", disse o ministro. Quanto ao Hospital, o ministro José Van-Dúnem garantiu a sua inauguração no próximo ano.

#### Projectos na Construção

O ministro da Construção disse que o sector que dirige tem inscrito 214 projectos que representam duas mil acções contratuais. O Executivo vai dar prioridade aos projectos que estão em curso e alinhados com o Plano Nacional de Desenvolvimento. Waldemar Pires Alexandre garantiu que o sector da Construção vai continuar a trabalhar no sentido de equilibrar o seu orçamento.

Com o encontro de ontem, os deputados terminaram o debate do Orçamento Geral do Estado na especialidade. No próximo mês, os presidentes das dez comissões especializadas da Assembleia Nacional têm agendado um encontro com o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil e os membros da equipa económica. A Assembleia Nacional prevê agendar para aprovação final global do Orçamento Geral do Estado o dia 11' de Dezembro.

#### Esclarecimentos

O Governador Provincial de Luanda anunciou ontem a conclusão em breve das obras na marginal sudeste e da nova marginal, além da construção de um metro de superfície até Benfica e a ligação ferroviária de Cabo-lombo a Cacuaco.

Graciano Domingos, que prestou esclarecimentos aos deputados sobre a proposta do Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, informou que existe

um programa integrado, liderado pelo Ministério dos Transportes, para ligar os transportes marítimos, rodoviários e ferroviários. O objectivo é a melhoria das condições de mobilidade na área metropolitana de Luanda.

A reabilitação das vias estruturantes e secundárias da província de Luanda, acrescentou, são da responsabilidade do Ministério da Construção. As vias terciárias, das Administrações Municipais, de acordo com o novo modelo de organização da administração local da província. "Ao Governo Provincial cabe controlar, fiscalizar e aconselhar aí onde se verificarem distorções", esclareceu.

Graciano Domingos referiu ainda que está em curso a elaboração dos planos directores municipais, programas de requalificação urbana e o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, que tem como objectivo o ordenamento dos bairros em crescimento e a melhoria da programação dos recursos para satisfazer as necessidades da população.

O Governo Provincial de Luanda pretende anular as áreas de lazer que estão em zonas de grande tráfego rodoviário, para dar lugar a outras que vão obedecer aos planos directores municipais e programas de requalificação urbana. Os deputados à Assembleia Nacional também foram informados pela governadora provincial de Cabinda, Aldina da Lomba Catembo, sobre o andamento das obras do Pólo de Águas Profundas e sobre o processo de pagamento da dívida pública resultante de serviços de 2008 a 2012.

O governador do Uíge, Paulo Pombolo, desmentiu rumores sobre mau funcionamento dos hospitais da Damba e de Mucaba, de acordo com reclamações de deputados da CASA-CE e da UNITA.

Os governadores provinciais do Cunene e de Malanje reagiram igualmente às preocupações apresentadas pelos deputados da UNITA e da CASA-CE sobre a gestão dos recursos públicos.

## 4.25 Deputados suspendem debates para analisar OGE 2015

*Semanário Agora*

*07 De Novembro de 2014*

A discussão e votação, na generalidade, da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o Exercício Económico de 2015, dominara a II Reunião Plenária Ordinária da III Sessão Legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional (AN),

prevista para daqui a uma semana, na próxima quinta-feira.

A deliberação resulta da conferência que juntou os líderes das representações parlamentares, realizada na quarta-feira, na AN, dirigida pelo seu presidente, Fernando da Piedade Dias dos Santos, e destinada a preparar as sessões ordinária do dia 13 e a primeira reunião extraordinária do Parlamento.

Esclarecimentos prestados a imprensa pela porta-voz da AN, Emília Carlota Dias, dão conta que a sessão do dia 13 terá por ponto único a discussão do Orçamento Geral do Estado para 2015 e contará com declarações políticas dos líderes dos grupos parlamentares.

A Proposta de Lei do OGE para 2015, que já está em posse do presidente da 'casa das leis', Fernando da Piedade Dias dos Santos, desde o dia 31 de Outubro último, prevê receitas na ordem de quatro triliões e 17 biliões de Kwanzas e despesas aproximadas aos cinco triliões e 200 biliões da mesma moeda, respectivamente.

O documento foi entregue pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, ao líder parlamentar, Fernando da Piedade Dias dos Santos, procedimento que decorre da Constituição e da Lei 15/10, do Quadro Geral do Orçamento.

Relativamente a reunião extraordinária, a porta-voz da AN referiu que foi agendada a movimentação de alguns deputados, a discussão e votação do Projecto de Resolução sobre o Balance de Execução do Orçamento Geral do Estado referente ao II trimestre de 2014, a Proposta de Lei de Autorização Legislativa que autoriza o Titular do Poder Executivo legislar sobre o Regime de Serviços Aeronáuticos.

Emília Carlota Dias informou, igualmente, que os líderes parlamentares agendaram a discussão e aprovação das propostas de Lei da Simplificação do Processo de Constituição de Sociedades Comerciais, de Simplificação do Registo de Nascimento e das Cooperativas, na generalidade.

Esta prevista, inclusive, a votação final da Proposta de Lei sobre a Organização e Funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum.

Em contrapartida, a deputada Emília Carlota Dias anunciou ainda que os debates mensais que tem provocado alguma tensão entre as representações parlamentares da oposição contra o partido maioritário, porque não têm sido integralmente

transmitidas em directo, não terão lugar nos meses de Novembro e Dezembro.

A justificação prende-se com a necessidade de os deputados se envolverem com maior profundidade na análise e na discussão do 'dossier OGE 2015, nas comissões especializadas, já que a Lei determina que o órgão legislativo deve aprova-lo na primeira quinzena do último mês do ano, para que a sua implementação inicie a 1 de Janeiro subsequente.

## 4.26 OGE 2015 destaca velhas e novas carecas

*Semanário Agora*

*15 De Novembro de 2015*

*Texto: Antónia Filbo*

Como se sabe, o documento ora aprovado prevê um crescimento da economia de 9,7 por cento, prevendo-se um défice de 7,6 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), tendo como base de referência 81 dólares por barril de petróleo. O referido exercício prevê receitas na ordem de 4 mil milhões e 17 biliões de kwanzas, além de despesas aproximadas aos 5 mil milhões e 200 biliões de kwanzas.

o sector social (Saúde e Educação, por exemplo) abocanharam parte leonina do Orçamento, contrariando a tendência dos últimos anos, onde sectores de Defesa, Segurança e Ordem Pública absorviam o grosso da verba orçamentada. O MPLA, por exemplo, congratulou-se com o facto do OGE para o próximo ano atribuir uma verba expressiva ao sector social. O líder da bancada parlamentar do maioritário, Virgílio de Fontes Pereira, entende que o desempenho da economia angolana e animador, apesar do ambiente externo revelar-se de incertezas. "O cenário que acabamos de espelhar de forma resumida demonstra claramente o empenho do Executivo em tudo fazer para assegurar que a economia angolana evolua de forma sustentável para que a estabilidade, o crescimento e o emprego sejam uma constante com o pressuposto do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017", reflectiu.

Por sua vez, os partidos políticos com

MPLA, como sempre, mostrou-se igual si mesmo, ou seja, em defesa da si mesma. A FNLA e o PRS quase ficaria em cima do muro, alinhando praticamente no mesmo diapasão do 'maioritário', A UNITA, também fiel aos seus princípios, absteve-se (26 abstenções). Por sua vez, a CASA-CE foi o único partido a votar contra (5 votos contra).

A UNITA foi, entre todos os partidos mais contundente na sua avaliação do OGE. Uma primeira constatação que se faz, referiu o deputado, e que próximo ano o Estado vai gastar mais de 1 bilião de kwanzas daquilo que arrecadar no que será o maior defice orçamental desde 2002.

Se inicialmente o seu lider da bancada parlamentar, Raul Danda, aplaude o facto dos sectores da Saúde e da Educacao beneficiarem pela primeira de mais verbas, por outro franziu a testa para ele, tais dotações reamentais mantem-se, ainda assim, num nivel bastaria abaixo das expectativas, se comparacao com o que os demais países da região austral reservam nos seus orçamentos "Isso nao chega. O Envelope financeiro do ensino superior (com 95,2 milhoes Kz) continua a ser superior: do ensino secundario (com 83,8 millhoes kz). E o facto de este ultimo grau ensino ter mais escolas e alunos surge que algo pode estar mal em termos prioridade. continuamos a ter, no mais vontade de fazer escolas do que urn ensino de qualidade", explicou.

E depois acrescentou: "E e disso que Angola precisa se quiser colocar a nossa juventude, de forma sólida e eficaz, na rota da concorrência, A UNID ja vai com a voz rouca de tanto gritar que a saúde no nosso país esta gravemente doente".

"Um Executivo que não aposta, de facto, nesses dois sectores nevrálgicos da sociedade não pode aspirar a um desenvolvimento económico que represente urna melhoria real na qualidade de vida dos seus cidadãos", alfinetou.

Um outro 'achado arqueológicos da UNITA tem a ver com o que chamou de gastos "em outros services", entretanto nao especificados. "Mais urna vez o govemo vai gastar 381,9 mil milhões de kwanzas, isto e, 5% do OGE. A UNITA tem estado a alertar, a aconselhar, que e preciso, enquanto ha petróleo, utilizar os recursos que ele produz para alavancar outros sectores da economia", afirmou, para depois conduir: "E assim que se faz a diversificação da economia. Mas o Executivo não nos da ouvidos. E o resultado da maldita "petrodependencia' e que o preço do petroleo baixou e a nossa economia trerne que nern varas verdes".

A fatia reservada a agricultura foi considerada também irrisoria, E explicaram: "as verbas destinadas a este sector voltaram a baixar este ano, caindo em 10%, para 53 mil milhões de kwanzas, para um sector de importância estratégica na diversificação da ecoaria e no combate a pobreza. Em 2013, o governo atribuiu a agricultura 1 por cento das receitas".

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Samakuva procura licoes sobre autarquias em cabo verde

*Novo Jornal*

*07 De Novembro 2014*

O lider da unlta, Isaias Samakuva, iniciou esta semana uma visita de trabalho a Republica de Cabo Verde, alguns dias depois de ter estado em Portugal, onde participou em divers os encontros e conferencias destinadas a apresentar a visao do maiar partido sobre o processo político angolano.

Em Cabo Verde, o presidente da UNITA, alem de visitar divers os municipios para partilhar reflexoes sobre as autarquias, participa nos dias 7 e 8 de Novembro, na conferencia da Internacional Democratica do Centro, marcada para a cidade da Praia.

De acordo informacoes publicadas na pagina da Internet do partido, Isaias Samakuva manteve igualmente encontro com o Presidente da Republica de Cabo Verde, Jorge Carlos Fonseca, com quem abardou o estado actual do processo politico em Cabo-Verde, assim como a situacao economica e social do arquipelago.

Na ocasio, o Presidente Jorge Carlos Fonseca destacou tambem o impacto do poder local no processo de aprofundamento da democracia cabo-verdiana, como factor de estabilidade social e de desenvolvimento das comunidades nacionais. Falou tambem da importancia politica do dialogo nacional em Cabo Verde para a criacao de consensos entre as forcas politicas e sociais.

Ainda em: Cabo Verde, o lider da UNITA visitou o antigo Campo de Concentracao de Tarrafal, uma antiga cadeia politica do governo colonial portuques par onde passaram varios pres os politicos angolanos, entre os quais alguns militantes da UNITA, como Loth Chivava e outros, cujos nomes e fotografias encontram-se expostas numa das antigas celas, entao atribuida aos presos politicos de Angola.

o lider da UNITA parte depois para Paris (Franca) e Bruxelas (Belgica), onde mantera encontros de traba-

lho com diferentes personalidades e autoridades daqueles dois paises.

Alem de Samakuva, a delegacao da UNITA integra Alcides Sakala, secretario dos Assuntos Internacionais, porta-voz e deputado a Assembleia Nacional e Adalberto da Costa Junior, deputado a Assembleia Nacional e vice-presidente do grupo parlamentar.

### 5.2 Estudo pede inicio da descentralização autárquicas

*Jornal Expansão*

*14 De Novembro de 2014*

*Texto: António José Gouveia*

O Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica e o norueguês Chr. Michelsen Institute (CMI) referem, no seu documento *Angola Brief*, que a reforma das autarquias necessita de um debate público com consequência e que este se inicie já para consolidar a democracia em Angola.

Este relatório, realizado em Abril, antecipou as preocupações do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, em relação a este assunto, expressas no discurso sobre o Estado da Nação, perante os deputados, a 15 de Outubro passado.

O Chefe de Estado questionou, então, se seria possível avançar com a descentralização do País e o lançamento das eleições autárquicas antes de 2017, não só porque o debate ainda não está maduro, mas também por duvidar se seria possível "conceber legislação para as autarquias locais para a realização das eleições autárquicas".

O relatório do CEIC/CMI incentiva o debate público como "o melhor antídoto" para legitimar o processo da reforma autárquica. Segundo o documento, "o debate permitiria ao Governo e aos actores da sociedade civil concentrarem-se e agarrarem as oportunidades associadas à descentralização democrática".

E dá exemplos: "Todos os cidadãos podem eleger os seus líderes políticos locais e responsabilizá-los' testando a instituição." Além disso, é também "um motivo para a mobilização de recursos locais; um movimento muito necessário para diminuir a dependência das receitas do petróleo".

O relatório adianta também que é importante para Angola que exista a ideia na sociedade de que "todos

os cidadãos podem concorrer a um cargo local e aspirar a representar os seus concidadãos municipais na assembleia municipal".

#### Cautela e gradualismo

O documento indica ainda que a reforma autárquica não deve ser feita à pressa e imposta. "Gradualismo e cautela são princípios sensíveis ao introduzir uma grande reforma", refere o relatório, acrescentando que "é de bom senso permitir uma transferência gradual de responsabilidades e direitos, dependendo da preparação de cada município".

Pelo que "esta vontade de nenhum modo impede a introdução simultânea das autarquias em todo o País. O importante é a estabelecer uma estrutura institucional básica".

Apesar de passos moderados, CEIC/CMI recorda que alguns deles foram tão moderados, que se tornaram obsoletos, como foi o caso dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS), porque acabaram por ser instituições "sem poder para decidir", além de que, com um orçamento controlado pelo poder central, a participação nos CACS foi diminuta.

Segundo o documento, os CACS "são pouco conhecidos nos municípios, os encontros são irregulares e a publicação dessas reuniões é quase inexistente e pouco participativa".

O CIEC/CMI diz que alguns activistas da sociedade civil referem os CACS como "uma escola de participação" e uma antecâmara para a introdução das autarquias, mas que "são uma evidência de que falharam para aquilo para que foram criados".

#### O receio do MPLA

O estudo indica que, relativamente à descentralização democrática, é necessária "uma partilha de poder". Ou seja, actualmente, o partido do poder, o MPLA, escolhe, dentro das suas estruturas, as pessoas que pretende colocar à frente do poder local. "A perspectiva de eleições locais pode implicar que o MPLA pode perder o controlo sobre algum poder local, pela primeira vez desde a independência", adianta o documento.

O relatório refere que o exemplo seguido por Moçambique "alerta para todas as dificuldades que Angola deve evitar". Ou seja, Moçambique instituiu legalmente as autarquias em 1998, mas o partido do Governo continua, em grande parte do território e nas maiores cidades, a "nomear" os órgãos locais.

O relatório refere que o "sistema local angolano é um dos mais política e administrativamente centralizados de África", sendo que "nunca houve eleições locais", sendo o Estado central a decidir tudo.

Por exemplo, indica o documento, o Orçamento Geral do Estado de 2014 tem uma verba de 3 mil milhões USD para o Programa Nacional de Construção de Infra-Estruturas Administrativas e Autarquias, sendo que "não é claro o quanto se gasta com as autarquias ou o quanto chega aos municípios". No Orçamento de 2015, este programa tem previsto receber 2,4 mil milhões USD.

### 5.3 Como foram (mal) tratados os fundos políticos

*Semanário Agora*

*15 De Novembro de 14*

*Texto: Marcos António*

Os planos directores dos quatro municípios do litoral da província de Benguela, delineados em resposta a necessidade de uma melhor gestão dos solos, surgem, talvez de forma oculta, para confirmar o que muitos observadores atentos aos bastidores da governação chamavam de gastos superfluos em obras descartáveis, remendadas quase que sucessivamente.

O ano de 2002, um importantíssimo marco para o povo angolano, já que representa o momento do alcance da paz, funciona como referência, sobretudo no que toca a avaliação do que foi feito até agora. Este ponto constitui, aliás, o epicentro da discórdia entre o Governo do MPLA e grande parte dos sectores da oposição política, com o primeiro a puxar dos galões o seu 'canteiro de obras' e os homens que espreitam o poder insistindo na tese de que os recursos aplicados deveriam ter sido aproveitados para muito mais. Neste cortejo de visões desconstruídas, ainda bastante actual, esta a província de Benguela, a segunda em termos de orçamento, que tem em carteira uma série de Planos Directores Municipais, os famosos PDM's, que serão submetidos à apreciação das estruturas centrais.

Quando, há oito, nove ou dez anos, eram efectuadas mexidas nas cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta, nas estradas, passeios, em Iancis e no saneamento, já muitos observadores teciam críticas, prevendo que, mais cedo ou mais tarde, todas as benfeitorias acabariam diluídas. Na verdade, estas vozes lamentavam a aplicação de milhões de dólares em projectos insustentáveis. Uma das figuras que

vem defendendo a elaboração de PDM's, tendo como suporte a desorganização urbanística, e

o arquitecto Felisberto Amado, que sugere, por outro lado, uma ampla discussão, para a qual, argumenta, devem ser chamados os beneficiários. "Deve haver uma discussão suficientemente abrangente, o povo tem de ser ouvido", sustenta o docente da Universidade Católica, Desta vez, tudo indica, os Planos Directores afiguram-se como uma realidade, tendo em conta as movimentações que se verificam também nos municípios do interior, que foram acompanhando o festival de gastos nas principais cidades. Houve, entre os administradores do interior da província, quem questionasse a assimetria entre as várias regiões, Um dos exemplos mais recentes, fiel ao essencial deste trabalho, impõe um recuo até 2009, ano em que o então governador, general Armando da Cruz Neto, solicitou ao Presidente da República um reforço orçamental de vinte milhões de dólares norte-americanos.

Recém-chegado, Cruz Neto pretendia alavancar o que chamava de projectos estruturantes, com acções que podiam ter proporcionado antes as transformações que agora se observam no vale agrícola do Cavaco. Contratadas as expectativas, este reforço financeiro foi colocado ao service das chamadas obras do CAN 2010, que inscreveram as velhas operações de 'tapaburacos'. Hoje, em função das lacunas (tróvulos esburacados, falta de passeios) que se observam em certos pontos das principais cidades, facilmente se percebe que o dinheiro solicitado para projectos estruturantes foi queimado em obras descartáveis. Em relação ao município de Benguela, o PDM fornecera as directrizes para uma gestão sustentável até daqui a dez anos, na pior das hipóteses, uma vez que este horizonte pode ser esticado para mais alguns anos. "Tudo dependerá das necessidades", explicou o arquitecto Fernando Rocha, técnico da Proenfi, empresa que elaborou o documento.

Oxala, Sr. administrador!

O Plano Director do Município de Benguela, já a caminho do Conselho de Auscultação e Concertação Social da Província, de onde saltara para as estruturas centrais, deveria ser aprovado com o processo de reabilitação e pavimentação das estradas periféricas em andamento.

A primeira vista, este elemento poderá não dizer nada, absolutamente nada. Mas, bem analisadas as coisas, exige reflexão, chegando a representar um sério aviso a navegação, a julgar pelas preocupações

que surgem sobretudo do bairro 70, para hi do Aeroporto 17 de Setembro.

Já na apresentação da proposta, há duas semanas, alguns participantes, entre os quais membros do Conselho do Município, haviam advertido que o asfalto chega a obstruir estruturas (esgotos) adstritas a Empresa de Águas e Saneamento. Era, no fundo, o clamor de quem não quer voltar a ver o martelo demolidor funcionar em áreas que absorveram fundos públicos, a semelhança, lembramos, dos estragos que fazem parte do passado para esquecer.

Em resposta, o administrador municipal, Leopoldo Mubongo, disse ter tornado nota de todas as preocupações e prometeu trabalhar para evitar situações menos boas de um passado recente. Aproveitou a ocasião para garantir que o PDM será implementado de forma rigorosa, tomando como destaque o factor fiscalização. "Ninguém, independentemente da sua posição, seja ele administrador ou não, voltara a construir sobre linhas de águas, nas chamadas zonas de risco. Não devemos voltar a partir asfalto", assinalou, convicto de que futuro reserva uma viragem em relação a gestão do território.

Situações como as vividas durante os doze anos de que levaram a CEAST, no passado mês de Outubro, no término da segunda plenária, a criticar o Governo angolano devido ao que chama de "obras não duradouras".

Os bispos católicos, que aproveitaram o momento para enaltecer a realização do Censo, falaram em investimentos a favor de obras duvidosas em termos de qualidade, em muitos casos não concluídas. Em nome dos líderes religiosos, Dom Manuel Imbamba lamentou a perda de recursos financeiros em obras que suscitam inúmeras dúvidas, A pensar na consolidação do estatuto de segunda metrópole do país, surgindo como alternativa a capital, Benguela quer relançar o seu tecido produtivo tirando proveito das valências do Lobito, a cidade portuária, da Catumbela, o centro logístico e pólo industrial, e da Baía Farta, a vila do peixe e do sal. Haverá, segundo o arquitecto Fernando Rocha, um casamento com as cidades vizinhas. Colocados os dados nesses termos, o especialista não teve dúvidas em reconhecer que o sector da energia terá de ser repensado. Involuntariamente, o homem da Proenfi indicou uma pista em direcção ao morro da Quileva (Lobito), onde reside mais um dos vários exemplos de como foi tratado o erário público nos últimos anos.

Não se esta a falar, de maneira nenhuma, dos gastos em combustíveis e lubrificantes para as centrais térmicas, unidades de produção que carecem da companhia de fontes hidroeléctricas, Falamos, pois, da turbina a gás que nunca chegou a arrancar, adquirida - diz-se que a USD 5/6 milhões - para gerar 82 MW, uma cifra que esta muito próxima de toda produção actual.

A maquina, em abono da verdade, foi ligada na fase experimental, já depois de muitas avarias, tendo, para surpresa de jovens da ENE, produzido muito fumo. Perante este cenário, a solução, segundo as fontes do A Capital, foi encostar a turbina, cujo modelo data da II Guerra Mundial. Tecnicos da Empresa de Electricidade diziam que estava consumado um barrete enfiado pelo extinto Gabinete de Reconstrucao Nacional (GRN), a entidade que tratou da negociata.

"Este tipo de turbina, em desuso no pais de origem (Suecia), nao da para a nossa realidade, sobretudo pelas variacoes do seu funcionamento nas epocas de frio e de calor. Tendo sido adquirida com muitas horas de trabalho, pior ainda. Foram milhoes gastos desnecessariamente", confidenciou urn tecnico com cerca de trinta anos de casa.

Refira-se que o impasse a volta do arran que levou a Quileva varies governantes, entre os quais 0 antigo Primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, mas a verdade e que ninguém conseguiu desatar o no. O reconhecimento do embuste foi a colocacao, meses depois, de uma central de ernergencia, que gera parte consideravel dos 100 Mega watts actuais para as quatro cidades.

## 5.4 Sobas do Bengo denunciam à cidade alta exploração anárquica de inertes

*Novo Jornal*

*28 De Novembro de 2014*

*David Filipe*

As autoridades tradicionais das comunas do Ucuá, Quicabo e da sede municipal de Dande, na província do Bengo, ao enviar nos próximos dias urna carta de protesto ao Presidente da Republica, José Eduardo dos Santos, a denunciarem a exploração desregrada de inertes promovida por empresas chinesas.

As mesmas autoridades, segundo apurou 0 Novo Jornal, apesar de reconhecerem 0 envolvimento das empresas extractivas na reconstrução do pais,

reclamam a não observância da Lei de Ordenamento Mineiro.

"Os chineses, especialmente, estão a destruir a província do Bengo com a exploração anárquica de inertes. Exigimos que 0 Presidente da Republica, na qualidade de Chefe do nosso Executivo, tome medidas urgentes", apelou 0 soba Mateus Dange.

Segundo esta autoridade tradicional, "as empresas mineiras que exploram inertes na província do Bengo não criam benefícios sociais para as comunidades locais".

"Assistimos diariamente ao saque da província sem qualquer contrapartida para a população do Bengo. Isso, viola a lei angolana que preve justamente 0 contrario", acrescentou.

O soba Pedro Bau alertou para as consequências nocivas para o meio ambiente que a exploração anárquica de inertes e as queimadas acarretam para a população.

"Um técnico do ambiente visitou-nos ha dias e avisou sobre o comportamento negativo do homem para com a Natureza, que tem implicacoes nas alteraçoes climaticas, Se não houver uma intervenção das autoridades, urn dia, vamos ter um deserto", informou.

Para 0 ambientalista Nkoxi Samuel, a exploracao indiscriminada e ilegal de inertes por empresas pessoais singulares e colectivas esta a ganhar proporcoes alarmantes na provincia.

"Para reduzir os niveis de exploracao. as autoridades competentes tern de privilegiar a acção pedagógica e a realizacao de campanhas de sensibilizacao sobre os perigos que a província pode correr", acrescentou a fonte.

"Neste contexto", alertou o ambientalista, "as instituições que exploram inertes devem efectuar estudos de impacto ambiental para alcancarem urn processo de extração sustentável",

Salvaguardou que a exploracao de inertes de forma legal contribui para o processo de reconstrução e crescimento económico do pais.

A fim de evitar a erosao, o ambientalista defendeu o incremento de medidas eficazes para controlar e regular a exploracao de pedra, burgau e de areia, salientou que uma das armas utilizadas para conter este mal tem sido a sensibilizacao e esclarecimento

sobre as consequências que podem daí advir para meio ambiente.

Uma outra fonte do Governo da Província do Bengo confidenciou ao Novo Jornal foi exigido as empresas, sem excepção, a observância de todos os requisitos plasmados na Lei de Ordenamento Mineiro em matéria de exploração de inertes, mas as companhias chinesas fazem-na sem qualquer autorização das autoridades. "Fomos informados que a província conta com mais de 266 empresas inscritas. De Luanda chegam diariamente mais de 700 camiões de chineses para carregarem os inertes. Qual é o benefício da província", questionou o Soba Santos Januário Dambi.

#### o QUE O POVO QUER

Na nota de protesto que vão enviar ao Presidente José Eduardo dos Santos, os sobas avançam com uma proposta: Cada camião de inertes que sai da província do Bengo deve pagar 500 kwanzas.

"Como há incumprimento por parte das empresas em termos de benefícios sociais, essa é a nossa alternativa. Com esses valores pagos por cada viatura que sai carregada, as autoridades da província podem fazer algo para o desenvolvimento", argumentam os sobas.

Como negócio lucrativo, a exploração de inertes destinados a construção civil tem atraído a atenção de empresas e particulares.

No entanto, nem sempre são tidos em conta os prejuízos que essa actividade pode causar ao meio ambiente.

"Já perdemos as fabricas de Coca-Cola, de Água do Bom Jesus e uma série de empreendimentos quando dividiram a província. Agora andam atrás dos inertes sem a devida contrapartida. Que tipo de desenvolvimento querem para o Bengo", interrogou o soba Domingos Baltazar Samuel Nguizi.

Recorde-se que o regulamento com as normas de funcionamento das empresas mineiras que se dedicam a exploração de inertes, foi publicado pelo Ministério da Geologia e Minas de Angola.

A publicação do roteiro, que tem por base o Código Mineiro, resultou da verificação da existência de operadores em situação ilegal ou em conivência com operadores sem requisitos para exercerem a actividade mineira nos termos da lei.

O Código Mineiro prevê ao nível da protecção ambiental, restauração e recuperação de solos, estudo de impacto ambiental, cumprimento das imposições do estudo de avaliação de impacto ambiental e condições "de abandono definitivo das áreas de concessão.

Quanto ao trânsito de inertes, a legislação impõe que as cargas sejam cobertas por lonas apropriadas e não ultrapassem a capacidade dos meios de transporte.

Os operadores do sector mineiro são obrigados a comunicar periodicamente ao ministério de tutela, os dados da actividade mineira e a fazerem a demarcação da área de prospecção e exploração, seguros contra acidentes de trabalho e a apresentação de um plano de exploração.

O Código Mineiro, em vigor desde 22 de Dezembro de 2011, impõe também aos operadores condições gerais de segurança, higiene e salubridade no trabalho, como equipamentos de protecção colectiva e individual e sinalização de segurança mineira.



## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Plano director aberto a contribuintes

*Jornal de Angola*

*03 De Novembro de 2014*

*Texto : Domiana Njila*

O projecto final do Plano Director deve ser entregue ate ao primeiro semestre de 2015.

A coordenadora do projecto, Neusa Ingles, disse que o projecto tem como base solucoes estrategicas para o desenvolvimento da provincia de Luanda. "Estamos a trabalhar com cinco consultoras que vao, cad a uma, dar o seu contributo para o exito do projecto", frisou.

Neusa Ingles disse que o seminario teve como base um conjunto de varios workshops que tem de ser feitos no ambito do Plano Director, para dar a populacao a oportunidade de contribuir com as suas ideias.

"Temos uma politica de engajamento para continuar a recolher contribuicoes e experiencias nas varias vertentes do desenvolvimento e congregarmos todas as informacoes para comecarmos a criar o Plano de Desenvolvimento para a Provincia de Luanda", disse.

A coordenadora do projecto do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda acrescentou que foram apontadas tres estrategias para o desenvolvimento de Luanda e todas sao preferenciais, porque e um conjunto de agregacao de informacoes das necessidades a nivel da populacao, economia e infra-estruturas urbanisticas.

#### Estrategias

o director do Gabinete Tecnico de Reversao urbana do Cazenga e Sambizanga, Bento Soito, disse ser importante analisar qual das tres estrategias de construcao da metropole de Luanda e a melhor. "E prematuro dizer qual e a melhor opcao de construcao. Para o Cazenga e Sambizanga, a estrategia esta tracada. Pretendemos, numa primeira fase, fazer o realojamento deslocado para implantar as primeiras infra-estruturas e equipamentos sociais, mas sempre com a possibilidade dos cidadaos retornarem aos seus lugares de origem." Bento Soito disse que nesta fase de concepcao do plano o importante e saber as

definicoes estrategicas do desenvolvimento da cidade, a sua integracao com as zonas circundantes e as provincias mais proximas, os seus eixos, a sua mobilidade, o seu uso e a integracao dos varios sectores da vida economica.

### 6.2 Mercado imobiliário regista período de expansão

*Jornal de Angola*

*4 De Novembro de 2014*

*Texto: Nilza Massango*

O mercado imobiliário angolano regista um novo período de expansão, com os segmentos de habitação e escritórios a dominarem a atenção dos investidores e clientes, afirmou em Luanda Francisco Barros, director executivo da Proprime.

Ao falar sobre a "Evolução do mercado imobiliário em Angola e perspectivas a médio prazo", na 12ª edição da Projekta Angola, Francisco Barros acrescentou que existem oportunidades de investimento transversais a todos os segmentos, com realce para o retalho e o imobiliário industrial.

O estudo, que este ano incidiu apenas sobre Luanda, com o foco virado para as novas construções, conclui que o mercado imobiliário na capital do país ganhou novo dinamismo com o projecto de requalificação da Baía de Luanda e o surgimento de uma classe média.

Alem do aumento do poder de compra, concorre para esta procura mais alargada a crescente profissionalização da indústria imobiliária. O estudo refere que a criação de mecanismos e programas que impulsionam o desenvolvimento económico e social e que permitem satisfazer as necessidades da população no que diz respeito ao acesso à habitação, estão na base da elevação do sector.

Francisco Barros fez um retrato das fases pelas quais passou o mercado imobiliário em Angola e lembrou que, como em qualquer parte do mundo, o sector tem forte relação com a economia.

"Angola foi dos países que mais cresceu economicamente na última década, apesar de os últimos anos terem sido marcados pela incerteza, em virtude da crise económica internacional", sublinhou.

Angola teve dois momentos distintos. Um logo a seguir à conquista da paz, em que o Estado teve necessidade de investir em infra-estruturas. Com a crise financeira, o paradigma foi alterado e o sector

privado, face à ausência de oferta, viu absorvido tudo quanto produzia.

Após a crise financeira, o mercado começou a absorver o produto imobiliário de modo mais lento e com maior cuidado, na procura da qualidade. "Este tem sido o caminho do sector imobiliário em Angola", notou Francisco Barros. O estudo prevê para o mercado uma evolução que deve continuar a basear-se na busca de qualidade e de valores mais competitivos. O estudo está dividido em duas fases. Uma a que se chamou "hardware" e outra "software".

Na primeira, o foco recaiu para o sector público, que promoveu a reabilitação e Criação de infra-estruturas face as alterações demográficas, que levaram Luanda a um crescimento galopante.

"Todas as cidades cresceram muito no final da última década. No sector privado, fruto do 'boom' económico que aconteceu nesses dez anos e a carência de produto imobiliário novo e com qualidade, toda a produção era rapidamente absorvida pelo mercado. Muitas das vendas eram feitas ainda com o projecto em planta", frisou Francisco Barros.

Após esse período, com auge em 2008 e 2009, entrou-se na fase, em que as necessidades de construção em massa passaram a ser menores e se privilegia a qualidade do produto.

No sector público, a Criação do Fundo de Fomento Habitacional, a renda resolúvel e, dentro do Programa Nacional de Habitação, a importância que tem as novas centralidades, o programa das 200 moradias por município e os lotes para o autoconstrução dirigida são instrumentos fundamentais no actual contexto. "São ferramentas que o Estado está a implementar e que vão proporcionar habitação e tornar o mercado mais abrangente, numa altura em que foram criados fundos de investimento imobiliário e sociedades gestoras, e se tem vindo a verificar uma crescente profissionalização do sector", referiu Francisco Barros.

#### Novas zonas residenciais

O estudo divide a cidade de Luanda em sete zonas: Baixa, Ingombota, Maianga, Luanda SuL, Benfica, Viana e Camama. "Em qualquer capital mundial, o centro da cidade é sempre o mais caro. O estudo, que começou no início de 2014 e ficou concluído no final do primeiro semestre, mostra que a tendência do mercado de Luanda é valorizar Camama face a Viana".

O estudo refere ainda que a zona de Camama tem-se afirmado como uma nova zona residencial. "A medida que nos aproximamos do centro da cidade, o valor por metro quadrado sobe, sendo a legalização dos terrenos um factor primordial no estabelecimento do seu preço e valor", referiu Francisco Barros.

O mercado de escritórios tem zonas bem distintas. No centro da cidade, o valor de um escritório novo ronda os 9.750 dólares por metro quadrado, havendo um grande desfasamento para o produto isolado. Em Luanda SuL, o valor aproximado é de 6.700 dólares.

O mercado de escritórios tem registado bons níveis de procura, em especial por parte de empresas das áreas de finanças e petróleos.

"Se olharmos para a evolução dos preços dos escritórios, a tendência tem sido de descida, mas não muito acentuada. Por isso, ainda não atingiu níveis sustentáveis para maior parte da procura, salientou. No que respeita ao turismo, a evolução da actividade foi positiva, sendo considerada estratégica para a economia nacional. Por essência ancorada em hotel, a oferta imobiliária nesta área é ainda marcada por preços altos. Os valores não mudaram muito. Uma diária num hotel de três estrelas anda na casa dos 280 dólares e 500 nos de cinco estrelas, que só existem em Luanda.

#### Expectativas do retalho

O estudo refere que o retalho tem crescido, sobretudo com o aparecimento de novos empreendimentos na zona de Viana e Kilamba Kiaxi, o que gera expectativas em relação ao que vai acontecer com os preços, que continuam muito altos em Luanda, pois a procura é grande, mas existem poucos espaços com qualidade.

Os estabelecimentos em fase de construção, como é o caso de quatro centros comerciais em Luanda, vão suprir os grandes níveis de procura que se tem verificado nos últimos tempos.

Ao nível da indústria, o estudo considera três zonas em Luanda: Cacucaco, Sambizanga e Cazenga. A reconversão das duas últimas vai fazer com que toda a indústria aí existente deva ser retirada. Viana é apontada como aquela em que vai nascer uma nova oferta de empreendimentos logísticos, que vão dar suporte aos operadores do Cazenga e Sambizanga.

O fomento da indústria de materiais de construção e a sua produção local vai garantir material mais barato

para a construção, o que. Gera emprego e, em consequência, rendimentos para a população, que dessa forma cria condições para aceder a habitação.

A Proprime é uma empresa especializada em estudo do mercado e avaliação de activos e consultoria imobiliária. Todos os anos publicam estudos de mercado. Neste momento, acompanha 22 empreendimentos imobiliários, desde o estudo de viabilidade até a sua concessão.

### 6.3 Cidades Modernas

*Jornal Economia e Finanças*  
07 De Novembro de 2014

Governador de Luanda destaca a importância do diálogo na promoção de cidades harmoniosas.

O governador provincial de Luanda, Graciano Domingos, defendeu, na passada sexta-feira, em Luanda, que a cidade deve tornar-se num motor de desenvolvimento económico, espaço de inclusão, diálogo e prosperidade.

Discursando no encerramento da conferência "Liderando as transformações urbanas", no quadro do dia mundial das cidades, referiu que as premissas do desenvolvimento económico e os promotores da vitalidade cultural e inclusão social passam por práticas que envolvem todos os cidadãos.

#### Gestão Urbana

Segundo a Angop, o governador de Luanda afirmou que a questão rural deve ser abordada com mais profundidade, recordando que grande parte da população, particularmente em África, vive em zonas degradadas à volta das cidades.

Fez saber que Luanda foi a província que durante o período de guerra mais cresceu e de igual modo mais sofreu com a problemática da invasão da população.

Segundo o governante, para que as cidades e os seus habitantes alcancem o desenvolvimento e a prosperidade almejados "é necessário um novo paradigma urbano que reconheça os contextos locais e esteja baseado no respeito pelas regras de convivência comum.

### 6.4 Novas urbanizações diminuem défice habitacional em Angola

*Jornal: Economia e Finanças*  
07 De Novembro de 2014

*Texto: António Eugénio/ Yola do Carmo*

O ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição Silva, disse que o Executivo angolano está empenhado no surgimento de novas urbanizações, fruto da implementação do programa nacional de urbanismo e habitação, para debelar o défice habitacional.

Ao discursar na conferência sobre "Liderando as transformações urbanas", realizada em Luanda, o ministro avançou que foi também traçado um amplo programa de urbanização e infra-estruturas de reservas fundiárias, que resultaram na constituição de mais de 50.000 lotes.

Segundo revelou, estas infra-estruturas vão servir para o segmento da autoconstrução dirigida, um subprograma de requalificação e renovação dos bairros de génese informal.

No meio rural, o Executivo está a promover a construção de aldeamentos rurais auto-sustentáveis, no sentido de fixar as populações e reduzir o êxodo para as cidades de pequeno e médio porte e destas para as grandes cidades, sobretudo nas zonas do litoral.

#### Parcerias

Um esforço conjugado com as ações de parceria público-privada, cooperativas e outras instituições ligadas ao processo de construção de infra-estruturas, equipamentos públicos, serviços sociais visa ter cidades modernas, inteligentes, inclusivas e sustentáveis, frisou.

O ministro apontou que liderar a transformação urbana tem a ver com a redefinição do paradigma urbano para as gerações futuras, assim como inovar ideias para concretizar a cidade que precisamos.

Para atingir esses objetivos, afirmou o dirigente, deve continuar-se a envolver e capacitar todos os intervenientes no sentido de contribuírem com soluções criativas que possam melhorar o futuro compartilhado.

Cidades com segurança Pretende-se, a curto prazo, ter cidades mais seguras e limpas, com segurança incrementada, inclusive, a introdução de um

policimento ostensivo que pode em alguns casos reduzir a privacidade, com permanente vigia de lugares públicos com camaras de TV.

Pretende-se no futuro criar cidades melhoradas que proporcionem uma vida melhor sem vandalismo, sem drogas, poluição ambiental e outras agressões urbanas para ajudar as pessoas a fazerem mudanças drásticas na maneira de pensar e agir uma forma de tornar as cidades motores de desenvolvimento económico e espaços de liberdade, inovação e prosperidade dado o crescimento urbano que coloca notável pressão sobre a necessidade de habitação, infra-estruturas, equipamentos e serviços básicos.

Segundo o ministro, para que se consiga que as cidades e os seus habitantes alcancem o desenvolvimento e a prosperidade almejada, e necessário um novo paradigma urbano, que reconheça os contextos locais e esteja baseado na relação de usos públicos e privados da terra, com respeito pelas regras de conveniência comum e um sistema bem coordenado dos bens e equipamentos sociais.

Estas são as premissas do desenvolvimento económico e os promotores da vitalidade cultural e inclusão social. Na visão das Nações Unidas, espera-se que, em 2030, cerca de 3 mil milhões de pessoas, ou seja 40 por cento da população, venham a ter moradias adequadas, infra-estruturas e serviços tais como sistema de água e saneamento básico.

#### Cunene

Falando a imprensa, o vice-governador da província do Cunene, para as Infra-estruturas, Cristino Marido, disse que esta em curso naquela região a construção de 2.500 casas para sinistrados, das quais 500 estão já prontas e 90 serão destinadas para os antigos combatentes.

Entre os vários projectos habitacionais, esta igualmente em curso a construção de uma centralidade que terá 4.010 apartamentos, além do processo de distribuição de 1.107 lotes de terreno, destinados a auto-construção dirigida.

#### Cidades em crescimento

A representante das Nações Unidas para Africa, Matlhias Spativiero, frisou que as cidades do continente africano estão em crescimento; contudo, aponta para a necessidade de melhor urbanização e saneamento básico.

A melhoria substancial da distribuição de água potável, distribuição de energia eléctrica e a redução paulatina dos Musseques são tidas como prioridades para uma vida melhor. Louvou os esforços que o Executivo angolano está a empreender com o surgimento de centralidades, auto-construção dirigida, assim como outros programas virados a melhoria da habitação.

## 6.5 Milhares de casas são postas a venda

*Jornal de Angola*

*08 De Novembro de 2014*

*Texto: Vitorino Joaquim*

o Ministerio do Urbanismo e Habitacao vai autorizar em breve o processo de comercializacao de 9.500 habitacoes construidas no ambito dos 200 fogos por cada municipio do pais, anunciou em Luanda, o director-geral do Instituto Nacional da Habitacao, Joao Pedro.

Falando a imprensa a margem do acto de abertura do primeiro conselho directivo alargado daquela instituicao, Joao Pedro anunciou que cada habitacao vai ter um custo total de compra de quatro milhoes de kwanzas, a serem pagos em 30 anos, num sistema de renda resolúvel. o director geral do Instituto Nacional da Habitacao lembrou que Presidente da Republica, Jose Eduardo dos Santos, deu instrucoes para a comercializacao imediata das habitacoes que possuam todas as infra-estruturas concluidas.

As pessoas interessadas na compra de habitacao podem dirigir-se aos Governos Provinciais, desde que tenham 18 anos e provem ter emprego fixo para suportar os custos. O Instituto Nacional da Habitacao, afirmou, esta a negociar com instituicoes imobiliarias para acompanhar o processo de comercializacao das ' habitacoes. "Os jovens, agentes da Policia Nacional, militares das Forcas Armadas Angolanas, professores e profissionais da saude vao rnerecer uma ateneao especial na altura da aquisicao das habitacoes", disse.O programa de 200 fogos habitacionais por municipio, abrange 130 municipios de 17 provincias, tendo um grupo de tecnicos do Instituto Nacional de Habitacao visitado algumas localidades onde constatou a conclusao das infra-estruturas.

"o programa de 200 fogos por municipio nao abrange a provincia de Luanda, por esta ter beneficiado de construo de grandes centralidades", esclareceu.

Joao Pedro garantiu que o Ministerio do Urbanismo e Habitacao esta a trabalhar para o inicio do processo de comercializacao e vai apresentar aos representantes provinciais, que participam no conselho consultivo, um instrutivo sobre as modalidades de aquisicao de habitacao e outras informacoes complementares.

## 6.6 Residencias Do Condominio Vila Vitoria De 60 A 150 Mil Usd Sem Agua E Luz Electrica

*Folha 8*

*8 De Novembro de 2014*

Os militares, viuvras de guerra e civis residentes no condominio Vila Vitoria, no municipio do Belas, em Luanda, dizem estar sem agua potavel e luz electrica desde que receberam as chaves das residencias compradas a construtora grupo Tamar, no valor de 60 mil dolares. "E uma vergonha, uns pagaram USD 60.000 e outros 150.000,00 e afinal nao tem condicoes de agua e luz", lamenta uma moradora.

A presidente do Conselho de Administracao (PCA) da Tamar, Celeste de Brito, nega ter recebido os valores evocados, considerando as causas da reclamação, da exclusiva responsabilidade da Administracao local, por, alegadamente, nao constar nos contratos celebrados entre a Tamar e a empresa Perola-Verde, gerida por Generais das Forças Armadas Angolanas (FAA), a obrigatoriedade de agua e luz, mas agora com a obra feita os contratantes exigem que seja a construtora, ao inves da Administracao de Belas.

"Ninguem pagou na totalidade as residencias, mesmo porque este nao e um condominio aberto, tem alguns associados da Perola-Verde que sao civis, desde que sejam associados do nosso contratante, nos acabamos cedendo a casa porque existem as modalidades de pagamentos, mas nao ha ninguem que tenha pago a totalidade das casas a Tamar, ao menos que o fizeram a Perola-Verde".

"o condominio Vila Vitoria esta com a maioria das casas fechadas ha mais de um ano e tem no maximo dez moradores, que estao la por questoes sociais. I-Ia uma viuva, o marido foi militar e quando faleceu nao tinha nem sequer onde fazer o obito, Cedemos-lhe a casa e acabou por ficar, as outras senhoras sao associadas da Perola-Verde, ha mais de dois ou tres anos, antes desta empresa do exercito ter celebrado contrato conosco, no entanto, oficialmente nao

entregamos casa a ninguem porque nem sequer inauguramos o condominio", lembrou.

Na sequencia, Celeste de Brito explicou que a sua empresa constrói os condomínios, segundo o contrato com a empresa "militar", que pagara a Tamar descontando nos salarios dos trabalhadores, "mas ate ao momento que vos falo, nao recebemos nenhum financiamento, nenhum credito bancario, no condominio Persistencia temos 500 casas, e nenhuma T4 foi paga, na Vila Vitoria so recebemos um financiamento menor aos 50%, e nas provincias, tirando o Huambo nenhum condominio foi pago. Nos compramos os terrenos e construimos as casas com nosso dinheiro, e com alguns pequenos empreiteiros, que no final temos de os pagar", garantiu.

Quanto a luz electrica, agua potavel e saneamento basico, a PCA da Tamar alegou terem ja um plano urbanistico dos condomínios, mas a carta de garantia contratual nao os autoriza realizar as tarefas clamadas pelos moradores, "o contrato clarifica que os militares pagaram a construção das casas, mas nao os asfaltos, hospitais, escolas e a colocacao dos PTs de energia ou agua potavel, dai a administracao de Belas ja ter comecado a fazer alguns trabalhos neste sentido no interior do condominio Vila Vitoria", enumerou, este episodio promete e F8 continuara a acompanhar ate o seu desfecho.

"Muitas senhoras tiveram de vender heranças nas cidades, para comprar casas naquele que seria um dos mais luxuosos condomínios de Luanda e agora vivemos como camelos, sem agua, luz electrica, asfaltos e passeios no interior do mesmo, isso e lamentavel para um condominio em que as casas T3 custam 60 mil dolares e as T4 150 mil respectivamente", desabafou uma moradora.

A ancia Eduarda Morais diz que para saciar a sede temos de adquirir agua mineral nas ruas e para lavar e limpar compramos aguas

das cisternas", disse, "Ja fui ter com a Tamar e a Perola-Verde, as duas empresas dizem estar a resolver, deram-me cinco meses que passaram ha muito", frisou. Elisa Barro e a mais antiga "e sempre senti-me bem porque ca tenho sossego, podia ir onde fosse, mas tenho sempre um local para estacionar a viatura, isso da-me uma paz de espirito extraordinaria, e realmente longe de tudo e de todos, mas sinto-me bem. Mas o importante agora e resolverem a pessima situacao de saneamento basico", disse.

## 6.7 Aldeia rural de Canaulo recebe primeiras casas

*Jornal De Angola*  
09 De Novembro de 2014

As primeiras casas da primeira fase do projecto habitacional da aldeia rural de Canaulo, no municipio de Golungo Alto, SaD entregues no proximo mes, anunciou ontem o responsavel da empresa que executa as obras.

Mario Silva referiu ontem o projecto contempla a construcao de 256 casas tipo T3 e decorrem os trabalhos de acabamento das primeiras 130 casas, com a colocacao de portas,janelas, instalacoes electricas e sanitarias. De inicio estava prevista a construcao de residencias tipo T2 e T3 em areas de 45 e 50 metros quadrados, mas o plano foi todo moldado para T3.

A construcao de aldeias rurais e uma iniciativa para melhorar o nivel de vida das comunidades rurais. Projectos similares foram edificados na provincia de Luanda (em Caxicane e no Cacuaco), sob tutela do Ministerio da Familia e Promocao da Mulher.

A aldeia e uma de Canaulo e uma localidade habitada pormais de 500 pessoas, populacao que tem a agricultura como principal fonte de subsistencia.

## 6.8 Realcadas conquistas da Independencia Nacional

*Jornal De Angola*  
9 De Novembro de 2014

A Independencia Nacional permitiu a execucao de novas centralidades de diferentes modelos e caracteristicas em distintas provincias do pais, destacou o arquitecto Bento soito, director do Gabinete Tecnico de Reconversao Urbana do Cazenga e Sambizanga.

Em declaracoes a Angop, a proposito do 39 aniversario da Independencia Nacional, que se assinala terca-feira, Bento Soito referiu que, fruto desta conquista do Executivo, o territorio angolano tem sido alvo de varias intervencoes urbanisticas .

A aplicacao do Programa nacional do Urbanismo e Habitacao tem garantido o direito a habitacao para todos, promovendo a construeao de habitacoes para os agregados de renda baixa e media. Algumas das infra-estruturas nas distintas localidades contamja

com parte do projecto finalizado e comecaram a servir apopulacao.

Os projectos habitacionais compreendem a construcao de creches, escolas primarias e secundarias, estacao de tratamento de agua, central de captacao, redes electricas, assim como areas reservadas aos servicos sociais basicos.

Actualmente existem infra-estruturas ja habitadas em Luanda, nas centralidades do Kilamba, Zango e Cacuaco, sendo implantados outros projectos habitacionais em varios municipios, como Caala (Huambo). Lossambo (Huambo), Sumbe (Cuanza Sul), Cuito (Bie), Dundo (Lunda Norte) e Quilomoco (Uige).

o Programa Nacional do Urbanismo e Habitacao tem como objectivo promover a requalificacao urbana, integrando a regularizacao fundiaria, habitacao, agua, saneamento basico, energia electrica e ambiente.

Outro ganho foi o inicio do processo de reconversao e qualificacao das cidades no pais. o projecto de reconversao urbana do Cazenga e Sambizanga foi lancado em 2010, numa iniciava do Presidente da Republica Jose Eduardo Dos Santos.

Bento Soito informou que requalificar, reabilitar e valorizar os centro urbanos e os assentamentos populacionais rurais, promovendo a fixacao das populacoes com vista ao esbatimento das assimetrias regionais, constituem igualmente um dos objectivos do Programa Nacional do Urbanismo e Habitacao,

No quadro da requalificacao na cidade de Luanda foram criados alguns gabinetes, citando como exemplo o Gabinete Tecnico de Reconversio Urbana do Cazenga e Sambizanga, Gabinete do Perimetro Turistico do Futungo e Gabinete Tecnico da Orla Costeira. A centralidade do Kilamba foi concebida para se desenvolver em tres fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa area de 54 quilometros quadrados.

A de Cacuaco (mais de 20 mil habitacoes), Musseque Kapari (mais de mil vivendas e 16 edificios do tipo T2 e T3, com cerca de 400 apartamentos) e Zango (mais de cinco mil apartamentos e mais de cem predios).

o Ministerio do Urbanismo e Habitacao preve que ate 2016 vao ficar construidos 150 mil novos fogos em todo o pais, no ambito dos varios projectos de reconstrucao nacional em curso.

## 6.9 Existem projectos sem estudos ambientais

*Jornal de Angola*

*12 De Novembro de 2014*

O ambientalista Vladimir Russo disse que o Estudo de Impactes Ambientais (EIA) no sector da construção e habitação tem aumentado em Angola, como resultado da execução de projectos e programas de desenvolvimento mobiliário, entre os quais condomínios, prédios e obras públicas.

Vladimir Russo revelou que cem empresas sob controlo do Ministério do Ambiente se dedicam à consultoria ambiental que inclui "estudos de impactes ambientais muito bons" e auditorias ambientais.

Tendo em conta esta situação, o ambientalista alertou que a inexistência desses estudos pode resultar na degradação do Ambiente, incluindo a flora, fauna, qualidade de vida das populações e construções em áreas impróprias.

Os estudo de impactes ambientais existem não para proibir o desenvolvimento, mas para definir medidas e mecanismos que permitam atenuar e mitigar os potenciais impactes negativos e maximizar os positivos.

Vladimir Russo lamentou que existem ainda projectos desenvolvidos sem que sejam sujeitos a estes estudos, particularmente em províncias onde a pratica da sua avaliação não esta bem implantada em consequência, também, de uma fiscalização deficiente. "Em Algumas províncias como Luanda, existe já um entrosamento entre o Ministério do Ambiente e o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana que exigem e fiscalizam o cumprimento da lei".

Com o evoluir da legislação, começam a surgir outros instrumentos legais que vão obrigar a desenvolver outros procedimentos, como os planos de gestão de resíduos, os planos de recuperação paisagística ou ainda os planos de monitorização ambiental.

"Os estudos mais complicados que envolvem técnicas de modelação, estudos de especialidade específicos ou que abrangem a adopção de linhas de orientação da Corporação Financeira Internacional são geralmente feitos em parceria entre empresas nacionais e estrangeiras" disse o ambientalista.

O mercado vai ajudar a criar regras mais claras para a qualidade dos trabalhos e a servir como modelo de avaliação da capacidade nacional de dar respostas aos projectos mais complexos, disse o ambientalista. E

lembrou que os estudos de impactes ambientais servem para ajudar a definir um equilíbrio entre as necessidades de desenvolvimento e a protecção do Ambiente: "Apesar de haver um aumento na elaboração desses estudos nos últimos quatro anos, há ainda um entendimento de que são apenas feitos para a obtenção de urna licença ambiental".

### Fiscalização do Governo

Vladimir Russo defendeu que cabe as autoridades governamentais, nomeadamente ao Ministério do Ambiente e aos Governos Provinciais, fiscalizarem a execução das medidas de mitigação, garantindo o cumprimento da legislação e a protecção do Ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

"A sociedade civil e as partes interessadas e afectadas pelos projectos têm também que ser mais interventivas e acompanhar a aplicação das medidas de mitigação", defendeu.

"Há cada vez mais interesse e compreensão por parte de algumas empresas que actuam em Angola na necessidade de elaboração de estudos de impacte ambiental, antes da execução de qualquer projecto", concluiu.

## 6.10 2014 É o pior ano

*Novo Jornal*

*14 De Novembro de 2014*

*Texto: Isabel João*

EXISTEM muitos sinais de preocupações em Angola, como a onda de criminalidade, a problemática do ensino e o atendimento nos hospitais, que deixam os angolanos e, em particular, os luandenses com os nervos à flor da pele. Mas existe uma tragédia, que parece invisível, e que mata o dobro. São os acidentes que todos os dias se registam nas estradas do país e que espalham o luto pelas várias províncias. Só de Janeiro a Outubro deste ano, a Direcção Nacional de Viação e Trânsito registou 15.039 acidentes no país, que causaram a morte a 3.783 pessoas. Mais de duas mil ficaram feridas, muitas delas irremediavelmente afectadas para toda a vida.

Na maior parte dos acidentes, as vítimas são jovens. Vidas que se perdem sem qualquer sentido.

Segundo dados do ministro do Interior, Ângelo Veigas, em 2013, morreram mais de quatro mil pessoas, à razão de 12 mortos por dia nas estradas

nacionais. Os números interpelam-nos e obrigam-nos a reflectir sobre o comportamento na estrada.

O Dia Mundial em Memória das vítimas das Estradas é lembrado todos os anos no terceiro domingo do mês de Novembro. A comemoração visa recordar as vítimas da sinistralidade rodoviária para que governos e cidadãos encarem de frente um problema global. Em Angola, a organização cabe à Direcção Nacional de Viação e Trânsito, que realiza um conjunto de acções em todo o país sobre esta temática, para despertar consciências e mudar comportamentos. A data, instituída pela Organização das Nações Unidas, serve pois para alertar todos, principalmente, as poucas pessoas que têm sorte e que ainda não foram atingidas por esta "doença social" e um tipo de violência que é absolutamente previsível e que pode ser evitado se todos colaborarem e respeitarem os conselhos deixados pela polícia e usarem a própria consciência, pensando que é preciso protegerem-se e protegerem o próximo.

Em Angola, tal como acontece no mundo, muitas são as famílias que já sofreram ou sofrem a perda de um familiar, de uma filha, marido, esposa, mãe, ou de um amigo, vítima de acidente rodoviário.

#### Incúria e Despreocupação

O Novo Jornal, neste final de semana prolongado, saiu à rua para ver como é que os angolanos comemoraram o 11 de Novembro, dia em que se assinalaram os 39 anos da independência, e chegou à conclusão de que a incúria e a despreocupação andam de mão dada com a condução.

Nas estradas de Luanda, durante os dias 8 e 11 foram registados 53 acidentes, de acordo com dados fornecidos pelo Comando Provincial de Luanda. A equipa de reportagem do Novo Jornal nas vias por onde passou deparou-se com vários acidentes, alguns com vítimas mortais.

A nossa jornada começou no município do Cazenga, por volta das 15h00. Logo chegados à zona da Frescanqol, deparámo-nos com um acidente, envolvendo duas viaturas Toyota, modelo 'hiace' que faziam serviço de táxi. Não houve vítimas mortais, mas duas jovens saíram feridas do embate, uma com 25 anos de idade e a outra com 31 anos.

Na zona da Cuca, também encontrámos um acidente sem vítimas. A mesma sorte não teve um dos intervenientes de um acidente no distrito do Sambizanga, na zona da Boa Vista. Um choque envolveu um camião e um veículo que fazia serviço

de táxi! Um homem não resistiu aos ferimentos e morreu.

Já no município de Cacuaco, Novo Jornal passou por três acidentes e quatro atropelamentos, no momento em que muitos jovens da praia. Alguns deles apresentavam um indisfarçável quadro de embriaguez, mas mesmo assim pegar nas viaturas e iniciaram viagem: esquecendo-se que conduzir naquele estado é como ter uma arma nas mãos.

Às 18h00, altura em que a reportagem chegou à via expresso, começou a escurecer e a situação na estrada torna-se ainda mais preocupante, com a falta de energia eléctrica, muita areia nas faixas de rodagem e os camiões a circularem pela direita.

Da zona da centralidade de Cacuaco até ao estádio 11 de Novembro, local onde terminou a reportagem, observaram-se mais três acidentes e cinco atropelamentos, dois deles com vítimas mortais.

Nos dois primeiros acidentes, os efectivos da Brigada Especial de Trânsito (BET) encontravam-se no local. Já na zona dos dois atropelamentos, dos quais resultaram

mortos, não se qualquer efectivo da polícia durante o período de tempo em que a reportagem esteve no local e isto apesar de vários contactos efectuados por algumas pessoas presentes junto da polícia da divisão do município de Belas e da centralidade do Kilamba.

Dados do gabinete de informação do Comando Geral da Polícia Nacional revelam que, de Janeiro a Outubro deste ano, registaram-se em todo o país 15.039 acidentes, mais 2.326 do que em igual período do ano anterior. A província de Luanda lidera, com 2.481 acidentes, seguindo-se Benguela, com 1.577 ocorrências, Huíla, com 1.481, Huambo, com 916, Lunda-Sul, 860 e Moxico com 824.

De acordo ainda com os dados da polícia, os acidentes registados provocaram 3.783 mortos, mais 597 do que em 2013 e 14.384 feridos, que também correspondem a um aumento de 2.583, relativamente a todo o ano anterior.

O documento a que o NJ teve acesso revela ainda que os atropelamentos representaram 32% do total dos acidentes registados, seguindo-se os choques entre automóveis, 26% casos, choques entre velocípedes e motociclos, 18%, choque contra obstáculos fixos, 9% despistes, 9% e capotamentos, 6%.

Para assinalar o Dia em Memória das Vítimas da Estrada, a Direcção Nacional de Viação e Trânsito



vai realizar, em todo o país, de hoje até ao próximo domingo, uma exposição de acidentes, que este ano estará instalada no marco histórico 4 de Fevereiro, no município de Cazenga, porque era desejo da DNVT que a actividade se estendesse à periferia da cidade, de acordo com o porta-voz da instituição.

Angelino Serrote disse ainda que para este domingo, 16, está agendada uma marcha de solidariedade com as vítimas da estrada, que vai partir da empresa da Frescangol e vai terminar no marco histórico 4 de Fevereiro. A partir das 12h00 serão homenageadas as vítimas com um minuto de silêncio.

"Domingo vamos realizar uma marcha de solidariedade com todos aqueles que, mesmo não sendo vítimas mortais de acidentes, perderam um braço ou uma perna e estão diminuídos fisicamente. Vamos prestar solidariedade, bem como reflectir sobre aqueles que já partiram e que merecem o nosso respeito. E, às 12h00, vai observar-se a paragem do trânsito em todo o país, porque a actividade é em todo o território nacional", afirmou, acrescentando que, mesmo com as campanhas desenvolvidas pelo Estado angolano, ainda se registam muitos acidentes.

## 6.11 Funcionários da sonip burlam mais de 2 milhões de dólares na venda de casas

*Jornal A Republica*

*14 De Novembro de 2014*

O jornal "A REPÚBLICA" sabe que foram os funcionários da SONIP (SONANGOL Imobiliária) que venderam ilegalmente ou não os apartamentos da Cidade do Kilamba.

Tudo começou com abertura da atribuição dos apartamentos com um sistema visivelmente arcaico, começando com preços altíssimos, até a intervenção de Sua Excelência Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Seguidamente architectaram outra estratégia: chamavam "contemplação de apartamentos", atingindo funcionários públicos com renda superior a 200 mil kwanzas. De seguida, começou a balbúrdia propositada para auferir dividendos na venda ilegal ou não dos apartamentos. Propositadamente abriu-se inscrições directas. Na altura, a SONIP, dizia que era a única forma encontrada de melhor vender os apartamentos, gerando enormes filas de pessoas, chegando a ter pessoas a dormir dias e dias no local da imobiliária no Kilamba. Tudo foi architectado de maneira a facilitar a traficância.

Foram 3 mil apartamentos vendidos ilegal ou não, mas a verdade é uma: nenhum apartamento foi arrombado, as chaves eram entregues pelos próprios funcionários da SONIP, com as seguintes tipologias: T 3 – 18 mil dólares, T 3 + 1 – 20 mil dólares, T 5 – 26 mil dólares.

Todos os funcionários da SONIP que comercializavam os apartamentos são sobejamente conhecidos e identificados, os intermediários também, indivíduos que manuseavam muito dinheiro, usam carros de gama alta com as seguintes descrições: Nissan Jipe Chinês cinzento, Mercedes Top de Gama branco e muitos outros.

Tudo despontou quando a polícia descobriu a rede, fazendo que muitos deixassem de cumprir os pagamentos dos apartamentos vendidos com a incumbência dos seus chefes da imobiliária SONIP.

Os chefes, para não dar a entender, que estavam por detrás da situação perante a polícia e devido à reivindicação por parte de muitos indivíduos que já tinham o compromisso da atribuição das casas por parte da SONIP sacudindo o capote, começam um processo de despejo, com critérios altruístas para tentar resolver um problema que eles próprios criaram: venderam os apartamentos, comendo o dinheiro de milhares de indivíduos. Posteriormente, desalojam as pessoas, inventado o facto de não terem sido contemplados ou atribuídos os referidos apartamentos. Pergunta-se:

Quem negociou e vendeu os apartamentos aos ditos indivíduos ilegais, agora desalojados? Claramente que foram os mesmos indivíduos da SONIP ganhando milhões de dólares. O jornal "A REPÚBLICA" sabe que mais de 50% das casas foram vendidas nestas condições, principalmente os T 5, já no final de todo o processo de atribuição dos apartamentos.

Existem muitos apartamentos reservados, que só podem ser atribuídos com ordens superiores como se diz. Estes funcionários da SONIP não mexeram; os outros foram especulados, outros entregues a namoradas, muitas delas sem actividade laboral; por isso é que existe fome no Kilamba, muita boa gente que não trabalha, têm imensas dificuldades alimentares.

Ainda assim, todo o processo de despejo é ilegal. As famílias acusadas de estar a residir ilegalmente devem responder em tribunal e ser permitida que se defendam como a lei exige, um processo e procedimento judicial sério e justo.

Despejadas mais de 100 famílias da centralidade do Kilamba

Mais de cem famílias acusadas de estarem a residir ilegalmente na Centralidade do Kilamba, há um ano, começaram a ser despejadas a partir de hoje, quinta-feira, pela Polícia Nacional, por ordem judicial. De acordo com fonte policial citada pela Agência de Notícias de Angola, os agentes da corpo ração estão a cumprir com uma ordem do Ministério da Justiça, já que os supostos infractores foram notificados, no sentido de abandonarem os apartamentos num período de 24 horas, a contar do dia 08 do corrente mês.

Entretanto, estão a ser desalojadas as famílias residentes nos edifícios com a letra "W", com dez andares, onde os ocupantes são acusados de entrarem rompendo as fechaduras ou de outra forma fraudulenta, sem qualquer registo, nos ficheiros computadorizados da Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), antiga responsável pela venda dos apartamentos das centralidades.

O presidente da centralidade do Kilamba, Joaquim Israel, afirmou que a ordem de despejo é de responsabilidade do tribunal, por isso a administração não tem qualquer envolvimento na retirada destes moradores.

A administração não foi responsável pela comercialização das casas, então este tipo de acção foi responsabilidade da Sonip. Tomamos conhecimento que esta empresa há já um tempo estava a tratar de forma judicial de como retirar os infractores dos imóveis e chegou o momento", disse Joaquim Israel.

Por sua vez, o porta-voz da Sonip, Mateus Cristóvão, afirmou que esta a ser reposta a legalidades, pois um número elevado de apartamentos das centralidades do Kilamba, Zango e Cacucaco foram ocupados ilegalmente na passagem transferência para Imogestim.

Explicou que " muitas pessoas foram impedidas de entrar nos seus apartamentos porque foram ocupados ilegalmente, naturalmente o processo demorou algum tempo e o que esta a decorrer é só o resultado desta acção de reposição da legalidade"

Alguns moradores abrangido no processo disseram terem pago, por via banco o contrato, numa quantia de oito a 14 milhões de kwanzas.

No princípio do corrente ano a Polícia Nacional deteve uma rede de trabalhadores da Sonip sob

acusação de terem forjado contratos e facilitado a ocupação ilegal de mais de 100 apartamentos na Centralidade do Kilamba, cujos preços e modalidades implementadas não foram reveladas.

A Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip) iniciou, em 2012, a venda de habitações nas centralidades do Kilamba, Cacucaco, Capari, Km 44 e Zango (Condomínio Vida Pacífica).

As vendas foram processadas em Regime de Renda Resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos.

As habitações estiveram a disposição do público também em regime de arrendamento e de vendas a pronto pagamento.

## 6.12 Mau estado das vias provoca transtornos á população

*Jornal Manchete*

*14 De Novembro e 2014*

*Texto: Moreira Mário*

Ruas obstruídas ao trânsito automóvel devido a degradação avançada do saneamento básico, falta de iluminação, obras intermináveis ou abandonadas, são entre outros, os cenários que se verificam no dia a dia em muitas estradas de Luanda.

Todavia os cidadãos têm se queixado pelo estado crítico em que se apresentam as vias.

A situação se agrava com a chegada da época chuvosa, sobretudo naquelas que beneficiam de obras, o que torna impossível a circulação normal do trânsito.

Na rua Machado Saldanha, ao distrito do Kilamba Kiaxi, continua uma lástima, dizem os munícipes daquela circunscrição. Apesar dos vários apelos para quem de direito, no sentido de intervir para o melhoramento dela, mas a situação se mantém.

Nas mesmas condições se encontra a rua Ngola Kiluanje, a começar pelo bairro São Paulo, mas é na zona da Cipal, junto a passagem de nível até a rotunda da Cuca que a mesma está completamente esburacada. Os seus utentes consideram este perímetro como a mais crítica ao longo do referido troço, pois não tem hora em que o trânsito não fica congestionado.

Na estrada de Cacucaco, mais concretamente na zona da Refinaria de Luanda à Comarca Central de

Luanda, as obras decorrem a passos de camaleão a cerca de dois anos e meio. Desde que os trabalhos começaram a ser executada, até ao momento não há vestígios que apontem para a conclusão para breve da mesma.

Outras situações que também tem contribuído bastante para a degradação das estradas em Luanda são os problemas do saneamento básico. Muitas vias não beneficiam dos serviços de limpezas periódicas. Dai que se notam acumulação de lixo e grandes quantidades de areia nas bermas, para além das águas residuais que invadem os asfaltos provenientes de esgotos obstruídos de residências. A falta de manutenção das vias, bem como a ausência de iluminação são outros factores, os quais os interlocutores à reportagem do Manchete apontaram como sendo uma das principais causas dos acidentes. Por último, manifestaram a necessidade de verem as novas políticas do Executivo de descentralização, sejam viáveis na resolução dos problemas das vias secundárias e terciárias.

Falando à margem da reunião que juntou esta semana o Ministério da Construção, o Governo Provincial de Luanda e os administradores municipais, o ministro da Construção, Waldemar Pires, fez saber que a execução de obras das vias terciárias passam a partir de agora, sob a responsabilidade das administrações municipais.

Segundo o governante, a intenção visa implementar novas estratégias no sentido de se criar um plano de acção imediato e resolver a questão da imobilidade rodoviária na cidade de Luanda, passando desta forma, a descentralização dos órgãos do poder local.

Neste momento já foram estudadas as principais vias que causam constrangimentos no trânsito automóvel na cidade de Luanda, disse Waldemar Pires, acrescentando que as mesmas serão imediatamente inseridos no programa de desconcentração onde se destacam as estradas das zonas periféricas nomeadamente os troços Benfica, Viana, Cacucaco, as vias expressas Luanda/Viana e Luanda/Kifangondo, Estrada de Catete, a via que dá acesso ao Lar do Patriota, a Estrada Ngola Kiluanje, a Avenida Brasil que neste momento se encontra em obras e outras vias estruturantes já reabilitadas como as da Samba e 21 de Janeiro, mas que mesmas carecem de alguma intervenção visando a sua manutenção e conservação.

O encontro teve como pano de fundo, definir e atribuir limites de competências para as administrações municipais, no que diz respeito a execução de obras das vias terciárias.

## 6.13 Grupo empresarial investe nos móveis

*Jornal de Angola*

*17 De Novembro de 2014*

*Texto: Nilza Massango*

O governador de Malange, Norberto dos Santos, salientou sábado, em Luanda, a importância de se investir na exploração, produção e transformação da madeira no país.

Norberto dos Santos, que falava na inauguração da sede do Cipro Group pela Primeira-Dama, Ana Paula dos Santos, recordou que a província de Malange tem muita madeira e que a sua exploração é oportuna, pois o Governo gasta avultadas somas na aquisição de carteiras escolares.

O governador referiu que a produção de carteiras escolares é uma prioridade na província e que por isso é importante investir na produção e transformação da madeira e pensar na formação de quadros e criação de empregos.

"A província avança, a fabrica de açúcar já arrancou e em termos agrícolas, existem grandes empresas", afirmou.

O país, prosseguiu, continua a crescer e é hora de pensar na instalação de fábricas de moveis, o que é importante por permitir deixar de importar.

O presidente do Cipro Group disse que grande parte do mobiliário da empresa já é produzida em Angola e que a empresa tem já uma fábrica de serração, na qual trabalham mais de 150 angolanos.

Rui Ribeiro revelou que a intenção do grupo é produzir no país com a matéria-prima nacional e criar emprego. E que há quadros nacionais que em Portugal frequentam acções de formação. Na cerimonia de inauguração da sede do Cipro Group, no Pólo Industrial de Viana, estiveram presentes os ministros da Construção, Waldemar Pires, do Ambiente, Fátima Jardim, e das Pescas, Vitoria de Barros Neto.

Segundo dados a que o Jornal de Angola teve acesso junto de associações económicas, o país chega a gastar anualmente centenas de milhões de dólares na importação de mobiliário de países como a China, Dubai, Itália e Portugal. Com o potencial madeireiro existente, o país devia produzir para abastecer o mercado e exportar moveis de grande qualidade, disseram as fontes do Jornal de Angola.

Os artesãos nacionais são constantemente ameaçados e sufocados pela obra proveniente da indústria estrangeira.

Angola e a Ilha da Madeira vão ser parceiros de Cabo Verde na sociedade de gestão do Centro Internacional de Negócios (CIN) que o Governo da Praia está a criar em São Vicente.

O presidente da Cabo Verde Investimentos (CV Invest) disse que o CIN, que deve ser operacionalizado no princípio do próximo ano, constitui "um importante instrumento de diversificação económica" e vai permitir também diversificar a própria procura e atracção de investidores para as zonas francas em São Vicente.

José Duarte afirmou que o CIN, em "fase final de operacionalização", vai ser instalado no Mindelo, capital da ilha de São Vicente, ultrapassados "alguns reveses", o principal dos quais ligado a falta de entendimento com a Sociedade de Gestão do Lazareto, arredores da cidade, onde havia um grande parque industrial.

"A Câmara Municipal de São Vicente, as câmaras de comércio e o próprio Estado obtiveram um excelente entendimento no sentido de superarmos a questão da concessão de terrenos no Lazareto", referiu. Vamos recuperar, declarou, a zona industrial e os accionistas ser incluídos num veículo nacional que vai com participar na estrutura de capital da nova sociedade gestora do CIN.

O presidente da CV Invest disse que o CIN conta com dois parceiros internacionais, "a Madeira, com o seu veículo madeirense, e Angola, também com o seu veículo de investimento".

O CIN, sublinhou, tem três pilares, duas zonas francas, uma comercial e outra industrial.

## 6.14 Casas sociais em construção

*Jornal ee Angola*

*15 De Novembro de 2014*

O governador da província de Malanje, Norberto dos Santos procedeu no bairro da Quizanga, arredores da cidade de Malanje, ao lançamento da primeira pedra para a construção de 500 casas.

De acordo com o responsável da empresa construtora "Metrillin", Rogeiro Joaquim, numa primeira fase são erguidos apenas 200 fogos habitacionais, num espaço de 25 hectares e posteriormente as outras 300 casas.

O governador Norberto dos Santos referiu que as primeiras 200 casas foram ofertadas pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

O governo da província de Malanje já tem disponíveis os fundos para dar sequência à construção dos restantes fogos habitacionais.

### Garimpo de diamantes

Autoridades administrativas do município de Cahombo (135 quilómetros a norte da cidade de Malanje) estão preocupadas com a exploração ilícita de diamantes que se regista actualmente no sector de Cambo Camana.

A informação foi dada pelo administrador Francisco José, durante um encontro com as autoridades tradicionais, Polícia Nacional e membros da sociedade, que visou analisar a vida do município.

Francisco José afirmou que os munícipes devem cumprir o estabelecido na lei.

## 6.15 Requalificação dos arruamentos no Bairro Popular

*Jornal de Angola*

*20 De Novembro de 2014*

*Texto: Arcângela Rodrigues*

Maria Cambulo vive no bairro Popular há 17 anos, na Rua do Andulo. As obras criam muitos problemas mas ela diz que "o sofrimento vai acabar porque desde que vim morar nesta zona sempre tivemos problemas com a rede de esgotos".

O tempo da chuva "é de muito sofrimento porque as águas se acumulam na nossa rua e por não existir escoamento, invadem as casas", lamentou a moradora. Muitos moradores da zona são obrigados abandonar as suas casas inundadas e os estudantes do Instituto Médio de Economia do Kilamba-Kiayi também são obrigados a interromper as aulas.

"A falta de manutenção da vala de drenagem é outro problema, porque ela transborda e o lixo e as águas sujas invadem as casas e as ruas", acrescentou a moradora Maria Cambulo.

### Imagem melhorada

Luís André também morador no bairro Popular, na Rua de Almada, salientou que a melhoria das vias

secundárias e terciárias é benéfica porque vão acabar os problemas de saneamento básico: "vamos ter ruas e passeios em boas condições".

A iluminação pública também vai deixar de ser uma preocupação para os moradores do também conhecido por bairro neves Bendinha. A escuridão é amiga dos marginais e muitos moradores do antigo bairro de Luanda já foram vítimas de assaltos.

## 6.16 A espinhosa missão de urbanizar Luanda

*Jornal: Novo Jornal*  
*21 De Novembro de 2014*  
*Texto: António Nogueira*

Fundada a 25 de Janeiro de 1575, a cidade de Luanda completa no próximo ano o seu 439º aniversário. Conta com uma população de 6.542.944 habitantes, de acordo com os dados preliminares do censo 2014, recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (00).

Alias, este último dado, segundo especialistas na matéria, devera constituir-se no principal handicap da equipa técnica que trabalha no Plano Director de Luanda. Ou seja, o plano que esta a ser concebido terá de ter em linha de conta a explosão demográfica de que Luanda tem sido alvo, nos últimos tempos.

De acordo ainda com os dados do censo 2014, a cidade de Luanda concentra neste momento 26,8% por cento da população angolana. A capital do país apresenta uma densidade populacional de 34,4 pessoas por quilometro quadrado e também aqui onde se verifica a proporção mais alta da população em áreas urbanas (97,5%).

A questão do crescimento da população urbana tem sido motivo de preocupação das autoridades, que respondem pelo sector. Recentemente, por altura das comemorações do Dia Mundial das Cidades, assinalado a 31 de Outubro, o ministro do Urbanismo e Habitação, José da Conceição e Silva, reflectem isso mesmo.

"Há cem anos, os moradores das cidades eram uma minoria da população global, mas hoje, em consequência do rápido crescimento e desenvolvimento urbano, nas próximas décadas, a população urbana vai dobrar em numero, representando quase três quartos da população do mundo", disse então o governante.

. URBANIZAÇÃO EM AFRICA. .;

As maiores áreas urbanas da Africa já apresentam tais problemas. Segundo dados da ONU referentes a 2010, as maiores aglomerações urbanas do continente africano são, respectivamente as seguintes cidades: Cairo (Egipto), com mais de 11 milhões de pessoas; Lagos (Nigéria), com 10,5 milhões e com perspectivas de assumir o primeiro lugar em breve; Kinshasa (Republica Democrática do Congo), com 8,7 milhões; e Joanesburgo (Africa do Sul), com 7,2 milhões de habitantes.

Todas essas cidades apresentam, ainda segundo a ONU, mais de 70% de suas populações urbanas concentradas em subúrbios, favelas e áreas irregulares ou marginalizadas.

Dados divulgados pela revista The Economist prevêem que, entre 2010 e 2025, as cidades que mais aumentarão em populações serão:

Dar es Salaam (Tanzânia), Nairobi (Ouenia), Kinshasa (R. D. Congo) e Luanda (Angola).

Portanto, as perspectivas de problemas sócio-espaciais e até mesmo de convulsões sociais nessas cidades são muito grandes, a não ser que intervenções humanitárias, governamentais e internacionais actuem no sentido de amenizar os efeitos de uma urbanização acelerada nessas e em outras localidades do continente africano.

## E NO MUNDO

O mais recente relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) indica que a população mundial e cada vez mais urbana, sendo que mais de metade vive em zonas urbanizadas, as quais se pode juntar mais 2,5 mil milhões, em 2050.

Actualmente, 54% da população mundial vive em áreas urbanas, uma proporção que se espera venha a aumentar para 66% em 2050. As projecções mostram que a urbanização associada ao crescimento da população mundial poderá trazer mais 2,5 mil milhões de pessoas, para as populações urbanizadas em 2050, com quase 90 por cento do crescimento centrado na Ásia e Africa, de acordo com o último relatório da ONU sobre o assunto.

A edição de 2014, do relatório "Perspectivas da Urbanização Mundial" (World Urbanization Prospects) produzida pela Divisão das nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais (DESA), concluiu que o maior

crescimento urbano terá lugar na Índia, na China e na Nigéria.

Esses três países contarão com 37 por cento do crescimento urbano, projectado a nível da população mundial entre 2014 e 2050. Para 2050, espera-se que a Índia acrescente 404 milhões de habitantes nas cidades, a China 292 milhões e a Nigéria 212 milhões.

A população urbana a nível mundial tem crescido rapidamente, passando de 746 milhões em 1950, para 3,9 mil milhões em 2014. A Ásia, apesar do baixo nível de urbanização. Integra 53% da população urbana a nível mundial, seguida da Europa com 14% e a América Latina e nas Caraíbas com 13%.

Espera-se que em 2045, a população urbana a nível mundial ultrapasse os 6 mil milhões.

Muito do esperado crescimento urbano terá lugar nos países das regiões em desenvolvimento, particularmente África. Consequentemente, esses países enfrentarão inúmeros desafios para atender as necessidades do crescimento da população urbana, inclusive, para a habitação, para as infra-estruturas, transportes, energia e emprego, assim como para os serviços básicos como a educação e os serviços de saúde.

Plano Director de Luanda esta a ser coordenado pela empresa angolana Urbinveste. Inclui três planos de desenvolvimento da província de Luanda: o "Plano actual", "Luanda Este" e "Cidade Integrada", cada uma com as suas especificidades, tendo os responsáveis feito uma avaliação comparativa entre si.

A coordenadora do projecto, Neusa Inglês, considerou que as três opções tem múltiplas vantagens, tendo destacado "Luanda Este" e que de entre outras valências prevê expandir a cidade para Icolo e Bengo, até ao Bengo e tornar a interligação mais rápida com um sistema de comunicação e de transporte moderno e diversificado.

"Queremos, antes mesmo de terminarmos a primeira parte do plano, receber de todos o maior número possível de contribuições, para se encontrar as melhores soluções que venham satisfazer em pleno os cidadãos". Assinalou recentemente a responsável durante um evento, que visou a apresentação do projecto a imprensa.

De acordo com Neusa Inglês, todos os serviços necessários da vida normal do cidadão estão a ser acautelados nesse projecto, nomeadamente a construção de novas escolas, hospitais, serviços de saneamento, transportes públicos centros de

comércio, captação. Tratamento e distribuição de água, produção de energia, bem como a promoção de empregos próximo das zonas de residências.

A arquitecta e de opinião que se proteja o vale do Rio Cuanza e a Ilha do Mussulo, por se tratar de pontos atractivos para turistas, assim como desaconselha a atribuição de apartamentos em edifícios de mais de 12 andares, devido ao alargamento das famílias angolanas.

Na ocasião Neusa Inglês reiterou que a primeira fase do Plano Metropolitano da Província de Luanda será concluída no primeiro semestre de 2015.

A elaboração do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda começou em Dezembro de 2013, de acordo com a sua coordenadora, esta a decorrer como o previsto. Na primeira fase foram recolhidas informações e planos estratégicos em todas vertentes do desenvolvimento de Luanda, como a parte urbanística, infra-estruturas, equipamentos sociais e económicos, de forma a dar-se uma solução orientadora e estratégica para uma visão até 2030.

Neusa Inglês fez saber, que tudo esta a ser feito para que o projecto seja auto sustentável para suportar as suas despesas, entre as quais, ir em busca de meios financeiros no exterior do país ou a nível local.

Informou que para o êxito desta tarefa, estão empenhados todos os organismos privados, ministeriais, gabinetes de reconversão urbana e empresas contratadas para elaboração de planos municipais. "O projecto é composto entre outros, por pólos de centros históricos, corredor de desenvolvimento, áreas residenciais, industriais, educativas, culturais, de saúde, hotelaria, turismo e administrativas", indicou.

Sobre a rede viária e transportes públicos, apontou que constam do plano director a construção de estradas primárias, secundárias e terciárias, bem como estações principais (paragens de transportes), vias de alta velocidade, redes ferroviárias locais, vias rápidas de autocarros e marítima.

Na ocasião, o director do Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga, Bento Soito, também falou a imprensa, tendo ressaltado ser importante analisar qual das três estratégias de construção da metrópole de Luanda é a melhor,

"É prematuro, dizer qual é a melhor opção de construção. Para o Cazenga e Sambizanga, a estratégia esta traçada, Pretendemos numa primeira

fase, fazer o realojamento deslocado para implantar as primeiras infra-estruturas e equipamentos sociais, mas sempre com a possibilidade dos cidadãos retornarem aos seus lugares de origem", disse na ocasião.

O responsável adiantou ainda que nesta fase de concepção do plano, o importante é saber as definições estratégicas do desenvolvimento da cidade, a integração com as zonas circundantes e as províncias mais próximas, os eixos, a mobilidade, o uso e a integração dos vários sectores da vida económica.

### 6.17 Compradores continuam à espera das suas habitações na centralidade do Kilamba

*Semanário Angolense*

22 De Novembro de 2014

Texto: Ilídio Manuel

Cinco meses depois de o Despacho Presidencial n.º 131/14, de 11 de Junho, ter ordenado a Imogestim para suceder a Sonip na gestão das Novas Centralidades e Projectos Habitacionais do Estado, milhares de pessoas continuam a espera das suas habitações na nova Centralidade do Kilamba.

Dados disponíveis dão conta que o processo de transferência de pastas entre as duas instituições ainda não foi concluído, uma situação que tem vindo a causar um certo clima de mal-estar entre os inquilinos-compradores das referidas moradias.

«Dentre os milhares de inquilinos, muitos estão desesperados com o receio de não receberem as suas casas. Há suspeitas de que as mesmas venham a ser entregues a outras pessoas como, aliás, já aconteceu em situações anteriores», queixa-se um candidato a compra de uma casa naquela centralidade, que já efectuou o pagamento de um ano de rendas, mas que prefere falar na condição de não ser identificado.

O Semanário Angolense tem conhecimento da existência de uma Comissão de moradores denominada «2888», que surgiu em tempos para defender os interesses dos compradores-inquilinos, bem como servir de elo de ligação entre estes e a Imogestim.

O número «2888» é bastante sugestivo, já que se refere a quantidade de indivíduos que, apesar de terem honrado com o pagamento das suas rendas por

um período de um ano, não forem contemplados na venda de habitações.

Mas soube-se que este número está longe de corresponder à realidade, já que existem mais inquilinos-compradores que não figuram entre os 2888 da primeira fase de vendas.

Uma fonte da referida Comissão revelou ao Semanário Angolense que estas cifras referem-se apenas às pessoas cujos nomes foram publicados no Jornal de Angola, mas que não contemplava os demais que apresentaram as suas reclamações directamente à Sonip, após a divulgação das referidas listas.

Ha cerca de um ano, quando ainda o processo que se encontrava sob gestão da Sonip, esta empresa do ramo imobiliário da Sonangol, havia solicitado aos inquilinos que tinham sido preteridos para apresentarem as suas reclamações junto da empresa Delta, sua subcontratada. De lá para cá, não se tem informado do que foi feito com as reclamações apresentadas pelos inquilinos.

### 6.18 Banco concede crédito para imobiliária

*Jornal de Angola*

26 De Novembro de 2014

O Banco Industrial e Comercial da China concedeu um empréstimo de 120 milhões de dólares (12 mil milhões de kwanzas) a Angola para ser aplicado no financiamento de um projecto imobiliário nos arredores de Luanda.

O crédito, refere um despacho presidencial, destina-se à execução do projecto relativo ao contrato de empreitada de construção das infra-estruturas do perímetro desanexado do Futungo de Belas - Fase I.

Trata-se de uma área de 537 hectares, a 11 quilómetros de Luanda, em três fases de desenvolvimento, que foi objecto de um plano de ordenamento urbano a concretizar em dez anos, sobretudo assente no aproveitamento turístico.

No lançamento público, em 2010 o custo do projecto foi estimado em 150 milhões de dólares (15 mil milhões de kwanzas). Além de habitação, equipamentos desportivos e turísticos e de comércio, o projecto prevê a reparação e construção de infra-estruturas de apoio, como abastecimento de água potável, electricidade e rede de saneamento básico.

## 6.19 Mercado ganha mais residências

*Jornal de Angola*  
28 De Novembro de 2014  
Texto: Yola do Carmo

Cerca de 9.500 residências construídas no âmbito do subprograma de 200 fogos por município serão comercializadas em todo o território nacional, nos próximos meses.

A informação foi avançada pelo director do Instituto Nacional da Habitação (INH), João Paulo, quando discursava no I conselho directivo alargado da instituição, que a cidade de Luanda acolheu recentemente.

De acordo com director, o processo de comercialização do subprograma a terá início nos próximos dias, com a disponibilização de residências que possuem todas infra-estruturas, tais como água, energia elétrica e rede de saneamento básico.

Acrescentou que as casas serão comercializadas no sistema de renda a resolúvel, no valor de 4 milhões de kwanzas, a serem pagos durante 30 anos. Entre os beneficiários, os quadros da polícia, saúde, educação e das Forças Armadas Angolanas destacam-se.

"A orientação é para iniciarmos já com as vendas, estamos neste encontro com os chefes dos departamentos provinciais para analisar e criar condições para a operacionalização do processo de comercialização", disse.

O responsável referiu ainda, que a construção de 200 fogos em cada município do país, excepto a província de Luanda, surge do défice verificado das circunscrições longínquas das estruturas habitacionais.

O projecto é uma iniciativa do Executivo angolano no quadro do programa nacional de urbanismo e habitação, e constem igualmente do programa a construção das novas centralidades nas 18 províncias.

### Progressos

No quadro deste subprograma, um total de 13.600 casas estão a ser erguidas na província do Huambo, sendo 1.600 nos municípios do Ucuma, Chinjenje, Longonjo, Cachiungo, Chical Cholohanga, Mungo, Ecutunha e Londuimbali.

Cerca de 3.000 estão a ser construídas no município do Bailundo, 4.000 na Caála, Na província do Zaire, perto de 35 casas sociais foram entregues, este ano,

aos jovens do município do Nóqui. As referidas residências fazem parte do projecto de construção de 200 fogos habitacionais em cada município.

## 6.20 Futura cidade Praia de Santiago

*Novo Jornal*  
28 De Novembro de 2014

Angola continua a registar o florescimento de projectos e iniciativas publicas e privadas demonstrativas da dinamica de um país em franco desenvolvimento. Aparentemente em contra drculo economico, quando se faz ainda um balance da grave crise que ainda afecta a economia global, e enquanto países da Europa com grande historia procuram solucoes para fazer renascer quase das cinzas as suas economias, Angola continua a desenhar os traces do futuro, e cada vez mais atraves da iniciativa privada, levando que estes agentes se alinhem nas fileiras da politica governamental para o desenvolvimento, materia lizando projectos que visam a concretizacao de politicas sectoriais, nomeadamente os pianos de desenvolvimento sustentado, e desenham uma nova era. Angola ja nao se limita a politica da reconstrucao nacional, mas projects-se cada vez mais no futuro, atraves do dorninio do conhecimento e da tecnica, dando lugar ao aparecimento de projectos de grande envergadura como este que surpreendentemente vos damos hoje a conhecer.

A "Cidade da Praia de Santiago" apresenta-se como e um amplo projecto urbano orientado segundo prindpios de reservacao ambiental, que integra as vertentes de habitacao, comercio e services, varios complexos turfsticos de grandes dirnensoes, campo de golf de 18 buracos com capacidade para acolher provas do circuito internacional, modernos edificios administrativos e corporativos. A este manancial junta-se a area multifuncional que agrega varies complexos de ensino, centros empresariais, incubadora de empresas, parque de exposicoes, duas marinas atlanticas, heliportos, centro hospitalar, espacos culturais e desportivos, casinos, tudo integrado numa malha urbana que privilegia as espacos verdes e mais de 5 kms de zona balnear, e ainda a maior parque de diversoes de Africa.

As areas residenciais junta-se um programa turistico bastante complexo, transformando-se num grande polo turlstico, composto pela crlacao de unidades hoteleiras de referenda, uma trilogia unica, que congrega turismo de massas, internacional e nacional, com a criacao do maior parque de diversoes de Africa, um campo de golfe com 18 buracos, desta



forma criando milhares de pastas de trabalho directos e indirectos.

A estas valencias juntam-se ainda, uma plataforma multifuncional projectada para constituir um "cluster" empresarial, tecnologico e logfstico, preparado para as desafios das novas eras, procurando colocar Angola no mapa do desenvolvimento tecnologico africa no.

Tudo isto se desenvolve numa area urbana que permite a coabitacao destas diferentes actividades com a total respeito das preocupacoes ambientais, e proporcionando um ordenamento territorial organizado, onde a relacao com a mar culmina com criação de duas marinas, totalmente inseridas na logica de uma cidade atlantica, que conta com cerca de 5 kms de praia.

Numa frente maritima que da lugar a uma imagem urbana surreal ista, onde se destaca a relacao entre dificios corporativos, residenciais, a praia e as "resorts", numa imagem de conjunto que nos tras a memoria exemplos como a Dubai ...

Este conjunto urbano contempla ainda a crlacao de um centro de negocios, proporcionando uma plataforma de fixacao de grandes empresas nas areas financeira e serviços globais, catalisando e projectando as actividades economicas e financeiras.

A cerca de 16 km's de Luanda, as solucoes de transportes desempenham um papel fundamental, permitindo uma liga~ao maritima englobada no mapa de transportes de Luanda, a ligação por via aérea através de hellportos, complementando o papel das infra-estruturas terrestres ja existentes, dada a sua localizacao privilegiada. Factor preponderante na circulação de pessoas e bens.

Contribui para isto, o facto de se localizer no ponto intermedio entre o actual porto de Luanda, o futuro porto de aguas profundas do Dande, e a ligação directa ao futuro aeroporto internacional, fazendo desta uma localizacao por excelencia para os variados fins.

Parece desta forma, que cada vez mais se legitima a exequibilidade do plano de desenvolvimento e sustentabilidade de Luanda, na sua vertente de expansão a norte da Capital, dando lugar a um núcleo urbano que prima pela sua singularidade e prestígio.

A execução deste projecto deve-se ao talento e ao empenho de uma equipa multidisciplinar, que leva a cabo a planificacao deste empreendimento, cuja inicio tem lugar na visão de um empresário Angola no que se apresenta como um empreendedor, que inicia o processo em 2007, cuja fase de estudo ja conhecemos.

a engenheiro Joaquim Fernandes, detentor dos direitos superficiarios da area envolvida, pelo Ministerlo do Urbanismo e Habitacao, e no ambito da sua actividade empresarial que desenvolve no capitulo da construcao e obras publicas, reúne uma equipa de projectistas, aqui liderada pelo arquitecto Adelino Barreiros, que vem desenvolvendo os estudos inerentes a este projecto. Surpreende que neste caso exista capacidade instalada numa empresa angolana para a execucao de um projecto desta envergadura.

Ao caracter visionario reconhecides, junta-se odinamismo da empresa Aluperfil, que a partir da sua sede no Cacucaco, desenvolve varios projectos, tambem dos quais podemos destacar o Centro Empresarial do Cacucaco - Cacucaco Business Park - e dentro do capitulo das obras publicas temos o exemplo dos mercados como o Mercado do Artesanato do Cacucaco, Mercado do Kifangondo, entre outras

#### Programa de Controlo Ambiental

Em plena Costa Atlantica, a linha de costa compreende a Praia, Marina, Avenida Atlantica, Espacos de fruição e lazer, Edificios Corporativos, Comercio, Habitacao e Heliporto, A Baixa, organizada segundo uma Praca Pedonal, engloba Hotels, Comercio/Servicos e Habitacao, GOLF RESIDENCE - inserido num campo de golfe oficial de 18 buracos, surge o nucleo habitacional, conciliando: Desporto, Lazer, Qualidade de Vida.

A sua localizacao permite desfrutar da proximidade do mar, aliando a vivencia privada as caracteristicas de um campo de golfe com capacidade para acolher provas do circuito internacional.

A oferta habitacional multiplica-se por solucoes de habitacao coletiva, condominios ternaticos e habitacao unifamiliar.

A cada solucao corresponde uma morfologia propria de acordo com o tecido urbano e paisagem natural. Sao exemplo disso os nucleos: Casas do Rio, Casas de Golfe, Patios de Santiago, Condominio Marina, Varandas de Santiago ...

a potencial turistico do empreendimento, baseado no privilegio da sua frente maritima singular, favorece a irnplantacao de unidades hoteleiras e serviços satelites de elevado nivel.

A ligacao maritima e helitransporte, fazem desta frente oceanica um destino unico na area metropolitana de Luanda.

A proximidade do futuro porto de aguas profundas e a rede viaria existente e prevista, sao facto respreponderantes na estrategia de criacao de um polo logstico, comercial e industrial.

A coabitacao com os services e a mancha habitacional, permitem a sinergia entre a cidade e os polos de desenvolvimento cientffico, logstico, comercial e industrial.

## 7. TERRA

### 7.1 Formacao e trabalhos no terreno arrancam em breve

*Jornal de Angola*  
04 Novembro de 2014

Os dados foram apresentados pelo engenheiro Francisco Cuervo Ania, director do consorcio responsavel pela pesquisa, formado pelo Instituto Geologico e Mineiro de Espanha, Laboratorio Nacional de Energia e Geologia de Portugal e a empresa de assistencia tecnica integral Impulso Industrial Alternativo.

Francisco Cuervo Ania, falando a imprensa durante a visita dos ministros da Geologia e Minas e do Ensino Superior, Francisco Queiroz e Adao do Nascimento, na Feira Internacional de Minas, afirmou que ainda antes do final deste ana arranca o plano de formacao e capacitacao associado ao PLANAGEO, assim como os trabalhos de geologia de campo na primeira zona, na provincia do Namibe.

o consorcio e responsavel pela pesquisa de 37,5 por cento da extensao territorial do pais (zona sudoeste), abrangendo as provincias do Cuanza SuI, Benguela, Namibe, Cunene, Cuando Cubango, Huila, Huambo e Bie. O contrato ascende a 115 milhoes de dolares e representa cinco anos de trabalho, incidindo na respectiva engenharia associada. Considerado o primeiro levantamento geologico a nivel de Africa, o PLANAGEO esta a ser desenvolvido pela Empresa chinesa Citic, que e responsavel por 25 por cento da area total, pela brasileira Costa e Negocios (37,5 por cento) e pelo consorcio formado pelas empresas Impulso, Instituto Geologico e Mineiro de Espanha e o Laboratorio Nacional de Energia e Geologia de Portugal, que detem os restantes 37,5 por cento.

o PLANAGEO e uma iniciativa de investigacao cientifica que tem como objectivo ampliar o conhecimento geologico do territorio nacional e consequentemente aferir o real potencial mineiro do pais, atravez de avioes que tao a sobrevoar as 18 provincias do pais nos proximos cinco anos.

Por abranger todo o pais, estao integrados varios departamentos ministeriais: Ministerio da Geologia e Minas (coordenacao), Financas (financiamento), Relacoes Exteriores (levantamentos aerogeofisicos nas zonas fronteiricas com a RDC, Republica do Congo, Zambia e Namibia podem levantar questoes), Energia e Aguas (aguas subterraneas), Ambiente

(questoes ambientais), Ensino Superior (certificacao de formandos), Ciencia e Tecnologias (certificacao de sistemas), Construcao (fiscalizacao de obras), Transportes (avioes, aeroportos e aerodromes), Comunicacao Social (divulgaao do plano), Reinsercao Social (desminagem), Defesa (relativamente aos voos em areas reservadas ou militares) e Interior (seguranca de equipa de geologos).

A coordenacao do PLANAGEO conta ainda com a cooperacao dos Governos Provinciais e de laboratorios de certificacao, o que leva ao estudo de mecanismos de articulacao entre o Instituto Geologico de Angola (IGEO), Universidade Agostinho Neto, Laboratorio de Engenharia de Angola e Instituto Angolano de Normalizacao e Qualidade (IANORQ).

Enquadrado no Programa Nacional de Desenvolvimento 2013/2017, o PLANAGEO resulta de uma estrategia do Titular do Poder Executivo sobre o desenvolvimento do sector mineiro angolano e visa a diversificacao da exploracao mineira, o aumento das receitas fiscais e patrimoniais do Estado provenientes do sector mineiro e o aumento consideravel de postos de trabalho, com vista a combater a pobreza e a melhorar as condicoes de vida da populacao.

### 7.2 Associação NGWAMI MAKÁ e Fiscalização do Governo Provincial de Luanda em braço de ferro

*Jornal O Continente*  
07 De Novembro de 2014  
Texto:Joao Nhangá

A situacao veio a tona num encontro mantido com os referidos proprietarios de terrenos que falaram recentemente ao semanario continente. Segundo eles a situacao regista-se quase em todos os municipios da cidade capital com maior realce para, Viana, Cacuaco, Belas, o que constitui uma grande preocupacao aos municipes, uma vez que tern interrompido as suas actividades do campo. A fonte frisou por outro lado que muitos cidadaos sem emprego criarem areas para actividades agriha longos anos tern naqueles terrecolas de formas a nao se dar ferias as nos uma forma de sobreviverem sus- panelas", clamaram. Por seu tumo tentando varias familias. "Apela Jose Maria, presidente da Ngwami mos a quem de direito no

sentido de Maka (Associação dos camponeses), e Belas. José Maria preocupado com a associação que dirige que sofre sempre a expropriação de terrenos, disse ao semanário continente que a um tempo a esta parte tem recebido queixas por parte de alguns camponeses, dizendo que elementos afectos a fiscalização de muitos municípios tem estado a encomodar os camponeses que tem cultivado os seus produtos nas zonas do Kiguxi II, junto ao Calengue, Calumbo e Born Jesus. "Uma das situações que também nos preocupa é o facto de alguns indivíduos afectos apontou a Administração comunal ao Governo Provincial terem a partir de Calumbo como tendo sido produzidos com documentos falsos cujas protagonistas dos problemas de terrenos assinaturas sac de antigos administradores aos camponeses pertencentes que já não exercem as suas funções ao município de Viana, Cacucos." funcoes.

### 7.3 Milhares de casas em construção na provincial

*Jornal de Angola*

*08 De Novembro de 2014*

*Texto: Joaquim Junior*

A reserva fundiária do Catapa, no Uíge, tem em construção infra-estruturas básicas e esta a ser feito loteamento de terrenos para autoconstrução dirigida, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento, projectado para o sector do Urbanismo e Habitação na provincial.

No local estão a ser feitos trabalhos de remoção de terra e nivelamento dos terrenos, que vão facilitar a construção das redes eléctrica e de água, e os sistemas de telecomunicações,

o engenheiro António Vicente Lima, da Direcção Nacional do Urbanismo e Habitação e coordenador do projecto, disse ao Jornal de Angola que "nesta primeira fase, estão a ser construídas as redes de saneamento, de telecomunicações, energia eléctrica e estação de tratamento de água, além dos loteamentos para a autoconstrução dirigida", disse.

A partir de Outubro de 2015 vão estar disponíveis lotes para construção de casas de renda alta; baixa e média.

Nessa altura também vão ser criadas as redes de saneamento básico, electricidade, sistemas de abastecimento de água potável e arruamentos.

António Vicente Lima explicou que o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação traduz um

processo sustentado de requalificação e expansão ordenada do sistema urbano e do parque habitacional em todo o território. o objectivo é criar zonas verdes e proporcionar melhores

condições de vida aos cidadãos. o projecto contempla lotes para 3.227 habitações, 1.220 para serviços comerciais e 200 destinados à área industrial, podendo acolher mais de cinco mil famílias. o chefe do departamento de produção da ANGOLAC, responsável pelo loteamento da reserva fundiária, Bruno Serra, disse que neste momento decorrem os trabalhos preliminares de abertura das ruas que circundam os lotes, colocação de sistemas de drenagem das águas residuais e pluviais, e remoção das terras.

o empreiteiro referiu que o projecto de infra-estruturas básicas na reserva do Catapa inclui a abertura de uma rede viária que vai ligar a urbanização ao centro da cidade e à Estrada Nacional 225 que liga o Uíge a Luanda. O objectivo é melhorar significativamente o tráfego automóvel.

Bruno Serra explicou que uma boa parte dos lotes vão ser atribuídos aos promotores imobiliários, para construção de prédios com tipologia definida no projecto, para serem comercializados e arrendados. Outros lotes vão servir para a construção de habitações multifamiliares, com tipologias diferentes, e para construção de lojas.

o chefe do departamento de produção do Grupo ANGOLAC que também participa na execução das obras de edificação da Centralidade do Quilomosso informou que mais de 200 jovens trabalham no projecto do Catapa.

A empresa deu emprego a especialistas em administração empresarial, qualidade ambiental e segurança, mecânica, serralheira, carpintaria, pintura, electricidade, pedreiros, ladrilhadores e manobreadores de gruas.

### 7.4 O reacender dos conflitos de terra

*Semanário A Capital*

*15 De Novembro de 2014*

*Texto: Marcos António*

Que o Governo de Benguela tenciona colocar no Cubal um porto seco, na perspectiva de descongestionar o do Lobito, recentemente augurado pelo Presidente da República, há muito que se sabia, daí que as últimas declarações de Isaac dos Anjos, se

bem que oportunas e carregadas de optimismo, não mereciam tanta relevância quando analisado o lado oculto da questão. O que não se sabe, distante ou mesmo fora da agenda da comunicação social, tendo em conta o que vem sendo mostrado, e que o porto seco e os outros empreendimentos delineados implicarão a expropriação de 143 famílias camponesas.

Esta situação, equiparada ao que se pode chamar de braço-de-ferro, motivou já sucessivos casos de conflitos de terras, tendo o mais saliente sido registado quando as máquinas do Governo destruíram campos de cultivo, arrasando quantidades consideráveis de mandioca. A Losseta, área eleita pelas autoridades, 10 quilómetros a Norte da cidade do Cubal, e habitada por centenas de antigos militares que vivem da agricultura. A estrutura portuária gizada pelo Governo, que devera ter a companhia de uma centralidade, serviços de saúde, escolas e áreas recreativas e de lazer, não é bem encarada pela população, que se sente na rota da exclusão, o semanário.

A Capital, de visita ao local em Agosto ultima, tem o registo das larmirias de Paulino Tchiteculo e Júlio Ndiero. As autoridades passam ao lado de um drama que já não pode ser camuflado, ao passo que as famílias camponesas, ali instaladas há cerca de 30 anos dizem que não foram consultadas. "Não fomos ouvidos", resumiu Júlio Ndiero, um dos camponeses que se viram surpreendidos com a chegada das máquinas que foram travadas no dia em que tentavam avançar com trabalhos preliminares. Depois de algum tempo estacionado, com forme constatou.

Este jornal na altura da deslocação Losseta, o equipamento terá regressado a carga, uma vez que, segundo as últimas informações, esta a abri picadas. As fontes do A Capital prometem fornecer mais elementos na próximas horas, mas o dado a reter incontornável, e que as referencias do governador de Benguela há uma semana, trazem de volta os fantasmas dum problema que leva o município do Cubal deputados do MPLA e da UNITA. "Todas as famílias têm áreas para o cultivo e pequenos currais, algo que não se altera de forma repentina, e necessário muito dialogo", afirmou Paulino Tchiteco. De volta ao contacto com Júlio, soubemos que as pessoas estão tristes vivendo numa incógnita em relação ao que o futuro reserva. O milho e o feijão são as outras culturas favoritas.

E dentro deste contexto que o Eng. Isaac dos Anjos reforça a ideia de uma zona industria região, ajustada volume de negócios que o CFB vai proporciona

"Assim será em relação as mercadorias a importadas e a exportar. A economia deve avançar para o interior", aponta o governante, que sonha com um Cubal a assumir o papel de pólo de distribuição comercialização de bens e serviços. Convida a emitir uma opinião, consultor social João Miselo da Silva funcionário da Organização Humanitária Internacional (OHI) afirmou que o projecto deveria ter sido antecedido de uma consulta pública, com resultados que preveniriam conflitos de terra.

Defensor de mecanismos legais artigo 16 do regulamento de concessão de terras em nome do uso e gestão dos solos, o consultor lembra, reconheceu o deputado Filipe Domingos, do MPIA, que a agricultura de subsistência constitui o garante para as centenas de famílias que aí residem. "O Governo deve dialogar, ainda ha tempo para esta abertura. Indemnização será incontornável, porque as pessoas, onde quer que estejam, terão de viver de forma condigna", afiançou.

## 7.5 Famílias expulsas das salinas do lobito para darem lugar a projecto imobiliário

*Semanário Angolense*

*15 De Novembro de 2014*

*Texto: Nelson*

Mais de 60 famílias que se dedicam Manos a exploração de sal no município do Lobito,

Província de Benguela, estão a ser expulsas das salinas pela administracao municipal sem qualquer indemnização nem aviso prévio, Presume-se que estas famílias estejam a ser expulsas para darem lugar a um projecto imobiliário de carácter privado, cujos proprietários, ate ao fecho desta sua edição, o Semanário Angolense (SA) não conseguira apurar.

Segundo alguns desses populares, que sobrevivem da exploração de sal natural naquela área, adjacente ao Bairro da Cabaia, na sua maioria eles foram parar aquela zona depois de lhes terem sido retiradas as suas lavras. E foi nas salinas que encontraram uma fonte alternativa de sustento para poderem alimentar os seus filhos e mandá-los para a escola.

O jovem Horácio Kambuta, 36 anos, e um dos chefes de família que tem nas salinas da Cabaia o ganha-pão para sustentabilidade dos seus filhos, esposa e alguns parentes chegados.

Diz com tristeza que as autoridades do município do Lobito, por intermédio duma firma privada, tem estado a entulhar as salinas sem dar a mais pequena explicação a população que explora aquelas áreas há mais de duas décadas, tendo assim algum tipo de direitos adquiridos sobre essas terras.

«Estão a entulhar as nossas próprias salinas sem nos indemnizarem. As salinas são os nossos fundos. A maior parte da população que esta cá sobrevive das salinas», explica o jovem.

«Sentimo-nos desprezados»

Indignado, Horácio Kambuta questiona as autoridades governamentais, sobretudo ao administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo Segunda, se com esta acção não estariam a combater os pobres ao invés da pobreza.

«E como se não fossemos angolanos ou nem pertencêssemos a mesma Angola, como se não fossemos filhos do próprio país. Sentimo-nos desprezados porque eles (governantes) não respeitam os próprios angolanos», lamenta o jovem salineiro.

Em seguida, Horácio Kambuta faz menção a um discurso do Presidente da Republica, sobre a erradicação da pobreza, isto para argumentar de que a acção coordenada entre a administração municipal do Lobito e uma empresa privada ainda por apurar vai contra o conteúdo e o espírito das declarações do Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, sobre o problema da miséria no país.

«Num dos seus discursos, o Presidente falou em erradicar a pobreza e não expulsar os pobres das suas terras para que se tornem ainda mais pobres», lamentou.

Já José Manuel, 63 anos, que ate aqui também sobrevivia da exploração de sal natural, vê mais uma vez agravada a sua situação social e economia, depois de já ter sido desapropriado da sua lavra. O antigo combatente lamenta profundamente a «atitude musculada das autoridades local por mais esta expropriação de que foi vítima.

«Estamos cansados de sermos tratados como se fossemos animais. Nos também somos pessoas como eles e temos o direito de viver. Mas, parece que querem nos matar a fome», contesta o ancião.

Para o veterano de guerra e da pátria, muito mais do que criticar o administrador municipal do Lobito, a culpa deve recair ao partido governante, O MPLA.

«O governo e dirigido pelo MPLA, o MPLA é o povo e o povo é o MPLA. O povo votou no MPLA. Agora, como e possível que todas estas famílias que se encontram aqui, onde têm as suas parcelas, não tenham sido indemnizadas?», questiona José Manuel.

OMUNGA na área

O caso esta a ser acompanhado pela organização não governa mental OMUNGA. Esta associação da sociedade civil considera que, em primeiro lugar, deveria ser feito um estudo de impacto ambiental antes de se proceder ao entulhamento das salinas do Lobito.

A ONG angolana acredita que a produção de sal natural marinho deveria ser protegida e que a zona deveria ser classificada como de interesse ecológico.

Por outro lado, essa associação de defesa dos Direitos Humanos, com sede no Lobito, província de Benguela, entende que qualquer acção das autoridades não deve perder de vista o facto de a zona ser a única fonte de rendimento para muitas famílias.

Contactado por este jornal, o administrador municipal do Lobito, Amaro Ricardo Segunda, não quis prestar qualquer esclarecimento. Em conversa breve ao telefone com o jornalista, o edil disse apenas o seguinte: «Pode fazer o seu trabalho, que nos não temos nada a comentar»

## 7.6 Terreno em litígio na zona do Benfica

*Jornal: Semanário Angolense*

*15 De Novembro de 2014*

*Texto: João Silva*

Alguns elementos ligados as Forças Armadas Angolana (FAA), estão em litígio com os filhos do falecido João Mendes Vicente, ex-tenente-coronel das antigas FAPLA, por causa de um terreno de 21,5 hectares, localizado na zona do Benfica, município de Belas.

No dia 10 do corrente mes, alguns filhos de João Mendes Vicente (já falecido) contactaram o Semanário Angolense (SA), no sentido de mostrarem o seu descontentamento pelo que esta a acontecer e apresentaram documentos que certificam que o terreno lhes pertence.

Indignados com a situação, afirmam que o terreno foi comprado pelo pai, com o objectivo de constituírem

no mesmo uma empresa. Segundo Carlos da Costa Vicente, filho mais velho, o terreno esta registado desde 1990 e tem em posse todos os documentos que comprovam serem proprietários legítimos.

Carlos explica que foi no dia 04 de Setembro do corrente ano que surgiu um tenente-coronel das Forças Armadas Angolana (FAA), que se faz passar como representante de um general, alegando que o referido terreno pertence ao mesmo, o que deixou Carlos perplexo, uma vez que encontra-se em sua posse toda a documentação legal deixada pelo pai e atesta quem são os verdadeiros proprietários.

Foram feitas várias diligências, sem no entanto obterem repostas plausíveis por parte dos órgãos competentes. O primeiro encontro que tiveram com um coronel, chefe da Casa Militar, em que esteve presente o tal representante do general, para confrontar os documentos e dar razão ao verdadeiro proprietário, não teve êxito.

A tenente-coronel, representante do general, recusou-se em apresentar os documentos alegando serem confidenciais, para espanto de Carlos que questiona como pode alguém que diz ser dono de algo, não mostrar a prova.

Assim sendo, o caso foi transferido para instâncias superiores, mas nem com isso se resolveu, frisou Carlos da Costa Mendes. As únicas repostas que recebem do tenente-coronel são ameaças veladas e afirmações do género: «Podem queixar-se onde quiserem que isso não vai dar em nada».

A SA foi até ao terreno e constatou que no local foi colocada uma tenda onde encontram-se elementos das Forças Armadas a protegerem o espaço e, como se não bastasse, a parte de frente do terreno já foi coberta com chapas, ao ponto de fechar a rua por onde circulam peões e viaturas. Por outro lado, é triste ver-se militares das Forças Armadas, que deviam estar a cumprir outras actividades mais em conta com a sua natureza, transformados em simples marionetas, a guardarem terrenos, por pura ambição dos seus chefes.

A reportagem do SA tentou encontrar o senhor Eurico, umas das pessoas que esta a acompanhar o assunto, mas apenas se conseguiu o contacto telefónico. No dia 11 do corrente mes, o repórter teve alguns minutos de conversa com o mesmo e, segundo as suas explicações, o terreno em causa tem sido reivindicado por varias pessoas com documentos falsos que alegam que o terreno e sua propriedade.

Para ele, os irmãos que alegam serem proprietários do terreno por morte do pai, também podem ser como os outros. Quando lhe foi posta a questão dos documentos originais que os irmãos possuem e que podem ser confirmados nas instancias competentes, ante os «documentos confidenciais» que diz ter, o interlocutor disse que não pode falar nada por não ser a pessoa indicada para esclarecer o assunto em questão, Quanto a família, apela as instancias superiores para que se faça justiça mas, como disseram, «estamos perante mais um caso em que a corda rebenta no lado mais fraco, apesar da sua razão. Infelizmente este o país que temos em que meia dúzia de pessoas arvoram-se em donos de tudo e todos e o povo e simplesmente espezinhado», desabafaram agastados.

## 7.7 Administração entrega lotes para a autoconstrução

*Jornal de Angola*

*18 De Novembro de 2014*

*Texto: Isidoro Samutula*

O administrador municipal do Chitato, José dos Santos Rosa, garantiu que em Dezembro começam a ser distribuídos terrenos para a autoconstrução dirigida na reserva fundiária do Chitato 2, a três mil cidadãos da cidade do Dundo.

Todos os aspectos burocráticos que permitem a tramitação processual foram ultrapassados, para que o processo possa decorrer sem sobressaltos.

José dos Santos Rosa esclareceu que os três mil processos vão ser atendidos de forma faseada, tendo em conta o trabalho de loteamento em curso e lembrou que a concessão de parcelas de terreno para a construção de distintos edifícios, para habitação ou empreendimentos privados, obedece a um conjunto de parâmetros, sobretudo a apresentação de projectos junto à Administração Municipal do Chitato, para aprovação, de modo a que as coisas fluam de maneira estruturada e organizada.

O director provincial da Lunda Norte do Ordenamento do Território, Lázaro Celestino, disse que a reserva fundiária Chitato 2 vai beneficiar de infra-estruturas integradas, com rede viária, rede de esgotos, energia eléctrica e água. A empreitada foi consignada à empresa "7 Cunha" e as obras já estão em curso, estando neste momento a proceder-se a abertura de arruamentos.

Lázaro Ceies tino referiu que a nível do município do Chitato estão identificados novos espaços para a autoconstrução dirigida, nas áreas de Mandandji, com 527 hectares, no Candjamba, com 246 hectares, Sacavula, próximo do rio Cundueji, com 563 hectares, e na Estrada Nacional 225, na zona de Curipitxia, com 2.500 hectares.

São áreas, segundo o Lázaro Celestino, que devem ser infra-estruturas com um plano de urbanização "ou loteamento, numa primeira fase para desafogar alguns bairros periféricos.

Estas novas urbanizações estão enquadradas no programa de construção de um milhão de fogos habitacionais e têm uma componente de 70 por cento para a autoconstrução dirigida, em função das necessidades da população. Nos restantes municípios do interior da província da Lunda Norte estão também em curso os programas de 200 fogos habitacionais, dos quais 150 estão totalmente concluídos.

Lázaro Celestino lembrou que a terra é do Estado e por isso mesmo existem órgãos competentes para a concessão de terrenos nas zonas urbanas, suburbanas e rurais.

As administrações municipais, explicou, têm a competência de conceder, na zona urbana, um espaço de mil metros quadrados, enquanto que ao governo provincial compete conceder entre dois a três hectares. Nas zonas rurais, acrescentou, o governador tem a competência de autorizar o terreno até mil hectares.

#### Iluminação pública

Pelo menos 168 postos de iluminação pública foram colocados ao longo da Estrada Nacional 180, num percurso de três quilómetros, o que está a dar um aspecto deslumbrante aos bairros da Juventude e Samacaca, na reserva fundiária do Chitato 2.

Os postos de iluminação pública estão assegurados por sistema solar e permitem melhor circulação no período nocturno à população que habita aquela zona, que está em franco desenvolvimento em termos de infra-estruturas sociais.

O projecto custou aos cofres do Estado mais de cem milhões de kwanzas e foi executado num prazo de 30 dias. A obra está inserida no projecto do governo provincial que visa a iluminação pública das áreas periféricas das zonas urbanas.

O Director Provincial da Energia e Águas, André Camilo, disse que este é um projecto vantajoso por funcionar com a energia solar, que são fontes energéticas renováveis e limpas, que não prejudicam o ambiente e com custos de manutenção e operação relativamente baixos.

André Camilo considerou o projecto de grande impacto social no seio da população, que, além de permitir a circulação no período nocturno, vai diminuir acidentes de viação e actos criminosos ao longo da via.

A iluminação pública na zona de Samacaca facilita também os estudantes do Instituto Médio Politécnica 28 de Agosto e da Faculdade de Direito da Universidade Luegi Akonde, que estudam no período nocturno.

O projecto já beneficiou várias zonas da cidade do Dundo, com destaque para o troço da rotunda do Bairro Norte à vila do Chitato, num percurso de seis quilómetros. Alguns troços rodoviários dos municípios do Lucapa e Cambulo também beneficiaram de iluminação pública, sustentada por painéis solares.

## 7.8 Agricultura, ocupação de terrenos prejudica cintura verde de Luanda

*Jornal Agora*

*21 De Novembro de 2014*

*Texto: Martins Chambassuco (feno)*

De algum tempo a esta parte, os relatos multiplicam-se sobre o crescimento habitacional, invasão anárquica de terrenos e o aumento de projectos empresariais nas zonas de produção agrícola de Luanda, criando um défice significativo para a dieta alimentar dos luandenses.

A campanha agrícola 2013-2014 terminou oficialmente em Agosto último, e o balanço é por si só deficitário, segundo o relatório do Departamento Provincial do Instituto de Desenvolvimento Agrário.

Foi a pensar nas alternativas de produção agrícola na capital que o Agora percorreu de lés-a-lés pelo município de Viana, elegendo o perímetro agrícola do Kikuxi, até ao Calumbo, mais precisamente no bairro da Kakila, localidade com bastante potencial agrícola na produção de horto frutícolas, milho, conservando



a tradição que remonta os anos antes da Independência.

Foi possível constatar que já não se faz agricultura como no passado, no Perímetro Agrícola do Kikuxi (país), tudo porque a invasão silenciosa e a expansão do betão nas áreas aráveis dificultam a actividade de quem faz da terra a fonte de rendimento.

A primeira consequência, segundo apuramos, a produção da mandioca, uma cultura tradicional, na zona, registou um considerável decréscimo e o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Luanda garante que tudo está a fazer para encontrar alternativas nos municípios do Icolo e Bengo e Quissama, onde as áreas de cultivos foram alargadas.

O País, a cerca de 30 quilómetros do centro da cidade, foi elaborado pelo Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi (GADAHKI), desde a década de 1980 e é tutelado pelo Ministério da Agricultura.

Mas, em função do crescimento demográfico, os mais de 22 mil hectares, que na década de 1980 foram concebidos como reserva de produção agrícola no município de Viana, estão a perder-se de vista.

Não se trata apenas de crescimento urbanístico, outros empreendimentos também vão surgindo, como a implantação de projectos empresariais dos diferentes sectores de actividade económica, mas a grande questão que se coloca é realmente a responsabilidade social em relação às comunidades circundantes.

Em conversa com um dos gestores da Fazenda Girassol, no Kikuxi, foi possível notar que esta iniciativa empresarial trabalha para o desenvolvimento do projecto, mas não deixa de parte a componente humana.

Alface, couve, malagueta e pimento são as culturas mais desenvolvidas na Fazenda Girassol, um projecto que nasceu em 2004, e esta iniciativa é um investimento de angolanos.

Em 2007, desenvolveu um projecto de investimento de 1.440 mil dólares, o que permitiu reestruturar a sua actividade, fundamentalmente a consolidação da produção e distribuição de produtos hortícolas no mercado angolano.

Hoje, como uma das referências do sector, os seus responsáveis estão conscientes da exigência do mercado nacional, numa altura em que o país procura reduzir as importações. "Somos uma marca

incontornável e a concorrência é cada vez maior, por isso, estamos a trabalhar todos os dias para a satisfação dos clientes.

Com um concurso de mais de 200 colaboradores, a Girassol tem em carteira outros projectos e até 2017 espera-se que mais angolanos, do Sul de Luanda, encontrem emprego.

A par deste ambicioso empreendimento agrícola, que apostou forte na criação de viveiros para rentabilizar a sua actividade, está a Pérola do Kikuxi, outra iniciativa empresarial do sector agrícola que, além de se dedicar a horto frutícolas, apostou, também, nos últimos anos na produção de ovos.

Uma situação que anima quem lá faz o seu dia-a-dia, como é o caso de João da Costa, que garante que, além de trabalhador da Pérola do Kikuxi onde se dedica à venda dos produtos da fazenda, acredita que a sua vida melhorou e aponta mesmo como vantagem os rendimentos que acumula mensalmente.

"Já consigo sustentar a minha família com pouco que ganho e acredito que dias melhores virão, com o aumento da produção de ovos todos os dias. A Pérola do Kikuxi é das mais antigas iniciativas empresariais e produz em média 30 mil ovos por dia e desenvolve ininterruptamente a criação de poedeiras, e o objectivo é que atinja os 1 milhão de ovos diariamente, nos próximos tempos.

A administração avançou ao Agora que a fazenda pretende contribuir para a redução da importação de ovos, um objectivo perseguido por outros aviários do Kikuxi, nomeadamente a estação Granja Santa Maria, Socopraves e a fazenda 'Mato Grosso', um consórcio entre angolanos e brasileiros.

Daquilo que são as iniciativas empresariais do sector agrícola, em Luanda, o Kikuxi concentra cerca de 40% do total de projectos desenvolvidos em toda a extensão da província.

"Muitos têm o direito de superfície, mas não exploram todo o potencial. Então, queremos envolver mais gente, para que haja mais oferta de produtos no mercado", revelou a fonte da Direcção Provincial da Agricultura e Pescas.

Entre as iniciativas desta instituição, que de certa forma antevê bons tempos com o novo modelo de gestão do perímetro que está a ser desenvolvido, ainda são vários os relatos de populares que avançam actos caricatos de exclusão e apontam o dedo para Administração de Viana, acusando-a de estar impávida diante de tais atropelos.

As razões prendem-se com as concessões, e dizem mesmo que, muitas vezes, a luta de interesses é um facto, mas é notório o esforço do IDA em criar equilíbrio e uma política de participação de mais camponeses, a nível de Luanda, para animar o mercado de consumo de bens produzidos naquele perímetro agrícola. É considerado, hoje, o centro nevrálgico de todos os atropelos à cintura verde de Luanda.

### MAIS ÁGUA PARA KIKUXI

Estão em curso as obras de implementação do novo projecto hidro-pastoril para a localidade, com o objectivo de aumentar a produção agrícola nesta área. Este é, na realidade, um empreendimento direccionado ao redimensionamento das grandes fazendas para as áreas menores, mas a lei do mais forte parece imperar, porque muitos proprietários de grandes superfícies não querem ceder.

O projecto em curso está a proporcionar condições, principalmente da canalização de água para as novas áreas de cultivo.

a objectivo, segundo informações apuradas junto do GADAHKI, é rentabilizar as terras que ainda não foram invadidas e ocupadas e criar mais postos de trabalho na zona.

A iniciativa visa reduzir os efeitos do crescimento urbano daquela área, uma vez que os indicadores não satisfazem a Direcção Provincial da Agricultura e Pescas de Luanda, muito embora a urbanização, em parte, do Perímetro do Kikuxi fosse uma decisão do Governo Central que, em 2011, um decreto presidencial delimitou e converteu em área urbana uma parte do actual país em Viana, Mesmo que o quadro seja ainda desfavorável à actividade agrícola, o GADAHKI avança que existe a vontade e a possibilidade para a prática da agricultura, e tudo indica a melhoria do quadro actual.

A iniciativa visa reduzir os efeitos do crescimento urbano daquela área, uma vez que os indicadores não satisfazem a Direcção Provincial da Agricultura e Pescas de Luanda, muito embora a urbanização, em parte, do Perímetro do Kikuxi fosse uma decisão do Governo Central que, em 2011, um decreto presidencial delimitou e converteu em área urbana uma parte do actual País em Viana. Em contra partida, é verdade que os mais de 22 mil hectares que, na década de 1980, foram preparados para o desenvolvimento da agricultura, em Viana, nem metade hoje existe como terra agrícola, o betão é a doença que faz morada no perímetro.

Sobre isso, o GADAHKI não explica, mas os negócios anárquicos de vendas de terrenos e ocupação ilegal que se seguiu à guerra pós eleitoral de 1992 terá contribuído para o agravamento da situação, além da já anunciada decisão do Governo de há três anos.

"Neste momento, estamos a trabalhar na dinamização agrícola nos municípios do Icolo e Bengo, Quissama, onde existem grandes parcelas de terras aráveis para o cultivo e o desenvolvimento de uma agricultura mecanizada e capaz de satisfazer as necessidades do mercado luandense e outras áreas que ofereçam condições como Belas", disse.

### CALUMBO, O FIM DO PERIMETRO

É hoje um dos destinos turísticos de eleição para muitos luandenses ao fim-de-semana e dias normais para aqueles que querem desanuviar e apreciar o que de bom a mãe natureza deu a esta terra, fazem de Calumbo destino obrigatório.

Conhecida pelos seus bons cacussos, a comuna possui grande potencial agrícola, mas que, pouco-a-pouco, vai ficando para trás, dando lugar a imponentes projectos empresariais, fundamental do sector turístico.

"Estamos a ser sufocados e, dentro de poucos dias, ninguém aqui terá espaço para cultivar", refere um dos habitantes de Calumbo.

Destacam-se na rota do lazer o Mercado das 'Mamãs do Calumbo' e o Santuário de São José, um monumento histórico que já se tomou um marco na vida dos cristãos e, particularmente, dos católicos da Diocese de Luanda.

Localizado há cerca de 140 quilómetros de Luanda, Calumbo já é uma referência obrigatória da Administração de Viana, para a extensão da produção agrícola, embora o fenómeno da invasão das terras aráveis esteja a crescer, deixando a população com os nervos à flor da pele.

São constantes os ecos do descontentamento, mas a lei do mais forte parece asfixiar a vontade de quem vive da terra há já quatro décadas.

É o caso de José Mwanza, um antigo combatente que encontrou aí junto às margens do rio Kwanza o seu destino para viver. Recorrendo no tempo, o ancião, de 72 anos, lembra o massacre de 1961, no bairro de Kakila, a 10 quilómetros da sede comunal, como o marco da história do povo de Calumbo e explicou-nos que o que caracteriza a circunscrição é mesmo a

prática da agricultura e a cooperativa agrícola de Kakila.

"A iniciativa foi do saudoso Presidente, Agostinho Neto, que chegou a implantar naquela zona uma cooperativa agrícola e era referência a nível do país, pois aqui se produzia tudo e nunca nos faltou nada", disse, referindo, por outro lado, que a construção das primeiras casas definitivas também é do memorável líder angolano.

Por isso, segundo avançou a este semanário, Mwanza não acredita com o destino que está a ser dado àquela localidade.

"Somos o povo mais abandonado de Luanda, vivemos numa ilha, apenas temos uma escola primária aqui em Kakila, mas aqui os que sabem as histórias do país têm na memória o quanto este povo se bateu para a libertação de Angola e sempre nos opusemos às sevícias do colono, por isso, hoje temos aí a pedra monumento em memória dos nossos antepassados que se bateram pela liberdade desta Nação", explicou.

Os ecos do descontentamento não se reduzem apenas à falta de escolas. O comércio de bens de primeira necessidade é quase inexistente; a assistência médica é outra preocupação da população.

"Não temos escolas do 2.2 ciclo de ensino, a que temos aqui é da primária e não se entende por que um bairro como esse, próximo de Luanda, tenha que viver tantas dificuldades. A loja que existe aqui é do Mamadou. A estrada nesse tempo chuvoso é praticamente intransitável", sublinhou outra moradora de Kakila, que admitiu limites na sua jovem memória, remetendo ao Avô Henrique e também da tia Sofia, por sinal os Quase septuagenários de Kakila, uma zona de difícil acesso.

Mas, com estes e outros constrangimentos, a vontade de vencer é tanta que ficamos a saber que existem crianças que se deslocam diariamente para a sede da comuna à busca de conhecimentos e aprendizagem, percorrendo 20 quilómetros diariamente, um percurso repartido em dois, perfazendo um total de 100 por semana.

Uma distância que não aflige o pequeno Yannick, do Bairro do 15, que acredita nos dias melhores. A frequentar a 8.B classe, o jovem tem uma visão diferente do que pode ser a sua localidade, mesmo reconhecendo que cada dia que passa a situação do país é diferente.

Para aliviar o sofrimento dos filhos e encurtar a distância, os pais desembolsam, todos os dias, 600 kwanzas, a fim de apanharem o barco de Kakila para Calumbo, um trajecto que pode orçar em 3 mil kwanzas semanais para muitas famílias condenadas ao abandono da governação.

O médico em potência suplica às autoridades, conquanto reconheça que não seja o seu papel, devido à tenra idade, que seja feito um trabalho de intervenção na única estrada que liga Kakila a Calumbo.

CONDENADOS AO CALOR. A comuna de Calumbo é uma das regiões mais quentes do país, mas nem mesmo este quadro inibe seus habitantes de ter sonhos e perspectivar dias melhores, visto que, afinal, não há problema que não tenha fim. Essa é pura verdade segundo os mesmos, e o maior motivo que ainda os faz viver.

O bairro do 15, uma localidade que fica entre a sede de Calumbo e Kakila, é o da 'metrópole de Yannick e tantos outros miúdos que procuram ter uma sorte diferente dos demais jovens da sua idade que, por várias razões, deixaram de frequentar a escola.

Yannick e o seu colega foram os nossos guias que nos levaram até a Kakila, num trajecto feito com muitas dificuldades, devido ao mau estado da estrada

Nem mesmo a construção da Penitenciária de Calumbo naquela localidade permitiu melhorar a estrada. "Ninguém se interessa com este povo. A estrada está assim porque os chineses, quando exploravam aqui burgau, conseguiram fazer alguma intervenção no troço", explica uma moradora aconchegada à sombra de um embondeiro.

Sáidos de Kakila, fizemos uma paragem obrigatória no 15, para deixar os nossos guias, mas uma coisa chamou-nos atenção, é que naquele bairro todas as obras de construção definitiva estão embargadas.

Questionando os intrusos no carro que nos transportava, ficámos a saber que ali é proibido construir uma casa de blocos ou tijolos, sob pena de ver a obra demolida.

Quem dá estas ordens é o homem que está a facilitar a venda de terrenos naquelas paragens e preferimos não identificar, mas é do domínio público que é o boss do 15; está a fazer uma pousada que, entre outros atractivos, os visitantes podem ter o prazer de andar a cavalo.

Até aqui nada mau, mas a surpresa foi mesmo quando tomámos conhecimento de que quem pretender uma casa de construção definitiva terá de pagar muito dinheiro. "E quando os nossos pais são confrontados com tal situação, preferem comprar uma mota ou aumentar as áreas de cultivos", lamenta o nosso interlocutor.

"É um sofrimento a cada instante. Não podemos dormir por causa do calor. As casas são de chapas. Ontem, choveu. O barulho da chuva parecia o de pedras a caírem sobre nós e ninguém dormiu", acrescenta.

Entre os lamentos, a população sabe que o seu destino é mesmo ali, mas apenas lembra que haja mais humanismo, já que também precisam de viver em casas e não debaixo das chapas.

Falta espaço e as infra-estruturas são quase inexistentes. As próprias famílias insurgem-se contra a inércia da Administração de Viana a quem acusam de ostracismo político. Não compreendem por que chega tão pouco para os ajudar, enquanto existem projectos para o desenvolvimento rural e apoio à agricultura familiar.

Não é difícil perceber que a vida é dura, no 15, ai em Calumbo. "Sofremos muito quando chove. Não temos nada", desabafou um morador.

A continuar assim, nada mais nos resta dizer a não ser ironizar a máxima segundo a qual "o país tem rumo e nós dizemos, Luanda está no mau caminho".

## 7.9 Obras estruturantes melhoram tráfego

*Jornal de Angola*

*25 De Novembro de 2014*

As obras em curso nas estradas entre Viana e Calumbo e a outra que vai de Viana a Camama vão permitir uma maior circulação rodoviária, garantiu o coordenador do Gabinete Técnico de coordenação e Acompanhamento de Projectos de Luanda.

Luis Filipe da Silva avaliou ontem as obras e manifestou preocupação com a via que liga Viana a Calumbo, que esta mais atrasada. "A obra na via Viana e Calumbo decorre num ritmo lento, porque existem problemas de macro-drenagem para serem resolvidos, além de alguns problemas de natureza contratual e orçamental", frisou.

Em declarações à imprensa, no final da jornada de trabalho que efectuou no município de Viana, Luis Filipe da Silva constatou a existência de muitas famílias a residirem ao longo do traçado, pelo que se vai fazer o realojamento dessas pessoas noutra zona, para possibilitar a execução das obras.

Quanto a falta de drenagem das águas, o coordenador do Gabinete Técnico de Coordenação e Acompanhamento de Projectos de Luanda disse, por outro lado, que as pessoas construíram nas linhas de água e não existem vias para que essa possa drenar naturalmente, daí que tem havido gastos significativos para se poder resolver esses problemas, nem sempre fáceis.

"Essa é uma problemática que não existe apenas aqui, mas em quase todos os projectos há necessidade de desalojar e realojar famílias. Para esse caso concreto, algumas dessas famílias, que são centenas, podem ser realojadas numa reserva fundiária de Calumbo", disse.

Na via Viana e Camama, Luis Filipe adiantou que os trabalhos estão a decorrer a um ritmo aceitável e espera-se que estejam concluídos dentro dos prazos previstos o também secretário de Estado das Águas referiu que estão em curso obras nas vias secundárias, onde alguma infra-estrutura e intervencionada pelo Ministério da Construção, sendo que umas estão em fase de conclusão e outras vão ser iniciadas.

"Neste momento, está-se a fazer a desconcentração de algumas tarefas ao nível dos próprios municípios e as vias secundárias vão passar para uma responsabilidade mais directa destes", referiu. Durante a sua jornada de campo, Luis Filipe esteve acompanhado de representantes da Administração de Viana, Edel, Epal, do Instituto de Estradas de Angola (I EA), Ministério da Construção e outros intervenientes no processo.

## 7.10 Construções anárquicas desencorajadas na cidade

*Jornal de Angola*

*26 De Novembro de 2014*

O administrador municipal de Malanje apelou aos municípios para evitarem a ocupação ilegal de terrenos e a construção de residências nas reservas fundiárias do Estado.

Oswaldo Naval dos Santos informou que tem havido invasão em algumas reservas fundiárias do Estado localizadas em determinados bairros da cidade de Malanje, com construções anárquicas de residências,

garantindo que as demolições vão ser feitas em breve, com vista ao ordenamento das referidas áreas.

O responsável referiu que nas reservas fundiárias do Estado vão ser construídos edifícios devidamente ordenados e infra-estruturas para a acomodação condigna da população, daí que as ocupações e construções ilegais devem ser desencorajadas.

O administrador solicitou aos munícipes o cumprimento dos requisitos legais para a aquisição de terrenos, de acordo com o tipo de infra-estrutura que se pretende construir, nas futuras urbanizações do município de Malanje.

Osvaldo Naval do Santos disse que a administração fez a entrega na reserva fundiária da Carreira de Tiro, de nove mil e 30 lotes de terrenos para a autoconstrução dirigida. No bairro da Voanvala, foram entregues 808 lotes de terrenos à população, para autoconstrução dirigida.

## 7.11 Província acolhe o lançamento do projecto de gestão de terras

*Jornal de Angola*

*30 De Novembro de 2014*

*Texto: Delfina Victorino*

Um projecto de gestão de terras no planalto central foi lançado sexta-feira, na cidade do Cuito, província do Bié, numa iniciativa do Executivo, em parceira com a União Europeia, com o propósito de valorizar e manter a segurança fundiária nas comunidades.

Durante o acto de lançamento, foram analisados assuntos relacionados com o historial do projecto terra FAO, situação actual do projecto e futuras actividades, apoio de gestão de terras, entre outros temas.

A vice-governadora para a Esfera Económica, Ana Maria Muvuay, enalteceu a escolha das províncias do Bié e Huambo para o lançamento do projecto de gestão de terras no Planalto Central de Angola e disse que o projecto traz maior incremento na organização das comunidades, tendo em conta a segurança fundiária das zonas rurais, no âmbito da Lei da terra.

Ana Maria Muvuay disse que o desenvolvimento das comunidades baseia-se na produção de alimentos que garantam níveis de segurança aceitáveis, recordando que actualmente na região do Planalto Central não existem grandes pressões sobre as terras de cultivo, o que transmite certa segurança. "O momento actual é essencial e há toda a necessidade de se aproveitar

para trabalhar nas questões fundiárias, tendo em conta a paz reinante e o grande desenvolvimento económico que se regista no país", precisou.

A aplicação deste projecto necessita do empenho da sociedade civil, tendo aconselhado os administradores municipais no sentido da participação activa para a efectivação com êxito das actividades.

A representante da União Europeia (UE) em Angola, Vicente Rodrigues Van Hansema, disse que a instituição possui vários projectos que visam a melhoria das condições sociais da população da região do Planalto Central. Vicente Rodrigues Van Hanserna assegurou a continuidade do trabalho da instituição na área da agricultura, das florestas e de gestão de terras, que aponta como um assunto importante e sensível em qualquer país em desenvolvimento.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Projectos de distribuição de água potável são viáveis

*Jornal de Angola*  
03 De Novembro de 2014

O director do departamento de Ambiente e Impulso Angola, Raul Pocho, assegurou que os projectos de construção das estações de tratamento de água do Bitá e Quilonga Grande são ambientalmente viáveis.

De acordo com o quadro do Ministério do Ambiente, que fazia a apresentação do estudo de impacto ambiental dos dois projectos, foi formada uma equipa multidisciplinar para acautelar todas as medidas ambientais exigidas.

"Fizeram parte da equipa técnicos de áreas de engenharia ambiental, biofísica, ordenamento e gestão de território, geologia, biologia e arqueologia", referiu.

A equipa teve como metodologia identificar, caracterizar e avaliar os aspectos ecológicos, biofísicos, socioeconómicos e culturais existentes nas áreas do projecto, com base num estudo do meio.

Raul Pocho disse, na ocasião, que a avaliação de impacto ambiental tem como objectivo correlacionar os resultados obtidos na avaliação com a definição e fundamentação das medidas de prevenção e minimização necessária, tendo como princípio evitar os efeitos do projecto sobre o meio ambiente.

A metodologia utilizada, segundo o responsável, baseou-se na classificação dos impactos uma análise dos mesmos que resultam das fases de exploração e construção.

Na fase de construção, acrescentou o responsável, o impacto socioeconómico de maior magnitude está associado a ocupação da propriedade e alteração ou inibição de usos e redução ou condicionamento da mobilidade da população.

Na fase de exploração, os impactos negativos ocorrem nos descritores hídricos, ambiente sonoro, paisagem e resíduos, mas apresentam uma magnitude reduzida e foram definidas medidas consideradas eficazes e adequadas, com vista a sua prevenção e minimização.

Com a aplicação do projecto, disse Raul Pocho, vai haver incremento de postos de emprego a nível local

e regional para dinamizar a economia, melhorar a qualidade de vida inerente a satisfação das necessidades individuais e colectivas de água potável e das condições higiénicas da população.

Como consequência do aumento dos níveis de abastecimento de água, aconselha a construção de novas infra-estruturas para a recolha e tratamento das águas residuais da cidade de Luanda. Trata-se de um projecto que vai contribuir para melhorar a qualidade de vida.

### 8.2 Angola prevê reduzir mortes por malária

*Jornal de Angola*  
04 De Novembro de 2014  
Texto: Manuela Marques

Angola prevê reduzir em sessenta por cento a morbidade e mortalidade por malária até 2020, informou, em Luanda, o coordenador do Programa Nacional de Combate a Malária.

Filomeno Fortes, que falava por ocasião do seminário sobre Conferência Nacional de Diálogo Inclusivo, disse que se pretende atingir este propósito com componentes estratégicos, como maior controlo integrado do vector e protecção individual, gestão do programa e desenvolvimento de sistemas, diagnóstico, tratamento e abastecimento em medicamento.

Para alcançar o objectivo, o especialista defendeu ainda a promoção da saúde, advocacia, mobilização comunitária, previsão, prevenção, detenção e controlo de epidemias, monitoria, avaliação epidemiológica e pesquisa.

Em relação a cobertura universal, referiu que Ministério da Saúde está a realizar uma campanha nacional de distribuição integrada de mosquiteiros tratados com insecticida de longa duração, pulverização intra domiciliar residual, controlo larvar, saneamento e a pulverização extra domiciliar.

De acordo com o especialista, o controlo da malária em Angola passa por inúmeros desafios, como medidas preventivas sustentáveis, diagnóstico precoce de qualidade e tratamento adequado.

Reconheceu existir alguns pontos críticos, como a cobertura insuficiente das redes mosquiteiras, baixa cobertura do tratamento intermitente preventivo, deficiente implementação do protocolo de tratamento, inexistência de sistemas de diagnóstico e

de tratamento a nível comunitário, deficiente articulação com o sector privado e a gestão do sistema de informação. O Plano Estratégico Nacional de Controlo da Malária em Angola tem definido como prioridades a continuação da distribuição de mosquiteiros tratados com insecticida de longa duração para a cobertura universal, iniciativas comunitárias de prevenção e controlo da malária pelos agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário, iniciativas privadas de prevenção e controlo da malária, com realce para a comercialização de redes mosquiteiras, e o reforço da capacidade institucional do Programa Nacional de Combate a Malária em prol da municipalização do Sistema Nacional de Saúde.

#### Estratificação epidemiológica

O coordenador do Programa Nacional de Combate a Malária disse que as províncias de Cabinda, Uíge, Cuanza Norte, Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje são áreas hiperendémicas, no que toca a transmissão da malária, enquanto que Namibe, Cunene, Huíla e Cuando Cubando são as áreas endémicas instáveis.

Quanto as áreas de Risco Epidémico da Malária em Angola, as regiões de Luanda, Cunene, Huíla e Namibe são apontadas como as mais críticas. Angola é um dos países com elevado número de casos de malária, sendo a primeira causa de morte no país.

### 8.3 Defice de agua e luz preocupa municipes

*Jornal De Angola*

*04 Novembro de 2014*

*Texto: Nilza Massango*

A problemática das vias de comunicação, o defice no abastecimento de energia eléctrica e na distribuição de água potável, constituem, até agora, a maior preocupação da população de Cacuaco, de acordo com a conclusão saída ontem de um encontro dos técnicos do Gabinete de coordenação dos Projectos de Luanda (GATEC) e a administração municipal de Cacuaco.

Após uma visita de constatação a algumas obras e projectos estruturantes em curso no município de Cacuaco, o secretário de Estado das Águas e coordenador do GATEC, Luis Filipe, acredita que a desconcentração de responsabilidades e acções e a solução a ser encontrada a nível do trabalho que está a ser feito nos municípios de Luanda.

A equipa do GATEC teve a oportunidade de constatar os projectos estruturantes em curso, como a ligação da Avenida Ngola Kiluanje a Cacuaco e as obras que neste momento passam por alguns constrangimentos a nível do realojamento e expropriação. Sobre os constrangimentos, Luis Filipe disse que são questões que carecem de um aturado processo de negociação. Quanto ao realojamento das populações, referiu tratar-se de um processo cuja solução passa pela construção de habitações sociais.

A propósito, salientou, são necessários espaços e a colaboração da própria administração municipal, na identificação de áreas onde possam ser feitas construções para esse fim sob responsabilidade e orientação dos próprios projectos. Além das vias estruturantes, foram ainda colocadas preocupações ligadas à manutenção ou reabilitação das vias secundárias e terciárias. O coordenador do GATEC informou que várias obras estão concluídas e outras em fase de quase conclusão. "Estão neste momento em fase de execução ou, pelo menos, estão efectuados diversos contratos para várias obras a nível do Ministério da Construção", realçou,

Na reunião, em que participaram os coordenadores das comissões de moradores de alguns bairros de Cacuaco, chegou-se à conclusão de que a entrega de meios e recursos ao município vai permitir desconcentrar e solucionar muitos problemas a nível da transitabilidade das vias, em tempo de chuvas, mesmo sem pavimento ou asfalto.

Cerca de 28 quilómetros no interior do município vão ser reabilitados a nível das vias secundárias. Luis Filipe disse que o trabalho é contínuo, mas o importante é haver melhorias e acredita que em algumas situações se pode prever que a curto prazo os problemas vão ser solucionados.

"A instalação de postos de transformação, de chafarizes e novas ligações domiciliárias são processos contínuos que vão produzindo os seus frutos. A EDEL, por exemplo, está a executar vários projectos para a instalação de postos de transformação e ligações de rede", referiu.

O administrador de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquilha, considerou "produtivo" o encontro, na medida em que permitiu identificar os problemas e os constrangimentos que ainda existem na execução dos projectos em curso no município.

Foi agendado um outro encontro com técnicos das empresas públicas EDEL e EP AL, esta semana, para passar em revista questões técnicas e concretas nos

domínios do abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica.

## 8.4 População aconselhada a evitar consumir água de rios

*Jornal De Angola*

*04 De Novembro De 2014*

*Texto De: Tatiana Marta*

Joaquim Laureano, que se referiu às condições de água consumida nas províncias do Huambo e Bie, sublinhou que as várias investigações feitas concluíram que a maioria das populações do interior consome água de má qualidade por falta de educação sanitária e orientação,

"Existem também critérios que se explicam pelos deficientes procedimentos administrativos e técnicos dos serviços de abastecimento da água, provocados, muitas vezes, por vazamentos e rompimentos de redes", disse o responsável, o director salientou que há igualmente falta de investimento em programas de reutilização da água para fins industriais e comerciais, uma vez que a água tratada depois de utilizada e devolvida aos rios sem tratamento, em forma de efluentes, esgotos e, portanto, poluída, que volta a ser utilizada pela população, a partir das nascentes.

O Centro foi criado pelo Executivo com o objectivo de realizar investigação aplicada na interface entre a ecologia e alterações climáticas e tem procurado divulgar regularmente os trabalhos realizados, com vista a contribuir na melhoria da qualidade de vida das populações e conservação dos ecossistemas.

"Com este Centro, o Executivo reconhece a necessidade de reforçar a protecção dos ecossistemas sensíveis e vulneráveis e das espécies da fauna e flora raras e ameaçadas de extinção, além do apoio da dinamização de estudos técnicos e científicos sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais renováveis", disse.

O CETAC desenvolve investigações aplicadas, no sentido de assegurar a qualidade ambiental e melhor gestão da água, realização de estudos de qualidade ambiental dos ecossistemas aquáticos e terrestres. O Centro interage também com as universidades na formação e capacitação, a vários níveis, inclusive pós-graduados, apoiando o desenvolvimento de parcerias para a formação de quadros especializados, proporcionar actividades de investigação aplicada nas

áreas das Ciências do Ambiente e da Ecologia Tropical.

Desflorestação e queimadas

A prática de queimadas e abate indiscriminado de árvores está a tirar o sono às autoridades científicas ligadas ao ramo ambiental. O director do CET AC disse que a instituição está muito preocupada com as constantes queimadas de florestas e abate de distintas espécies existentes, por caçadores furtivos e carvoeiros, principalmente no período de cacimbo, por prejudicar o meio ambiente.

A violência sobre a fauna e a flora acarreta consequências trágicas para o próprio homem e outros seres vivos. Na província do Huambo, de acordo com Joaquim Laureano, este problema está seriamente identificado.

"O abate de árvores não é proibido, mas é necessário que os cidadãos observem certas regras para a preservação da flora e fauna", disse, apelando à repovoação das espécies,

A caça furtiva, a lenha e o fabrico de carvão vegetal estão na base da degradação ambiental, sobretudo na periferia da cidade, limitando a regeneração natural das árvores para a cobertura da fauna e flora ..

"As árvores protegem o solo das enxurradas, dos ventos e servem de habitat para os animais", referiu o responsável, apontando que essa é a razão pela qual se torna imperativo o homem proteger e conservar a flora e a fauna.

Este factor, referiu, tem contribuído para que se registre ausência de chuvas e baixa produção de alimentos, assim como água para os habitantes e animais, principalmente nas zonas rurais.

Joaquim Laureano chama à atenção da sociedade no sentido de se empenhar mais na conservação da natureza para salvar o bem adquirido ao longo dos anos e tornar a província na capital ecológica de Angola. O crescimento dos centros urbanos e o modo de vida adoptado pelas populações após o fim do conflito, que aponta para o aumento de hábitos de consumismo, próprios das grandes cidades, estão na origem das mudanças climáticas e alterações ambientais.

"Os recursos naturais da província do Huambo, como a água, terra, flora e fauna e especialmente as amostras representativas do Morro do Moco devem ser salvaguardados para servir os interesses das



gerações presentes e futuras, mediante planeamento e gestão cuidadosa", aconselha director.

#### Investigação laboratorial

o projecto contempla a investigação laboratorial, que tem como objectivo análises físico-químicas e biológicas da água, caracterizar o estado físico-químico e biológico dos recursos hídricos, padronizar e certificar análises de água, monitorizar a qualidade da água para consumo humano, actividade agrícola e industrial, analisar o impacto das actividades humanas sobre os recursos hídricos, assim como caracterizar as linhas de água e seu estado de poluição.

Em funcionamento há dois anos, realiza análises da qualidade da água de algumas nascentes e rios. Visa também apoiar o projecto de estudo sobre o estado das nascentes do Planalto Central, onde já foram testadas 16 nascentes.

De acordo com os resultados, concluiu-se que muitas nascentes não oferecem boa água para o consumo humano, por serem utilizadas para a lavagem de carros e roupa e depois da sua utilização voltarem para as nascentes e rios com uma quantidade de substâncias químicas prejudiciais à saúde das populações.

A CETAC está engajada na determinação do potencial hídrico da província do Huambo, ajudar a combater a poluição dos recursos hídricos e está a proceder também ao diagnóstico das actividades poluentes, para propor medidas para a sua mitigação e elaborar legislação sobre a poluição. O técnico de laboratório de solos, Pedro Cakumba, afirmou que a sua área está encarregada de caracterizar os solos em termos das suas propriedades físicas, químicas e biológicas e realiza estudos sobre os macro e micro nutrientes do solo.

A área apoia também a aplicação de projectos de gestão sustentável de terras, analisa as propriedades das terras provenientes das Estações de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos e determina a aptidão dos solos para diferentes usos.

De acordo com o técnico, da avaliação feita aos solos encontraram-se várias deficiências de macro nutrientes, como o fósforo, cálcio e manganésio e outros apresentam elevados níveis de cloro, tornando-se prejudiciais para as culturas. Para contrariar os efeitos nocivos para a agricultura, a Direcção está a criar uma estratégia que visa apoiar os agricultores na hora de decidirem o uso de fertilizantes.

## 8.5 Uso dos recursos hídricos feito com plano estratégico

*Jornal: Economia e Finanças*

*07 De Novembro de 2014*

*Texto: Yola do Carmo*

A definição de um "Plano geral de utilização integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Cubango" visa dotar o país de um instrumento de planeamento necessário à sua utilização sustentável,

Segundo o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, que falava, em Luanda, numa conferência de apresentação pública do referido plano, as perspectivas do Executivo angolano têm em vista a concretização dos objectivos traçados no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

Conforme lembrou o ministro, a bacia hidrográfica do Cubango, além de ter impacto sobre as províncias do Cuando Cubango, Bié, Huambo, Huíla, Moxico e Cunene, esta é também uma das mais importantes do contexto regional da SADC e até mesmo no mundo, sob o ponto de vista da preservação dos ecossistemas e da biodiversidade em geral.

"Apesar de o país possuir uma rede hidrográfica vasta, os níveis de aproveitamento de tais recursos ainda são exíguos", disse.

O ministro João Baptista Borges lembrou, igualmente, que a recente aprovação do regulamento de utilização dos recursos hídricos e com a apresentação de novos planos das bacias, o sector das águas estará mais reforçado em termos de mecanismos institucionais, com vista a concretizar tais objectivos.

"Esta apresentação ocorre numa fase em que o executivo está empenhado nas soluções que conduzirão o país à redução dos índices de pobreza e à melhoria da vida das populações, onde a planificação integrada joga um papel fundamental", afirma.

João Baptista Borges lembrou que o "Plano geral de utilização integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Cubango" é um documento de grande referência, e que na sua elaboração teve em consideração os usos e utilizadores actuais e futuros.

Teve ainda em conta a estratégia de combate à pobreza, o aumento equitativo dos benefícios sociais e económicos, assim como a criação de melhores condições para o desenvolvimento da região.

Aproveitamento agrícola Embora se admita que um dos principais vectores de desenvolvimento da região seja o sector agrícola, considera-se que além das características climáticas locais, grande parte da actividade da bacia e ainda dependente da rega.

Deste modo, admite-se que os pequenos regadios deverão vir a ocupar um papel significativo nas estratégias do sector, sobretudo nos empreendimentos de maior dimensão e de iniciativa pública, com os quais se pretende dar uma dimensão mais estruturada destes projectos.

No decorrer da implementação do plano de utilização dos recursos hídricos do Cubango serão instalados nove novos perímetros agrícolas, numa localização de 200 mil hectares.

#### Área hidroeléctrica

Apesar de se concluir que a bacia não é das mais interessantes em Angola, considera-se que a existência regional de uma rede eléctrica seja necessária para o bom funcionamento e aproveitamento das hidroeléctricas existentes.

Ainda neste âmbito, o sector prevê, nos próximos 15 anos, a construção de 12 aproveitamentos dos quais quatro vão apresentar características de mini-hídricas.

## 8.6 Funcionamento autónomo para os sistemas de água .

*Jornal de Angola*  
9 De Novembro De 2014

O Ministério da Energia e Águas está a desenvolver programas que permitem as estações de tratamento e distribuição de água um funcionamento autónomo, sem depender directamente da fonte energética convencional, anunciou o ministro João Baptista Borges.

O ministro fez essa afirmação sexta-feira, no fim da visita realizada às estações de tratamento de água do Bom Jesus, quilómetro 44 (Icolo e Bengo), Calumbo e Zango III (Viana), dizendo que além da fonte energética convencional, as mesmas são abastecidas com grupos geradores alternativos.

Outra medida a ser implementada nesta nova era da EPAL é a introdução no sector de água de normas de poupança, pois a água e a energia são bens escassos e possuem custo elevado de produção.

"Em relação à água, tal como acontece com a energia, há medidas de carácter comercial que vão ser adoptadas pela EPAL, que realiza um programa de 700 mil ligações domiciliárias que carecem de controlo, entrega e pagamento desta água", frisou.

O presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonildo Ceita, disse que o controlo e a fiscalização das infra-estruturas devem ser uma tarefa da população, fundamentada na informação da qualidade do produto fornecido e realização dos pagamentos regulares.

Um dos grandes desafios da empresa, no momento, é a sensibilização dos clientes devedores e a interacção em torno da melhoria dos trabalhos.

A EPAL projecta construir sistemas de abastecimento de água do Bitá e do Quilonga Grande, construídos em dupla fase, com capacidade nominal instalada de três metros cúbicos por segundo cada uma, num prazo de 36 meses.

## 8.7 Mais água potável nos bairros do Soyo

*Jornal de Angola*  
12 De Novembro de 2014

Os habitantes das localidades de Cavuji, Quifuma e Empanga, no município do Soyo, beneficiam de 11 chafarizes, no quadro do Programa Água para Todos. O administrador municipal adjunto, Gonçalo António, anunciou como primeira prioridade a construção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável em todas as localidades da região. Com a abertura dos chafarizes, cinco em Quifuma, quatro em Cavuji e dois na aldeia de Empanga, a população deixa de percorrer longas distâncias em busca da água dos rios.

Gonçalo António anunciou a construção, nos próximos meses, de mais chafarizes nas aldeias do litoral e do interior do município do Soyo, no quadro do Programa de Investimentos Públicos, da Administração Municipal.

O administrador municipal adjunto do Soyo apelou à população para continuar a conservar os empreendimentos sociais que o governo e a administração coloca à sua disposição.

## 8.8 Cazenga tem o saneamento básico melhorado

*Jornal: jornal de Angola*  
*14 De Novembro de 2014*  
*Texto: Nilza Massango*

O bairro MC (Marcelo Caetano) no Cazenga oferece melhores condições aos moradores com a reabilitação das vias secundárias e terciárias.

Segundo podemos constatar, As obras estão avançadas. as ruas da Comuna Tala Hadi foram asfaltadas, têm novos passeios, a redes de esgotos esta em conclusão e foi colocada a iluminação pública.

A Rua da Fiacó, que sai da Rua dos Comandos até ao cruzamento da Quinta Avenida, esta asfaltada e com iluminação pública. A circulação automóvel e feita num sentido apenas, porque o contrario esta fechado e beneficia da pintura do pavimento.

A Rua do Comercio e parte da Rua Direita dos A viários também já foi reabilitada. Muitas outras estão em fase de acabamento. Os trabalhos continuam e até os becos. Estão a merecer atenção.

Os espaços para a arborização estão reservados. Os moradores estão satisfeitos com os melhoramentos nos bairros do município. A instalação do saneamento básico melhorou a qualidade de vida dos munícipes o morador Victor Bernardo disse que com as vias reabilitadas, a circulação de peões e automóveis e mais fácil, a iluminação pública da segurança e diminuíram os assaltos a noite. A rede de esgotos vai acabar com as inundações no tempo da chuva. Acabaram-se os problemas dos buracos, águas paradas e lamaçais. Victor Bernardo desabafou que valeu a pena a espera: "agora e só desfrutar e conservar". Por isso, referiu ser importante a realização de campanhas de sensibilização junto dos munícipes para a conservação dos bens públicos.

Os moradores do bairro acreditam em dias melhores. E esperam que com o fim das obras, o precioso liquido volte a jorrar as torneiras. Há quase dois anos que grande parte das ruas 10 Bairro do MC não tem água potável, devido as obras. Com o aproximar do fim, esperam que o fornecimento volte ao normal. para já são abastecidos pelas cisternas dos candongueiros.

Domingas João mora no Cazenga há mais de 62 anos e desabafou: "Com os trabalhos de melhoramento

das vias, a iluminação e o saneamento básico até respiro melhor" .

## 8.9 Lixo no centro de polémica em Cabinda

*Jornal O País*  
*14 De Novembro de 2014*  
*Texto De: Norberto Sateco*

Desde o ano de 2010 que o Hospital Geral de Cabinda tem sido confrontado com supostos problemas de sanidade e limpeza geral das suas instalações, contou uma fonte a o PAÍS. A situação era descrita como sendo grave, na medida em que colocava em perigo o bom funcionamento da instituição. Na tentativa de inverter o quadro, o então governador Mawete João Baptista propôs a realização de um concurso público nos anos de 2012 e 2013, envolvendo meia centena de empresas deste sector. O referido processo acabou por consignar a responsabilidade desta empreitada a uma empresa angolana com o nome de SOCOPRAC, por reunir, alegadamente, competências profissionais que iam de encontro aos objectivos preconizados pelo executivo local, celebrando um contrato de um ano, renovável.

Entretanto, após cinco meses de trabalho, a contar de Junho de 2013, data da celebração do referido contrato, é que se instalou toda controvérsia entre as partes, depois da nomeação de Aldina da Lomba, para o cadeirão máximo da província de Cabinda.

Segundo Ribeiro André, proprietário da SOCOPRAC, a governante visitou, nas primeiras semanas de Março do ano transacto, aquela unidade hospitalar e, na altura, fez comentários com os responsáveis da mesma, alegando que "estava tudo sujo, e que o senhor proprietário da empresa de limpeza, tinha de ser avisado para a cessação do contrato por má qualidade dos serviços apresentados", tal como vem expresso no documento a si enviado, datado de 16 de Novembro de 2013, subscrito pelos responsáveis do hospital.

"Considerando as reclamações dos funcionários sobre a qualidade defeituosa verificada na limpeza e desinfestação, incumprindo a cláusula terceira do contrato; sendo esta razão suficiente para revogação do vínculo contratual que unia as partes, a direcção do Hospital vem por este meio comunicar que pretende rescindir o contrato, cessando as actividades a partir do dia 3 de Dezembro do corrente ano", lê-se no documento enviado ao empresário.

Acto seguinte, segundo conta a fonte, foi convocado pelo então secretário da saúde, que atende pelo nome de Paulo Sengue, para lhe transmitir: "recebemos orientação superior da governadora para que o senhor deixasse de realizar o trabalho aqui no Hospital. A orientação deveu-se por "entender a governadora que o trabalho estava a ser mal feito. Por isso, tinha mesmo o senhor que abandonar o trabalho".

"Meu irmão, sabes que tu tens estado a fazer um bom trabalho. Mas são orientações superiores, meu irmão. Ninguém quer perder o seu pão. Tens de abandonar até ao mês de Dezembro, no máximo. Caso contrário haveria de sair à força", advertiu o então secretário da saúde, segundo disse, Ribeiro André.

Um outro documento enviado pelo secretariado de saúde provincial, refere que "todas as cláusulas contratuais que não forem cumpridas pelas partes, cumpridas as formalidades legais, qualquer uma das partes é livre de resolver o contrato, seja qual for a modalidade contratual, tendo a empresa em causa dias antes para proceder a normalização, que não veio a acontecer".

O mesmo dossier socorre-se ao abrigo do nº 3 da cláusula 10\ a rescisão do contrato, com efeitos imediatos desde à recepção da referida comunicação.

Este cenário acontece dias antes de um grupo de indivíduos não identificados terem sido orientados por terceiros, para a realização de acções no sentido de manchar os serviços realizados por esta empresa, em que sujavam e sabotavam o trabalho de forma propositada, presumiu o suposto lesado, que acrescentou ser uma "manobra" para dar força às acusações que vinham sendo invocadas.

#### Reacção face à situação

Apesar das alegadas críticas levantadas pela governação local, que no entender do empresário não fazem qualquer sentido, senão naquilo que chamou de "conspiração", Ribeiro encarou a medida como injusta, na medida em que o contrato celebrado ainda lhe dava mais cinco meses de trabalho e que nunca tinha sido notificado com antecedência por escrito, avisando a rescisão do contrato, o que pressupunha o pagamento de uma indemnização pelo governo local.

Diante dos factos, ele revelou que escreveu uma carta, datada de 20 de Novembro de 2013, dirigida à direcção do hospital, onde referia que "as partes devem respeitar o objecto de contrato. Ainda assim, na mesma missiva a "SOCOPRAC" contraria o

conteúdo constante no aviso prévio e considera-o intencional a imputação de factos falsos, perpetrados por orientação da governadora local.

O PAIS apurou que a carta terá sido remetida a alguns órgãos de justiça da província a reclamar uma alegada injustiça no caso, acção de que resultou urna outra acção judicial da parte da governadora junto dos órgãos afins, alegando o cometimento, pelo responsável da "SOCOPRAC", de crime de "calúnia e difamação", exigindo que o mesmo fosse detido. Porém, tal pretensão não terá sido concretizada, após os órgãos de justiça terem ouvido todas as partes ligadas a este "conflito"

#### Recurso à advocacia independente

O suposto lesado diz ter sido surpreendido e ficado admirado em aceitar tal decisão, que considera igualmente "bastante estranha" o comportamento que tem na manga o apoio ao empresariado nacional e combate à pobreza.

Sendo assim, diz ter contratado um grupo de advogados, vindo de Luanda, constituído por Mariano Rodrigues Gomes e André Osvaldo, para a defesa do caso, embora tenha sido aconselhado por estes, a parar com as actividades em curso, sob pena de não ser pago.

Esta diligência decorria numa altura em que a administradora, Beatriz Macaya, e outros membros do governo, reuniram-se com os trabalhadores da SOCOPRAC, para informar que a partir de Dezembro de 2013 pertenciam ao quadro de pessoal de uma outra empresa, denominada "Capachi", supostamente pertença do irmão, Euclides da Lomba, mas que tem na gestão, um sobrinho que atende pelo nome de, Paulo Faustino Isaias.

"Só quero justiça, e a minha indemnização "

A fonte que temos vindo a citar diz ter formado mais de 60 pessoas, da sua empresa, em matéria de bio segurança, limpeza e outras áreas ligadas à sanidade de instalações hospitalares, através da empresa "PROMETE". Além disso, não lhe foram devolvidos os meios de trabalho avaliados em mais de 20 mil dólares americanos.

Por estas e outras razões evocadas, Ribeiro entende que se deve fazer justiça neste caso, uma vez que os prejuízos são incalculáveis, além de reclamar a devida compensação por alegar que o contrato de um ano não foi cumprido.

### Intervenção do Tribunal Provincial

Quatro meses depois de ter sido intentada à acção no tribunal provincial, só em Março deste ano foram ouvidas as partes envolvidas no processo com o nº 0489/13-B, sendo presente naquela sessão, o queixoso, e mais quatro testemunhas, assim como o responsável dos recursos humanos e do secretário do hospital e testemunhas. Desta sessão de julgamento ficaram patentes alguma "irregularidades", segundo disse a fonte, no cumprimento de algumas das cláusulas constantes no contrato, por parte do governo, embora a acção de providência cautelar tenha surgido tardiamente.

### 8.10 Novo sistema de captação de água potável entregue á população do cunje

*Jornal Continente*  
14 De Novembro de 2014

O acto foi testemunhado pelo governador do Bié, Álvaro Manuel de Boavida Neto, o secretário de estado das águas, Luís Filipe, a vice-governadora para área económica Ana Maria Muvuay, membros do governo, entidades eclesiásticas, autoridades tradicionais e população no geral.

Para garantir o abastecimento do precioso líquido, foram instaladas duas bombas com uma capacidade de 110 metros hora cada, um reservatório apoiado de 900 metros cúbicos, reservatório elevado com 600 metros cúbicos, duas mil ligações domiciliare e 32 chafarizes. Entretanto, no quadro das festividades dos 39 anos da independência de Angola, foram igualmente inaugurados os sistemas de captação de água potável da embala da Capunda e da centralidade do município do Cunhinga, 30 quilómetros a norte da capital biena. Na ocasião, o governador do Bié, Álvaro Manuel de Boavida Neto, pediu a população no sentido de não danificar a rede de distribuição, sobretudo com a construção de tanques nos quintais, por formas a evitar constrangimentos no sistema. O abastecimento de água potável, disse o governante, vai contribuir na redução de enfermidades como as diarreias, parasitoses intestinais, cólera e outras causadas devido ao consumo de água imprópria, tendo exortado a necessidade da população consumir o "precioso líquido" de forma racional. Os sistemas de água, construídos no âmbito do programa água para todos, visam o melhoramento das condições socioeconómicas das populações, essencialmente nas comunidades rurais.

### 8.11 Instalação de urinóis públicos foi mal projectada

*Jornal: Semanário Angolense*  
15 De Novembro 2014  
*Texto: Maria Kiluanji*

De acordo com os cidadãos ouvidos pelo Semanário Angolense (SA), os mictórios instalados um pouco por toda cidade estão a ser banalizados pelos cidadãos por não haver manutenção e rigor na fiscalização dessas infra-estruturas instaladas para a utilização da população que, pela ausência desses bens, vêm-se obrigadas a urinar e ate mesmo a defecar na via publica.

A iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda em colocar urinóis públicos e boa, reconhece a nossa interlocutora Susana da Costa, mas defende a responsabilidade das pessoas que estão a frente do projecto em cuida-los, ao mesmo tempo que apela a maior responsabilidade social por parte dos utentes e não só, tendo em conta os benefícios que trazem para a sociedade.

As casas de banho públicas estão localizadas nas zonas de maior fluxo populacional e para utilizar, o cidadão gastava apenas 20 kwanzas em moeda. Neste momento as maquina deixaram de funcionar e as moedas encontram-se encravadas nas mesmas, o que impede seu funcionamento.

Os nossos interlocutores afirmaram por outro lado que a ausência de um funcionário para orientar as pessoas a utilizar os urinóis públicos e manter a limpeza em si, estão na base das constantes falhas registadas nos aparelhos que recebem as moedas que dão acesso aos mictórios. De acordo com as explicações, as pessoas indicadas para resolverem o problema não se fazem presentes no local, o que complica cada vez mais a situação do cidadão que pretende usar este bem necessário, obrigando-o a fazer as necessidades fisiológicas ao ar livre.

«Tem de haver alguma explicação em relação a este problema, não basta só colocar um bem ai e pronto», reclamam os cidadãos que pedem ao governo da província e à Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, que tome em conta esta situação de formas a diminuir o Índice de pessoas. Que fazem necessidades ao ar livre o que causa outros problemas de saúde pública por causa do ar poluído que as pessoas inalam.

Há falhas

«Porque e que os projectos implementados pelo nosso Governo acabam sempre em fracasso só?

Onde está afinal de contas o problema?», questionam os nossos interlocutores.

A este propósito, a irmã Adriana Umbelembe, supervisora pedagógica do curso médio de educadores sociais do ICRA, começou por dizer que Angola é um país com políticas muito boas em termos de concessão de ideias, mas em termos de execução prática dos programas e projectos, deixa muito a desejar.

A missionária realçou que as políticas dos balneários públicos colocados na cidade capital foi mal projectada pelo facto da comunidade não estar informada, quanto à sua utilização e os benefícios que este bem pode trazer à população.

A responsável da área pedagógica do ICRA, regozija-se pelo facto de se instalar balneários na via pública, mas entende que a sua instalação não se fez acompanhar de um processo de educação social e institucional e tornam-se na realidade «estatuas» na via pública, porque a comunidade não foi preparada para poder utiliza-los. Não basta obrigar a sua utilização, mas também mostrar as conveniências e inconveniências das pessoas fazerem as necessidades ao ar livre; mas não houve essa informação», disse a missionária Católica.

«Estamos numa sociedade em que as pessoas não tiveram uma base de educação, não cresceram num ambiente familiar e a viver numa cidade superlotada de pessoas, onde não há um espaço para sentar, como no passado, em serões e mesas redondas, para falar das questões da vida. Hoje, isso não existe porque as pessoas estão a correr para a eterna luta pela sobrevivência, porque nunca estamos satisfeitos com o que temos e deixamos o mais importante para trás», disse.

A mãe, realçou ainda que existe uma esfera de problemas sociais que devem ser, bem analisadas em reuniões e assembleias, concluindo que «muitas pessoas não têm noção da importância desse bem público e, em segundo lugar, não sabem até que ponto os 20 Kwanzas que paga se convertem em um benefício para o cidadão, por causa da manutenção e outros serviços realizados e não é uma perda e nem sequer uma corrupção», disse Adriana Umbelembe. A pedagoga acredita que se o cidadão não tiver consciência disso, não consegue valorizar e pensa que

a base de todos esses problemas e a falta de comunicação.

E o presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, José Tavares, já tem conhecimento desta situação e reconhece haver falhas por parte da empresa gestora dessas infraestruturas públicas. O responsável garantiu que dentro de alguns dias os mictórios estarão a funcionar sem qualquer problema.

## 8.12 Moradores do povoado gritam por socorro

*Jornal: Semanário Angolense*

*15 De Novembro de 2014*

*Texto: João Silva*

A população do bairro denominado «Povoado», no distrito urbano da Samba, reclama por mais atenção de quem de direito por causa das condições em que vivem. Segundo os moradores várias cartas já foram dirigidas à administração local, mas nunca obtiveram resposta, nem um pequeno sinal por parte das autoridades que demonstre alguma vontade em ajudar aquela gente.

Os moradores dizem-se abandonados pela administração e as condições lastimáveis em que vive aquela população está a preocupar sobremaneira alguns pais e chefes de família, por causa dos filhos, uma vez que estes são os que mais sofrem, em época chuvosa, porque o bairro encontra-se rodeado por grandes amontoados de lixo, que se vai espalhando por tudo quanto e canto, considerando que a maioria das casas são feitas de material precário como pedaços de madeiras, lonas e chapas de zinco.

O saneamento básico naquele bairro não existe e outro facto caricato registado pelo Semanário Angolense (SA) é a falta de casas de banho nas residências. Os moradores, para se desfazerem das necessidades biológicas têm que depositá-las em sacos de plástico ou mesmo em latas, que posteriormente deitam nos montes de lixo ou nas valas, esperando que a água arraste os resíduos.

O «Povoado», é muito conhecido pela administração local. Segundo o senhor Dionísio José Manuel, morador do bairro. O cidadão afirma que várias vezes os funcionários da administração do distrito da Samba estiveram no local, fizeram os registos das residências e, neste ano por três vezes os homens da administração estiveram no bairro, que também e

apelidado por «favela», mas «não dizem nada e até parece que o sofrimento vai aumentando cada vez mais», frisou o Sr., Dionísio agastado.

Uma das situações mais preocupantes é a falta de água potável. Para a obterem, os moradores têm que recorrer a algumas cacimbas que se encontram no interior do bairro mas, segundo os moradores, tal água não é boa para o consumo, facto que tem provocado algumas doenças em crianças e adultos.

Algumas pessoas entrevistadas pelo SA afirmam que gostariam de ver alguns deputados e membros do Governo a visitarem o «Povoado»: para constatarem de perto a realidade de vida destas pessoas, que nem nas suas teorias conseguem imaginar. «Há quem pensa que isto é um kimbo da Somália ou coisa parecida, mas em Angola, com todo o potencial que se alardeia» disse um jovem

### 8.13 Buracos da EPAL

*Jornal De Angola*

*18 De Novembro De 2014*

Há um buraco na rua que liga a estrada Sagrada Esperança à chamada Avenida da F APA aberto por técnicos da Empresa Pública de Aguas de Luanda (EPAL) há cerca de duas semanas e que continua aberto, tornando-se já num depósito de lixo. Como este, há muitos outros abertos pela EPAL e espalhados pela cidade de Luanda.

Na Avenida MarienNgouabi, os buracos estão espalhados por toda a via. O que anda a fazer a EPAL? O buraco aberto para obras está no troço conhecido por Rua do Bom Deus, em alusão a uma igreja nela situada.

Importa ainda, perante esta situação, fazer duas perguntas: como é possível que se deixem obras por concluir, sabendo-se que a rua em que se encontra o buraco é de grande movimento rodoviário, sobretudo no período da manhã?

Por que se abriu o buraco se se sabia que os trabalhos não iam ser concluídos com celeridade? As autoridades devem ver o que se passa na EPAL. Se não se conseguir acabar rapidamente com os trabalhos, que têm certamente como objectivo melhorar a prestação de serviços por parte da empresa distribuidora de água, o melhor mesmo é fechar este buraco.

### 8.14 Maioria da população tem água potável

*Jornal de Angola*

*20 De Novembro de 2014*

*Texto: Sampaio Júnior e António Gonçalves*

O governador provincial de Benguela, Isaac Maria dos Anjos, afirmou que a maioria da população consome água potável.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico de Benguela, no que diz respeito às águas, registou grandes melhorias na produção e distribuição nas principais cidades do litoral, onde cada consumidor tem água 24 horas ao dia, sem grandes anomalias,

O Programa "Água para Todos" em curso no país está a melhorar a qualidade de vida no meio rural, com a produção por intermédio de furos, que é submetida a tratamento e posteriormente distribuída à população.

O governador disse que foram instalados centenas de sistemas de furos para captar água e construídos vários fontanários nas localidades mais recônditas, o que contribuiu para que se aumente a quantidade de água produzida e distribuída, assim como conferir maior segurança e saúde às comunidades rurais.

O objectivo é construir sistemas de abastecimento e de redes de distribuição, melhorar e expandir os processos de saneamento, com vista a reduzir as distâncias das populações no acesso à água e assegurar uma gestão das infra-estruturas instaladas.

Quanto à energia, até finais deste ano o produto é uma realidade em muitas partes da província, com a conclusão da montagem dos postes de alta tensão, que vão transportar a luz eléctrica da barragem hidroeléctrica de Lomaum. O Executivo aprovou um programa de acções que visam assegurar ligações às subestações, reforçar e expandir as redes de transporte, executar ligamentos de ramais em locais de referência e melhorar a iluminação pública.

O loteamento e distribuição de terrenos aos municípios, com prioridade aos jovens e funcionários públicos, para autoconstrução dirigida, e a edificação de casas sociais em todos os municípios e comunas estão entre as prioridades do Governo de Benguela. O governador manifestou-se preocupado com a sinistralidade rodoviária registada nas estradas nacionais, uma vez que Benguela é das províncias com maior número de acidentes.

## Governo Constrói estradas

O governador provincial de Benguela afirmou que as autoridades vão continuar a envidar todos os esforços para transformar os bairros da periferia da capital, com uma forte aposta na melhoria das estradas na cidade.

Isaac dos Anjos acrescentou que o Governo vai continuar a criar mais empreendimentos públicos e abrir espaços aos privados fora do centro da cidade, com vista a aumentar a mobilidade e a rede de transportes públicos, o acesso ao ensino, aos serviços sanitários, entre outros, para mudar a imagem dos bairros. Os empresários que queiram investir na área dos transportes públicos devem perceber que não basta colocar na estrada um meio rolante e chamá-lo transporte público, mas apostarem igualmente na regularidade deste serviço, correspondendo à programação de vida dos membros das comunidades.

O Governo Provincial de Benguela precisa da participação dos munícipes para que os bairros ganhem outra, dinâmica e sejam bons lugares para se viver.

As necessidades da população são maiores que a capacidade de resolução dos problemas por parte do Governo e por isso espera-se uma melhor compreensão das prioridades.

"Não temos capacidade, como Governo, de andar mais depressa do que as vossas necessidades, porque ultrapassam a nossa capacidade de acompanhar-vos", referiu o governador, para quem é possível fazer-se muito mais, desde que as comunidades contribuam, participem e colaborem.

## 8.15 Lixo inquieta moradores

*Jornal De Angola*

*21 De Novembro De 2014*

*Texto De: João Pedro*

O lixo é um problema antigo na cidade de Luanda. Muitas pessoas jogam lixo em qualquer lugar sem se preocupar com as consequências. Os detritos, em vez de serem depositados no contentor, são colocados no chão.

A situação é mais grave nesta época chuvosa, durante a qual aumentam as enfermidades causadas por falta de higiene colectiva.

No município de Viana, a falta de recolha de lixo é recorrente, o que tem deixado muitos cidadãos preocupados. Na Luanda Sul, bem em frente ao mercado, a situação é crítica. O lixo invade o mercado e os vendedores não se coíbem de expor os produtos ali próximo, o que é um atentado à saúde pública.

Manuel Gaspar, morador, garante que já houve tempo em que as empresas recolhiam o lixo com regularidade, mas nos últimos tempos a situação piorou.

Margarida Simão vende fruta defronte ao mercado de Luanda Sul e reconhece o risco que corre ao expor-se constantemente.

## 8.16 Ponte molhada arrasada pelas chuvas

*Jornal a Capital*

*21 De Novembro De 2014*

*Texto : Milton Manaça*

Objectos sendo transportado pela água, lixo e parte do estaleiro da empreiteira responsável pela construção da nova 'Ponte Molhada' destruída é o cenário que se constatava no local. Em função deste facto, os trabalhos de construção da nova ponte foram relegados para segundo plano já que a circulação automóvel na ponte provisória só foi retomada às 12 horas e 45 minutos, momento em que terminou a limpeza no local.

Segundo o responsável da obra, engenheiro João Cortesão, a inundação da obra obrigou o seu pessoal a começar a limpeza da ponte às seis horas e 30 minutos, tendo garantido que a interrupção dos trabalhos não inviabilizará o andamento das obras que de acordo com o próprio já está executada a 20 por cento.

"Quando assumimos este trabalho sabíamos que isso iria acontecer, por isso, desde o princípio achamos que o ideal era fecharmos esta via para nos permitir fazer a ponte à vontade e evitar esses problemas. Mas o importante é que não aconteceu nenhum dano humano e as viaturas continuarão a circular com normalidade".

Acrescentou que apesar dos estragos causados é necessário que a população entenda que a nova passagem é uma solução de recurso e a nova obra visa essencialmente acabar com esses problemas.



Até às 10 horas, a senhora Emília Catembo, moradora do Honga ainda não tinha acabado de evacuar a água do seu quintal que segundo a própria, para além de ter molhado os mobiliários que se encontravam no interior da residência, encheu completamente a fossa que tinha acabado de construir há duas semanas.

"Ficamos de pé com as crianças ao colo desde às três horas, porque não tínhamos onde dormir. As seis horas, começamos a tirar a água com os baldes e até agora ainda restou o pouco que vocês estão a ver", disse, apontando com o dedo em riste para as marcas que a água da chuva deixou na parede do seu quintal.

No momento em que Emília Catembo conversava com a equipa de reportagem de O PAÍs, o seu esposo estava a dormir, porque de acordo com a nossa interlocutora, metade do trabalho foi feito pelo seu cônjuge, que contou posteriormente com a ajuda dos vizinhos que se juntaram a causa em função da quantidade de água.

"Todos os livros e cadernos das crianças, assim como a roupa acabaram por molhar, por esta razão tiveram que faltar a escola hoje mesmo sendo dia de prova", lamentou, acrescentando que a situação é a mesma em todas as épocas chuvosas para as residências construídas na área adjacente a conhecida Ponte Molhada devido ao aumento do caudal da água.

A ponte das mortes

o mesmo bairro, outra fonte que preferiu não se identificar, lembrou com tristeza a morte do irmão de 30 anos que no passado tentou enfrentar as cheias na referida ponte para socorrer um automobilista que se encontrava no interior de uma viatura.

Os dois não resistiram a pressão da água e foram arrastados até ao mar.

"Nós já testemunhamos a morte de muita gente aqui nesta ponte. Até os embondeiros com o peso que têm são levados, por isso, enquanto não se concluir a ponte nova os problemas não terminarão, E, pelo que temos estado a acompanhar dos outros anos, posso dizer que se cair mais uma chuva como a de hoje; essa passagem provisória vai destruir-se na totalidade", relatou o entrevistado, tendo referido que é morador do Honga desde 1992.

Já Gabriel Katimba, 24 anos, disse não ter dado conta no momento em que a chuva começou, tendo despertado apenas quando sentiu a humidade do colchão em que estava deitado por volta das quatro horas.

"Sempre que a água aumenta na ponte, aqui em casa entra água por todos os lados. O meu pequeno fogão e a botija ficaram debaixo da água e, enquanto. Tirávamos o colchão para o meter fora, o outro foi levado pela água, pois, como podem verificar, ainda não temos quintal".

Apesar de se tratar de um dia normal de trabalho, muita gente ficou em casa, alegando que essas enxurradas, por sinal a primeira que Luanda registou desde o término oficial da época de Cacimbo, impossibilitou-os de sair de casa. Para além do trabalho da evacuação da água, há quem justificou a sua ausência como sendo resultado do trânsito provocado pelas chuvas em várias artérias da capital.

Vitorino Camundonda, por exemplo, contou a O PAÍs que para chegar a estrada da UGP, saindo do Benfica, foram precisas duas horas e 35 minutos, razão pela qual, o interlocutor preferiu regressar a casa, precisando que mesmo que continuasse não chegaria a tempo ao centro da cidade.

" Com o engarrafamento de hoje, só chegaria a Mutamba depois das 10 horas, por isso, resolvi regressar a casa porque de qualquer forma levaria falta mesmo que chegasse ao local de trabalho", justificou.

Para os taxistas, este foi um péssimo dia de trabalho, argumento suficiente para que a conta do patrão não esteja completa ao fim do dia, como garantiu João Binda, acrescentando que se fosse ele o proprietário da viatura não se importaria em ficar em casa naquele dia.

" Já tentei mudar de rota mas está tudo na mesma. Se dependesse de mim, não me importaria em parar e perder este dia. Até ao fim do dia não imagino o stress com que as pessoas chegarão a casa", desabafou João Binda.

## 8.17 Surto de doenças à espreita no Zango

*Jornal A Capital*

*21 De Novembro de 2014*

*Texto De: Alberto Bambi*

Moradores do Zango III e IV receiam haver, nos próximos dias, um surto de doenças, devido ao amontoado de lixo que se regista em quase toda a extensão da referida área.

"Se as empresas de limpeza não aparecerem rápido para remover este lixo, aqui se vai registar uma série

de doenças, porque nós respiramos todo o ar que passa por aí", alertou Tobias Naifila, de 42 anos de idade, tendo acrescentado que a situação se iria agravar caso chovesse nesse centro habitacional do município de Viana (o aconteceu na madrugada seguinte, de Quarta-feira).

Segundo o entrevistado, há mais de um mês que não vê os operadores de limpeza a entrarem para o interior do Zango, a fim de efectuarem o trabalho de recolha de resíduos sólidos.

Na verdade, a reportagem de O PAÍS, que dedicou uma ronda pelo bairro adentro, verificou a concentração de lixo de um ponto a outro, em distâncias calculadas em menos de 50 metros. Por causa disso, Joo assegurou que, embora o problema afecte mais aqueles que estão próximo dos aglomerados de lixo, nenhum morador está isento de sofrer as consequências do fenómeno.

"Aqui, de 30 a 30 metros, vais encontrar uma lixeira, por isso, todo mundo se sente 'preocupado com este mal", reforçou Tobias.

Ele reconheceu que o depósito era feito pelos próprios moradores, mas justificou dizendo que não tinham muitas alternativas e que a sujeira estava a ser colocada em pontos recomendados pelas empresas de limpeza onde os efectivos das mesmas já não passavam para fazer a captação.

Questionado se entre os amontoados existentes não havia novos focos, o morador do Zango IV aventou a possibilidade de haver alguns, pelo facto de as crianças constituírem o maior grupo encarregado de levar o lixo para longe de suas casas, conforme fez questão de referir.

Falando concretamente do aglomerado das proximidades de sua casa, ele explicou que o depósito era feito num local anterior, entretanto, em Setembro último, apareceu um indivíduo identificado como líder de uma organização partidária, recomendando para não continuarem a deitarem aí o lixo.

"O senhor ligou para uma empresa e, no dia seguinte, já não havia nada no local do futuro comité do partido", disse, ironizando que os carros iam rápido para satisfazer necessidades partidárias.

Outra situação levantada por Tobias Naifila teve a ver com o desaparecimento de algumas operadoras dos serviços do género e o surgimento de outras. "Antes, nós víamos aqui os carros da ELISAL, da SGO e de uma empresa cujo nome agora me escapa, mas hoje só vemos, na estrada principal, uma

companhia denominada GASR", informou o próprio, revelando que aos moradores não foi dada nenhuma satisfação sobre a mudança de firmas e dos serviços.

SGO deixou de passar

Para João e Cândido, moradores do Zango IV há mais de três anos, quando a operação era levada a cabo pela SGO, não havia muitos problemas, porque os funcionários cumpriam com a obrigação de entrar no bairro.

"Nós não sabemos se os trabalhadores desta nova empresa têm ou não a obrigação de entrar no bairro", a verdade é que, quando há visitas de dirigentes, tudo aqui fica limpo", revelaram os entrevistados, apelando aos órgãos competentes para porem fim a um fenómeno que eles classificam como resistência por parte dos recolectores.

A si preocupa a queima, alternativa mais fácil que os moradores encontram para diminuir a quantidade de resíduos, pois, segundo disseram, por se tratar de um lixo não seleccionado, cujo fumo é bastante prejudicial à saúde das pessoas.

Operadores da GASR reclamam ser únicos no terreno Na manhã de Terça-feira, 18, a equipa desta reportagem dirigiu-se à rua seis do Zango III, a fim de contactar a direcção da GASR para alguns esclarecimentos sobre o trabalho de recolha, porém, segundo o segurança, os responsáveis tinham saído para trabalhar fora da instituição. No entanto, momentos antes, alguns funcionários da referida empresa, encontrados a recolher o lixo na segunda paragem dos motoqueiros, um dos acessos para o zango IV, revelaram que desempenhavam as actividades de recolha com pouco número de trabalhadores.

Para demonstrarem o quanto as alegações por si apresentadas contribuía para o fracasso da actividade, disseram que eram apenas seis para um carro e tinham como missão limpar o troço entre o Zango e Calumbo.

"Assim, como é que vamos ter tempo de entrar no bairro", questionaram, aconselhando a população para envidar esforço de depositar o lixo perto da estrada principal.

Os funcionários da GASR, ainda falaram sobre programações da empresa, que contemplavam um ou dois carros para passar no interior do bairro. "Mas por causa da quantidade de lixo, as basculantes deixaram de recolher aí dentro", desabafou.

## 8.18 Construção de latrinas reduz doenças no cuanza sul

*Jornal de Angola*

*25 De Novembro de 2014*

*Texto: Casimiro José*

O programa "Saneamento Total" está a ser desenvolvido desde Manto em três municípios do Cuanza Sul e os resultados tem grande impacto junto das comunidades. Levado a cabo pela Unidade Técnica de Saneamento Ambiental do Ministério do Ambiente, com o envolvimento das comunidades e escolas, abrange 17 bairros dos municípios do Sumbe, Amboim e Quibala. Consiste na realização de campanhas de limpeza e a construção de latrinas.

No município do Sumbe estão envolvidos os moradores dos bairros Pomba Nova, Pedra I e Sector Oito do bairro Américo Boavida. No Amboim, o programa é desenvolvido em seis bairros e na Quibala em oito.

O programa "Saneamento Total" arrancou com a formação de assistentes que depois foram trabalhar nos municípios do Sumbe, Amboim e Quibala, o passo seguinte foi por fim a defecação ao ar livre e a realização de campanhas de limpeza.

O objectivo do programa é contribuir para combate as doenças resultantes do mau saneamento, como a malária, febre tifóide e outras, através de acções simples, como campanhas de limpeza, construção de latrinas e a consciencialização da população.

O balance é positivo pelo facto de ter despertado as comunidades para a importância do saneamento básico na prevenção de doenças.

O primeiro bairro a receber a certificação como zona sem defecação ao ar livre foi o da Pomba Nova, arredores do Sumbe, durante uma cerimónia que reuniu líderes da comunidade, membros do Governo Provincial, responsáveis da unidade Técnica de Saneamento Ambiental do Ministério do Ambiente e moradores.

### Líderes comunitários

O coordenador nacional da Unidade Técnica de Saneamento Ambiental do Ministério do Ambiente, Nascimento Morais, que presidiu ao acto, na presença do director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Manuel Mérito, afirmou que o programa atingiu os objectivos preconizados por ter resultado na redução de doenças e na melhoria do nível de vida das

populações, "Estamos muito satisfeitos com os resultados alcançados, o que só foi possível graças ao empenho das comunidades e dos seus líderes", disse Nascimento Morais.

Antes do programa ter chegado ao bairro Pomba Nova, existiam apenas 12 latrinas e hoje são 137, que correspondem ao número de famílias ali residentes.

Nascimento Morais esclareceu que, de início, o programa previa a construção de latrinas com o apoio da UNICEF. Essa modalidade teve pouco êxito, porque as pessoas não se reviam nas latrinas construídas e muitas sequer as utilizavam.

No seguimento do programa, com o apoio da União Europeia, foi adoptada outra modalidade, que consistiu em campanhas de sensibilização sobre a importância das latrinas na prevenção de doenças. Como resultado, as comunidades passaram a construir as latrinas e a usá-las com regularidade.

As populações ganharam ainda mais consciência da importância do uso das latrinas quando viram reduzidas as doenças nas suas comunidades, afirmou Nascimento Morais, que pediu as famílias para cuidarem das latrinas. "As doenças desapareceram mas se descuidarmos os hábitos de higiene, podem voltar com mais agressividade", alertou.

O director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Manuel Mérito, manifestou a sua satisfação pelos êxitos alcançados e considerou que o programa de saneamento ambiental foi muito útil, porque despertou nas comunidades o sentido de responsabilidade para com a prevenção das doenças,

"Estamos nesta cerimónia para agradecer a Unidade Técnica de Saneamento Ambiental do Ministério do Ambiente por ter contribuído com acções práticas para o combate as doenças nas comunidades, ao incentivar a construção de latrinas e a realização de campanhas de limpeza", disse.

Manuel Mérito acrescentou que a experiência "deve atingir outras localidades da província" e reconheceu que existem ainda grandes problemas de saneamento básico. O ponto mais alto das cerimónias foi a entrega de certificados e a distribuição as famílias de produtos de higiene, que vão dos baldes as barras de sabão.

### Sobas louvam iniciativa

Os sobas dos bairros envolvidos no programa reconheceram que, com o "Saneamento Total", as doenças diminuíram de forma significativa. O soba

do bairro da Pomba Nova, Faustino Wkuesenje, disse que a sua comunidade respira de alívio devido a redução das doenças que no passado faziam muitas vítimas mortais, Sobretudo entre as crianças: "Tem os de continuar com a limpeza do bairro e cuidar bem das latrinas", rematou.

O reconhecimento dos resultados do programa também foi manifestado no bairro da Pedra I, onde o soba Manuel Balato, disse ao *Jornal de Angola* que 3.037 pessoas, num total de 8.476 pessoas já usam latrinas.

A autoridade tradicional afirmou que o número de óbitos por doença diminuiu muito na aldeia: "No passado, vivemos momentos difíceis, com mortes, umas atrás das outras. Mas, com a construção de latrinas e a limpeza do nosso bairro, tudo agora caminha bem. Por isso, vamos continuar com as campanhas de Limpeza e cuidar bem das latrinas".

A mesma realidade foi constatada no Sector Oito do Bairro Américo Boavida, onde as 212 famílias (3.300 pessoas), também enaltecem os êxitos do programa "Saneamento Total".

A assistente municipal do Sumbe da Unidade técnica de Saneamento Ambiental do Ministério do Ambiente, Cremilda Albino, afirmou que o êxito do programa se deveu a colaboração dos líderes das comunidades e dos sobas, na sensibilização das famílias, o que resultou numa adesão total.

Os resultados são visíveis. "Hoje dizemos com propriedade que defecar ao ar livre é um fenómeno que faz parte do passado", frisou.

O programa de saneamento ambiental começou a ser desenvolvido na província da Huila, em 2008, numa primeira fase conta com o apoio da UNICEF. Revitalizado a partir de 2012, foi expandido as províncias do Bié, Moxico e Cunene.

A terceira fase, com o apoio da União Europeia e a assistência da Unidade técnica de Saneamento Ambiental do Ministério do Ambiente, atingiu o Cuanza Sul, Cuanza Norte, Benguela, Malanje, Namibe e Uíge. Nesta fase, foi executado em três municípios de cada província.

## 8.19 Obras estruturantes melhoram tráfego

*Jornal de Angola*

*25 De Novembro de 2014*

As obras em curso nas estradas entre Viana e Calumbo e a outra que vai de Viana a Camama vão permitir uma maior circulação rodoviária, garantiu o coordenador do Gabinete Técnico de coordenação e Acompanhamento de Projectos de Luanda.

Luis Filipe da Silva avaliou ontem as obras e manifestou preocupação com a via que liga Viana a Calumbo, que está mais atrasada. "A obra na via Viana e Calumbo decorre num ritmo lento, porque existem problemas de macro-drenagem para serem resolvidos, além de alguns problemas de natureza contratual e orçamental", frisou.

Em declarações à imprensa, no final da jornada de trabalho que efectuou no município de Viana, Luis Filipe da Silva constatou a existência de muitas famílias a residirem ao longo do traçado, pelo que se vai fazer o realojamento dessas pessoas noutra zona, para possibilitar a execução das obras.

Quanto a falta de drenagem das águas, o coordenador do Gabinete Técnico de Coordenação e Acompanhamento de Projectos de Luanda disse, por outro lado, que as pessoas construíram nas linhas de água e não existem vias para que essa possa drenar naturalmente, daí que tem havido gastos significativos para se poder resolver esses problemas, nem sempre fáceis.

"Essa é uma problemática que não existe apenas aqui, mas em quase todos os projectos há necessidade de desalojar e realojar famílias. Para esse caso concreto, algumas dessas famílias, que são centenas, podem ser realojadas numa reserva fundiária de Calumbo", disse.

Na via Viana e Camama, Luis Filipe adiantou que os trabalhos estão a decorrer a um ritmo aceitável e espera-se que estejam concluídos dentro dos prazos previstos o também secretário de Estado das Águas referiu que estão em curso obras nas vias secundárias, onde alguma infra-estrutura é intervencionada pelo Ministério da Construção, sendo que umas estão em fase de conclusão e outras vão ser iniciadas.

"Neste momento, está-se a fazer a desconcentração de algumas tarefas ao nível dos próprios municípios e as vias secundárias vão passar para uma responsabilidade mais directa destes", referiu. Durante a sua jornada de campo, Luis Filipe esteve acompanhado de representantes da Administração de

Viana, Edel, Epal, do Instituto de Estradas de Angola (IEA), Ministério da Construção e outros intervenientes no processo.

## 8.20 Várias operadoras sem experiência para trabalhar

*Jornal: jornal de Angola*  
28 De Novembro de 2014

O administrador municipal de Cazenga disse á Angop ser um gente discutir as formas de contratação de empresas de recolhas de lixo no município, pois muitas delas não têm meios de trabalho, nem capacidade.

Nataniel Narciso mencionou, como exemplo, "as empresas Solizac e Solion que, como operadoras, deixam muito a desejar". O administrador municipal, que defendeu penalizações para as empresas que não respeitam o estabelecido nos contratos, salientou a importância da fiscalização "ser ágil" a actuar.

"As empresas com mau desempenho começaram já a ser afastadas e outras a abandonar o município por causa da pressão dos Serviços de fiscalização", afirmou. O administrador municipal lamentou que a recolha do lixo continue a ser uma preocupação por culpa das operadoras de recolha que têm dificuldades em cumprir o plano e programas estabelecidos pelas autoridades.

O administrador do município, que já foi o mais populoso de Luanda, disse que, como a recolha do lixo começa a ser feita a meio do dia e termina a noite a circunscrição permanece suja durante muitas horas. Desta forma, disse, é difícil sensibilizar a população sobre o horário e local próprio para a deposição dos resíduos sólidos.

## 8.21 Chafarizes do Bairro Ndala Muleba estão secos

*Jornal de Angola*  
29 De Novembro de 2014  
Texto, NILZA MASSANGO

O bairro tem 21 chafarizes onde a população diariamente se abastece de água potável, Mas apenas cinco estão a jorrar água, os outros foram vandalizados ou estão "misteriosamente secos". Milhares de pessoas concentram-se nos únicos que resistiram ao vandalismo e ao "corte" do abastecimento. É uma luta diária da qual muitos saem derrotados, voltando para casa com as vasilhas vazias.

As reclamações dos moradores são constantes junto da Empresa Pública de Águas (EPAL). Os cinco chafarizes são insuficientes para abastecer os mais de 34 mil habitantes do bairro. Os técnicos alegam que há problemas com a bombagem. Mas muitos moradores põem o dedo noutra ferida: os chafarizes ficaram secos porque a água foi desviada para os tanques de algumas moradias no bairro.

A água roubada e depois vendida a peso de ouro. Existe uma associação de zeladores dos chafarizes, mas quando a água deixa de correr pouco há a fazer.

A "avaria" é transmitida aos serviços da EPA. Os esforços feitos para restabelecer a ligação da água têm sido imiteis.

O Jornal de Angola soube que há quase dois anos que os chafarizes não dão sinais de vida. É muito tempo para resignação e mais ainda para a negligência dos serviços técnicos responsáveis. Na Rua da Paz existe um chafariz que jorra água. Multidões de moradores concentram-se à sua volta. Muitos percorrem quilómetros, com carros de mão repletos de bidões de 25 litros, para se abastecerem.

"A luta é diária", disse uma moradora do bairro. Felisberto Paulo, da Comissão de Moradores, teme que os cinco chafarizes que funcionam, tenham o mesmo fim dos outros 16. Por isso pede aos técnicos da EPAL para resolverem os problemas e que façam um trabalho profundo de investigação para descobrirem o "carninho da água" roubada. O importante é que as torneiras de todos os fontanários voltem a jorrar o "precioso líquido".

O bairro não tem água canalizada. Por isso, foram construídos os chafarizes para fazer face às necessidades dos moradores, enquanto não chega o Projecto Água Para Todos, que vai garantir as ligações domiciliárias.

Outro problema que inquieta os moradores do Bairro Ndala Muleba, comuna do Quicolo, é a energia eléctrica que parece mais um "jogo de luzes". Esta sempre a faltar o bairro já ficou 15 dias sem energia e quando chega a conta todos têm de pagar o que não consumiram. Existem quatro Postos de Transformação (PT), insuficientes para abastecer o bairro todo. Há zonas que ficam as escuras. Os moradores esperam que com a nova Administração Municipal os problemas sejam resolvidos e as ruas asfaltadas para acabar com os buracos e a lama em tempo de chuva.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Índice de criminalidade cria graves transtornos no bairro popular

*Jornal: continente*

*07 De Novembro de 2014*

*Texto: Josefa José*

Em conversa com os moradores apontaram a rua 12, conhecida por rua da alegria, o local mais crítico onde os moradores nunca gozaram de um bom sossego. Segundo eles a delinquência aumentou por causa do mercado e a paragem dos taxistas no local, sendo que a mesma zona da acesso ao chamado bairro Malangino uma zona considerada perigosa.

Nos últimos dias, referiram os moradores, que o bairro tem estado triste e preocupado com a ma situação que vem perturbando o silêncio na calada das noites, criando um pânico e mau estar dos mesmos.

"Eles actuam de forma brutal, levam consigo botijas, televisores, computadores, telemóveis, dinheiro e até mesmo comida guardada dentro da geleira ou na arca, e, nalgumas vezes as mulheres são violadas e maltratadas. Estamos preocupados com esta situação não sabe o que fazer aos patifes que ferem a nossa vida", lamentaram.

Em conversa com Ana Maria, uma jovem de vinte e dois anos, estudante universitária, moradora do referido bairro há oito anos, disse ao Continente que a "razão de vários jovens entregarem-se ao mundo da delinquência, deve-se a falta de emprego e a falta de ensino, como elementos que estão na base de delinquência", indicou. Prossequindo, Ana Maria disse por outro lado que "para ajudar o país não é usurpar aquilo que o outro conseguiu com tanto sacrifício e deixar trauma nas mulheres encontradas dentro das suas próprias casas, batendo em pessoas inocentes, até ao ponto de tirar a vida da pessoa para conseguir o que querem", desabafou.

A mesma interlocutora que temos vindo a citar disse ter sido assaltada por duas vezes na sua própria casa, tendo-lhe retirada duas botijas, dinheiro e telemóvel, ao ponto de presenciar a violação que os mesmos meliantes praticaram nas suas primas, tendo lhe provocado transtornos psicólogos.

Segundo a nossa interlocutora, "a mesma desgraça também tem sido com os alunos do período nocturno, tudo porque até há adolescentes envolvidos no mundo da delinquência usados como mandatários pelos adultos de forma a facilitar o trabalho que fazem no seu dia a dia.

Os moradores preocupados com índice de delinquência, clamam com urgência pela intervenção da policia nacional que até o momento nada tem estado a fazer naquele bairro relacionado com a manutenção e segurança dos cidadãos. Afirma.

### 9.2 Meliantes assaltam kinguilas na zona Camama em Luanda

*Jornal: continente*

*07 De Novembro de 2014*

*Texto: Luís Caetano*

O Continente esteve no local e segundo as testemunhas os meliantes faziam-se transportar por uma viatura e uma motorizada e 'de imediato neutralizaram as, vitimas sob ameaças de norte, e em seguida levando quantias elevadas em kwanzas e dólares norte americanos..

Paula da Conceição Pimenta disse a nossa reportagem que a acção decorreu nos" arredores do Condomínio Jardim do Éden junto do Banco de Poupança e Credito (BPC).

"Foram cinco jovens, depois de se apoderarem do dinheiro das senhoras meteram-se em fuga, em alta velocidade disparando para o ar" informou Paula Pimenta.

Já a Edna de Sousa, cambista foi assaltada e os bandidos levaram 15 mil dólares e 1 milhão de kwanzas. "Nunca vi uma coisa dessas, foi tudo rápido, de repente apareceram três pessoas com pistolas e armas grandes e colocaram-me e receberam a pasta onde tinha o dinheiro" conta tristemente a senhora Edna.

Cena deste calibre aconteceu terça-feira, em que dois supostos marginais foram mortos, em Viana, Luanda Sul, em confronto direito com as forças da ordem pública, quando estes tentavam assaltar um grupo de Kinguilas, graças a pronta intervenção dos agentes da policia que impediu o assalto. A policia nacional informa que nas últimas 24 horas registou 18 crimes diversos de fórum comum, dos quais 14 já esclarecidos com destaque para um homicídio voluntário por disparos com arma de fogo, ameaças

de morte, roubos de artigos diversos e valores monetários, posse e uso de drogas.

Nesta acção foram detidos preventivamente 59 supostos marginais, dos quais nove estrangeiros por permanência ilegal no país e apreendidas sete armas de fogo, uma Uzi, quatro metralhadoras do tipo Akm-47, duas pistolas e artigos diversos.

### 9.3 Governo diz que ha avancos FEM diz que nao

*Novo Jornal*

*10 De Novembro de 2014*

HA ESTUDOS e relatorios para tudo e com versoes antagónicas, sobre a mesma realidade. O Governo anunciou ontem que Angola regista avancos significativos no que concerne a equidade do genero e da nao discriminacao em funcao do sexo, mas recente relatorio Global sobre a diferenca do Genero pramovido pelo Forum Economico Mundial, (FEM) diz que nao e assim.

No ranking global de 142 paises, Angola ocupa este ano a 12 posicao quando em 2013, estava melhor na 92a posicao, Se desde 2006 ,marcava urn ritmo de melhorias, o mesmo ja nao se podera dizer da situacao actual. De acordo com o FEM, Angola piorou em termos de expectativa de vida saudavel, comparativamente ao ano passado e ocupa as posicoes mais baixas do ranking sobre a igualdade salarial para tra- balhos similares e capacidade das mulheres para subir a posicoes de lideranca empresarial.

Ja o Governo, que tem por base um relatorio de avaliacao das accoes previstas na Declaracao e a Plataforma de Accao de Beijing, adoptadas na Quarta Conferencia Mundial sobre a Mulher, em 1995, que foram analisadas em conjunto com a Comissao para a Politica Social do Conselho de Ministros, concluiu que ha

avances signifitativos.

Da 8a reuniao ordinaria da comis- sao, orientada pelo vice-presidente da Republica, Manuel Vicente, saiu um comunicado em que se le que "este relatorio reflecte uma analise global das conquistas alcancadas . por Angola, desde a referida conferencia, os prgressos alcancados a partir da sua ultima avaliacao, em 2009, assim como as prioridades que colocam no ambito da implementacao das 12 areas definidas na Declaracao e no Programa de Accao de Beijing".

Nesta mesma nota sao reconhecidas as accoes do Executivo em pral da promocao da equidade do genero, destacando-se a consaqracao do principio da igualdade do genera e o da nao discriminacao em funcao do sexo. Exemplificando com a transformacao, em 1997, da Secretaria de Estado para a Promocao e Desenvolvimento da Mulher em Ministerio da Familia e Promocao da Mulher e a aprovacao da Lei contra a Violencia Domestica. Alem de outros avancos apontados pelos governantes, nomeadamente a aprovacao da Politica Nacional para a Igualdade e Equidade de Genera, assim como : a consaqracao da taxa minima de 30% de representacao do genera, na Lei dos Partidos Politicos.

A Declaracao e a Plataforma de Acao de Beijing estabelece o quadro de politicas mundiais para realizar os objectivos da igualdade de genera, do desenvolvimento e da paz.

a dourmento apelava a accao em relacao a 12 questoes essenciais nos dominios da pobreza, educacao e formacao, saude, violencia contra as mulheres, conflitos armados, economia, poder e tomada de decisoes, mecanismos institucionais, direitos humanos, meios de comunicacao social e ambiente.

#### GENERO REGIONAL

Em 2014, o desempenho na regio da Africa Subsaariana melhorou 8,8% a nivel da participacao economica e no sub-fndice oportunidade, quando comparado a 2006 e no mesmo periodo melhorou 71% o seu empoderamento politico. Este ano estao no top 20 no indice geral, paises como Burundi, Africa de Sul e Burundi que e incluido pela primeira vez neste 'ranking'.

Entre os 20 paises com melhor desempenho na participacao economica estao: Malawi, Botswana, Ouenia, Mocambique e Burundi. Botsuana, Lesoto e Namibia estao entre os 25 paises que debelaram totalmente as lacunas educacionais.

Na saude e sobrevivencia a Namibia, Africa do Sul e Zimbabue estao entre os 35 paises que fecharam seu hiato do genera. Enquanto que, em materia de empoderamento politico, lideram apenas tres paises da reqiao: Ruanda, Africa do Sul e Mocambique,

So nove paises da Africa Subsaariana estao no top 20 no indicador de participacao na forca de trabalho, Malawi encabeça o ranking, segue-se Mocambique. Ruanda e Burundi que registam uma maior representacao das mulheres na forca de trabalho.

a Burundi lidera o ranking do indicador pesquisa igualdade e, juntamente com a Zâmbia, os dois países da região no top 10. a Lesoto vai a frente no ranking da taxa de alfabetização e, em conjunto com a Namíbia e Botswana, regista uma taxa de alfabetização maior entre mulheres do que homens.

Oito dos dez países menos classificados no indicador global SaG da região. a Mali é um dos dez países com menor classificação no indicador de expectativa de vida saudável. Ruanda, África do Sul e Senegal estão entre os 10 melhores países do ranking sobre as Mulheres no indicador parlamento e o Ruanda é o único país que tem mais mulheres do que homens no parlamento.

Comparando os resultados de 2006, Angola e Zâmbia estão entre os cinco países que mais avançaram no índice da saúde e sobrevivência, enquanto a Etiópia, Nigéria e Angola estão entre os cinco países que registaram menor desenvolvimento na pontuação a nível educacional.

a Mali é um dos países com o menor aumento relativo a 2006, em termos de participação económica e oportunidades e também ao nível da saúde e sobrevivência.

## 9.4 Comerciantes na rota dos assaltos

*Jornal A Capital*  
22 De Novembro De 2014  
Texto: João Feliciano

O interior do bairro conta com um mercado, que também tem a designação de Catintom, fornecedor de produtos hortícolas produzidos em diferentes pontos do país. As suas ruas, verdadeiros becos sem saídas, são uma espécie de chamariz. Isto significa que contribuem para o aumento da criminalidade.

É a leitura que se faz com base na denúncia feita por moradores, quase que obrigados a alterar o seu estilo de vida por força da acção dos marginais. São acções, dizem as nossas fontes, que se registam todos os dias, daí o sentimento de insegurança, em grande medida devido à falta de policiamento.

As cenas não andarão muito longe do que nos é mostrado em filmes de terror. Assassinatos, assaltos à mão armada e violações sexuais conformam o amargo menu colocado à disposição de uma população que não vê chegar a intervenção policial.

Bem fresquinho na memória dos moradores ouvidos pelo A Capital está o assassinato de um cidadão angolano, 35 anos de idade, gestor de uma cantina. Foi morto ao regressar à casa, cumprida que estava mais uma jornada de trabalho, tal como contou o jovem Rafael, de 15 anos de idade. "Ele foi morto aqui mesmo", dizia, enquanto indicava o local do crime, uma área que se situa ao lado de uma ponte que drena as águas residuais saídas dos bairros Rocha Pinto e Golfe 2.

Apurou-se, com base no depoimento de testemunhas oculares, que o cidadão transportava algum dinheiro. Por isso, diz-se, passou a fazer parte das preferências dos meliantes. "Recusou-se a entregar o dinheiro que levava", afirmou o município, declarando que os marginais atingiram o comerciante com três disparos de armas de fogo.

Quem, ainda que de longe, conseguiu acompanhar a cena, não tem dúvidas que os ladrões estavam, efectivamente, decididos a tirar a vida ao cidadão. "Quando chegaram próximo da vítima não hesitaram.

Até parecia que já tinham combinado o que fazer", detalhou. Um dos disparos, porventura o primeiro, foi em direcção à barriga.

Tratou-se, na verdade, de um indicador de que prosseguem as perseguições a gestores de armazéns e cantinas na zona do Catintom. Os estrangeiros, sobretudo os da África do Oeste, são a franja preferida, conforme ilustram as declarações de Dialo, que controla dois armazéns.

Consciente de que está entre os preferidos, afirmou que os malianos e guineenses são perseguidos porque os meliantes "pensam que temos muito dinheiro". Dialo lamenta o que considera ser uma precariedade em termos de segurança, reafirmando que a sua cantina, à semelhança dos dois armazéns vizinhos, tem sido assaltada de forma sucessiva. "Mesmo com alguns polícias a efectuar rondas, os marginais não se sentem intimidados", indicou.

Preocupado anda igualmente o cidadão Daniel Raimundo, outro comerciante, de 45 anos de idade. Ele revela que a delinquência tem vindo a aumentar, em grande medida devido ao surgimento de gente nova no bairro. "O aumento da criminalidade é o reflexo do crescimento em termos de habitantes. Não nos podemos esquecer que temos aqui um mercado", alertou.

As palavras de Raimundo foram, pois, o mote para um contacto com Anita Jacinto, que centralizou as suas preocupações na escassez de postos policiais.



Com mais unidades, acredita Anita, estariam lançadas as bases para uma redução substancial da criminalidade. "Precisamos mesmo, já que os crimes são diários, de mais unidades policiais", apela a vendedora, que defende, por outro lado, a construção de espaços de lazer, escolas e outros bens que, não sendo a solução, representam alguma ajuda na cruzada contra a criminalidade.

Na hora das súplicas, não se esqueceu de pedir postos eléctricos para a iluminação pública de um bairro que conta já com alguma história.

#### Motociclistas preocupados

É verdade que os homens das cantinas dos armazéns, tidos como endinheirados, são a preferência, mas não se deve ignorar o grito de socorro de uma outra franja da sociedade.

Na sua ronda, o jornal A Capital captou os alertas de quem vive do serviço de moto-táxi, também na órbita dos marginais, assim como outros motociclistas.

O moto-taxista André Tchiungo, 25 anos, queixou-se de ter perdido duas motorizadas em consequência de assaltos. "As perseguições continuam, havendo dia em que os marginais, para além do roubo de motorizadas, levam ainda o nosso dinheiro", afirmou.

Tchiungo acrescenta que, às noites ou em plena luz do dia, são registadas cenas destas. Ernesto, por seu turno, teve a sorte que faltou ao seu companheiro, uma vez que a tentativa de assalto delineada para o seu meio de transporte não passou disto mesmo.

Todavia, achou pertinente informar que um outro companheiro, que já abandonou Luanda, foi assaltado por dois marginais, por volta das 19 horas, quando acabava de deixar um cliente junto à estrada principal. "Perdeu a motorizada e, agastado, foi para Benguela, sua terra", resumiu.

Entre os moradores, há quem diga que os autores dos crimes estão identificados, sendo que muitos são detidos e logo depois são devolvidos à liberdade.

## 9.5 Delinquência Juvenil em Alta nas escolas do Kilamba

*Semanário Angolense*

*22 De Novembro de 2014*

*Gaspar Faustino*

As escolas da Centralidade do Kilamba estão ser aterrorizadas por jovens marginais que todos os dias

fazem-se passar por pessoas de boa-fé circulando entre estudantes e outros cidadãos comuns. A situação que tem ocorrido um pouco por toda área daquela urbanização e mais frequente nas escolas.

Na deslocação a Centralidade do Kilamba, a reportagem do Semanário Angolense (SA) teve o primeiro contacto com a estudante Claudia Moniz, que considerou «triste» o cenário que se vive naquela circunscrição, contando que já foi vítima de assalto, varias vezes e, por não se sentir segura, optou por novos métodos de autoprotecção, como por exemplo andar com o telemóvel a cintura. «Sei que isso pode causar alguns problemas de saúde, por causa da vibração do aparelho, mas não há outro jeito», lamentou.

Cláudia disse ainda que em tempos idos a situação «era muito mais calma», sublinhando que «este clima de insegurança e 0 mais crítico de todos os tempos» e apontou 0 crescimento populacional como um dos factores que conduziram ao aumento da delinquência e, conseqüentemente, da insegurança pública.

Por sua vez, Maria Rosa, estudante da Escola 2005, na Centralidade do Kilamba, considerou que a situação esta a tornar-se mais complicada a cada dia que passa. «Por este facto e que eu ando muito prevenida. Escuso-me a andar com valores monetários ou telemóveis, porque a situação é crítica. A Policia Nacional precisa traçar novas técnicas de combate ao crime», aconselhou.

A estudante reconhece o esforço que a Policia Nacional tem feito para garantir a segurança, a pública, mas ainda assim não é o suficiente para que as pessoas possam sentir-se mais a vontade e admite: «Quando estou na rua tenho desconfiança de qualquer pessoa com aparência estranha, porque ainda não existe uma segurança, a firme no Kilamba, nunca estamos seguros. Corremos sempre 0 risco de sofrer um assalto em qualquer esquina». A policia tem feito a sua parte.

Aumentou o número de patrulheiros em áreas onde ocorrem assaltos com maior frequência, «mas infelizmente não garante ainda a segurança, a para quem circula por Luanda e arredores», afirmou Nazare de Fatima Botelho, residente naquela Centralidade.

Eduardo Camosso, residente no Kilamba há mais de 10 anos, disse que a «segurança, a pública, se existe, ainda não se faz sentir, uma vez que as pessoas não circulam a vontade e os assaltos ainda tem sido uma constante, principalmente no período nocturno».

o nosso interlocutor apontou também a fraca iluminação como um dos factores que motiva os delinquentes para o crime, preconizando que «seja feita alguma coisa nesse sentido» porque «certamente que os resultados serão satisfatórios». Por sua vez, Mauro Pedro disse que não existe ainda segurança pública no verdadeiro sentido da palavra.

«Quando estão na rua, as pessoas não se sentem seguras e algumas até são assaltadas em plena luz do dia e ninguém faz nada. As pessoas que assistem aos assaltos não reagem sequer por temerem represalias. Que a Polícia Nacional tenha feito o seu trabalho, disso não tenho dúvidas, mas ainda assim é pouco, porque, mesmo no centro da cidade, os delinquentes agem com toda a naturalidade», evidenciou.

Direcção da escola desconhece

Na sequência da presente reportagem, este jornal procurou ouvir a coordenadora para os Serviços de Educação na Centralidade do Kilamba, Maria Ferreira, que disse desconhecer tal situação, pois que as escolas estão controladas e não existem crimes.

«Não temos problemas de delinquência nas escolas, se existe delinquência creio que seja fora das escolas, porque no interior das nossas escolas não temos notado quaisquer irregularidades», declarou.

A docente garantiu ainda que a direcção das escolas tem realizado sempre palestras com alunos e encarregados de educação, «Estas palestras visam sensibilizar os alunos que possuem dupla personalidade, dentro e fora das escolas. É necessário que os encarregados se engajem mais na educação dos seus filhos», apelou.

o combate deve começar na família

O alerta veio pela voz do sociólogo Eugénio Baptista, que explica que o combate a estes problemas devia começar na escola, na idade em que ainda se consegue educar uma criança de modo a esta poder distinguir o bem do mal, o certo do errado.

«Parece simples e demasiado fácil, mas temos que começar por algum lado. Se conseguirmos que uma criança, habituada no seu dia-a-dia a assistir a situações ilícitas e moralmente condenáveis, adquira essa percepção básica do que é viver em sociedade, e o princípio para se poder reduzir drasticamente a delinquência juvenil», apontou.

Eugénio Baptista advertiu que «a escola pode, e deve, desempenhar um papel importante, não só na formação cultural dos alunos, como também na

formação do seu próprio comportamento moral e social», salientando que em todas as escolas em Angola deveria haver um sociólogo.

«Não devemos remeter estes jovens para um estatuto de incapazes, vendo-os como uns coitadinhos. Temos de compreender o meio que os envolve e o modo como vivem. A maioria deles reside em locais fechados, onde não há mistura social e onde se concentram referências negativas. Jovens que, na sua grande maioria, têm, na sua grande maioria, insucesso escolar garantido, que faltam às aulas sistematicamente, mantendo-se matriculados até aos 16 anos (porque é obrigatório) para saírem, depois, sem qualquer preparação para enfrentar a vida real», descreveu.

«já sei ler e escrever, e isso já é suficiente para viver», dizem muitos deles quando se lhes pergunta porque razão não querem continuar na escola, ou porque faltam tanto às aulas, explicou o sociólogo. O especialista disse ainda que as escolas devem sinalizar casos de crianças com comportamento anti-social, para prevenir o agravamento do que pode vir a tornar-se num verdadeiro distúrbio de conduta ou, mais tarde, numa personalidade anti-social.

«Como é sabido, a delinquência é o resultado de uma escalada de aprendizagem de comportamentos anti-sociais, com um início muito precoce (por volta dos três anos de idade). Mas, para isso, seria necessário dotar as escolas de uma rede técnica de apoio competente e especializada. O caso específico da delinquência é demasiado complexo para que possa ser eficazmente combatido por não especialistas e os professores dos diversos ciclos do ensino básico bem o sabem», explicou.

Este técnico sinalizou igualmente que se por um lado os professores sentem-se na obrigação de sinalizar e ajudar os alunos com problemas de comportamento, por outro lado, sentem-se frequentemente impotentes para o fazer e não dispõem de técnicos especializados que possam apoiar a instituição, os alunos em causa e as respectivas famílias.

«Na nossa realidade, regra geral, parece ocorrer o oposto, ou seja, muitas crianças com um comportamento agressivo evidente vão progredindo no sistema escolar, agravando os seus problemas de comportamento, sem que nenhuma intervenção especializada ocorra», lamentou.

## 9.6 Veneno a mesa de Isaac dos Anjos?

*Jornal A capital*

*29 De Novembro de 2014*

*Texto: Marcos António*

Daqui a pouco mais de uma semana já no próximo dia 08 de Dezembro, o Tribunal do Lobito começa a julgar o jovem empresário Agostinho Justo Mega, 43 anos de idade, acusado de ter afugentado, a 26 de Junho do ano passado, o governador de Benguela, Isaac Maria dos Anjos, por intermédio de uma mensagem telefónica a dar conta de um suposto envenenamento do jantar que seria oferecido pela Administração Municipal no termo de uma jornada de campo de cerca de dez horas.

Um dia depois, o empresário, dona da firma Horizonte Construções, teria assumindo, num contacto com o chefe da fiscalização da Administração, António João, que era o autor da mensagem que estorvou o jantar e a pemoita do Eng. Isaac dos Anjos no Lobito. O suposto envenenamento, conforme a acusação elaborada pelo Ministério Público, extraída dos Autos de Instrução, teria sido orquestrado pelo administrador municipal, Amaro Ricardo Segunda.

Tal como o arguido, Amaro Ricardo esteve no Tribunal na passada terça-feira, 25, mas soube, com o cenário montado, que a audiência seria adiada devido a uma falha processual. Em declarações a imprensa, o representante do Ministério Público, Dr. Lourenço Paulo, explicou que uma das partes, o advogado de Justo Mega, não tinha recebido notificação sobre a acusação, a partir da qual poderia, se fosse o caso, apresentar contestado.

Resumidas as causas do adiamento, explicou que já não tem fundamento a presença do governador no Tribunal, tal como solicitara a defesa do arguido, o advogado Joaquim Machila, uma vez que "as provas (mensagens que terão sido enviadas) fazem parte dos autos".

Mais adiante, em tom a denotar muita prudência, lembrou que se trata, ainda, do processo correcional de um crime particular. "Se a audiência foi suspensa, ninguém foi ouvido. Há, sim, uma simples indicição, prevendo-se que existam outras fases, que vão determinar a condenação ou absolvição", resumiu o magistrado.

O Dr. Lourenço Paulo refere, entretanto, que o processo terá de chegar ao Tribunal Supremo, para

recursos, antes do pronunciamento final do Ministério Público junto do Tribunal.

O adiamento foi bem recebido pelo advogado de Amaro Ricardo, uma vez que, segundo aponta o jurista, em causa está a defesa do arguido. Quanto a outros assuntos, em particular a existência de provas, Arlindo Filipe limitou-se a informar que os estatutos da OM impedem que vão falando publicamente sobre realidades que lhe foram confiadas. "o que o Ministério Público diz nada tem a ver connosco", reafirma. Já o advogado do arguido, Dr. Joaquim Machila, ressalta que a acusação assenta numa presunção de culpa, realçando que as provas são feitas em julgamento.

O causídico confirma que pretendia ver no Tribunal do Lobito o governador provincial, tido como destinatário da mensagem que se presume ter sido enviada pelo seu cliente. "Se ele (Eng. Isaac dos Anjos) pode dizer com maior segurança se recebeu a SMS", assinalou.

Por seu turno, o cidadão Domingos Pedro, uma das testemunhas do empresário, disse ao A Capital que o governador abdicou da pernoita no Lobito porque não existiam condições para a comitiva que o acompanhava. "É um absurdo esta versão do envenenamento, até porque a comida seria para todos. Havia apenas um quarto preparado, no hotel do CFB, pelo que o senhor governador optou por regressar, não querendo ficar sozinho cá na cidade", sustentou. Este jornal não conseguiu arrancar pronunciamentos de nenhuma das testemunhas de Amaro Ricardo Segunda.

Agarrados a 4 anos

Em 2010, com o general Armando da Cruz Neto como governador, já o administrador do Lobito e o jovem empresário estariam em rota de colisão, A segunda acusação, que também vai a julgamento, indica que Justo Mega terá dito a Cruz Neto que o administrador pretendia ficar com um espaço onde tencionava efectuar obras. Nos autos, segundo documentos em posse do semanário A Capital, o empresário e citado como tendo chamado de "bandido" ao administrador, na presença de membros do Executivo e de jornalistas, por não ter recebido a licença que o habilitaria a dar início a empreitada.

A acusação acrescenta que o homem forte da Horizonte Construções teria agido desta forma quando o administrador municipal explicava ao então governador o teor do litígio que o opunha a

moradores do prédio adjacente ao espaço onde deveria ter efectuado obras.

Um ano depois, em 2011, Agostinho Justo Mega terá enviado uma carta ao secretário-geral do MPLA, Julião Mateus Paulo "Dino Matross", na qual dizia que "Lobito não tem soluções para circulação de trânsito porque o Sr. administrador não ouve as pessoas, vende todos os terrenos". Na mesma missiva, terá denunciado, ironicamente, que "ate a água do mar estava vendida e que tudo parecia ser Cafunfo".

Chegou a ser aventada a presença do SG do MPLA numa das audiências, mas o Ministério Público, a semelhança do que fez em relação ao governador de Benguela, diz que já não faz qualquer sentido.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Angola preve reduzir mortes por malária

*Jornal de Angola*

*04 De Novembro de 2014*

*Texto: Manuela Gomes*

Filomeno Fortes, que falava por ocasião do seminário sobre Conferência Nacional de Diálogo Inclusivo, disse que se pretende atingir este propósito com componentes estratégicos, como maior controlo integrado do vector e protecção individual, gestão do programa e desenvolvimento de sistemas, diagnóstico, tratamento e abastecimento em medicamento. Para alcançar o objectivo, o especialista defendeu ainda a promoção da saúde, advocacia, mobilização comunitária, prevenção, detenção e controlo de epidemias, monitoria, avaliação epidemiológica e pesquisa.

Em relação à cobertura universal, referiu que o Ministério da Saúde está a realizar uma campanha nacional de distribuição integrada de mosquiteiros tratados com insecticida de longa duração, pulverização intradomiciliar residual, controlo larvar, saneamento e a pulverização extradomiciliar.

De acordo com o especialista, o controlo da malária em Angola passa por inúmeros desafios, como medidas preventivas sustentáveis, diagnóstico precoce de qualidade e tratamento adequado.

Reconheceu existir alguns pontos críticos, como a cobertura insuficiente das redes mosquiteiras, baixa cobertura do tratamento intermitente preventivo, deficiente implementação do protocolo de tratamento, inexistência de sistemas de diagnóstico e de tratamento a nível comunitário, deficiente articulação com o sector privado e a gestão do sistema de informação. O Plano Estratégico Nacional de Controlo da Malária em Angola tem definido como prioridades a continuação da distribuição de mosquiteiros tratados com insecticida de longa duração para a cobertura universal, iniciativas comunitárias de prevenção e controlo da malária pelos agentes de desenvolvimento comunitário e sanitário, iniciativas privadas de prevenção e controlo da malária, com realce para a comercialização de redes mosquiteiras, e o reforço da capacidade institucional do Programa Nacional de Combate a Malária em prol da municipalização do Sistema Nacional de Saúde.

Estratificação epidemiológica

O coordenador do Programa Nacional de Combate a Malária disse que as províncias de Cabinda, Uíge, Cuanza Norte, Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje são áreas hiperendémicas, no que toca à transmissão da malária, enquanto que Namibe, Cunene, Huíla e Cuando Cubango são as áreas endémicas instáveis. Quanto às áreas de Risco Epidémico da Malária em Angola, as regiões de Luanda, Cunene, Huíla e Namibe são apontadas como as mais críticas. Angola é um dos países com elevado número de casos de malária, sendo a primeira causa de morte no país.

### 10.2 Famílias afectadas pela seca receberam bens alimentares

*Jornal de Angola*

*04 De Novembro 2014*

*Texto: Carlos Paulino/ Tumbica*

Mais de seiscentas pessoas afectadas pela seca na aldeia de Tumbica, a cerca de 45 quilómetros da cidade de Menongue, no Cuando Cubango, receberam bens de primeira necessidade, entregues pela Administração Municipal, no quadro do Programa de Combate à Pobreza.

Entre os bens entregues constam arroz, fuba de milho, sal, óleo vegetal, sabão, roupa, instrumentos agrícolas e de pesca, bem como material didáctico.

A administradora municipal adjunta de Menongue, Felistance Armando, garantiu que a Administração, em colaboração com a Direcção Provincial da Assistência e Reinserção Social, vai evidenciar esforços no sentido de apoiar mensalmente a população de Tumbica, com bens de primeira necessidade, devido à situação que se atravessa.

"É nossa obrigação, como instituições do Estado, acudir às dificuldades das populações, sobretudo aquelas que vivem nas aldeias e nos quimbos, que carecem de uma atenção especial para a melhoria das suas condições de vida". Esta prevista a construção de uma escola, furos de água e um posto de saúde, tendo em conta que a população é obrigada a percorrer longas distâncias em busca de assistência médica.

### 10.3 Existem projectos sem estudos ambientais

*Jornal de Angola*

*12 De Novembro de 2014*

O ambientalista Vladimir Russo disse que o Estudo de Impactes Ambientais (EIA) no sector da construção e habitação tem aumentado em Angola, como resultado da execução de projectos e programas de desenvolvimento mobiliário, entre os quais condomínios, prédios e obras públicas.

Vladimir Russo revelou que cem empresas sob controlo do Ministério do Ambiente se dedicam à consultoria ambiental que inclui "estudos de impactes ambientais muito bons" e auditorias ambientais.

Tendo em conta esta situação, o ambientalista alertou que a inexistência desses estudos pode resultar na degradação do Ambiente, incluindo a flora, fauna, qualidade de vida das populações e construções em áreas impróprias.

Os estudo de impactes ambientais existem não para proibir o desenvolvimento, mas para definir medidas e mecanismos que permitam atenuar e mitigar os potenciais impactes negativos e maximizar os positivos.

Vladimir Russo lamentou que existem ainda projectos desenvolvidos sem que sejam sujeitos a estes estudos, particularmente em províncias onde a pratica da sua avaliação não esta bem implantada em consequência, também, de uma fiscalização deficiente. "Em Algumas províncias como Luanda, existe já um entrosamento entre o Ministério do Ambiente e o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana que exigem e fiscalizam o cumprimento da lei".

Com o evoluir da legislação, começam a surgir outros instrumentos legais que vão obrigar a desenvolver outros procedimentos, como os planos de gestão de resíduos, os planos de recuperação paisagística ou ainda os planos de monitorização ambiental.

"Os estudos mais complicados que envolvem técnicas de modelação, estudos de especialidade específicos ou que abrangem a adopção de linhas de orientação da Corporação Financeira Internacional são geralmente feitos em parceria entre empresas nacionais e estrangeiras" disse o ambientalista.

O mercado vai ajudar a criar regras mais claras para a qualidade dos trabalhos e a servir como modelo de avaliação da capacidade nacional de dar respostas aos projectos mais complexos, disse o ambientalista. E

lembrou que os estudos de impactes ambientais servem para ajudar a definir um equilíbrio entre as necessidades de desenvolvimento e a protecção do Ambiente: "Apesar de haver um aumento na elaboração desses estudos nos últimos quatro anos, há ainda um entendimento de que são apenas feitos para a obtenção de urna licença ambiental".

Fiscalização do Governo

Vladimir Russo defendeu que cabe as autoridades governamentais, nomeadamente ao Ministério do Ambiente e aos Governos Provinciais, fiscalizarem a execução das medidas de mitigação, garantindo o cumprimento da legislação e a protecção do Ambiente e da qualidade de vida das pessoas.

"A sociedade civil e as partes interessadas e afectadas pelos projectos têm também que ser mais interventivas e acompanhar a aplicação das medidas de mitigação", defendeu.

"Há cada vez mais interesse e compreensão por parte de algumas empresas que actuam em Angola na necessidade de elaboração de estudos de impacte ambiental, antes da execução de qualquer projecto", concluiu.

### 10.4 Angola na liderança do processo Kimberley

*Jornal de Economia*

*14 De Novembro de 2014*

Angola assume hoje, na cidade chinesa de Guangzhou, a presidência rotativa do processo imberley, rendendo no cargo a China.

a ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, referiu que as linhas de força de Angola, a frente do processo, pass am pelos interesses da organizacao, assim como transmitir a sua experiencia neste dominio.

"Estamos a tratar de diamantes e de seguranca no comercio internacional, e Angola tem uma palavra import ante a dizer nesse dominio", argumentou.

Francisco Queiroz, e o embaixador angolano na Republica Popular da China, Ioao Garcia Bires, vao assistir ao acto onde Angola estara representada por uma delegacao composta por mais de sessenta pessoas.

Pela primeira vez na historia da organizacao o pais que assume a presidencia participa na reuniao

plenaria Com uma numerosa delegacao. a facto decorre da importancia que se atribui a presidencia de Angola a esta organizacao e ao posicionamento do pais no universo dos diamantes.

Para o lugar de vice-presidente do processo Kimberley concorrem Dubai e Australia. A China e os paises africanos, por um lado, apoiam o Dubai, enquanto, por outro lado, a Europa, os Estados Unidos da America e o Canada apoiam a Australia.

O ministro da Geologia e Minas tem mantido esta semana, na China, varios encontros com responsaveis de empresas estrangeiras que actuam no sector dos diamantes, para apresentar as potencialidades do pais.

A agenda do ministro angolano a China inclui audiencias com representantes da Africa do Sul, Zimbabwe, Namibia, Nigeria, Brasil, China, Russia e Estados Unidos da America, para analisarem possiveis parcerias com empresas angolanas ou investimentos no pais.

#### Plano estrategico

Com a presidencia do processo Kimberley, um mecanismo que visa garantir que os diamantes explorados ilegalmente financiem guerra nos paises de origem, Angola tracoou um plano estrategico para a vigencia do mandato. O coordenador nacional do processo Kimberley, Paulo Nvika, falou recentemente das tarefas do pais neste processo.

"Estaremos com tres frentes da diplomacia; temos o Conselho de Seguranca, os Grandes Lagos e o processo Kimberley. Tudo isso, porque a comunidade internacional da confianca a Angola, sobretudo no processo de Kimberley, porque Angola foi vitima de uma guerra", disse.

De referir que, neste desafio, Angola conta com o apoio do Centro Mundial de Diamantes de Antuerpia. Por outro lado, o ministro Francisco Queiroz, assumiu esta semana o compromisso angolano de "manter o espirito do processo Kimberley".

A posicao foi assumida pelo governante em Guangzhou, na China, no arranque dos trabalhos preparatorios com vista a reuniao plenaria desta sexta-feira, em que Angola assumira a presidencia.

"Angola seguira o caminho dos que lhe antecederam, em especial os paises produtores de diamantes", disse Francisco Queiroz, segundo o discurso proferido em

Guangzhou e enviado ao JE, em Luanda, por aquele ministerio.

"as rebeldes utilizavam diamantes para a compra de armas e sustento logistico. Angola resolveu o conflito de acordo com os principios do 'processo Kimberley', da democracia e dos direitos Humanos", garantiu o governante, na mesma intervencao.

Entretanto, a producao diamantifera e uma das principais fontes de receitas em Angola, depois do petroleo, tendo o Estado arrecadado mais de 6,4 mil milhoes de kwanzas em impostos directos sobre estas vendas entre janeiro e setembro deste ano, indica dados oficiais.

A producao de diamantes esta avaliada em cerca de 8,3 milhoes de quilates por ano, correspondendo a uma receita bruta perspectivada na ordem de 109 mil milhoes de kwanzas.

## 10.5 Processo Kimberley valorize sector mineiro

*Jornal De economia*

*14 De Novembro De 2014*

*Texto De: Ismael Botelho*

O mercado internacional exige, desde o ano de 2003, altura em que foi criado o processo Kimberley, que todo o diamante bruto comercializado no mundo deve ser acompanhado por um certificado, emitido pelas autoridades competentes do pais de origem do referido diamante, de forma a que o dinheiro proveniente da venda destes nao financie conflitos armados, sistema que permite hoje um maior controlo e valorizacao dos diamantes, a proposito dessa regulamentacao e a de proibir as actividades de importacao e de exportacao de diamantes brutos originarios de paises nao-participantes do processo, tornando esta pratica ilegal.

O processo de Kimberley e uma plataforma que visa certificar a origem dos diamantes, a fim de evitar a compra de pedras originarias de areas de conflito. Criado em 2003 com o objectivo de evitar o financiamento de armas em paises africanos em guerra civil, em 2000, diversos paises aceitaram-no, comprometendo-se a so adquirir diamantes brutos certificados, com procedencia confirmada por certificado oficial e a recusar importacoes vindas de areas de conflito. Trata-se de uma importante tentativa de romper o vinculo entre o estimulo as guerras civis e a comercializacao de recursos naturais

valiosos, que criem guerras e causem o subdesenvolvimento aos países.

#### Diamantes de sangue

De acordo com a visão dos países membros, são denominados "diamantes de conflito" todos os provenientes de regiões controladas por movimentos rebeldes, notadamente em África, cuja venda contribua para financiar a compra de armamentos e, conseqüentemente, para alimentar os conflitos civis. O Conselho de Segurança das Nações Unidas tem dispensado uma grande importância ao comércio de diamantes brutos, enviando esforços para colocar um ponto final às guerras de alguns países africanos alimentadas pela comercialização ilegal desses preciosos produtos naturais, denominados diamantes de sangue ou de guerra. Apesar das ações levadas a cabo pela ONU, os movimentos rebeldes continuam, às vezes com sucesso, a introduzir os seus diamantes no mercado legal, motivo pelo qual a comunidade internacional entendeu que medidas adicionais devem ser tomadas para conter o comércio dos diamantes de conflitos.

#### Principais objectivos

Em consequência da existência ainda de muitos em alguns países e de alguns diamantes entrarem no mercado formal internacional, os principais países produtores e aqueles que os comercializam reúnem-se anualmente, visando colocar em prática um sistema mundial de certificação para os diamantes brutos extraídos e comercializados legalmente. Esse processo de negociação informal foi iniciado em Maio de 2000 e é conhecido pelo nome de "sistema de certificação do processo de Kimberley - PK". As discussões foram lideradas pela África do Sul que imediatamente conseguiu reunir 30 países participantes, cujo número cresce constantemente. Representantes de várias ONG e da indústria diamantífera estão também associadas aos esforços empreendidos pelos integrantes do PK. Trata-se de uma acção na qual se encontram envolvidos governos, sociedade civil, ONG, empresas estatais e privadas. Desde então, esta iniciativa cresceu e evoluiu para contar actualmente com mais 77 países, incluindo os da Comunidade Europeia envolvidos na produção, exportação e importação, como também no comércio de diamantes brutos. O sistema visualizado pelo grupo de Kimberley preconiza que nenhum comércio de diamante venha a ser implementado sem um certificado de origem adequado. Todos os lotes de diamantes brutos importados e exportados devem ser acompanhados do certificado de Kimberley legítimo.

#### Países não subscritores

No caso, os países que não são membros do grupo de Kimberley são excluídos do comércio de diamantes brutos, além de serem vistos como simpatizantes ou apoiantes de movimentos rebeldes civis. Em resumo, o PK foi criado, para interromper o fluxo de diamantes brutos, usados por rebeldes para financiar conflitos armados com o objectivo de subverter os governos legítimos, contribuindo assim para a paz e a segurança internacional e proteger a indústria legal de diamantes, da qual muitos países são dependentes para implementar o seu desenvolvimento económico e social.

#### Reuniões plenárias

As reuniões plenárias acontecem anualmente e contam com a participação de delegados de todos os países membros, bem como de observadores e representantes de entidades governamentais, privadas e ONG mundiais. No âmbito desta plataforma, são tratados todos os assuntos relacionados à importação, exportação, remessas de certificados, dados estatísticos, banco de dados, adesões de novos países e exclusão dos que não cumpriram com as regras estabelecidas, discussão e implementação de novas directrizes e normas a serem seguidas pelos participantes do processo, bem como a elaboração e execução de projectos em países que necessitam de cooperação técnica para dar andamento às actividades desenvolvidas anualmente. O processo de Kimberley conta com mais 51 participantes de 77 países (a União Europeia conta como um único participante) que representam cerca de 99,8 por cento da produção mundial de diamantes em bruto. Participam igualmente no processo de Kimberley o Conselho Mundial de Diamantes e as organizações da sociedade civil, cujo papel desde o início é muito importante.

#### Definição de regras

O sistema de certificação do processo Kimberley (SCPK) é que define as regras, por meio de derrogações, em que alguns membros da OMC "solicitam ao Conselho do Comércio de Mercadorias um pedido de prorrogação da derrogação da OMC a fim de permitir aos membros participantes no processo Kimberley de tomar ou continuar a tomar as medidas restritivas relacionadas com o comércio internacional de diamantes na base do SCPK. A renúncia solicitada seria aplicável às medidas nacionais necessárias para dar cumprimento às restrições de importação e exportação e proibições descritas, compromissos em relação ao comércio



internacional de diamantes em bruto e garantir que nenhuma remessa de diamantes em bruto seja importada ou exportada para um membro não participante.

## 10.6 Produção de catoca atinge o pico

*Jornal de economia*

*14 De Novembro 2014*

*Texto: Pedro Peterson*

exercício económico de 2012 foi bastante promissor para a Sociedade Mineira de Catoca, pois as suas vendas atingiram nesse período 594 milhões de dólares (cerca de 59,2 mil kwanzas), contra 57,7 registados no período homólogo de 2012, segundo o relatório anual da empresa.

De acordo com o documento, no domínio dos custos, registou-se igualmente um aumento de 45 milhões de dólares (cerca de 4.4 mil milhões de kwanzas), influenciado sobretudo pelas novas técnicas de gestão e de exploração dos diamantes, assim como na gestão do seu pessoal de quadro.

No entanto, embora tenha havido um aumento substancial nos custos dos resultantes da concatenação dos factores acima expostos e dos derivados do próprio processo de mineração de Catoca, durante o exercício findo, foi desenvolvida uma abordagem assente nas vertentes de revisão e renegociação de todos os contratos em vigor na empresa e outra assente na criação de mecanismos mais rigorosos de acompanhamento e controlo de custos resultantes destas renegociações.

Assim, segundo relatório, o lucro operacional e líquido da empresa, em 2013, ascendeu a 154,6 milhões de dólares (cerca de 15.4 mil milhões de kwanzas).

Como resposta a este aumento dos custos, foi feito um amplo trabalho de reflexão, no mês de junho, que contou com o envolvimento de mais de 60 pessoas e da direcção da empresa.

### Planos de acção

Este encontro, segundo o relatório, resultou num plano de acção de Catoca, em que foram definidas estratégias orientadas para os próximos três anos, cujo foco principal é a minimização dos custos de produção e o aumento da lucratividade da empresa.

Assim, conscientes das dificuldades do exercício de 2013 e dos desafios a enfrentar, a empresa procurou

preparar-se rumo à concretização dos objectivos preconizados na visão 2020 de Catoca.

Neste contexto, a direcção da empresa teve presente a importância da preparação da mina para a sua exploração futura, o que originou o cumprimento dos planos de remoção de esteril e extração de mirriero, sendo efectuados trabalhos relacionados ao arranque do terceiro moinho para a central de tratamento número dois.

Ainda no ano de 2013 e na busca de novas oportunidades em Angola e no exterior, deu-se sequência aos trabalhos de prospeção geológica nas concessões do Gambo, Luaxe, Gango, Quitubia, Tchifua Luangue e Vulege, bem como foram efectuados trabalhos de prospeção de oportunidades para a internacionalização de Catoca.

### Resultados alcançados

Para os resultados alcançados em 2013, Catoca aumentou a sua produção de massa mineira em relação a 2012, registando um total de 19,8 milhões de metros cúbicos (+1,3 mil milhões de metros cúbicos), dos quais 14,8 milhões de esteril removido (+10 por cento) e 5 milhões de minério extraído.

Assim, o minério tratado ascendeu a 10,2 milhões de toneladas (-0,3 milhões face a 2012), num total de 6,6 milhões de quilates recuperados, com um teor de 0,64 por tonelada. O custo unitário da massa mineira aumentou face a 2012, de 19,92 dólares/ para 20,87, tendo-se registado um aumento do "trip ratio" de 2,96, o maior na história de Catoca.

### Metalurgia

Assim, o plano de recuperação de diamantes foi cumprido em 102,4 por cento e o de tratamento de minério em 101,7. Comparativamente a 2012, a produção de diamantes diminuiu em 2 por cento, o tratamento de minério reduziu em 3 com isso, igualmente, diminuiu-se a produtividade média de tratamento para 625 t/h contra 656 em 2012.

As actividades agregadas ao departamento de metalurgia estão relacionadas com a operação e manutenção das centrais de tratamento (CT1 e CT2), bem como todas as estruturas que estão directamente ligadas às mesmas (correia transportadora de minério fase 1, instalações hidrotécnicas e bacia de rejeitados).

No ano de 2013, o plano de recuperação de diamantes foi cumprido em 102,4 por cento e o de tratamento de minério em 101,7.

No sector diamantífero, Angola também se tem destacado no enquadramento mundial, sendo o quinto maior produtor de diamantes. Neste mercado (considerando-se o total de produção industrial), Catoca é líder com uma quota de 86 por cento em volume e 63 em valor.

Segundo a SODIAM (Sociedade de Comércio Alíquo de Diamantes de Angola), o valor do mercado de diamantes brutos em Angola, em 2013, ascendeu a 957 milhões de dólares (cerca de 95,1 mil milhões de kwanzas) para um total de 7,9 milhões de quilates.

## 10.7 Moradores do povoado gritam por socorro

*Jornal: Semanário Angolense*

*15 De Novembro de 2014*

*Texto: João Silva*

A população do bairro denominado «Povoado», no distrito urbano da Samba, reclama por mais atenção de quem de direito por causa das condições em que vivem. Segundo os moradores várias cartas já foram dirigidas à administração local, mas nunca obtiveram resposta, nem um pequeno sinal por parte das autoridades que demonstre alguma vontade em ajudar aquela gente.

Os moradores dizem-se abandonados pela administração e as condições lastimáveis em que vive aquela população está a preocupar sobremaneira alguns pais e chefes de família, por causa dos filhos, uma vez que estes são os que mais sofrem, em época chuvosa, porque o bairro encontra-se rodeado por grandes amontoados de lixo, que se vai espalhando por tudo quanto e canto, considerando que a maioria das casas são feitas de material precário como pedaços de madeiras, lonas e chapas de zinco.

O saneamento básico naquele bairro não existe e outro facto caricato registado pelo Semanário Angolense (SA) é a falta de casas de banho nas residências. Os moradores, para se desfazerem das necessidades biológicas têm que depositá-las em sacos de plástico ou mesmo em latas, que posteriormente deitam nos montes de lixo ou nas valas, esperando que a água arraste os resíduos.

O «Povoado», é muito conhecido pela administração local. Segundo o senhor Dionísio José Manuel, morador do bairro. O cidadão afirma que várias vezes os funcionários da administração do distrito da Samba estiveram no local, fizeram os registos das residências e, neste ano por três vezes os homens da

administração estiveram no bairro, que também é apelidado por «favela», mas «não dizem nada e até parece que o sofrimento vai aumentando cada vez mais», frisou o Sr., Dionísio agastado.

Uma das situações mais preocupantes é a falta de água potável. Para a obterem, os moradores têm que recorrer a algumas cacimbas que se encontram no interior do bairro mas, segundo os moradores, tal água não é boa para o consumo, facto que tem provocado algumas doenças em crianças e adultos.

Algumas pessoas entrevistadas pelo SA afirmam que gostariam de ver alguns deputados e membros do Governo a visitarem o «Povoado»: para constatarem de perto a realidade de vida destas pessoas, que nem nas suas teorias conseguem imaginar. «Há quem pensa que isto é um kimbo da Somália ou coisa parecida, mas em Angola, com todo o potencial que se alardeia» disse um jovem

## 10.8 Grupo empresarial investe nos móveis

*Jornal de Angola*

*17 De Novembro de 2014*

*Texto De: Nilza Massango*

O governador de Malange, Norberto dos Santos, salientou sábado, em Luanda, a importância de se investir na exploração, produção e transformação da madeira no país.

Norberto dos Santos, que falava na inauguração da sede do Cipro Group pela Primeira-Dama, Ana Paula dos Santos, recordou que a província de Malange tem muita madeira e que a sua exploração é oportuna, pois o Governo gasta avultadas somas na aquisição de carteiras escolares.

O governador referiu que a produção de carteiras escolares é uma prioridade na província e que por isso é importante investir na produção e transformação da madeira e pensar na formação de quadros e criação de empregos.

"A província avança, a fábrica de açúcar já arrancou e em termos agrícolas, existem grandes empresas", afirmou.

O país, prosseguiu, continua a crescer e é hora de pensar na instalação de fábricas de móveis, o que é importante por permitir deixar de importar.

O presidente do Cipro Group disse que grande parte do mobiliário da empresa já é produzida em Angola e

que a empresa tem já uma fábrica de serração, na qual trabalham mais de 150 angolanos.

Rui Ribeiro revelou que a intenção do grupo é produzir no país com a matéria-prima nacional e criar emprego. É que há quadros nacionais que em Portugal frequentam acções de formação.

Na cerimónia de inauguração da sede do Cipro Group, no Pólo Industrial de Viana, estiveram presentes os ministros da Construção, Waldemar Pires, do Ambiente, Fátima Jardim, e das Pescas Vitória De Barros Neto.

Segundo dados a que o Jornal de Angola teve acesso junto de associações económicas, o país chega a gastar anualmente centenas de milhões de dólares na importação de mobiliário de países como a China, Dubai, Itália e Portugal. Com o potencial madeireiro existente, o país devia produzir para abastecer o mercado e exportar móveis de grande qualidade, disseram as fontes do Jornal de Angola.

Os artesãos nacionais são constantemente ameaçados e sufocados pela obra proveniente da indústria estrangeira.

## 10.9 Chuva cria caos no trânsito automóvel

*Jornal de Angola*

*20 De Novembro de 2014*

*Texto: Domingos Dos Santos*

Desespero, stress e impaciência estiveram ontem em evidência no rosto de muitos automobilistas em Luanda, que tiveram de enfrentar longas filas de engarrafamentos, estradas interditadas e esburcadas devido à chuva que caiu na noite de terça-feira e princípio da manhã de quarta-feira. A chuva, acompanhada de fortes ventos e trovoadas, destruiu casas de chapas de zinco, tapumes de obras de construção civil e derrubou galhos de árvores.

A reportagem do Jornal de Angola saiu à rua e constatou que, numa cidade onde o trânsito sem chuva já é de si complicado, ontem ficou ainda mais caótico no período da manhã, com congestionamento em quase toda a extensão da via expresso, das Avenidas 21 de Janeiro, Pedro de Castro Van-Dúnem "Loy", Deolinda Rodrigues e Hoji ya Henda, estradas da Samba, do Lar do Patriota, do Benfica, ruas dos Comandos, no Cazenga, Cónego Manuel das Neves, no bairro São Paulo, Revolução de Outubro, Ho Chi Minh, Comandante Gika, entre outras.

O acesso para quem sai da via expresso, passando pelo Lar do Patriota, em direcção ao Talatona, estava muito complicado. Os carros ficaram mais de uma hora parados e isto causou longas filas, que se prolongavam desde a estrada do Futungo até à saída da via expresso, provocadas pela interdição da via alternativa à Ponte Molhada, que ficou totalmente obstruída pela água e pelo lixo. Até à altura em que a reportagem do Jornal de Angola esteve no local, a empresa responsável pela construção de uma nova ponte definitiva no local estava a fazer trabalhos de desobstrução da via.

"Infelizmente, não consegui sair mais cedo de casa e estou consciente de que só chego à faculdade por volta das 9h00", dizia Priscila de Fátima, estudante numa universidade localizada no Talatona.

Na Avenida 21 de Janeiro, no troço entre Benfica e Futungo de Belas, a reportagem constatou cerca de dez quilómetros de congestionamento. Da mesma forma, o trânsito era muito lento no troço entre o Morro Bento e o Rocha Pinto, assim como na Avenida 21 de Janeiro, com a fila de viaturas a sair do viaduto do Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro até à antiga rotunda do Gamek.

O camionista João António, 50 anos, lamentou o triste cenário que se repete todos os anos, apesar dos investimentos realizados no sentido de melhorar o saneamento básico e a circulação rodoviária e Luanda. "É preciso haver maior fiscalização sobre as obras em curso em Luanda para que não se voltem a registar situações do 'género', desabafou.

Miguel Neto é da mesma opinião, para quem o crescimento do parque automóvel de Luanda não tem sido acompanhado de um eficaz ampliação da infra-estrutura viária que permita uma maior fluidez no tráfego rodoviário.

## 10.10 Centenas de famílias desalojadas no Zaire

*Jornal de Angola*

*26 De Novembro de 2014*

*Texto: Kayila silvina*

Um universo de 1.278 famílias ficou ao relento nos municípios de Nóqui, Nzeto, Soyo e Cuimba, na província do Zaire, em consequência das fortes chuvas que se abateram nos últimos dias sobre a região, informou ontem o director dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O comissário Mankenda Lukengani avançou que as chuvas, acompanhadas de raios e ventos, inundaram completamente 45 casas no bairro Quimpangi e destruíram a capela da Igreja Kimbanguista na sede municipal do Nzeto, além de outras residências em Quimbumba e 1 "de Maio, deixando sem abrigo 270 pessoas.

No município do Soyo, a chuva destruiu 42 casas do complexo residencial "Dânia", dez outras no Cuimba e quatro em Tomboco.

A escola "28 de Agosto", na sede municipal da primeira municipalidade, também ficou sem tecto, em consequência das chuvas.

Mankenda Lukengani adiantou que 154 residências e três armazéns de viveres da 42.ª brigada das Forças Armadas Angolanas (F AA), destacada na comuna do Mpala, também foram afectados. Em Mbanza Congo, uma viatura ficou danificada, em consequência da queda de uma árvore.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Zaire procede ao levantamento dos prejuízos causados pelas chuvas, para tomar posteriormente medidas de reparo dos danos. No início da época chuvosa, centenas de famílias da comuna da Serra de Canda, no município do Cuimba, tinham perdido as suas casas e outros haveres. Houve uma pronta intervenção das autoridades.

## 10.11 Erosão faz perder milhões de toneladas de solos

*Jornal de Angola*

*29 De Novembro de 2014*

*Texto:João Upale*

Paulo Vicente falou na abertura do seminário sobre o lançamento do projecto denominado "Reabilitação de Terras e Gestão das Áreas de Pastagem nos Sistemas Agro-pastoris dos Pequenos Produtores no Sudoeste de Angola"(RETESA), encontro que constitui o ponto de partida para o desenvolvimento das actividades enquadradas no projecto.

o projecto é financiado pelo Fundo Global do Ambiente (GEF), com apoio técnico e metodológico da FAO e com participação directa dos Ministérios do Ambiente, da Agricultura e do Comércio e dos governos das províncias abrangidas, Benguela, Huila e Namibe.

Paulo Vicente adiantou que o projecto RETESA foi identificado e formulado mediante um exaustivo

processo de consulta dos vários parceiros durante o ano de 2013 e parte de 2014, iniciando agora as actividades orientadas para os seus objectivos ambientais e de desenvolvimento.

Esses objectivos, segundo o assessor da FAO, reforçam os programas do Executivo de luta contra o avanço da desertificação e visam a melhoria das condições de vida das comunidades agro-pecuárias das províncias de Benguela, Huila e Namibe."A implementação do projecto representa uma abordagem clara de apoio a agricultura familiar, o que constitui a base para um desenvolvimento equilibrado e sustentável da nação, como foi indicado nas conclusões da Conferência sobre a Agricultura Familiar realizada pelo Ministério da Agricultura", frisou.

Paulo Vicente assegurou que a FAO continua comprometida em dar apoio técnico e metodológico ao Executivo, através de projectos e programas como o RETESA. "A experiência internacional da FAO e os seus recursos técnicos e metodológicos estão a disposição do Executivo angolano, para fortalecer o caminho para o desenvolvimento sustentável", frisou a funcionário sénior daquela agência das Nações Unidas lembrou que em Janeiro de 2013 foi assinado entre Angola e a FAO o Programa Quadro Angola FAO 2013/2017, alinhado com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013/2017 de Angola e os principais programas nacionais coincidentes com as áreas de experiência da FAO.

A FAO, disse o assessor, tem três áreas prioritárias de acção e o projecto RETESA vem directamente reforçar a segunda prioridade, que é "o fortalecimento da gestão sustentável dos recursos naturais". O problema da desertificação, ligada a degradação das terras, e hoje uma questão prioritária na agenda não só do Executivo angolano mas também das organizações internacionais, realçou Paulo Vicente, que espera ver os resultados deste seminário galvanizarem todas as partes interessadas em conferir uma nova dinâmica as actividades do projecto.

Sector agro-pecuário

A vice-governador do Namibe para o Sector Económico, Alcides Gomes Cabral, em representação do governador provincial, lembrou que o Plano de Desenvolvimento da Província do Namibe tem como um dos principais objectivos o desenvolvimento do sector agro-pecuário, visando a satisfação das necessidades desta população em

produtos alimentares, abastecimento de matérias-primas a indústria e diversificação da produção.

Alcides Gomes Cabral anunciou que a Comissão Económica do Conselho de Ministros aprovou, recentemente, o Programa de Apoio Directo a Produção Camponesa, avaliado em mil milhões de kwanzas, para o reforço da capacidade produtiva, tendo em vista a sedentarização da população ao longo das rotas da transumância, prestação de mais e melhores serviços de assistência social e, por esta via, a melhoria das condições de vida da população rural.

Este programa foi lançado ontem na cidade do Namibe com a entrega de meios essenciais ao incremento da produção agrícola nas 15 novas áreas de produção identificadas nos cinco municípios da província. O projecto RETESA está estruturado em quatro componentes, sendo o planeamento e gestão das áreas de pastagem, reabilitação das áreas de pastagens através da melhoria da gestão dos pastos e manadas, integração da gestão sustentável de terra e a monitorização do projecto e difusão de boas práticas, a projecto visa a melhoria das capacidades das comunidades agro-pastoris do Sudoeste de Angola para a redução do impacto dos processos de degradação da terra e a sua reabilitação, através da integração da gestão sustentável da terra nas iniciativas de desenvolvimento agrícola, pastoril e silvícola.

## 10.12 Fortes chuvas provocam danos materiais e humanos

*Semanário A Republica*  
07 De Novembro de 2014

O jornal "A Republica" soube no local que a circunscrição foi assolada por chuvas fortes, acompanhadas de vento e trovoadas, que ainda provocaram o incêndio de três casas construídas de pau a pique e com cobertura de capim. Segundo o administrador comunal, Roque Maquina Tchamba, três residências ficaram completamente queimadas, sendo duas nas aldeias do Kalia e Cardoso, na localidade de Bumba, a nove quilómetros da sede comunal do Chiconkho, e uma outra na povoação de Nongole. "Estamos preocupados com este fenómeno por não serem a primeira vez, so o ano passado tivemos seis pessoas mortas, assim como gado bovino, e neste ano mal começaram as chuvas já temos três casas queimadas, três feridos e um morto. Gostaríamos que se fizesse algo para aquisição de pára-raios".

E a primeira vez, na época chuvosa do presente ano, que desta dimensão na Comuna de Chiconkho.

O município de Quipungo dista a 120 quilómetros a leste da sede provincial da Huila, Lubango, e possui uma população de 146 mil 914 habitantes para uma extensão de cinco mil 675 quilómetros quadrados.

## 10.13 Huambo: a 'cortina' verde da cidade já era

*Semanário A Capital*  
07 De Novembro de 2014

No Huambo, o ambiente parece estar cada vez mais a ser 'agredido'. Depois do derrube do polígono florestal da Sakahala, implantado na época colonial para proteger a cidade dos fortes ventos do Leste, comenta-se agora que os eucaliptos das imediações dos prédios do CFB tendem a desaparecer também para dar lugar a instalação de um empreendimento comercial. A concretização deste projecto pode ser mais uma 'triste' vitória do betão sobre o ambiente.

Portanto, tal como em Luanda, onde os embondeiros não tem resistido a fúria do homem, na busca incessante de projectos imobiliários, no Planalto Central as coisas tendem a tomar o mesmo rumo com o corte das florestas artificiais de eucalipto, cedro e pinheiro, que serviam também de combustível para as antigas locomotivas a vapor, além de matéria-prima para a indústria de papel.

'No tempo da outra senhora', a estratégia consistia no abate criterioso das árvores, colocando outras no seu lugar. E o equilíbrio era de tal ordem que, praticamente, não 'morria' o verde. Assim, a cidade e os arredores apresentavam-se sempre verdes. Era então a 'vida da urbe'. E terá sido por essa razão que o Huambo ganhou epíteto de 'cidade-vida', numa região onde as chuvas caem com muita intensidade, as árvores servem também para proteger os solos da erosão.

A destruição das florestas artificiais da antiga Nova Lisboa já levou um 'velho' habitante da urbe a 'apertar os dentes' de raiva pelo facto de as autoridades terem implantado, no Parque Infantil, na 'cabeceira' da Estufa-Fria, infra-estruturas como o Pavilhão Multiusos e a Casa da Cultura, reduzindo o espaço para as árvores.

as erros, que já se cometeram em Luanda com a implantação de 'pesados' edifícios no velho casco urbano, são os mesmos que estão a ser repetidos no Huambo. Por exemplo, um dia quando se pensar em

alargar as ruas, não se sabera por onde cornecar primeiro, por estar tudo ocupado.

as erros da capital repeterm-se aqui, sem olhar para o futuro. Mais grave e que as infra-estruturas por onde vao sendo implantados os novos edificios sao, em grande medida, antigas. A continuar este cenario, não tardara a 'cidade-vida' transformnar-se numa confusao igual ou superior a da metr6pole.

E, depois quando tudo piorar, dirao que não houve avfso? "Ha uma enorme aversao a verdura", dizem uns. "Não estamos a aprender com os erros dos outros e gostamos muito de sofrer. E par isso que estamos a destruir a 'cortina' da cidade", dizem outros.

a tempo progrediu muito e, com ele, mudou também, desgracadamente, a atitude dos homens perante o ambiente. No meio disso, se urn dia o portugues Norton de Matos, que fundou em 1912 este centro urbano no 'coracao de Angola', ressuscitasse, voltaria a morrer desta vez fulminado por desgosto ao ver um projecto arquitect6nico bem concebido a 'caminhar' progressivamente para a desorganizacao.

Nos ultimos anos, houve urn goremador que ainda tentou fazer do Huambo a capital ecologica de Angola Pelos vistos, o seu projecto também morreu, por falta de sensibilidade dos que ficam.

## 10.14 PND 2013-2017. Sector mineiro será o maior empregador do país

*Semanário capital*

*7 de Novembro de 2014*

*Martins Chambassuco*

A alavancagem das minas paralisadas em consequência da crise econornica e financeira de 2008 e a eorganizacao do mercado artesanai de diamantes pennitiram atingir resultados satisfatorios, quer do ponto de vista do aumento das receitas fiscais para o Estado quer no que toca ao combate a fome e a pobreza.

o sector da Geologia e Minas tern no Codigo Mineiro urn instrumento legal que o ministro Francisco Queiroz considera inovador por ser detalhado e descrever todas as fases do processo de exploracao mineira, desde o pedido da licenca ate a fase da transformacao e comercializacao.

Oferece todas as garantias de confianca e seguranca ao investidor e espera-se que em dez anos, Angola possa ser uma das maiores potencias mineiras de

Mrica e a importancia do sector mineiro em Angola pode superar os petroleos.

Para consolidar a politica mineira do país, ministro revelou a criacao da Agencia Reguladora do Mercado de Minerais Estra- tegicos (ouro, uranio e diamantes) dentro de desenvolvimento do Plano Nacional de Geologia e Minas, que esta a revelar as potencialidades minerais do país.

De acordo com os dados do Ministerio de tutela, estes indicadores permitiram 0 aumento da forza de trabalho nas diferentes areas Jigadas a exploracao e producao mineira no seu todo. A perspectiva e de que 0 sector acelere a concretizacao dos projectos em carteira nos dominios dos diamantes, ouro, fosfa- tos, ferro, cobre, metais não ferrosos, dos elementos de terras raras, metais raros e das rochas ornamentais.

A nova dinarnica, referiu o governante, visa a reducao da dependencia excessiva das receitas fiscais do petroleo e da necessidade de diversificar as fontes de receitas fiscais para o Orcarnento Geral do Estado (OGE) dos proximos anos.

"Estarnos comprometidos com esta estrategia de sustentabilidade do nosso crescimento economico e social no futuro", disse o ministro da Geologia e Minas.

Realcou, por outro lado, que as expectativas que o Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) esta a gerar no contexto da diversificacao do tecido economico do país sfio ambiciosas.

Francisco Queiroz afirmou, no entanto que, a legislacao acertada, paz e a conjugaC;io de esforcos com a iniciativa privada e a capacidade financeira e tecnologica de parceiros estrangeiros, o sector mineiro vai aproximar-se do petrolifero nos proximos tempos e ser urn dos maiores empregadores do país e elevar a sua quota no OGE.

"Angola e urn acidente geologico que tem muitas ocorrencias mineiras cuja localizaC;io e ainda desconhecida mas o país tem praticamente todo o tipo de minerais e dentro do PLANAGEO queremos sistematizar o potencial que temos e atrair mais investidores para revitalizar o sector", referiu.

Francisco Queiroz que fazia balance da realizacao da 5º edicao da Feira Internacional de Minas, garantiu que o país vai realizar mais eventos, mas em moldes diferen tes. Para o proximo ano, esta prevista a realizacao do Angola Mining.

PLANAGEO. Relativamente aos resultados preliminares do PLANAGEO, salientou que a informação geológica que interessa ao Governo poderá estar disponível brevemente. Depois deste passo, prosseguiu, o país vai avançar para a investigação geológica, mas a perspectiva, segundo explicou e de que até 2017 o potencial esteja de terminado e classificado.

"Estamos certos de que haja mais quimberlitos diamantíferos, mas a nossa meta é tornar o sector mineiro um motor de crescimento económico, por isso estamos a trabalhar na atracção de investidores nacionais e estrangeiros", afirmou o ministro, que revelou ainda haver suficiente tradição mineira em Angola para se encarar a possibilidade de empresários nacionais do sector mineiro investirem ainda mais para aumentarem a oferta de postos de trabalho.

o governante não deixou de focar a questão que se prende com a formação de quadros, como um dos desafios do sector e, segundo afirmou, o país vai aproveitar o potencial dos parceiros externos em termos de escolas, institutos e universidades para formar geólogos e outros técnicos.

OGE 2015. Anunciado como o ano da contenção financeira, muitos sectores de actividade no país viram os seus orçamentos reduzidos. A questão não preocupa o pelouro de Francisco Queiroz e disse mesmo que os programas estruturantes gizados, fundamentalmente, no que toca ao Plano Nacional da Geologia, não serão afectados pelos ajustes do OGE para 2015.

Os recursos financeiros estão assegurados (450 milhões de dólares) e, a sua execução constitui um passo positivo para a diversificação da economia.

Em jeito de desafio disse que não existirá receio de que o Plano Nacional da Geologia, fundamentalmente, venha a sofrer por causa dos ajustes que tiveram que se fazer.

"Esta assegurado o seu financiamento e, não temos dúvidas nenhuma de que vai realizar-se, até porque é um programa que vai levar, exactamente aquilo que o Executivo quer resolver, que é a diversificação, para não estarmos dependentes das receitas fiscais do petróleo".

Porém, o subsector dos diamantes terá, ainda assim, um peso bastante significativo na contribuição do Produto Interno Bruto (PIB).

"Temos projectos já identificados, a Endiama está a fazer um bom trabalho, no sentido de aumentar a

produção, através de novos projectos e dentro de um ou dois anos teremos muitas surpresas no sector dos diamantes", sublinhou,

REDUÇÃO DE CUSTOS. É a nova aposta da Endiama em todas as minas e demais empresas do grupo, com o objectivo de aumentar o rendimento bruto.

o anúncio foi feito na "Noite do Diamante", no âmbito da Feira Internacional de Minas (FIMA), que decorreu, recentemente, em Luanda, tendo salientado a necessidade da redução de custos operacionais, pois vai trazer vantagens, como o aumento de arrecadação de receitas para o Estado, dos dividendos dos accionistas e do valor acrescentado em termos de performance dos quadros do sector.

Foi por esta razão, segundo disse, o Executivo, através do Código Mineiro, recomendou que os custos operacionais incluindo as amortizações não deveriam ultrapassar 50% das receitas.

"Considerando o facto de que o diamante é um recurso não renovável, achamos que deveríamos começar a diversificar as nossas actividades para as áreas fora do nosso core business", sublinhou.

Este ano, prosseguiu, a Endiama concluiu projectos importantes, como o alavancamento das minas paralisadas em consequência da crise económica financeira de 2008.

O gestor destacou também a reorganização do mercado artesanal de diamantes que permitiu atingir resultados satisfatórios, quer do ponto de vista do aumento das receitas fiscais para o Estado, quer no tocante ao combate à pobreza.

A FIMA que decorreu sob o lema, PLANAGEO, prospeção, diversificação mineira e desenvolvimento, contou com a participação de nove províncias do país, e 70 expositores entre nacionais e estrangeiros.

Participaram também países como Portugal, Namíbia, Holanda, África do Sul, França, Rússia, Argentina, e Canadá.

NÍVEL DE PRODUÇÃO. O Governo arrecadou mais de 60 milhões de dólares em impostos sobre a venda de diamantes entre Janeiro e Setembro deste ano, indicam dados do Ministério das Finanças (MINFIN).

Aquela instituição revelou que o país exportou em nove meses mais de 6,5 milhões de quilates de

diamantes, um acréscimo superior a 171 mil quilates em comparação com mesmo período de 2013.

Em termos de receitas fiscais, Angola arrecadou, com estas vendas, 6.480 mil hoes de kwanzas (mais de 60 milhões de dolares). Trata-se, segundo informação do Ministério das Finanças, de um aumento que ronda os cerca de 14 mil hoes de dolares em comparação com o período entre Janeiro e Setembro de 2013.

As receitas deste ano resultaram do pagamento de imposto industrial, no valor de 3.206 milhões de kwanzas (mais de 30 milhões de dolares), e de 'royalties', no valor de 3.273 milhões de kwanzas (32 milhões de dolares). Até Setembro, cada quilate foi vendido a um preço médio de 146,84 dolares, quando a média de 2013 se cifrou em 135,95 dolares,

A produção angolana de diamantes está avaliada em cerca de 8,3 milhões de quilates por ano, correspondendo a uma receita bruta perspectivada na ordem de 1,1 mil milhões de dólares.

A produção de diamantes em Angola, o segundo produto de exportação a seguir ao petróleo, em termos de actividade industrial e artesanal, é gerida pela Endiama.



## II. IMIGRAÇÃO

### II.1 Nacionais acusados de facilitar imigrações ilegais

*Jornal de Angola*  
08 De Novembro de 2014  
Texto: Armando Sapalo

O comandante da setlma unidade da Policia de Guarda Fronteira, anunciou no Dundo a detencao de dois cidadaos nacionais que facilitavam a entrada ilegal de estrangeiros no pais, atraves .da fronteira com Republica Democratica do Congo para a pratlca do garimpo de diamantes nas reservas do Estado.

o superintendente chefe Inacio Feliciano, disse que os dois cidadaos foram surpreendidos no dia 30 de Outubro no rio Luembe, proximo do posto fronteirico do Furi, com 66 estrangeiros a explorarem diamantes com equipamentos industriais.

Alem de material industrial de alta definicao tecnologica, destinado ao garimpo, a policia encontrou na posse dos estrangeiros 298 diamantes. Foram ajudados por "comites de recepcao", organizados por cidadaos angolanos que conhecem as areas potencialmente diamantiferas e por estrangeiros ja fixados no territorio nacional.

"A convivencia de angolanos na promocao da imigracao ilegal e uma autentica ameaea it segurancia e a economia nacional colocando em causa a propria soberania do pais", disse Inacio Feliciano. So em finais Outubro foram registados 1200 casos de tentativa de violacao da fronteira angolana por parte de cidadaos da RDC que, com ajuda dos "comites de recepcao", pretendiam atingir as

areas ricas em diamantes. Estes cidadaos foram repatriados para o seu pais, numa operacao que contou a colaboracao do Servico de Migracao e Estrangeiros (SME) e outros orgao do Ministerio do Interior.

O oficial da Policia de Guarda Fronteira afirmou que o fenomeno da imigracao ilegal na Lunda Norte "inspira cuidados especiais", ja que esta intrinsecamente relacionado com a extracao e trafico ilicito de diamantes, sobretudo em areas com grandes jazigos. A regio da bacia hidrografica do Cuango, sobretudo as localidades de Lola, marcos 28 e 32 no municipio do Chitato, a partir dos postos de Chissanda, Cutembo e Furi sao os maiores focos de imigracao ilegal. Grande mimero de imigrantes ilegais

na Lunda Norte e proveniente das regioes de Bandundu, Cassai Ocidental, Tembo e Cahemba, na Republica Democratica do Congo. O mau estado das vias de acesso, disse Inacio Feliciano, dificulta as accoes de cobertura da zona fronteirica na Lunda Norte com a Republica Democratica do Congo, que e das regioes que mais sofre com a imigracao clandestina. Esta fronteira e das mais extensas do pais com 650 quilometros terrestres e 120 fluviais. Como nao ha picadas o patrulhamento e feito a pe ou atraves dos rios.

Accoes conjuntas

Recentemente, os Ministerios da Administracao do Territorio e das Relacoes Exteriores realizam uma reuniao metodologica que tracou estrategias para combater a imigracao ilegal e redefinir o modo de actuacao de materias comuns pelos diferentes orgaos do Estado, face a problematica de gestao fronteirica.

Angola possui uma extensa fronteira terrestre partilhada com a Republica Democratica do Congo, Congo Brazzaville, Zambia e Namibia, atraves das provincias de Cabinda, Zaire, Uige, Malanje, Moxico, Lunda Norte, Lunda SuI, Cuando Cubango, Namibe e Cunene, o que tem propiciado a imigracao ilegal, contrabando e descaminho de bens.

o pais dispoe ainda de uma grande extensao maritima, abrangendo as provincias de Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda, Cuanza SuI, Benguela e Namibe, dai a necessidade da tomada de medidas, com vista a conter a onda de imigracao ilegal desenfreada que se tem registado no Pais, nos ultimos tempos, associada a desactivacao dos marcos geodesicos em determinados espacos territoriais.

### II.2 Estrangeiros ilegais expulsos

*Jornal de Angola*  
09 De Novembro de 2014

o Servico de Migracao e Estrangeiros (SME) expulsou, no periodo de 30 de Outubro a 5 de Novembro, 1.334 cidadaos estrangeiros por estadia ilegal no territorio nacional, mais 338 em relacao a igual periodo anterior.

Um comunicado do SME revela que no capitulo das infraccoes migratorias e por violacao da lei sobre o regime juridico dos estrangeiros, foram sancionados com multas 20 empresas e 93 cidadaos. Em relacao aos movimentos migratorios, na semana em analise, o SME registou a entrada de 14.550 pessoas e a saida de 11.674.

Os dados reflectem o fluxo migratorio nos mais distintos postos de fronteiras terrestres, fluviais, aereas e maritimas. Quanto aos actos migratorios para nacionais (passaportes e salvo-condutos) foram recebidos 6.280 pedidos de passaportes provenientes das Direcções Provinciais, postos de atendimento em Luanda, missões diplomaticas e consulares.

Desses pedidos foram concedidos e emitidos 5.049 passaportes ordinarios, 17 salvo-condutos e 1.808 passes de travessia. Quanto aos actos para estrangeiros, o orgão afecto ao Ministerio do Interior recebeu neste periodo 3.751 pedidos para emissão de diversos tipos de visto, tendo sido emitidos 700 vistos. O SME controla, ao nível dos Centros de Detenção de Estrangeiros Ilegais (CDEI), 502 cidadãos estrangeiros ilegais que aguardam a formalização das respectivas expulsões,

### 11.3 Antigos refugiados na RDC regressam voluntariamente

*Jornal de Angola*

*12 De Novembro de 2014*

*Texto: Victor Mayala/ Luvo*

O segundo grupo de antigos refugiados composto por 43 famílias, num total de 144 pessoas, que residiam na região do Baixo Congo, Republica Democrática do Congo, foram recebidos na fronteira do Luvo pela vice-governadora do Zaire para o sector técnico e infra-estruturas, Ângela Diogo.

A chegada, os antigos refugiados que regressaram ao país no quadro do processo de repatriamento voluntário e organizado foram submetidos ao rastreio para a detecção de ébola, seguido de um processo de triagem para aferir a autenticidade da sua identidade nacional.

Os técnicos de saúde destacados no local declararam que não foi detectado nenhum caso suspeito de ébola. Depois de cumprirem estes procedimentos os antigos refugiados foram recebidos num clima de alegria e foram encaminhados para o centro de trânsito de Quinzau, a 15 quilometro da cidade Mbanza Congo, de onde devem partir para as respectivas zonas de origem num prazo de três a quatro dias.

A cerimónia foi testemunhada pelos representantes do alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Organização Internacional Migração (OIM) e pelo responsável do

Serviço de Migração do Baixo Congo, Iwondo Didier. A vice-governadora, Ângela Diogo, referiu que as autoridades da província vão acelerar a inserção dos compatriotas na sociedade e possam contribuir no processo da reconstrução do país.

O cônsul de Angola na região do Baixo Congo, João Bartolomeu, lembrou que o processo de repatriamento organizado e voluntário termina em Dezembro próximo esperando a entrada pela fronteira do Zaire de 4.000 dos 37 mil refugiados que já manifestaram a intenção de regressar ao país.

Mutuyako Graça, 45 anos e mãe de seis filhos, reside no Kimpese desde 1969. Nasceu na RDC, onde os seus progenitores naturais do município Cuimba se refugiaram da guerra colonial. Ao Jornal de Angola disse estar feliz por regressar à terra dos seus progenitores.

"Espero, com a ajuda do nosso governo conseguir dinheiro para continuar a fazer negocio e sustentar os meus filhos, disse Mutuyako Graça, enquanto aguardava pelo auto carro que a levou para o centro de trânsito criado para os antigos refugiados em Quinzau.

Pedro Baptista, 56 anos e alfaiate de profissão, vive no Republica Democrática do Congo há 20 anos. Tem como destino a aldeia de Luanika na comuna de I Madimba, em Mbanza Congo, na província do Zaire. Visivelmente satisfeito, disse que pretende abrir uma alfaiataria, actividade com a qual sobreviveu enquanto esteve na RDC.

### 11.4 Mulheres da RDC querem o regresso dos maridos angolanos

*Jornal: Novo Jornal*

*21 De Novembro de 2014*

*Texto: David Filipe*

As mulheres da Republica Democrática do Congo (RDC), cujos maridos angolanos foram expulsos daquele país em 2009, vão interceder junto do Parlamento local para regresso dos seus parceiros.

"Temos dificuldades em entrar em Angola para ir ao encontro dos nossos maridos. Suportar filhos sem a presença dos pais e um caos aqui, na RDC", disse ao Novo Jornal, por via telefónica, Samira Macumbo.

Segundo Samira, o marido, Domingos José Sambi; vive no bairro Rocha Pinto, em Luanda. Disse já ter feito todas as tentativas para entrar em Angola; mas não conseguiu.

Segundo Macumbo, as mulheres congolezas com maridos angolanos fizeram um memorando para ser entregue ao Parlamento da RDC, a exigir o regresso dos seus parceiros angolanos.

"Somos milhares nesta condição e não podemos viver assim", reclamou.

No dia 5 de Outubro de 2009, a RDC expulsou mais de 37 mil angolanos, a maioria dos quais com estatuto legal e muitos a viverem no país vizinho desde 1975.

O repatriamento forçado do Congo-Kinshasa teve lugar apos o Parlamento congolês ter aprovado uma resolução para expulsar os angolanos.

A decisão da RDC visava, deste modo, retaliar pela expulsão, durante dois anos, de mais de 100 mil congolezes de Angola, que na sua maioria se dedicavam ao garimpo ilegal de diamantes.

Recorde-se que a RDC confina norte com a Republica Centro-Africana e com o Sudão do Sul, a leste, com o Uganda, Ruanda, Burundi e a Tanzânia, a leste e a sul com a Zâmbia, a sul com Angola e a oeste com o Oceano Atlântico, com o enclave de Cabinda e com o Congo. A capital e a maior cidade e o Kinshasa.

Com uma população estimada em quase 70 milhões de habitantes, a Republica Democrática do Congo é o mais populoso país francófono, além de ser o décimo segundo país mais extenso do mundo.

A RDC tornou-se independente da Bélgica a 30 de Junho de 1960, e esta entre os países com os menores valores de PIB nominal 'per capita', á frente apenas do Burundi. Porém, o país e considerado o mais rico do mundo em recursos naturais e económico.

## 11.5 Condições criadas para receber angolanos

*Jornal de Angola*  
22 De Novembro de 2014  
Texto: Matias Da Costa

A província do Bié tem as condições criadas para receber, ate 30 de Dezembro, 2.525 cidadãos que estão a regressar da Republica Democrática do Congo e da Zâmbia, onde viviam na condição de refugiados.

Desde 20 de Agosto, a Direcção Provincial de Assistência e Reinserção Social no Bié. Reassentou já

515 pessoas, das quais 86 são provenientes da Zâmbia. A directora provincial, Alda Shapanga Pedro, afirmou que 256 pessoas se encontram no campo de recepção e trânsito do Bié. Estes recebem, mensalmente, uma cesta básica com bens de primeiras necessidade, durante um período de três a seis meses.

Delegações de Angola, Republica Democrática do Congo e do alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) reuniram-se ontem em Kinshasa par avaliar o processo só de repatriamento dos antigos refugiados angolanos que ainda se encontram naquele país.

A delegação angolana e chefiada pelo ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, e integra quadros seniores dos Ministérios da Justiça e Direitos Humanos, Relações Exteriores e Interior. O ministro afirmou recentemente que dos cerca de 29 mil refugiados angolanos na República Democrática do Congo (RDC) com pretensão de retornar a Angola, 4.222 ja se encontram no país. Desde o início do processo, em 20 de Agosto, regressaram ao país 4.222 cidadãos, Destes, 2.500 optaram por fixar-se na província do Uíge. O ministro precisou que os passos subsequentes consubstanciam o acolhimento dos mais de 25 mil angolanos ainda radicados na vizinha Republica Democrática do Congo, para fechar-se definitivamente o processo de repatriamento. "Temos alguns constrangimentos ligados a reverificação das pessoas, para não permitir que cidadãos estrangeiros cheguem ao nosso pais", disse o ministro da Reinserção Social, sublinhando que, com mais equipas dos Serviços Consulares, o processo pode avançar rapidamente e de forma segura

## 11.6 Sobas facilitam estrangeiro a obterem registos nacionais

*Jornal de Angola*  
25 De Novembro 2014  
Texto: Kamuanga Júlia

A governadora da Lunda SuI, Cândida Narciso, denunciou em Saurimo que alguns membros das autoridades tradicionais, sobretudo nas zonas fronteiriças, servem de testemunhas para o registo de cidadãos estrangeiros com fins lucrativos.

Cândida Narciso, ao falar a imprensa, depois de regressar de Luanda, onde participou no primeiro encontro sobre a expansão dos Serviços de Registo Civil e Bilhete de Identidade, realizado nos dias 20 a

21, apelou as autoridades tradicionais a abster-se desta prática e contribuírem para a estabilidade do país, combatendo a imigração ilegal. A governadora pediu o envolvimento dos administradores municipais e comunais no processo, para permitir que até 2017, pelo menos oito milhões de cidadãos nacionais tenham a sua identidade.

O Executivo trabalha para acelerar o processo ligado ao registo civil, dando prioridades as famílias vulneráveis.

Sobre o Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, Cândida Narciso realçou que ao nível das províncias houve um aumento das verbas para atender às necessidades dos sectores da Saúde e Educação.

## 11.7 Estrangeiros são expulsos Por permanência ilegal

*Jornal de Angola*

*26 De Novembro de 2014*

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) expulsou, no período de 13 a 19 deste mês, 1.448 cidadãos estrangeiros por estadia ilegal em território nacional, um aumento de 805 cidadãos comparativamente a igual período anterior.

Fonte daquela instituição afecta ao Ministério do Interior informou ontem que os cidadãos em causa foram expulsos por via administrativa e judicial.

A partir do posto de fronteira de Luanda foram impedidos de sair do país três cidadãos estrangeiros, nomeadamente um congolês democrático, por uso de passaporte adquirido de forma fraudulenta, um chinês, sobre quem pende interdição de saída, e um luso-angolano, por caducidade do passaporte angolano.

No capítulo dos movimentos migratórios, constatou-se a entrada de 23.402 cidadãos, mais 9.605 em relação ao período anterior, e 15.336 saídas. De acordo com a fonte, os dados mencionados reflectem o fluxo migratório nos mais distintos postos de fronteiras terrestre, fluvial, aéreo e marítimo.

Em relação aos actos migratórios para nacionais, foram recebidos 6.518 pedidos de passaportes, provenientes das direcções provinciais e de postos de atendimento em Luanda, missões diplomáticas e consulares, tendo sido emitidos 5.400 passaportes

ordinários e de serviço, 15 salvo-condutos e 2.386 passes de travessia.

Quanto às infracções migratórias e por violação a Lei 2107, de 31 de Agosto, sobre o regime jurídico dos estrangeiros, foram sancionados com multas 24 empresas e 79 cidadãos.

Neste momento, o Serviço de Migração e Estrangeiros controla, através do Centro de Detenção de Estrangeiros Ilegais (COEI), um total de 453 cidadãos estrangeiros ilegais, que aguardam a formalização das respectivas expulsões. A província de Luanda lidera a lista de imigrantes detidos, com 285 cidadãos.

## 11.8 Portugueses procuram emprego

*Jornal de Angola*

*28 De Novembro de 2014*

Mais de nove mil portugueses é procura de um emprego em Angola estão inscritos no único portal de Internet do género com sede em Luanda. A imprensa portuguesa noticiou que aquele número é superado apenas pelo dos candidatos angolanos. A empresa Jobartis refere num comunicado que ultrapassou esta semana os cem mil candidatos registados na sua base de dados online à procura de emprego em Angola.

"Este dado mostra o aumento na utilização das novas tecnologias comprovado em Angola, as quais já não são apenas utilizadas como divertimento, mas também como ferramenta profissional", salienta a Jobartis. Do total de candidatos registados, 85 por cento são angolanos. Há também nove mil portugueses e três mil brasileiros, além de outros países, como Albânia ou Indonésia.

O comunicado sublinha que o portal recebeu "mais de 2.500 vagas de emprego" em 15 meses provenientes de mais de 1.100 empresas. Destas oportunidades de emprego registadas, diz, "aproximadamente 90 por cento foram preenchidas com sucesso". "os sectores que têm concentrado maior actividade tem sido o dos petróleos e a construção, com aproximadamente 40 por cento do total das vagas", afirma.

